

PROCESSO Nº 26513

ANO 1988



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT

Processo: 26513 / 1988

PARQUE DO POVO

Nro. Bem: 26001

Data: 18/10/1988

AVENIDA MARG.PINHEIROS/JUSCELINO K/CIDADE 0
JARDIM/HAROLDO VELOSO

Município: SÃO PAULO

Bairro: ITAIM BIBI

Interessado: DEPUTADO FÁBIO FELDMANN

Assunto: ESTUDO DE TOMBAMENTO



VOLUME 5



Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26513	88	

INT: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDEMANN

ASS: Estudo de Tombamento do quadrilátero situado entre as Avs. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado PARQUE DO POVO. CAPITAL



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

802

Ofício GP 1581/94

São Paulo, 06 de setembro de 1994

Senhor Administrador:

Em virtude de ser constatada construção irregular no Clube do Mê, situado em área tombada por este CONDEPHAAT, vimos solicitar providências imediatas de Vossa Senhoria no sentido de que a mesma seja embargada e demolida, uma vez que tal prática fere o Decreto Estadual nº 13.426, de 16/03/79, em seus artigos 134, 137 e 142 e Legislação Específica Municipal.

Certos, do acatamento urgente desta solicitação por parte de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor:

Dr. RONALD SHALDERS PEREIRA MENDES
DD. Administrador Regional - AR-Pinheiros
Fax. 670298

/krqs.-

**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**CONDEPHAAT

Ofício GP-1592/94

São Paulo, 06 de setembro de 1994.

Prezado Senhor

Em virtude de ser constatada construção irregular no Clube do MÊ, situado em área tombada por este Órgão, informamos a Vossa Senhoria que, nesta data, estamos encaminhando ofício ao Administrador Regional de Pinheiros solicitando o embargo e a demolição da mesma.

Para tanto, determinamos a demolição da referida construção, tendo em vista que a mesma fere o Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79, em seus artigos 134, 137 e 142 e Legislação específica Municipal. Caso não sejamos atendidos, tomaremos as medidas judiciais cabíveis.

Atenciosamente

João Carlos Ribeiro de Almeida
JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Ilmo. Senhor

MAURO A.L.PINHEIRO

DD.Presidente da Associação Amigos do Parque do Povo



Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26.513	88	

INT: -CÂMARA DOS DEPUTADOS -FÁBIO FELDMANN

ASS: -Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Av. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, cidade Jardins e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado - PARQUE DO POVO - Capital.

À Equipe do Parque do Povo",
. atenção do geógrafo Luís Paulo M. Ferraz.

Prosseguindo no encaminhamento de fls.800, encaminho-lhe o presente para conhecimento das providências relativas a recentes obras na área tombada, à revelia deste Conselho.

STCR, 08 de setembro de 1.994.


SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do STCR
CREA n.º 55.193-D-RJ

SFB/srap.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PINHEIROS/ITAIM BIBI

São Paulo, 21 de outubro de 1994

805/1

Ofício nº 208/ARPI GAB/94

MASN/lis

Prezado Senhor

Em atenção ao Ofício G.P. 1581/94 datado de 06.09.94 referente a construção no Clube do Mé, informamos com base nos esclarecimentos da Unidade de Fiscalização desta A.R., que para o local foi lavrado o AM:13-090.676-0 e intimação nº 14.580/94 que deram origem ao proc: 28-003.336-94*36 pelo qual está sendo dado prosseguimento na ação fiscal. Foi solicitado embargo com força policial. As obras estão paralizadas de acordo com vistoria efetuada. Firmamo-nos apreço e consideração.

Atenciosamente.

Marco Antonio dos Santos Netto
Resp.exp. Adm.Reg.Pinheiros/Itaim Bibi

Ilmo. Sr.
José Carlos Ribeiro de Almeida
CONDEPHAAT
Av. Paulista, 2644 - 1º and.
capital

Recebido em
27/10/94



Do	Número	Ano	Rubrica
Of. 208/ARPI GAB/94			

INT.: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PINHEIROS/ITAIM BIBI

ASS.: Referente a embargo de obras irregulares no Clube do Mé.

1. À SA para juntar ao respectivo processo;
2. Ao STCR para ciência e eventual manifestação.

GP/Condephaat, 27 de outubro de 1994.

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

/emws.-

Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Estado - CONDEPHAAT.

Processo CONDEPHAAT nº 26513/88

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS, proprietários da área situada na confluência da Avenida Marginal direita do Rio Pinheiros com as Avenidas Cidade Jardim e Juscelino Kubitschek, denominada "PARQUE DO POVO", vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, ponderar o quanto segue:

Sensíveis à necessidade de preservação de áreas verdes -presentemente quase inexistentes no perímetro urbano- e manutenção de locais de lazer para a população, bem como para atender à vocação natural do imóvel em tela para "Parque Público", determinaram a elaboração de Estudos para a Regulamentação do Uso e Ocupação do Solo que permita também o aproveitamento econômico de imóvel, em cumprimento às disposições legais que regem as Empresas Públicas.

Em função de otimizar essa ocupação, maximizando o seu potencial urbano e paisagístico, foram definidos critérios para os usos urbanos possíveis na área, subsidiados em dados e informações que permitiram estabelecer critérios para sua quantificação e para as formas de implantação, em função tanto das características físicas da gleba como das potencialidades e demandas do entorno

no urbano.

Nesses seis anos, desde que foi iniciado o processo de tombamento, buscou-se exaustivamente uma solução para compatibilizar os interesses da população de São Paulo e de todas as partes envolvidas.

Foram elaborados sete projetos, até chegarmos ao atual (cópia anexa) que acreditamos possa ser adotado como solução, uma vez que permite o aproveitamento econômico do imóvel, sem contudo, interferir na área de lazer hoje existente.

Com efeito, esse estudo visa devolver à cidade um verdadeiro Parque Público urbanizado, com possibilidade de ampliação considerável da vegetação, uma vez que, a existente, reflete o modelo de ocupação e a ausência de um planejamento nos plantios que não tem uma maior expressão no contexto da cidade tanto pelas espécies, comuns e frequentes, como pelo porte dos exemplares.

Da área escriturada de 237.665 metros quadrados, restam hoje, pouco mais de 140.000 metros quadrados, em razão das sucessivas obras viárias realizadas pela Prefeitura Municipal e que foram objeto de Ação de Desapropriação Indireta.

No projeto, são destinados ao Parque Público a área de 111.653,82 m², utilizando-se somente 28.996,91 m² para construção e o restante destinado às obras viárias necessárias.

Assim, na hipótese do Conselho votar pelo tombamento do imóvel, pede-se vênha, para que o faça, com relação ao perímetro circunscrito ao parque, que abrangerá a área de

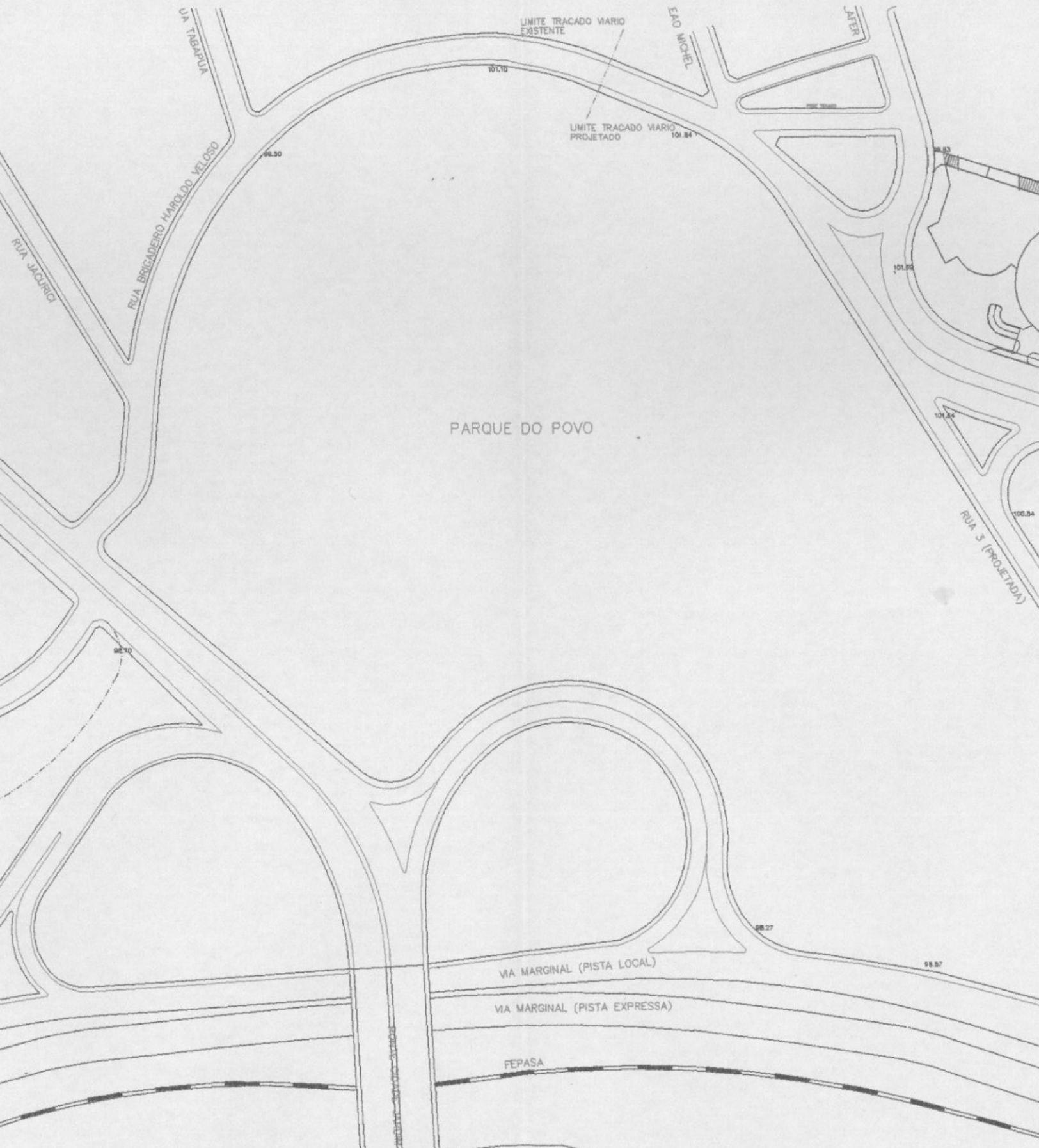
[Handwritten signature]

111.653,82 m2 e ficará completamente isolado do pequeno trecho em que se pretende implantar o empreendimento, com o que evitar-se-á grande prejuízo para a massa de contribuintes do IAPAS e para os programas sociais da CEF.

São Paulo, 28 de Abril de 1994.



MARGARETH ROSE R. ABREU E MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Estado - CONDEPHAAT.

Processo CONDEPHAAT nº 26513/88

CONDEPHAAT
Em 15 / 06 91
Recebido por: SELVANA
Horas: 16:20

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS, proprietários da área situada na confluência da Avenida Marginal direita do Rio Pinheiros com as Avenidas Cidade Jardim e Juscelino Kubitschek, denominada "PARQUE DO POVO", vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, ponderar o quanto segue:

Sensíveis à necessidade de preservação de áreas verdes -presentemente quase inexistentes no perímetro urbano- e manutenção de locais de lazer para a população, bem como para atender à vocação natural do imóvel em tela para "Parque Público", determinaram a elaboração de Estudos para a Regulamentação do Uso e Ocupação do Solo que permita também o aproveitamento econômico do imóvel, em cumprimento às disposições legais que regem as Empresas Públicas.

Em função de otimizar essa ocupação, maximizando o seu potencial urbano e paisagístico, foram definidos critérios para os usos urbanos possíveis na área, subsidiados em dados e informações que permitiram estabelecer critérios para sua quantificação e para as formas de implantação, em função tanto das características físicas da gleba como das potencialidades e demandas do entorno

no urbano.

Nesses seis anos, desde que foi iniciado o processo de tombamento, buscou-se exaustivamente uma solução para compatibilizar os interesses da população de São Paulo e de todas as partes envolvidas.

Foram elaborados sete projetos, até chegarmos ao atual (cópia anexa) que acreditamos possa ser adotado como solução, uma vez que permite o aproveitamento econômico do imóvel, sem contudo, interferir na área de lazer hoje existente.

Com efeito, esse estudo visa devolver à cidade um verdadeiro Parque Público urbanizado, com possibilidade de ampliação considerável da vegetação, uma vez que, a existente, reflete o modelo de ocupação e a ausência de um planejamento nos plantios que não tem uma maior expressão no contexto da cidade tanto pelas espécies, comuns e frequentes, como pelo porte dos exemplares.

Da área escriturada de 237.665 metros quadrados, restam hoje, pouco mais de 140.000 metros quadrados, em razão das sucessivas obras viárias realizadas pela Prefeitura Municipal e que foram objeto de Ação de Desapropriação Indireta.

No projeto, são destinados ao Parque Público a área de 111.653,82 m², utilizando-se somente 28.996,91 m² para construção e o restante destinado às obras viárias necessárias.

Assim, na hipótese do Conselho votar pelo tombamento do imóvel, pede-se vênia, para que o faça, com relação ao perímetro circunscrito ao parque, que abrangerá a área de

MAD

111.653,82 m2 e ficará completamente isolado do pequeno trecho em que se pretende implantar o empreendimento, com o que evitar-se-á grande prejuízo para a massa de contribuintes do IAPAS e para os programas sociais da CEF.

São Paulo, 28 de Abril de 1994.



MARGARETH ROSE R.ABREU E MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

814
B

São Paulo, 26 de outubro de 1994.

Ilmo. Sr.
JOSE WILSON LEITE.
DD. PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA.
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DO POVO.
Nesta.

Prezado Senhor.

De conformidade com o Estatuto desta Associação Amigos do Parque do Povo, (A.A.P.P.) devidamente registrado sob nº196373 no 3º Registro Civil das Pessoas Jurídicas - São Paulo e na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo, venho a presença de Vossa Senhoria solicitar as seguintes providências:-

a) Convocação de todos os sócios fundadores, artigo 6º e § único, para a realização de Assembléia Geral Extraordinária, por Edital, afim de que seja feita eleição, na qual serão eleitos, respectivamente, Presidente e Vice Presidente do Conselho Deliberativo, os quais terão mandatos para o biênio 1994/1995 e 1995/1996, de conformidade com o § 3 do artigo 2º.

De conformidade com o artigo 7º somente os sócios fundadores terão direito a voto.

Assim procedendo, estaremos cumprindo o § 7, letra " a" , do artigo 2º. - Compete ao Conselho Deliberativo, eleger o seu Presidente e respectivo Vice-Presidente.

Nota:- Esta questão de Edital foi levantada pelo Sr. JOSE A. FALANGA, Presidente do Clube do Movimento Esportivo do Itaim, por telefonema feito às 15 horas do dia 26 do corrente ao signatário, que nada tem a opor à pretensão do mesmo. Entretanto, o senhor poderá fazer como achar melhor, convocando ou não por Edital, visto que não encontrei esta exigência no Estatuto da A.A.P.P.

b) Para que seja dado conhecimento a todos os membros do Conselho Deliberativo, solicito de Vossa Senhoria informações sobre as seguintes realizações, que por mérito próprio, Vossa Senhoria conseguiu para Entidades fundadoras da A.A.P.P.

As informações deverão ser feitas por escrito, para serem apresentadas na Assembléia a ser realizada, portanto a todos os membros que estiverem presentes na mesma, para aprovação e verificação se foram cumpridas as

" Os cartazes publicitários, out doors, back light, instalados nas dependências do Parque até a data da fundação da Associação serão cadastrados e permanecerão sobre administração e responsabilidade das Entidades onde estão instalados. Porém, daqui por diante, todo aproveitamento publicitário da área do Parque, será controlada por esta Associação que deverá repassar 50% (cinquenta por cento) dos contratos realizados para a Entidade que tiver seu espaço físico utilizado para instalação da propaganda."

A entidade, sócio fundador, GRÊMIO ESPORTIVO CANTO DO RIO, teve seu campo iluminado e em troca temos diversos " out doors" e um back light, dupla face colocados na Avenida Juscelino Kubistchek, no espaço físico desta conceituada agremiação.

O conselho, na pessoa do seu presidente quer saber se a entidade acima está recebendo sua participação, a que tem direito, querendo, mas principalmente se a A.A.P.P. está recebendo sua parte.

Os " out doors" e back light foram colocadas pela L&C Outdoor Comunicação Visual S/C Ltda, em data recente.

A entidade, sócio fundador, CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM, teve em sua praça esportiva a construção da cobertura da quadra cimentada para a prática de diversas modalidades esportivas e em troca foi colocado um back light dupla face na Avenida Nações Unidas, alça de acesso à Avenida Cidade Jardim.

Uma grande obra para o clube e uma grande realização da A.A.P.P., através seu Presidente - Diretoria Executiva.

Entretanto, o conselho deve ter conhecimento se o referido clube está recebendo sua participação que tem direito, querendo, mas principalmente se a A.A.P.P. está recebendo sua parte, de conformidade com o estatuto, artigo mencionado.

O back light dupla face, foi colocado pela L&C Outdoor Comunicação Visual S/C Ltda, também em data recente. Endereço, Rua Almirante Marques Leão, 684, Bela Vista, São Paulo-Capital. Diretor, Sr. Alvaro de Almeida.

A entidade, sócio fundador, Grêmio Itororó, teve uma oferta do Sr. Presidente-Diretoria Executiva, para a construção de um alambrado na divisa de seu espaço físico com a área asfaltada, local onde são realizadas feiras livres aos sábados e quartas-feiras, semanalmente.

Após as realizações das feiras livres acima, todas as sujeiras e restos de tudo que ali é vendido, são jogados no campo esportivo do Grêmio Itororó, transformando-o em um verdadeiro lixão, por ação dos outros, feirantes e Prefeitura Municipal de São Paulo.

Entretanto, para a colocação do alambrado, que seria por conta da L&C Outdoor Comunicação Visual S/C Ltda., o Sr. Presidente, Sr. José Wilson Leite, exigiu que no espaço físico do clube fosse colocado "out doors" desta empresa.

Como o espaço físico do clube já está ocupado por outra empresa, a Publix Ltda, com contrato desde 1990, queria que fosse rompido este contrato e no lugar entraria a L&C Outdoor.

Por questões de princípios, o Presidente do Conselho Deliberativo, signatário desta, não aceitou a exigência e assim não obteve o desejado alambrado.

Deve ser esclarecido, o Grêmio Itororó, tem um contrato com a L&C Outdoor, desde 1991, para a colocação de um back light, que está à entrada pela alça de acesso da Avenida Cidade Jardim, saindo da Av. Nações Unidas, local de entrada do estacionamento do clube. O Grêmio Itororó recebe atualmente da L&C Outdoor, a importância de R\$111,45 (cento e onze reais e quarenta e cinco centavos) mensalmente, pela locação.

Sr. Presidente, porque este tratamento ao clube fundador, diferente dos outros, principalmente sabendo o quanto é importante o alambrado para a A.A.P.P. e para o Itororó, cuja área estaria protegida evitando a entrada de marginais e ser mantida sempre limpa e livre de restos das feiras livres?

Todos os membros do Conselho Deliberativo devem tomar conhecimento desta situação, principalmente o Clube do Movimento Esportivo do Itaim, que também joga sujeira através de canos colocados para despejarem águas na sua divisa com o Grêmio Itororó.

Porque a diretoria executiva da A.A.P.P., nunca tomou providências contra os feirantes, a PMSP e o Clube do Mé, entidades tidas como limpas e que vivem sujando o espaço do Itororó, defendendo assim seu associado ?

A A.A.P.P. tem competência e autoridade para tanto.

Vossa Senhoria deverá dar uma explicação aos membros do Conselho Deliberativo, da situação atual da Petição do MINISTERIO PUBLICO FEDERAL, NA AÇÃO CIVIL PUBLICA, Processo nº 89.0000732-7, junto à 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, Capital, cópias xerocopiadas que são juntadas a esta para conhecimento de todos, (três folhas) que envolve todo o Parque do Povo e portanto a A.A.P.P., com sérias consequências que teremos, POR CULPA EXCLUSIVA DO CIRCO ESCOLA PICADEIRO, hoje denominado ROYAL CIRCO ESCOLA, do qual Vossa Senhoria é o proprietário, conforme consta às folhas 434 do referido processo.

TODOS OS CLUBES MEMBROS DA A.A.P.P. QUE TEM ADVOGADOS DEVEM CONSULTA-LOS SOBRE COPIA DE PETIÇÃO INCLUSA.

Vossa Senhoria deve esclarecer aos membros do Conselho Deliberativo porque estamos pagando despesas de honorários advocatícios, a A.A.P.P., está pagando R\$200.00 por mês, segundo notícias que chegaram ao conhecimento do Presidente do Conselho, signatário desta, à Ilustre e Competente Advogada Dra. Maria Angela Berloff.

Pelo amor de Deus, nada temos contra a Ilustre Bacharela. Acontece que ela é advogada do Circo Escola Picadeiro e vem brilhantemente defendendo o mesmo através

de seu representante legal, Sr. José Wilson Leite, na acção mencionada acima, conforme consta do processo às folhas 443, 444, 445 e 446 e depois folhas 485, 486 e 487.

Assim, a Dra. Maria Angela Berloff, é advogada do Circo Escola Picadeiro, hoje Brasil Circo Escola, legalmente constituída e portanto deve receber e com muita razão seus honorários do seu cliente e não da A.A.P.P.

Ela possui procuração passada pelo Sr. José Wilson Leite que está juntada no processo. (Esta explicação é dada para quem não entende de processo judicial.)

A A.A.P.P., tem advogados constituídos legalmente no processo, a procuração está às folhas 558, 559 e 560 e encabeça a relação de advogados o Dr. JURANDIR SCARCELA PORTELA, (são 6 advogados).

A A.A.P.P. está sendo defendida e não paga honorários e portanto não é justo que ela esteja pagando honorários para quem não tem mandato no processo para defendê-la.

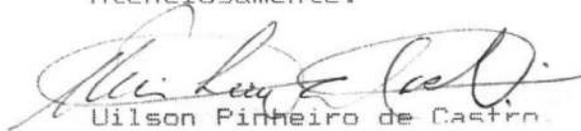
Se no futuro ela vier a ser a defensora da A.A.P.P. nada mais justo que pagar seus honorários.

Foi apensado no processo mencionado, o Processo de Reintegração de Posse que o I.N.S.S., move ao Marítimo Futebol Clube e será em breve também apensado o Processo de Reintegração de Posse que o I.N.S.S. e a Caixa Econômica Federal movem ao Grêmio Itororó. Assim estarão todos juntos e nestes dois últimos processos, que datam respectivamente de 1962 e 1966, o signatário, Dr. Uilson Pinheiro de Castro, apesar de "ser advogado de porta de cadeia" como dizem o Presidente Sr. José Wilson Leite e mais um seu companheiro, é defensor e estão, modestia a parte muito bem defendidos. Qualquer um pode olhar, é público.

Em aditamento coloco minha opinião sobre o processo nº 89.0000732-7, acima citado, onde o MINISTERIO PUBLICO FEDERAL move Ação Civil Pública contra a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDENCIA SOCIAL e a TELESP, sendo que neste processo, agora devido a entradado CIRCO ESCOLA PECADEIRO (representante legal Sr. JOSE

Aguardando a marcação da data e hora para a realização da Assembleia pedida, com Edital ou sem Edital mas sendo todos convocados e com tempo habil para a movimentação dos possíveis candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da A.A.P.P..para o biênio 1994/1995 e 1995/1996 e com os esclarecimentos solicitados para serem apresentados quando da Assembleia, devendo a convocação ser por escrito, se sem Edital, aproveito a oportunidade para agradecer a atenção dispensada e assim subscrevo-me,

Atenciosamente.



Wilson Pinheiro de Castro,
Presidente do Conselho Deliberativo
Associação Amigos do Parque do Povo.

Cópias enviadas para as seguintes entidades:

Gremio Esportivo União da Vila Olimpia.
Clube do Movimento Esportivo do Itaim.
Marechal Floriano Futebol Clube.
Gremio Esportivo Canto do Rio.
Circo Escola Picadeiro.
Mocidade Futebol Clube.
Casa Vento Forte-Centro de Arte e Cultura Integrada.
Gremio Itororó.
Sociedade Esportiva Flor do Itaim.
Gremio Esportivo Sirota.
Maritimo Futebol Clube.

Ilma. Sra. Maria Nilda da Silva.
Ilmo. Sr. Ivo Alteqibes.

Ilma. Srta. Dra. Maria Angela Berloff.

Ilmo. Sr. Alvaro Almeida. L&C Outdoor.

Ilmo. Sr. Luiz Fernando Rodualho. Publix.

Exma. Sra. Dra. Cleide Previtalli Cais.
DD. Procuradora Chefe do
Ministério Público Federal.

Exma. Sras. Dras. Antonia Lélia Neves Sanches e
Ana Lucia Amaral. DDs.Procuradoras da República.

Ilmo. Sr. Dr. Manoel Trajano Silva.
Advogado.Procurador da Caixa Econômica Federal.

Ilmo. Sr. Dr. José Carlos Ribeiro de Almeida.
DD. Presidente do CONDEPHAAT.
Secretaria de Estado da Cultura.

ADITAMENTO.

No processo mencionado a situação atual é a seguinte:

O Excelentíssimo Dr. Juiz, designou isto é, nomeou um perito judicial, homem de confiança dele para fazer um levantamento total da área do Parque.

Ainda não foram feitos os quesitos isto é, perguntas que o Dr. Juiz fará e o perito terá que responder.

A Caixa, o IAPAS e a Telesp provavelmente nomearão também peritos, homens de confiança deles.

A Associação Amigos do Parque do Povo também deverá nomear seu perito e fazer seus quesitos.

Neste momento teremos despesas, que provavelmente não serão pequenas.

Os senhores podem imaginar o que vai acontecer após um levantamento oficial, quando serão conhecidas as situações de cada entidade, seus negócios no parque, as construções feitas após o tombamento, a relação completa de todos os "out doors" e back lights em torno do Parque, que todos sabem não é gratuito, banca de jornal, que é um comércio, estacionamentos, que não são gratuitos, enfim todo o nosso negócio, rendas individuais e de entidades serão relacionadas e entregues ao Dr. Juiz, julgador da ação, que oficialmente descobrirá que existe um comércio rendoso para todos nós, inclusive moradores, com seus bares, bares dos clubes, etc...

Não vai ser competência de advogados, um, dois, três, duzentos que vai mudar a opinião do Dr. Juiz.

Sem desanimar, eu acredito que estamos nas mãos de Deus, e seja lá o que Deus quiser.

E TUDO ISTO PORQUE?

PORQUE A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO PROCURADORA DA REPUBLICA DO BRASIL fez a notificação de folhas 433/434 e o despacho do Dr. Juiz de folhas 435 contra o CIRCO ESCOLA PICADEIRO, E PARA PROVAR O QUE ESTOU DIZENDO JUNTO COPIA DA PETIÇÃO.

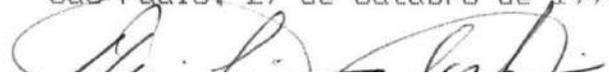
Aí nasceu todo o nosso atual problema.

Vai demorar um bom tempo, o início é de 01 de julho de 1991 e a última defesa do Circo Escola Picadeiro é de 17 de agosto de 1992. Estamos em 1994, final e ainda nada aconteceu, está para acontecer e felizmente a Justiça Federal é bem demorada.

Vamos aproveitar o tempo que temos para viver em paz e que cada um tenha bom proveito.

Esta é apenas a minha opinião, advogado de "porta de cadeia", vamos ouvir outros.

São Paulo, 27 de outubro de 1994.





820
B
432
1

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXMA. SRA. JUÍZA FEDERAL DA 4ª (QUARTA) VARA EM SÃO PAULO

Ação Civil Pública
Processo nº 89.0000732-7

J. Cavellin
12/17/91

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por suas representantes legais infra-assinadas, nos autos da ação civil pública proposta contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IAPAS e a TELESP TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A, respeitosa mente, vem perante V.Exa. expor e requerer o quanto segue:

1. como resulta dos argumentos considerados tanto na ação cautelar, como na ação civil pública, a preservação da área em questão, conhecida como PARQUE DO POVO, visa, essencialmente, garantir meio ambiente ecologicamente equilibrado aos habitantes desta Cidade. Quando ao longo das iniciais foi mencionada a presença na área do CIRCO ESCOLA PICADEIRO, essa entidade foi mencionada como responsável por projetos educacionais, culturais e voltados, precipuamente, à carentes menores, alvo de diversos programas das entidades competentes, entre os quais o "Projeto Enturmando", visando sua adaptação social.

2. porém, qual não foi o espanto da Procuradora da República que esta subscreve, Cleide Previtalli Cais, quando na data de ontem, ouvindo a programação da RÁDIO MUSICAL FM (FREQUÊNCIA MODULADA), 105,9, às 12,05 (doze horas e cinco minutos), num domingo, ouviu o locutor considerar em longa propaganda, mais o menos a seguinte oferta:

"faça do Circo Escola Picadeiro, localizado na Avenida Cidade Jardim o local adequado para suas festas, eventos, reuniões; em local amplo e extremamente bem localizado ... "

→
→

./.

3. o anúncio radiofônico indicava como contato para os negócios de locação do "Circo" o número de telefone 282.4834 (dois, oito, dois, quatro, oito, três, quatro);
4. não fosse isso, constatou a mesma Procuradora da República, Cleide Previtalli Cais, que a área em volta do Circo e em longo perímetro do "PARQUE DO POVO" está repleta de cartazes promocionais das mais diversas pessoas jurídicas, de elevadas dimensões e em cores berrantes e iluminados;
5. ora, é evidente que alguém está se aproveitando, indevidamente, da área em questão, transformando-a em investimento pessoal do qual auferir lucro. Isso não pode continuar sob o manto da liminar concedida em favor do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e em nome da COLETIVIDADE. A área, muito embora de propriedade da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e do INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, deve, por ordem judicial, ser explorada, exclusivamente, pela COLETIVIDADE sob pena de desvirtuamento, por terceiros, da ação civil pública.

ISTO POSTO,

requer o Ministério Público Federal digno-se V.Exa. DETERMINAR URGENTE EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO AO SENHOR JOSÉ WILSON MOURA LEITE, que consta cuidar do "CIRCO ESCOLA PICADEIRO", na Avenida Cidade Jardim, 1105, fone 282.4834, dando-lhe ordem para que cesse, imediatamente, toda e qualquer propaganda de exploração da área do circo para fins econômicos de seu interesse, visando eventos ou afins, assim como para que mande retirar, imediatamente, as placas promocionais coloridas, iluminadas e de elevadíssimo porte que estão ao longo da área, no prazo de cinco dias a contar de sua intimação, sob pena de vir a ser compelido à desocupação da área que ocupa, sobre a qual não tem qualquer título ou direito de ocupação.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 01 de julho de 1991

Cleide Previtalli Cais
Procuradora-Chefe

Elie Sanchez

CONCLUSÃO

Em 01 de 07 de 1991
faço conclusão a pedido de Naida Azevedo
de Almeida, Mãe de J. F. Almeida

Ass. (Téc) Judiciário

Fili. 433/434 - Defenso.

Intrime-se com cópia - de

petição supracitada.

Assinalo prazo improrrogável
de cinco dias para retirada de
plecos processuais, sob pena
de desocupação compulsória. Cesse,
desde logo, a diligência atinente
à exploração econômica de área.

J.


l:17191

823
B

**FORA
QUADRILHA
DO
PARQUE.**

O PARQUE É DO POVO!

FEIRA DE AUTOMÓVEIS ILEGAL



824
B

Do	Número	Ano	Rubrica
Of. s/nº			

INT.: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DO POVO

ASS.: Denúncia de irregularidades no Parque do Povo.

À Assessoria Jurídica para
manifestação.

GP/CONDEPHAAT, 04 de novembro de 1994

José Carlos Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

/krgs.-

Ass.
07.11.94
f



Do	Número	Ano	Rubrica
PROC.			

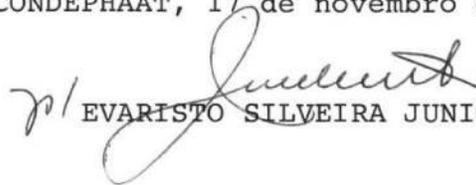
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DO POVO
ASSUNTO : Denúncia de irregularidades no Parque do Povo

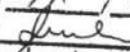
INFORMAÇÃO AJ-105/94

Diretoria do STCR,

Preliminarmente ao STCR para conhecimento do expediente do Senhor José Wilson Leite, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Amigos do Parque do Povo, oferecendo comentários confirmando ou não a denúncia, o que rogamos seja feito em caráter de urgência a fim de que possamos atender ao despacho exarado pelo Senhor Presidente a esta Assessoria Jurídica.

CONDEPHAAT, 17 de novembro de 1994.


EVARISTO SILVEIRA JUNIOR

Serviço Técnico de Conservação e Restauro - S.T.C.R.
Em 18/11/94
Recebido por 
Horas 10:10



Do	Número	Ano	Rubrica
Ofício s/nº			

INT:-ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DO POVO

ASS:-Denúncia de irregularidades no parque do Povo.

À EQUIPE DO "PARQUE DO POVO",

Para informar.

STCR, 18 de novembro de 1.994.


SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ

SFB/srap.

Senhora Diretora Técnica:

Devido a sobrecarga de trabalho nesta Equipe de Áreas Naturais, que agora conta com apenas 3 técnicos, solicito consultar outros técnicos que instruíram o tombamento do Parque do Povo sobre a possibilidade de encaminharem este expediente.

STCR. 18/11/94

Simone Sufoni
PI Equipe de A. Naturais



Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26513	88	

INT:-CÂMARA DOS DEPUTADOS = FÁBIO FELDEMANN

ASS:-Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Av. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado PARQUE DO POVO - CAPITAL

A Equipe "Parque do Povo",
Simone Scifoni,
Naine Mazedo,
Luciane Miguel,
para posseguimento da instrução,
(conforme) o parti das fls. 792.
STCR, 21 Novembro 1994.

Bem
SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ



Do

Número

Ano

Rubrica

26513

88

A Diretoria Técnica

A referida solicitação contempla dois aspectos de possíveis irregularidades.

O primeiro diz respeito à questões internas de gerenciamento da Associação, Amigos do Parque do Povo, em relação ao cumprimento ou não de alguns estatutos da referida Associação.

O segundo aspecto focaliza a questão da instalação de out-docks, sua legalidade ou não e a maneira de gerenciar os recursos advindos dessa instalação.

Parece-me que em relação aos aspectos de funcionamento, gerenciamento

manutenção do Parque.

Em relação à instalação de out-doores sugerimos que não nos manifestemos no momento por se tratar de questão mais complexa. De um lado há a proibição do Ministério Público em relação a essa questão (e a Promotoria foi comunicada sobre essa questão, nesse momento, assim como o Condephat).

De outro, sabe-se que esses recursos são necessários para a manutenção do Parque e das agremiações lá instaladas. Essa questão envolve pensar o destino do Parque: nas reuniões que antecedem o tombamento, envolvendo todos os interessados, ficou a sugestão de doação de área para a Prefeitura para que esta pudesse assumir sua manutenção. Também, preferíamos nos manifestar sobre esta questão dos out-doores, de maneira



Do	Número	Ano	Rubrica
	26513	88	

mais ampla, contemplando todas as possíveis restrições à área, na definição das diretrizes de uso e ocupação que deverão ser elaboradas para a Resolução do tombamento.

Parece-me também, que nenhuma atitude foi pedida ao Condephaat, sendo que o teor do ofício enviado sugere apenas uma comunicação a este órgão.

Sendo o que tentamos e informar no momento

Atenciosamente.

Cláudia S. H. Lloyd
Assist. Tec. Cont. e Plan. I

Luciana de Cerqueira Nunes Miguel
Historiadora.

S. Paulo 23/11/94.

Exmo. Sr. Dr. Secretário Estadual de Cultura do Estado de São Paulo.

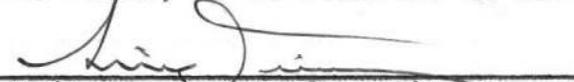
Processo CONDEPHAAT Nº 26.513/88

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, sucessor do INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IAPAS, nos autos do Processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento à determinação dos digníssimos Presidente e Superintendente Estadual do INSS, desistir da Contestação interposta da decisão do Egrégio Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, que houve por bem, por maioria de votos determinar o Tombamento do "PARQUE DO POVO".

Nestes termos,

P. deferimento.

São Paulo, 16 de dezembro de 1994


Luiz Gonzaga Cardoso Tinoco
OAB/SP/74.110=A
Procurador Autárquico



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

DO - CONDEPHAAT

ATA Nº 1000

831
B

01. Aos quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e no-
02. venta e quatro, com início às nove horas e trinta minutos, na
03. Sede do CONDEPHAAT, localizada na Av. Paulista nº 2.644, 2ª an-
04. dar, sob a Presidência do Arquiteto José Carlos Ribeiro de Al-
05. meida e com a presença dos Conselheiros: Antonio Augusto Aran--
06. tes, Antonio Luis Dias de Andrade, Antonio Roberto de Paula Lei-
07. te, Carlos Augusto Mattei Faggin, Dorath Pinto Uchôa, Francisco
08. Capuano Scarlato, Jamil Abib, João Marino, José Roberto Teixei-
09. ra Leite, Leila Mezan Algranti, Maria Luiza Figueira de Mello ,
10. Maria Luiza Marcílio, Nilson Ghirardello, Palmira Petratti Tei-
11. xeira, Roberto Moreira, Silvio Aquino Mussi Guimarães, Victor
12. Hugo Mori e Zoraide Martins, além da presença da Diretora do
13. STCR, Arquiteta Sueli Ferreira de Bem, realizou-se a reunião do
14. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artís-
15. tico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, tendo secretariado a
16. reunião a Senhora Dirce Santini. A reunião foi aberta pelo Se-
17. nhor Presidente que saudou os Senhores Conselheiros. 1. Expedie
18. te - la) Justificativas - Foram justificadas as ausências dos
19. Conselheiros: Odeibler S. Guidugli e Reginaldo Forti. lc) Foi as
20. sinada, pelos Conselheiros presentes, a Ata 998. ld) Comunica--
21. ções da Presidência - O Senhor Presidente informou que a Advoga-
22. da da Paróquia São João da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
23. conseguiu uma liminar que impede, por ora, a demolição de parte
24. daquela Paróquia, com o argumento de que o CONDEPHAAT é um Con-
25. selho apenas consultivo e não deliberativo e de que as decisões
26. de tombamento cabem ao Secretário e Governador, havendo, portan-
27. to, exorbitado de suas atribuições ao determinar a abertura de
28. processo de estudo de tombamento apenas de um edifício do Con--
29. junto da Igreja da Paróquia de São João. Informou que deverá so
30. licitar cópia da representação que concedeu a liminar, para anã

832
B



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

-2-

01. lise da Assessoria Jurídica. O Conselheiro Antonio R.de P.Leite
02. distribuiu xerocópia de matéria publicada no Jornal do Bairro -
03. de Pinheiros referente ao assunto. 3. Ordem do Dia - 3c) Proces
04. sos com parecer favorável - O Egrégio Colegiado deliberou apro-
05. var, por unanimidade, os pareceres do STCR, favoráveis aos pro-
06. cessos: 31.780/94, 31.606/94, 31.774/94, 31.861/94, 31.954/94 ,
07. 31.939/94, 31.884/94, 31.947/94, 31.942/94, 31.973/94 e 31.896/
08. /94. O Senhor Presidente alertou da necessidade de revisão de
09. algumas áreas envoltórias, citando a do Cine-Teatro Oberdan, bem
10. já demolido e que mantém ainda restrições para seu entorno. Es-
11. se esclarecimento se fez necessário, tendo em vista a solicita-
12. ção de demolição do imóvel situado na Rua Gomes Cardim nº 97 ,
13. nesta Capital (Processo 31.939/94), que se encontra na envoltó-
14. ria de um bem que não existe mais. 3d) Processos com parecer
15. desfavorável - Processo 31.915/94, referente ao projeto para -
16. construção de edifícios de escritórios no imóvel situado na Rua
17. Oscar Pinheiro Coelho s/nº, nesta Capital. Após leitura dos au-
18. tos o Egrégio Colegiado deliberou aprovar o parecer do STCR, con
19. trário à construção de edifícios, tendo em vista que o projeto
20. ultrapassa o gabarito máximo de 7,5 metros, estabelecido para a
21. referida área. 3e) Processos com diretrizes para bens e/ou á-
22. reas tombadas - Processo 31.889/94, referente à construção de -
23. sala de estar e controle para os motoristas no Parque da Água
24. Branca, nesta Capital. Após os esclarecimentos prestados pelo
25. Senhor Presidente e pela Arquiteta Sueli F.de Bem, o Egrégio Co-
26. legiado deliberou aprovar a proposta elaborada pelo Arquiteto
27. Walter Fragoni para aquela intervenção. 3f) Processos de área
28. envoltória, para discussão - Processo 31.827/94, referente ao
29. projeto substitutivo para reforma do imóvel situado na Av.Pau-
30. lista nº 1405, nesta Capital. A Arquiteta Sueli F.de Bem proce-

1/3

11

11

11



01. deu a leitura dos autos informando que o interessado atendeu as
02. diretrizes fornecidas pelo STCR, mantendo a cariátide na facha-
03. da frontal do imóvel. Após esses esclarecimentos, o Egrégio Co-
04. legiado deliberou aprovar o parecer do STCR, favorável ao proje-
05. to substitutivo. Processo 31.878/94, referente à solicitação de
06. diretrizes para construção no imóvel situado na Rua dos Agudos
07. n.ºs. 81,85 e 95, nesta Capital. Após esclarecimentos prestados
08. pela Arquiteta Sueli F.de Bem, o Egrégio Colegiado deliberou a-
09. provar os termos constantes do parecer do STCR, informando a au-
10. sência de restrições para o local. A Conselheira Maria L.Marcí-
11. lio solicitou a inclusão do Guichê 410/94, referente à solicita-
12. ção de tombamento da Igreja Matriz de Capivari. A Conselheira -
13. Relatora, após um breve relato, procedeu a leitura de seu pare-
14. cer, onde consta proposta de reabertura de processo de estudo de
15. tombamento da referida Matriz e da Imagem de São Benedito, obra
16. de autoria de Miguel Assumpção Dutra. O Conselheiro João Marino
17. ressaltou a importância do autor da Imagem, concordando plena -
18. mente com a proposta da Conselheira. O Conselheiro Nilson Ghi -
19. rardello solicitou informações quanto ao estado de conservação
20. da Matriz. A Senhora Diretora do STCR informou que, através da
21. documentação constante dos autos, constatou-se que a Matriz,
22. encontra-se em boas condições de conservação. A Conselheira Ma-
23. ria L.Marcílio propôs a elaboração de inventário de todas as o-
24. bras do artista Miguelzinho Dutra. O Conselheiro João Marino in-
25. formou que esse inventário já existe, inclusive com uma publica-
26. ção, tendo ele participado desse trabalho. Após essas manifesta-
27. ções, o Egrégio Colegiado deliberou aprovar por unanimidade, o
28. parecer da Conselheira-Relatora, favorável à reabertura de pro-
29. cesso de estudo de tombamento da Igreja Matriz de Capivari, in-
30. cluindo a Imagem de São Benedito. 3a) Processo com diretrizes

10) [Handwritten signature] [Handwritten signature] [Handwritten signature]



01. para bens e/ou áreas em estudo de tombamento - Processo 26.513/
02. /88, referente ao estudo de tombamento do Quadrilátero das Ave-
03. nidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e
04. Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo. O
05. Conselheiro Francisco S.Capuano fez um breve relato sobre a reu
06. nião realizada nesta Presidência, na última 5a.feira, com re-
07. presentantes do IAPAS, EMURB, Caixa Econômica Federal, Assesso--
08. res dos Vereadores Marcos Mendonça e Arnaldo Madeira e represen
09. tantes dos atuais usuários da área. O Senhor Presidente citou -
10. novamente a Lei proposta pelo Vereador Arnaldo Madeira e aprova
11. da pela Câmara Municipal, que dispõe sobre a proibição de qual-
12. quer intervenção na área do Parque do Povo, exceto a construção
13. de banheiros e uso como Parque o que inviabiliza a alteração do
14. traçado da Haroldo Veloso e o acordo entre a Caixa Econômica Fe
15. deral e a Prefeitura, ou seja, a utilização de cerca de 35.000
16. m2 pela Caixa para construção de prédios e a doação do restante,
17. cerca de 110.000 m2 para utilização como parque público. O Con-
18. selheiro Francisco C.Scarlato destacou a necessidade de serem
19. alterados alguns tópicos da Lei, visando um melhor aproveitamen
20. to da área. O Senhor Presidente anunciou a presença, para assis
21. tirem a exposição dos pareceres, dos seguintes convidados: Depu
22. tado Fábio Feldmann e os Assessores Laura S.V.de Macedo e Wal--
23. ter José Senisi; Maria Izabel de Assumpção do Circo Escola Pica
24. deiro; José Wilson Leite e Mauro A.L.Pinheiro da Associação do
25. Parque do Povo; José Alfeu Falanga do Clube do ME; Dra.Margareth
26. Rose R.Abreu e Moura e Sergio R.G.Rodrigues da CEF; Arquiteta -
27. Rosa Klias da KRAF; José Guilherme C.Magnani da USP e Paulo R.
28. Giaquinto, da EMURB. O Geógrafo Luis Paulo M.Ferraz fez a apre-
29. sentação do processo ilustrando através de slides. Informou que
30. a Equipe foi ampliada através de Consultores externos: Professo

17 n h h  n  5



01. res Dr. José Guilherme Magnani (Orientador Geral) e Dr. José Seba;
02. tião Witter, contando ainda com a participação do Historiador
03. Luis Henrique Toledo e Maria Lucia A. Montes. Após a apresentação
04. dos slides, a Historiadora Luciana Miguel fez um histórico do
05. Parque e do Bairro. A Geógrafa Simone Scifoni apresentou um dia
06. nóstico ambiental do Parque, ressaltando a sua importância no
07. contexto urbano. A Socióloga Naira Morgado expôs seu trabalho i
08. serindo o tombamento do Parque do Povo no conceito de Patrimônio
09. Cultural. O Senhor Presidente passou a palavra aos presentes.
10. Antropólogo Dr. José Guilherme Magnani teceu comentários quanto
11. às atividades de lazer e sociais desenvolvidas no Parque. O Con
12. selheiro Roberto Moreira, tendo em vista que, do ponto de vista
13. histórico, socio-educativo e cultural o assunto foi amplamente
14. apresentado de forma favorável ao tombamento, indagou quais os
15. aspectos desfavoráveis à preservação do Parque. O Deputado Fábio
16. Feldmann esclareceu que, face à localização do Parque, situado
17. na confluência de várias regiões, a área é super valorizada no
18. mercado imobiliário, pondo em risco seu uso atual. Destacou o f
19. to de que ao longo da Marginal vem sendo edificada uma "muralha
20. de prédios, sendo o Parque do Povo a única área verde remanesce
21. te. Ressaltou que a área não foi ocupada por favelas ou por edi
22. fícios, graças à mobilização dos atuais usuários. A Dra. Marga--
23. reth, Procuradora da Caixa, esclarece que o interesse daquele e
24. tidade é de implantar um empreendimento que utilizará apenas ..
25. 40.000 m², doando o restante 110.000 m² à Prefeitura Municipal.
26. O Senhor Presidente informou que a proposta encaminhada pela Ca
27. xa Econômica Federal não foi analisada, aguardando a decisão d
28. Conselho quanto ao possível tombamento. O Conselheiro Francisco
29. C. Scarlato e os Técnicos presentes, concordaram com a proposta
30. encaminhada pela Caixa, considerando-a compatível com a preserv

|| sn ||



01. ção do Parque. Após essas manifestações e vários apartes entre
02. os presentes, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos conv
03. dados, dando sequência aos trabalhos. O Conselheiro Francisco C
04. Scarlato procedeu a exposição dos motivos que fundamentaram
05. seu posicionamento favorável ao tombamento do Parque do Povo.
06. Conselheiro Nilsón Ghirardello ressaltou a necessidade de compa
07. tibilizar os interesses dos usuários do Parque e da CEF. O Geô-
08. grafo Luis Paulo M.Ferraz declarou que o empreendimento não in-
09. viabiliza a preservação do Parque. A Conselheira M.Luiza Marcí-
10. lio propôs o adiamento da decisão, tendo em vista desconhecer d
11. forma detalhada, o projeto do Arquiteto Carlos Bratke para a re
12. ferida área. A Conselheira Dorath P.Uchôa concordou com a propo
13. ta, achando procedente o adiamento da decisão. O Conselheiro Vi
14. tor H.Mori destacou a necessidade da delimitação da área a se
15. preservada e da área objeto do acordo entre a Caixa e a Prefeit
16. ra. O Senhor Presidente esclareceu que, atualmente, existe um
17. proposta para a utilização da área definida, por um croquis, u
18. estudo de massas e aproveitamento, encaminhado pela Caixa Econô
19. mica e o projeto do novo traçado da Rua Haroldo Veloso, encami-
20. nhado pela EMURB. Tendo em vista o esclarecimento prestado pel
21. Senhor Presidente, a Conselheira M.Luiza Marcílio retirou a su
22. proposta em postergar a decisão do Conselho. Após essas manifes
23. tações, vários Conselheiros e Técnicos teceram comentários quan
24. to ao uso e ocupação da área, tendo em vista que o tombamento
25. não garante o uso atualmente desenvolvido na área. O Senhor Pre
26. sidente informou que a ocupação e o uso deverão ser definidos a
27. través de acordo celebrado entre a Prefeitura Municipal e os u
28. suários, podendo o CONDEPHAAT intervir em caso de uso inadequad
29. que venha descaracterizar o tombamento proposto. O Conselheiro
30. Victor H.Mori lembrou que o Órgão apenas pode sugerir, e não ir



-7-

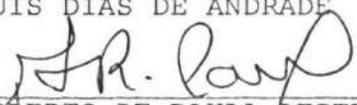
01. por a ocupação e uso da área. O Conselheiro Antonio A. Arantes ma
02. nifestou-se favoravelmente ao tombamento, tendo em vista a exceç
03. cionalidade e diversificação da ocupação da área. O Conselheiro
04. Antonio L.D. de Andrade propôs que, para a permanência desta ocu-
05. pação e/ou uso da área, seria necessária a demarcação dos espa--
06. ços utilizados atualmente. Salientou que é importante não esque-
07. cer o caráter histórico da área, como único remanescente dos can
08. pos de futebol de várzea, qualidade esta apontada pelos parece-
09. res e que deve ser o motivo principal do tombamento. Destacou -
10. que, por essa razão, é necessário que essa atividade continue a
11. ser desenvolvida na área, para que o tombamento seja justificad
12. O Senhor Presidente colocou em votação, tendo o Egrégio Colegia-
13. do deliberado, por maioria de votos, pelo tombamento do Parque -
14. do Povo, excluindo a área destinada ao empreendimento proposto -
15. pela Caixa Econômica Federal. Os Conselheiros Roberto Moreira e
16. José Roberto T. Leite se abstiveram de votar. Nada mais havendo a
17. ser tratado, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, cuja Ata foi
18. elaborada por Dirce Santini, Elisabete Mitiko Watanabe e José --
19. Eduardo Neiva de Lima, e assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, 04 de julho de 1994.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

ANTONIO AUGUSTO ARANTES

ANTONIO LUIS DIAS DE ANDRADE



ANTONIO ROBERTO DE PAULA LEITE



Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26513	88	

INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDMANN

ASS.: Estudo de Tombamento do quadrilátero situado entre as Avs. Juscelino Kubitscheck, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado PARQUE DO POVO. CAPITAL

À ASSESSORIA JURÍDICA,

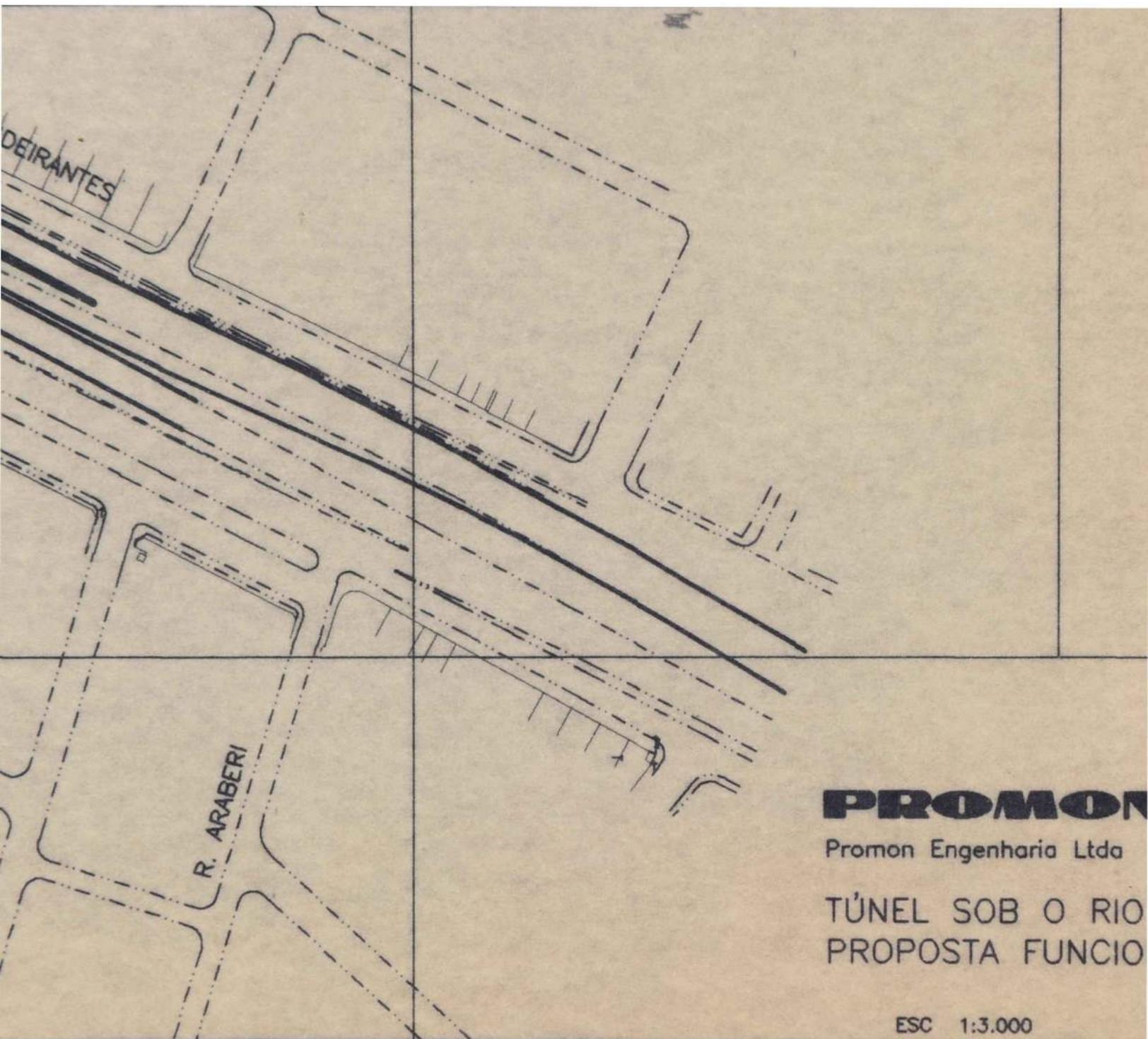
Para conhecimento da Informação Técnica, de fls. 828 e 829, emitida pela sociól. Naira Morgado e hist. Luciana Miguel.

Segue a Informação documento referente à desistência, por parte do INSS, da Constatação interposta da decisão do Conselho pelo tombamento do PARQUE DO POVO (fls. 830).

Junto às fls. 831 a 837, para registro no presente, cópia da ATA nº 1000, relativa à reunião do E. Colegiado em que se delib~~er~~ou pelo tombamento da área.

STCR, 21 de dezembro de 1994.


SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora-Técnica de STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ



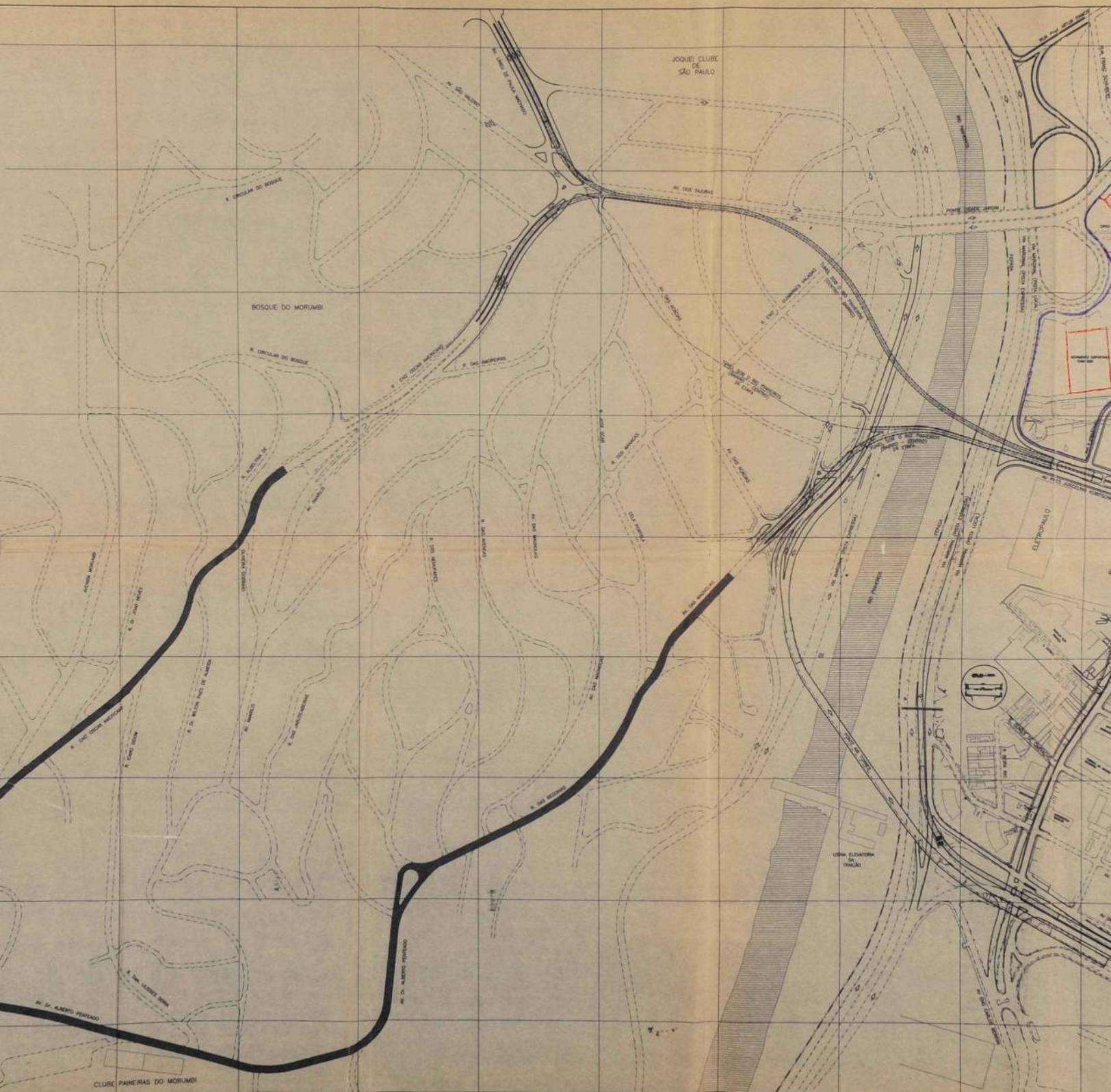
PROMON

Promon Engenharia Ltda

TÚNEL SOB O RIO
PROPOSTA FUNCIO

ESC 1:3.000

LIMITE DE ÁREA TOMA





EMURB

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA EMURB NÃO PODENDO SER REPRODUZIDO
REVELADO NO TODO OU EM PARTE SEM SUA AUTORIZAÇÃO

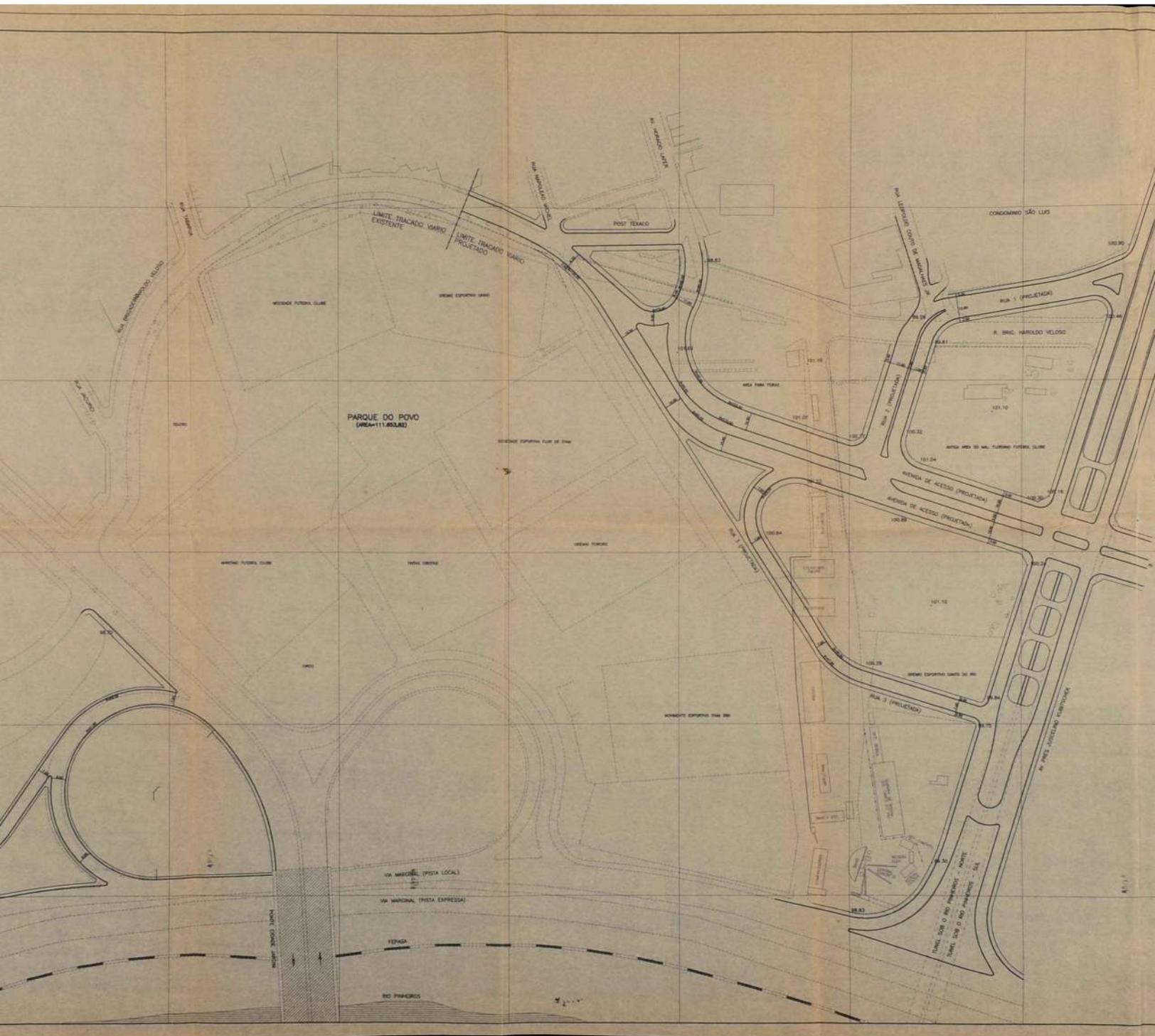
APROVAÇÃO FINAL

VERIFICAÇÃO

APROVAÇÃO

LIBERAÇÃO

LIMITE DE ÁREA TOMBADA





840

ESTADO DE SÃO PAULO
RESOLUÇÃO SC Nº DE DE DE 199

MARCOS RIBEIRO MENDONÇA, SECRETÁRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.426 de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 e 149 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto nº 20.955, de 01 de junho de 1983,

R E S O L V E

Artigo 1º - Fica tombado, como bem cultural de interesse histórico, artístico, ambiental e turístico, a área denominada Parque do Povo, localizada em São Paulo, Capital, conforme perímetro descrito em artigo subsequente e configurado em mapa anexo.

Artigo 2º - O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realização das atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, com destaque para a histórica prática do futebol de várzea, do circo escola e do teatro experimental, assim como promover a manutenção do parque e incentivar a melhoria da qualidade ambiental da cidade de São Paulo.

Artigo 3º - Descrição do perímetro de tombamento.

Inicia-se na confluência da Av. Pres. Juscelino Kubitschek com Via Marginal Pinheiros (pista local). Segue por esta em direção norte, acompanhando a alça de acesso para a Ponte Cidade Jardim. Segue a leste pela Av. Cidade Jardim até a esquina com Rua Brigadeiro Haroldo Veloso. Segue por esta rumo sul até a esquina com Rua Napoleão Michel e posteriormente pelo alinhamento da Rua 3 (Projetada) até a confluência com Av. Pres. Juscelino Kubitschek. Segue por esta rumo oeste até fechar o perímetro. (Vide mapa em anexo).

Artigo 4º - Tendo em vista conciliar esforços integrados para a preservação da área tombada, fica estabelecido o seguinte conjunto de diretrizes:

...



841

ESTADO DE SÃO PAULO

01. Respeito à paisagem:

a. Toda ocupação deverá se pautar pelas atividades historicamente desenvolvidas no local e manutenção dos campos da área utilizada pelo circo e pelo teatro. Outros equipamentos ou instalações poderão ser construídos, alterados, retirados ou substituídos, mediante aprovação prévia do CONDEPHAAT.

b. Em nenhuma hipótese serão toleradas construções com mais de dois pavimentos ou 10,00 metros de altura.

02. Qualidade ambiental:

a. Toda a vegetação existente no Parque do Povo é de interesse para a preservação. O corte, transplante ou poda de árvores deverão ser acompanhados pelo Órgão Municipal competente e precedidas de autorização do CONDEPHAAT.

b. Deverá ser priorizado o desenvolvimento de projetos de paisagismo que prevejam a revegetação do parque assim como o ajardinamento das áreas comuns.

c. Deverá ser implantado um sistema de coleta de esgotos, a ser integrado à rede pública.

d. A coleta do lixo deverá ser organizada no interior do parque e articulada com o serviço da Municipalidade.

03. Atividades compatíveis com o tombamento:

a. As entidades que tradicionalmente organizam as atividades esportivas e culturais poderão continuar a desenvolvê-las livremente, desde que não desvirtuem ou impliquem na degradação do conjunto do parque. Qualquer obra, edificação ou modificação na paisagem do parque necessária à realização e eventos ou atividades especiais, deverá ser precedida de autorização do CONDEPHAAT, bem como quaisquer alterações propostas para os limites físicos das atividades esportivas (campos de futebol) e culturais (circo e teatro).

b. Está implícito no tombamento a manutenção do perfil dos clubes de futebol de várzea diagnosticados no seu estudo, essencialmente quanto aos seguintes aspectos:

- livre acesso aos campos e demais equipamentos de lazer para to



842

ESTADO DE SÃO PAULO

c. Está implícito no tombamento a manutenção do perfil das atividades culturais e de lazer desenvolvidas pelo circo e pelo teatro, destacando os seguintes aspectos:

- trabalho educacional e de formação de profissionais nas respectivas áreas;

- desenvolvimento de projetos de caráter social.

d. A manutenção das instalações e das condições de higiene e limpeza nas áreas dos clubes, do circo e do teatro serão de responsabilidade concorrente das respectivas entidades mantenedoras conjuntamente com a Prefeitura Municipal.

e. O CONDEPHAAT regulamentará a instalação de painéis de publicidade na área do Parque, na conformidade do artigo 138 do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979.

04. Sobre o sistema viário local:

Como o Parque do Povo destaca-se pelo aspecto integrado das atividades nele desenvolvidas, não serão permitidas obras de ampliação do sistema viário local, viadutos ou passarelas que impliquem na sua segmentação, nem tampouco comprometam os terrenos dos campos ou áreas do circo ou do teatro.

Artigo 5º - Serão tomadas medidas e elaborados projetos objetivando:

a. remoção e relocação das famílias que moram na área;

b. remoção do canteiro de obras e escritórios da Construtora Camargo Corrêa e a Prefeitura Municipal;

c. remoção de todas as atividades estranhas ao objeto do tombamento, ou seja, aquelas não condizentes com os fins da preservação da atividade remanescente do futebol de várzea, do circo escola, do teatro experimental, do lazer público e da preservação ambiental;

d. remanejamento do campo do Ginásio Desportivo Canto do Rio, atingido pelo traçado definitivo do perímetro do parque;

e. ajardinamento e manutenção do conjunto do Parque.



84

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 6º - Ficam isentas de restrições por parte do CONDEPHAAT, toda e qualquer obra situada na área envoltória de 300 metros, definida pelo artigo 137 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16 de março de 1979.

Artigo 7º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, autorizado a inscrever no Livro de Tombo competente, o objeto do tombamento em questão, para os devidos efeitos legais.

Artigo 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA CULTURA, aos de de 1995.

MARCOS RIBEIRO MENDONÇA
Secretário da Cultura



Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. SC	26513 I e II	88	

Interessado: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FABIO FELDEMANN

Assunto : Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avs.: Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo. Capital.

Informação GP- 001/95

Senhor Chefe de Gabinete

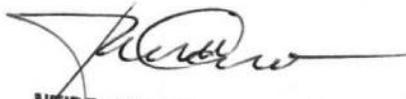
Tendo o Egrégio Colegiado em sua Ses são Ordinária de 04.07.94, Ata nº 1.000, deliberado pelo Tomba mento do Parque do Povo, situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, preparou - se a Resolução de Tombamento que encontra - se à contracapa do presente processo, solicitando seja submetida ao Excelentíssimo Senhor Secretário, se assim o entender.

GP/CONDEPHAAT, 11 de janeiro de 1995.

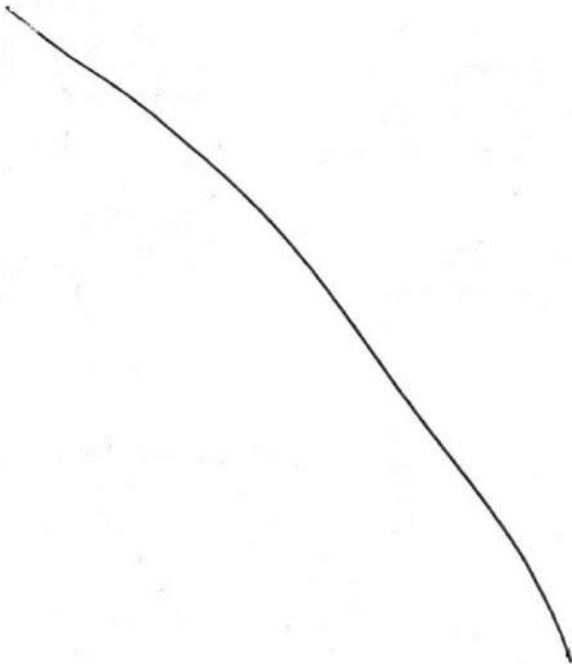
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

De ordem do Sr. Chefe de Gabinete
encaminhe-se ao CONDEPHAAT

~~_____~~
Chefia de Gabinete em 07/04/95


NEIDE CARVALHO
Assessor Técnico do Gabinete

CONDEPHAAT
Em 07/04/95
Recebido por SILVANA
Horas: 11:06





São Paulo

Gabinete do Presidente

Handwritten initials and number:
 D.C.
 546

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Processo nº: 25.790.0/7

Requerente.: PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Requerida...: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Vistos.

Ingressa o Prefeito do Município de São Paulo com a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 11.534/94, que dispõe sobre a proibição de intervenções na área denominada "Parque do Povo", abrangendo os seguintes logradouros: Avenida Cidade Jardim, Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, Avenida Presidente Juscelino Kubitschuk e Avenida das Nações Unidas.

Alega, em síntese, que: a) ao delimitar a intervenção no "Parque do Povo", está inviabilizando a prática dos direitos de propriedade, passível de ser objeto em ação de indenização contra a Municipalidade; b) para que pudesse ocorrer esta intervenção seria necessário estar fundamentado em avaliações e pareceres técnicos, não do modo como se procedeu; c) a lei desrespeita o disposto na Constituição Federal, atentando contra o princípio da independência e harmonia entre os poderes; d) desrespeita o interesse



São Paulo

Gabinete do Presidente

Handwritten signature and initials

Esse é o relatório.

II - Do exame dos argumentos expendidos pelo Chefe do Executivo deflui a razoabilidade do deferimento à pretensão.

Os pressupostos fundamentais exigidos para a concessão de liminar em mandados de segurança, medidas cautelares, ações populares e ações civis públicas, antes de ouvir a outra parte, são o "fumus boni juris" e o "periculum in mora".

No que pertine às ações diretas de inconstitucionalidade, os pressupostos são, aparentemente, os mesmos.

Por intermédio da Lei Municipal ficou o Município de São Paulo obrigado a respeitar tal delimitação. Contudo, é possível admitir que este diploma legal viole preceitos constitucionais, interferindo na competência exclusiva do Poder Executivo. Deve ser admitido que é vedado ao Legislativo impor condutas a outro Poder Municipal, notadamente quando se refere a atos que se incluem na sua esfera de poder.

Desta forma, não é difícil vislumbrar os reflexos que a Lei nº 11.534/94 pode acarretar ao Erário Municipal.

Handwritten signature



São Paulo

Gabinete do Presidente

Handwritten initials and signature

Assim, para que melhor se avalie a extensão da medida, a liminar deve ser deferida.

III - Em face do exposto, DEFIRO o pedido de suspensão dos efeitos da Lei Municipal, pela ocorrência dos pressupostos legais.

Remetam-se os autos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Primeiro Vice-Presidente, a quem compete servir como juiz preparador, até a distribuição, inclusive (arts. 668 e 669 do RITJ).

São Paulo, 26 de 12 de 1994

Handwritten signature of Weiss de Andrade

WEISS DE ANDRADE
Presidente do Tribunal de Justiça

ceh

LEI

849

11.534.

23.05.94

LEI nº 11.534 DE 23 DE MAIO DE 1994.
(Projeto de Lei nº 840/93)
(Vereador Arnaldo de Abreu Madeira)

Dispõe sobre proibição de intervenções na área do Parque do Povo.

Miguel Colásuonno, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica proibida qualquer intervenção quer por obra civil ou viária, de iniciativa pública ou privada na área delimitada pelos seguintes logradouros: Avenida Cidade Jardim, Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, Avenida das Nações Unidas, considerada "espaço especialmente protegido", com a denominação de "PARQUE DO POVO", nos termos do art. 185 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.
Parágrafo único - Excetua-se dessa proibição a instalação da categoria de uso E4, restrita a:
a) monumentos históricos;
b) parques públicos;
c) sanitários públicos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de São Paulo, 23 de maio de 1994.

O Presidente,
Miguel Colásuonno

Publicada na Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Paulo, em 23 de maio de 1994.

O Diretor Geral,
Carlos Borromeu Tini

Publicado no D.O.M.
em 26.05.94
página 31 coluna 23
totalizado

LEI

850

nº 10.737

De 12/07/89

LEI Nº 10.737, DE 12 DE Julho DE 1989

Altera zona de uso de área conhecida como "Parque do Povo".

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 27 de junho de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica transformada em zona de uso Z.8-200, a área situada no lote 0033, Quadra 009, do Setor Fiscal 299, da Planta Genérica de Valores do Município, delimitada pelos seguintes logradouros: Avenida Cidade Jardim, Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, Avenida das Nações Unidas.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior passa a se incluir dentro os "imóveis do caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação", assim definidos pela alínea "d" do artigo 1º da Lei nº 8.328/75, ficando sujeita às restrições estabelecidas naquele diploma legal, no que tange ao uso e ocupação do solo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Julho de 1989, 4369 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

HÉLIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

PAUL ISRAEL SINGER, Secretário Municipal do Planejamento

LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH, Secretário dos Negócios

Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Julho de 1989.

JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

Publicada no D. O. M.

de 13/07/1989

página 01 col. 01

Contida:

Pr

Departamento de Documentação e Informática
Setor de Legislação e Informação

852

escritório técnico
julio neves s.c. ltda.
arquitetura consultoria planejamento
rua general mena barreto, 427
telefone (011) 887-3322
fax (011) 887-6051
jardim paulista cep 01433-901
são paulo sp

São Paulo, 03 de abril de 1995.

371/95

Para: CONDEPHAAT / Arq.JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA - Presidente

De: ESCRITÓRIO TÉCNICO JULIO NEVES / Arq.RODOLPHO M.DINI

Ref.: "PARQUE DO POVO" - Lei nº 11.534/94

Anexo, permitimo-nos enviar cópia do despacho do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, deferindo o pedido de suspensão dos efeitos da Lei Municipal nº 11.534/94, sobre o denominado "Parque do Povo", exarado no processo que trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade requerida pelo Senhor Prefeito do Município de São Paulo contra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

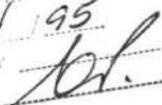
Atenciosamente,



ARQ.RODOLPHO M.DINI

RMD/rss

- Anexos: 1) Cópia do Despacho do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça
2) Cópia da Lei nº 11.534/94
3) Cópia da Lei nº 11.737/89.

CONDEPHAAT - Presidência
Em 4/4/95
Recebido por 
Horas _____



GABINETE DO SECRETÁRIO

SMA 451/95

São Paulo, 12 de abril de 1995

*Ao Condessa
para informar
ao Engenheiro*

Senhor Secretário,

Tomamos conhecimento, no final da semana e, posteriormente através da imprensa, da doação, por parte da Caixa Econômica Federal à Prefeitura Municipal de São Paulo, da área formada pelo quadrilátero Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brig. Haroldo Veloso, denominada **Parque do Povo**.

O Parque do Povo, destaca-se como um espaço diferenciado na cidade, proporcionando um lazer raro na cidade e um contato com atividades culturais de grande significado, características que fundamentaram seu tombamento, pelo Condephaat, em 1994, época em que houve também um acordo com a CEF, que utilizaria parcialmente a área, próximo à Juscelino Kubitschek, para a construção de prédios. A notícia da doação da área, portanto, traz uma série de questões, que preocupam os responsáveis pelo Parque. Ainda tramita na 4ª Vara Federal, processo judicial sobre a propriedade e uso da área, havendo liminar garantindo a integridade da área, com as características atuais. Há, ainda, projeto de lei do então vereador Arnaldo Madeira, que "congela" a área, não permitindo qualquer atividade modificadora, que prejudique as características do Parque.

A preocupação dos representantes da Associação Amigos do Parque do Povo - Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e os diversos clubes, está principalmente na permanência dos mesmos na área, questão que foi levantada em todo o processo de tombamento e em sua decisão final.

A continuidade das atividades lá existentes merecem atenção. Merece ser avaliado o papel que os ocupantes da área, com destaque ao Circo Escola e ao Teatro, dada suas instalações e à importante colaboração não apenas na manutenção da área, contra invasões e obras irregulares (inclusive por parte da Prefeitura), mas principalmente na viabilização do acordo com a CEF, para um uso racional da área, possibilitando empreendimentos imobiliários, o enriquecimento paisagístico (cobertura vegetal), e o uso realmente público do Parque, com abertura de acessos, mais espaços de lazer etc.

A idéia de um Shopping, na verdade não é recente, havendo projetos já de alguns anos, pelos quais toda a área seria tomada, e haveria uma relação direta com o Projeto Faria Lima - o aumento significativo do número de veículos na região, com mais um Shopping, é bastante questionável - até que ponto é compatível com a região, mais um Shopping, um estabelecimento comercial desse porte?

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Seção de Expediente G. S.	
Recebido em	17/04/95
Às	14 horas e 40 minutos
P. sob n.º 1	



653

GABINETE DO SECRETÁRIO

Tanto é questionável, que não consta do processo de Tombamento, assim como não consta a retirada do Circo Escola Picadeiro, nem do Teatro Vento Forte. Voltando a esta questão, vale dizer que apenas as quadras esportivas sofreriam modificações e melhorias, no sentido de torná-las plenamente abertas ao público e mais enriquecidas para o lazer.

A título de informação, vale comentar que, na 6ª feira, 07/4, mesma data em que foi acertada a doação, o Tetro Vento Forte foi fechado pela Prefeitura.

Assim, solicitamos a V.Exa. informações sobre o processo de tombamento do Parque do Povo, no que se refere à sua assinatura por esta DD. Secretaria de Cultura, garantindo, finalmente, o uso adequado da área.

Sem mais para o momento, no aguardo de informações, renovamos os protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Deputado Fabio Feldmann
Secretário do Meio Ambiente

Exmo. Sr.
MARCOS MENDONÇA
DD. Secretário de Estado da Cultura
Rua da Consolação, 2333
01301-000. São Paulo. SP
(Fax.: 259.7174)

povo195/wjs

854



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

Tanto é questionável, que não consta do processo de Tombamento, assim como não consta a retirada do Circo Escola Picadeiro, nem do Teatro Vento Forte. Voltando a esta questão, vale dizer que apenas as quadras esportivas sofreriam modificações e melhorias, no sentido de torná-las plenamente abertas ao público e mais enriquecidas para o lazer.

A título de informação, vale comentar que, na 6ª feira, 07/4, mesma data em que foi acertada a doação, o Tetro Vento Forte foi fechado pela Prefeitura.

Assim, solicitamos a V.Exa. informações sobre o processo de tombamento do Parque do Povo, no que se refere à sua assinatura por esta DD. Secretaria de Cultura, garantindo, finalmente, o uso adequado da área.

Sem mais para o momento, no aguardo de informações, renovamos os protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 12 de abril de 1995

SMA 451/95

Senhor Secretário,

Tomamos conhecimento, no final da semana e, posteriormente através da imprensa, da doação, por parte da Caixa Econômica Federal à Prefeitura Municipal de São Paulo, da área formada pelo quadrilátero Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brig. Haroldo Veloso, denominada **Parque do Povo**.

O Parque do Povo, destaca-se como um espaço diferenciado na cidade, proporcionando um lazer raro na cidade e um contato com atividades culturais de grande significado, características que fundamentaram seu tombamento, pelo Condephaat, em 1994, época em que houve também um acordo com a CEF, que utilizaria parcialmente a área, próximo à Juscelino Kubitschek, para a construção de prédios. A notícia da doação da área, portanto, traz uma série de questões, que preocupam os responsáveis pelo Parque. Ainda tramita na 4ª Vara Federal, processo judicial sobre a propriedade e uso da área, havendo liminar garantindo a integridade da área, com as características atuais. Há, ainda, projeto de lei do então vereador Arnaldo Madcira, que "congela" a área, não permitindo qualquer atividade modificadora, que prejudique as características do Parque.

A preocupação dos representantes da Associação Amigos do Parque do Povo - Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e os diversos clubes, está principalmente na permanência dos mesmos na área, questão que foi levantada em todo o processo de tombamento e em sua decisão final.

A continuidade das atividades lá existentes merecem atenção. Merece ser avaliado o papel que os ocupantes da área, com destaque ao Circo Escola e ao Teatro, dada suas instalações e à importante colaboração não apenas na manutenção da área, contra invasões e obras irregulares (inclusive por parte da Prefeitura), mas principalmente na viabilização do acordo com a CEF, para um uso racional da área, possibilitando empreendimentos imobiliários, o enriquecimento paisagístico (cobertura vegetal), e o uso realmente público do Parque, com abertura de acessos, mais espaços de lazer etc.

85

Codempri



TELEFAX

FICHA DE TRANSMISSÃO / TRANSMISSION FORM

Secretaria do Meio Ambiente

EMIÇÃO Nº

DATA 12/14/95

RUA TABAPUÃ, 81 - CEP 04533-010 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

822.8291 /

FAX: (011) 822-5468

TELEX: 1132621 SMEA BR

PÁGINA / PAGE Nº 1

DESTINATÁRIO: (NOME) SR. MARCOS MENDONÇA

FAX Nº

259.6175

EMPRESA: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA CIDADE: SÃO PAULO

REMETENTE/FROM: (NOME) DEP. FABIO FELDMANN - SECRETÁRIO

RAMAL:

822.3482

DEPARTAMENTO SMA/SP - GABINETE

ANDAR:

Nº PÁGINAS (INCLUSIVE ESTA) 3
No. OF PAGES (INCLUDING THIS)

FAVOR AVISAR SE NÃO RECEBER TODAS AS FOLHAS
IF ALL PAGES WERE NOT RECIEVED, PLEASE INFORM

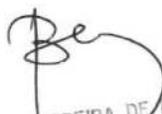


45

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condephaact			

À S.A.,
para juntar ao respectivo processo
o presente volume, que se refere
ao texto revisado dos estudos de
fombamento do PARQUE DO POVO,
na capital.

Atua, 17 de abril de 1995.


SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do ST.F.P.
CREA n.º 55.198-D-RJ

658

Estudo de Tombamento do Parque do Povo

**Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e
Turístico do Estado de São Paulo
(CONDEPHAAT)**

1994

ESTUDO DE TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO

* Introdução

- "O Lazer na Cidade"
- "O Futebol, Várzea e a Cidade de São Paulo"
- "Entre o Público e o Privado: o Direito à Cidade"

* Cap. 1 - Diagnóstico

1.1 Diagnóstico ambiental

- 1.1.1 - Cobertura Vegetal do Parque do Povo
- 1.1.2 - Questões Relativas à Melhoria da Qualidade Ambiental

1.2 As atividades do Parque

- 1.2.1 - Os Clubes de futebol de várzea
- 1.2.2 - O Circo Escola Picadeiro
- 1.2.3 - O Teatro VentoForte

1.3 A dinâmica do Parque do Povo

* Cap. 2 - Aspectos Históricos do Bairro e do Parque

- 2.1 O Bairro do Itaim Bibi
- 2.2 Aspectos Históricos do Parque do Povo

* Cap. 3 - O Futebol de Várzea

- 3.1 Várzea: da Gênese ao Desaparecimento
- 3.2 História do Futebol de Várzea
- 3.3 A Geografia do Futebol de Várzea

* Cap. 4 - Áreas Verdes e o Desenvolvimento Urbano

* Cap. 5 - O Parque do Povo e o Conceito de Patrimônio Cultural

* Cap. 6 - Conclusões e Diretrizes

* Bibliografia

* Equipe técnica

ESTUDO DE TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO

INTRODUÇÃO

O Parque do Povo é uma área de cerca da 150.000 m localizada no perímetro compreendido entre as avenidas Juscelino Kubistchek, Marginal do Rio Pinheiros, Cidade Jardim e Rua Brig. Haroldo Veloso no bairro do Itaim-Bibi, São Paulo-SP. Caracterizada pelo uso de lazer, seu pedido de tombamento foi encaminhado ao Condephaat em 1988, através do Deputado Federal Fábio Feldmann. No mesmo ano, o Egrégio Colegiado aprovou parecer da Equipe de Áreas Naturais e da conselheira relatora, Dra Stela Goldenstein, favoráveis a abertura do processo de tombamento.

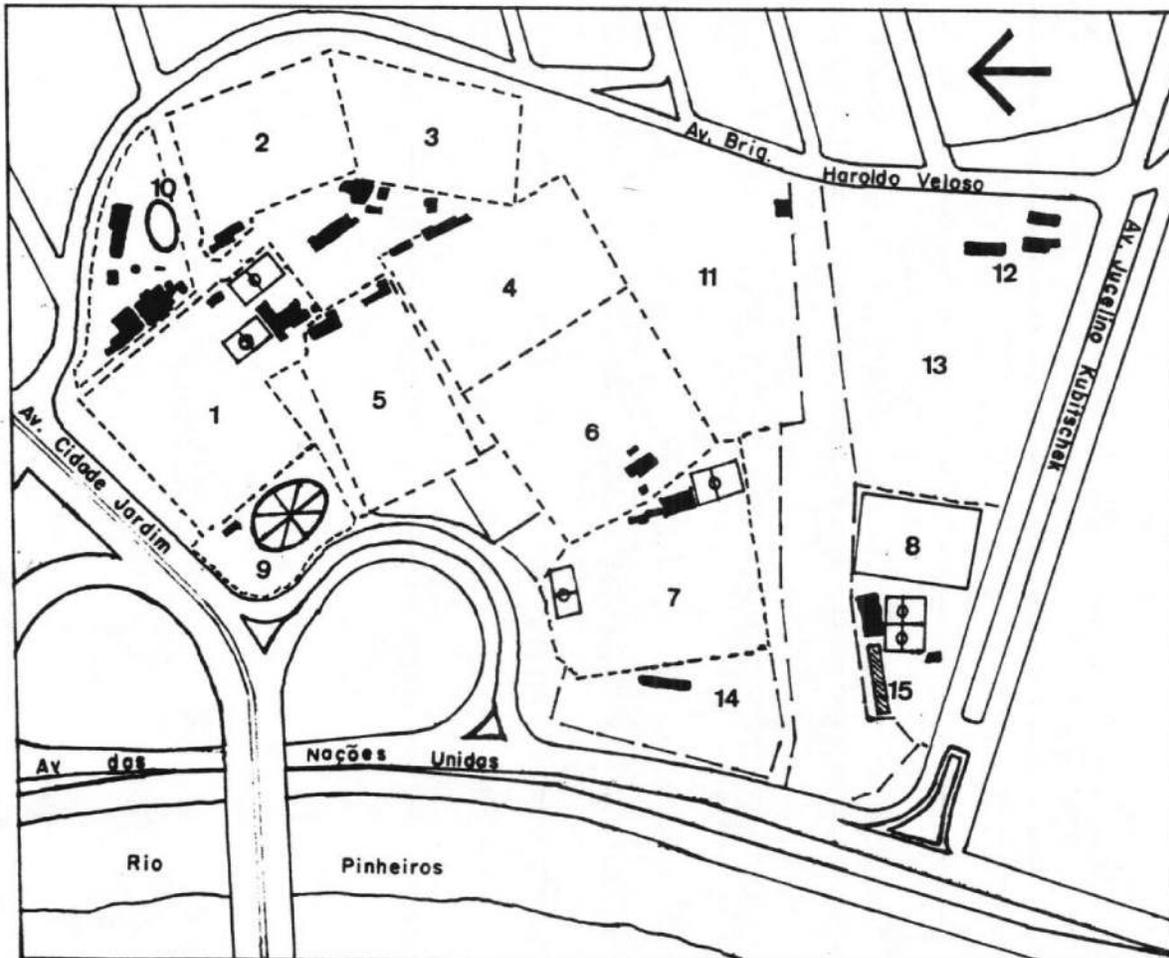
O presente parecer, que está sendo encaminhado para apreciação e deliberação definitiva do conselho, reflete o intenso trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar do Serviço Técnico de Conservação e Restauro do Condephaat. Além dos técnicos deste órgão, também foram convidados especialistas da Universidade de São Paulo.

Para fundamentar o estudo de tombamento foi realizado amplo levantamento bibliográfico, consultas a especialistas e exaustiva pesquisa de campo. Os textos introdutórios foram produzidos especialmente para este trabalho, para subsidiar teoricamente o parecer. A proposta parte de um detalhado diagnóstico da área, envolvendo caracterização ambiental e das atividades que funcionam no Parque do Povo. Aborda aspectos históricos do bairro e do próprio parque. A seguir, discute o panorama do futebol de várzea em São Paulo e a inserção desta área em seu contexto. Amplia a análise para a questão do desenvolvimento urbano e as relações do parque com o conjunto das áreas verdes da cidade. Finalmente, enfoca o conceito de patrimônio cultural e a situação do Parque do Povo, fundamentado no conteúdo global do parecer. Desta forma, encaminha as conclusões do trabalho.

Agradecimentos

Muitas foram as contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Gostaríamos, entretanto, de agradecer especialmente ao Prof. Dr. José Guilherme C. Magnani, pela intensa participação e orientação científica. Agradecemos também ao Prof. Dr. José Sebastião Witter, Prof. Dr. Maria Lúcia Montes, Historiadora Yara Schreiber, Antropólogo Luís Enrique Toledo, Jornalista Helvídio Mattos (TV Cultura), Fotógrafo Rafael Assaf, Arquiteto Flávio Luís M. B. de Moraes, Depart. de Aerofotogrametria do IGC, Fernanda P. Fonseca, Iolanda Évora e à comunidade do Parque do Povo.

USO ATUAL DO PARQUE DO POVO



CARTA: Fernando de Padua Laurentino (Estagiário de Geografia)

Escala Aproximada 1:4000



LEGENDA

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Marítimo Futebol Clube | 9. Circo Escola Picadeiro |
| 2. Mocidade Futebol Clube | 10. Teatro Vento Forte |
| 3. Grêmio Esportivo União | 11. Área Para Feira Livre |
| 4. Sociedade Esportiva Flor do Itaim | 12. Canteiro Camargo Ferreira |
| 5. Tintas Citrota | 13. Área Livre (Antigo Marechal Floriano) |
| 6. Grêmio Itororó | 14. Bicicross |
| 7. Movimento Esportivo Itaim Bibi | 15. Bocha |

O LAZER NA CIDADE

José Guilherme Cantor Magnani
Departamento de Antropologia
FFLCH - USP

Para se entender o atual significado e crescente importância do lazer na sociedade contemporânea, é preciso situá-lo num determinado contexto que oferece, simultaneamente, o quadro de referência histórica e pistas para sua conceituação. Tal contexto é o dos primeiros tempos da Revolução Industrial, quando a disciplina, o ritmo e intensidade do trabalho só conheciam um limite: o da exaustão física e psíquica daqueles contingentes de trabalhadores arrancados de seu tradicional modo de vida, no qual a interrupção do trabalho - seja agrícola, artesanal, de coleta - era ditada pelos ciclos da natureza e legitimada por um calendário religioso que marcava o tempo através das festas e rituais.

O nascente capitalismo, porém, inaugura uma nova ordem sócio-econômica onde a produção já não era determinada pelas necessidades de consumo do grupo doméstico, mas tinha como eixo o mercado, que aliás fornecia um dos fatores envolvidos no processo produtivo: a força de trabalho. O problema da conservação desta última dizia respeito unicamente a seu vendedor que, de posse da remuneração, devia arcar com os custos - alimentação, alojamento, saúde, descanso.

Melhores e mais humanas condições de vida e trabalho foram, pois, desde os inícios do sistema capitalista, conquistas da classe trabalhadora. O que não deixa de constituir um paradoxo: o tempo livre, necessário e funcional desde a lógica do capital - como fator indispensável para a manutenção e reprodução da força de trabalho - é resultado da luta do movimento operário pela diminuição da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias, etc.

Para muitas tendências do movimento operário organizado, o tempo livre era de suma importância pois representava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses. Representações teatrais, competições desportivas, sessões de canto e música, leituras, passeios, além de debates e cursos de formação - tais eram as formas através das quais os militantes preenchiam seu tempo livre.

A questão do lazer, portanto, surge dentro do universo do trabalho e em oposição a ele: a dicotomia é na verdade entre tempo de trabalho versus tempo livre ou liberado, e por lazer entende-se geralmente o conjunto de ocupações que o preenchem.

Se este é o quadro de referência que permite entender, em suas origens, o papel do lazer, atualmente é possível verificar algumas mudanças na forma como é encarado. Em primeiro lugar, o lazer já não é pensado apenas em sua referência ao mundo do trabalho e, principalmente, não é visto como um apêndice a ele. Uma rápida enumeração das instituições, equipamentos, produtos e atividades em torno do lazer - academias, clubes, rede de hotéis,

86

sistemas de excursões, vestuário, os cadernos de turismo dos grandes jornais - mostra que as formas de ocupar o tempo livre são consideradas per se e constituem rentável empreendimento.

Esta desvinculação entre lazer e o universo do trabalho tem a ver, nos países desenvolvidos, com o que um autor contemporâneo (LALIVE D'ÉPINAY, 1992) chama de mudança de ethos: a realização pessoal não passa mais necessariamente pelo trabalho - ao menos não pelo trabalho remunerado: "Para muitas pessoas, o trabalho continua sendo uma necessidade, mas não como uma forma de auto-realização (...) os direitos dos seres humanos não são apenas viver e trabalhar, mas viver e desenvolver-se, o que requer segurança não apenas material mas emocional". (op. cit., p.439)

O autor, evidentemente, está falando de sociedades onde os problemas de base foram resolvidos em função da política do bem-estar e onde a população economicamente ativa entra cada vez mais tarde no mercado de trabalho e sai cada vez mais cedo. Neste caso, aumenta o tempo livre e o trabalho remunerado é apenas uma das formas de atividade - nem sempre gratificante - ao lado de outras, como o trabalho doméstico, assistencial, comunitário, que entram na categoria agora mais abrangente de lazer.

Entretanto, o que acontece em países como o Brasil, marcado por profundos contrastes e desigualdades? Poderia parecer fora de propósito discutir tempo livre e lazer quando contingentes expressivos da população, em estado de miséria absoluta, não têm acesso sequer ao trabalho, numa situação até mais perversa que aquela descrita quando dos primórdios da revolução industrial.

Mas exatamente por se tratar de uma situação de contraste é que, além dos dois lados extremos do quadro, existe uma significativa região intermediária. Se para alguns as reflexões na linha de D'Épinay já fazem sentido, e para outros a questão do lazer é um luxo, existem muitos outros, também, para os quais a prática do lazer ainda é um direito a ser conquistado, consolidado.

Trata-se, com efeito, daquela parcela da população inserida no mercado de trabalho mas que, se legalmente tem assegurados seus direitos a férias, descanso semanal remunerado, etc., nem sempre tem acesso às condições reais e objetivas que permitam o usufruto do lazer: são em geral moradores dos bairros de periferia, distantes, carentes de muitos serviços urbanos básicos e desprovidos de espaços, equipamentos e instalações adequadas ao exercício de seu lazer.

E no entanto é amplo e variado o espectro de suas formas tradicionais de uso de tempo livre, nos finais de semana: circos, bailes, festas de batizado, aniversário e casamento, torneios de futebol de várzea, quermesses, rituais e comemorações religiosas (católicos e dos cultos afro-brasileiros), excursões de "farofeiros", passeios, etc. (MAGNANI, 1984). Antes, porém, de analisar as condições objetivas de exercício dessas e outras modalidades de lazer característicos dessa população, no espaço urbano, cabem algumas observações sobre sua dinâmica.

São, evidentemente, modalidades simples e tradicionais que não têm o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, mas estão profundamente vinculadas ao modo de vida e tradições dessa população. E analisando mais de perto as regras que presidem o uso do tempo livre por

86

intermédio dessas formas de lazer, verifica-se que sua dinâmica vai muito além da mera necessidade de reposição das forças dispendidas durante a jornada de trabalho: representa, antes, uma oportunidade de, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro, - estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. O que não é de pouca importância para uma população cujo cotidiano não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania.

Assim, tomando-se como ponto de partida o espaço onde são praticadas, é possível distinguir um sistema de oposições cujos primeiros termos são "em casa" versus "fora de casa". Na primeira categoria, "em casa", estão aquelas formas de lazer associadas a ritos que celebram as mudanças significativas no ciclo vital e têm com o referência a família, ou seja, festas de batizado, aniversário, casamento, etc.

O segundo termo da oposição, "fora de casa", subdivide-se, por sua vez, em "na vizinhança" e "fora da vizinhança". O primeiro engloba locais de encontro e lazer - os bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais e terreiros de candomblé ou umbanda, campos de futebol de várzea, o circo etc. - que se situam nos limites da vizinhança. Estão portanto sujeitos a uma determinada forma de controle, do tipo exercido por gente que se conhece, de alguma maneira - seja por morar perto, por utilizar os mesmos equipamentos como ponto de ônibus, telefone público, armazém, farmácia, centro de saúde - quando disponíveis.

Os moradores referem-se a esse espaço - que configura um território delimitado por marcos físicos, sobre o qual se estende uma rede de relações - com a denominação de "pedaço", local frequentado por pessoas que se reconhecem enquanto membros de uma rede social com base territorial:

"O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade". (MAGNANI, op. cit. p. 138)

É aí que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. E é o espaço privilegiado para a prática do lazer nos fins de semana nos bairros populares. Desta forma, o "pedaço" é ao mesmo tempo resultado (ainda que não exclusivo) de práticas de lazer, e condição para a sua prática.

Isto porque pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção, inclusive quando as pessoas aventuram-se para o desfrute de lazer "fora do pedaço", como acontece com disputas de futebol em outros bairros, excursões, idas a salões de baile ou a outros equipamentos de lazer situados em outros pontos da cidade.

Como se pode ver, o momento de desfrute do lazer não pode ser considerado apenas por seu lado instrumental, passivo e individualizado - reposição das energias gastas. Isto porque, como a análise da categoria "pedaço" mostra, existe um componente afirmativo referido ao estabelecimento de laços de sociabilidade, desde o núcleo familiar até o círculo

mais amplo que envolve amigos e colegas (no âmbito do "pedaço") e desconhecidos (fora do "pedaço").

Daí a importância do diálogo entre o "pedaço" (no âmbito do bairro) e outros espaços da cidade, que abre o particularismo da experiência local para outras vivências, em outros locais: é o "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1969), o que significa acesso a espaços, equipamentos, instituições, serviços que transcendem os limites da vida cotidiana no bairro.

No entanto, seja "no pedaço" ou fora dele, constata-se uma progressiva diminuição dos espaços destinados ao exercício do lazer da população de baixa renda. É o que acontece principalmente com modalidades tradicionais como circos, parques de diversão, futebol de várzea; a insuficiência de áreas verdes, praças e parques - ou dificuldade de acesso a eles, em virtude de sua localização - configura outra carência, assim como a inexistência ou precariedade de instalações para atividades comunitárias, sociais e culturais. Tal situação é resultado do caráter excludente do desenvolvimento urbano e a consequente desigualdade da distribuição dos equipamentos, privilegiando alguns setores em detrimento de uma grande maioria.

Tal diagnóstico - apenas indicativo - por si só aponta para a solução mais evidente: uma política cultural capaz de equipar as regiões mais carentes com a infraestrutura necessária e facilitar o acesso para usufruto da rede de lazer mais ampla. Se esta conclusão se impõe, cabe, entretanto, uma segunda constatação, aparentemente óbvia, mas não sem consequências: se há carências nessa área, com maior razão é preciso preservar o que existe e é utilizado, e impedir sua destruição.

Decisões relativas ao uso do espaço não podem ser tomadas em função de apenas uma lógica que supostamente decide o que é bom, conveniente e bonito para a cidade; há outros pontos de vista, decorrentes da existência de outros atores sociais com suas tradições, modos de vida, hábitos - igualmente legítimos. Aliás, é justamente essa diversidade que caracteriza a experiência urbana: "Nesse sentido, a diversidade urbana, além de ser uma propriedade das cidades, deve ser reconhecida como o princípio que as torna cidades" (DOS SANTOS, 1985, pg. 78).

Edificações de épocas e estilos diversos, espaços culturais tradicionais ao lado de centros voltados para o experimentalismo e a vanguarda, locais escolhidos e/ou compartilhados por pessoas de diferentes faixas etárias e outros exemplos mais de contrastes caracterizam a riqueza da experiência urbana, a que todos os moradores da cidade - os cidadãos, no sentido original do termo - têm direito.

Tal é o contexto das práticas urbanas, entre as quais a de lazer. Como se pôde apreciar, no caso deste último, se ainda o universo do trabalho faz-se presente, ao menos enquanto definidor dos limites do tempo livre - afinal, trata-se do lazer desfrutado no final de semana, entre uma e outra jornada de trabalho - já não é principalmente por referência aos valores desse universo que o lazer adquire seu pleno sentido.

Mesmo numa sociedade como a brasileira, marcada por profundos contrastes sócio-econômicos, com uma imensa população carente, cada vez mais o lazer deixa de ser pensado como privilégio de poucos, ou como algo acessório, passando a ser encarado como direito de todos e parte constitutiva de modos culturalmente diferenciados de vida.

86

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, C. N. (coord.) - Quando a Rua vira Casa. Rio de Janeiro, Ibam/Finep, Projeto, 1985

LALIVE D'ÉPINAY, C. Beyond the Antinomy: Work versus Leisure? Stages of a cultural mutation in industrial societies during the twentieth century. *Society and Leisure*. 14 (2), 433-446.

LEFEBVRE, H. - O direito à Cidade. São Paulo, Ed. Documentos, 1969

MAGNANI, J.G.C.- Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

FUTEBOL, VÁRZEA E CIDADE DE SÃO PAULO

José Sebastião Witter
Depart. História
FFLCH - USP

É indiscutível que o futebol é o "esporte das multidões". As grandes massas de torcedores, que se reúnem em torno dos campos é quase incalculável se pensarmos em todos os jogos disputados em um só domingo. E, neste caso, estou pensando nos jogos oficiais, dos campeonatos organizados, do futebol profissional. Basta deter-nos em frente a qualquer noticiário esportivo dos diferentes canais de televisão e acompanharmos as câmeras que focalizam os espectadores que se acomodam nas dependências dos estádios, para termos a constatação deste fenômeno. Em diferentes latitudes e longitudes de nosso planeta há sempre muita gente assistindo a "bola correr". Outras questões que não podem deixar de ser mencionadas são o centenário da introdução do futebol no Brasil e a Copa do Mundo, a realizar-se nos Estados Unidos, neste ano. Por que estas lembranças? Porque aquilo que 94 sintetiza, com a Copa e com os cem anos da chegada oficial do "jogo de bola" no Brasil é resultado de uma longa história, que começou há muitos séculos, regulamentou-se na Inglaterra no século XIX e, logo depois desta regulamentação passou a ser uma atração especial no Brasil. E foi em São Paulo, na Cidade de São Paulo, que as primeiras partidas foram disputadas, os primeiros clubes se constituíram e os primeiros campos de futebol foram sendo formados.

A data oficial da introdução do futebol é 1894. O introdutor, o brasileiro Charles Miller, filho de pais ingleses, que trouxe as primeiras bolas, os primeiros uniformes e as primeiras chuteiras, as "chancas" da infância de todos nós, foi também o incentivador dos jogos e o divulgador das regras que orientam as partidas. De certa forma, o primeiro professor a ensinar a jogar ... futebol.

Embora no início os jogos fossem disputados entre "teams" formados por "rapazes" da "elite" paulistana, os campos escolhidos para a prática do futebol eram aqueles que ficavam próximos às margens dos rios, as várzeas, onde ocorriam os alagamentos e as inundações numa São Paulo iniciante. A baixada do Glicério, às margens do Tamanduateí; as várzeas do Tietê e mais tarde do Pinheiros; as margens do rio Pacaembu, que nascia na encosta onde hoje está o Estádio Paulo Machado de Carvalho ou, então, em terrenos de chácaras existentes nos então longínquos bairros do Bom Retiro, Luz, Consolação, Bela Vista, para não falar na Lapa, Penha ou Moóca.... O crescimento da cidade, até 1960 lento mas constante, foi "empurrando" os campos para regiões mais distantes, afastando-os da malha urbana mais densa e fazendo com que os chamados times varzeanos ocupassem locais menos povoados embora bem situados geograficamente, o que facilitava o acesso dos jogadores e o comparecimento dos torcedores. Do centro da cidade, então a Praça da Sé e adjacências, até a chegada às distantes regiões de Pinheiros ou Móoca/Penha, foi uma longa caminhada, que foi deixando marcas indelévels.

Nessa caminhada um dos locais mais significativos para a história do futebol em São Paulo foi o Velódromo localizado na região onde hoje está a

transformado, eventualmente, em campos para a prática do "esporte-rei". No velódromo foram disputados as primeiras partidas dos primeiros campeonatos paulistas, os primeiros inter-estaduais, além de jogos internacionais..

Os milhares de campos de futebol que existiram em São Paulo, todos vinculados a clubes amadores foram, com a valorização dos terrenos urbanos da capital, sendo transformados em loteamentos, depois estacionamentos e nestes subiram os espigões que hoje são as torres... O fenômeno se deu em toda capital e o mapeamento que fará parte deste conjunto de trabalhos poderá dar idéia da migração ou migrações desses clubes e campos para distantes regiões do centro, ocupando as marginais, principalmente a do Pinheiros, que foi, talvez, a mais atingida pela especulação imobiliária.

O depoimento de Amadeu, colhido por Ecléa Bosi e publicado em seu livro antológico "Memória e Sociedade" ilustra, com propriedade, a minha narrativa:

"... Meu tempo de juventude foi muito empregado no esporte; organizava jogos, escalava os times, dava notícias para a Gazeta. Dirigi o Clube São Cristóvão aí do Brás, composto de vendedores de jornal. Depois fui convidado para dirigir o Madrid dos espanhóis da Rua Santa Rosa; eram todos carroceiros. Dirigi o Clube Madrid onde joguei, militei uns cinco, seis anos, por volta de 1930 ou 33.. O Estrela de Oliveira era um time de várzea, muitos da turma fundaram depois a corrida de São Silvestre. O nome do time vem de Rua Benjamin de Oliveira. Tomás Mazzoni era do nosso bairro, eram amigo daquela gente. Nós pagávamos para jogar, ninguém ganhava; quem perdia chorava, tinha amor no clube.

Nesse Tempo, os jogadores da Primeira Divisão podiam jogar na várzea. Não eram profissionais, não ganhavam nada. Joguei no São Cristóvão, que era o melhor clube da várzea. Uma vez o Internacional, por intermédio do Tomás Mazzoni, convidou o São Cristóvão para formar seu primeiro quadro. O Internacional era de Primeira Divisão.

Comecei a jogar futebol com nove anos. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério, cada um tinha mais ou menos cinquenta campos de futebol. Penha, pode por cinquenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode por uns cinquenta campos. Vila Matilde, uns vinte. Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamentos. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo pra fábrica.

Se nós vamos procurar na memória quantos jogadores da várzea, de uns quarenta anos faz, tinha mais de dez mil jogadores. Aquele tempo era uma coisa!. Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados para o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia pra fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham duas mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso.

Hoje não jogam nem dez por cento daquilo que jogavam naquele tempo, por falta de campo, de lugar. Não tem onde jogar. Em cada bairro se fazia um campeonato, juntavam dez ou vinte clubes. Ali era uma coisa!. O jogo da várzea era o que atraía a maior parte do público. De grande, havia o campo da Ponte Pequena, o Corinthians velho, e o campo do Sírio. Depois veio o Parque Antártica e o Parque São Jorge. A gente dizia: "Em que parque vamos jogar?". Não tinha ainda estádio, era campo livre, ninguém pagava para ver. O Pacaembu veio mais tarde, acho que em 38 ou 40. Aí começou a massa, antes

A este depoimento acrescento o meu. Quando cheguei a São Paulo, em 1968, a região de Pinheiros e Itaim-Bibi era repleta de campos de futebol, onde jogavam os times de várzea e nestes times surgiram, até 1970, muitos de nossos melhores jogadores. Era o tempo em que a várzea era cantada, em prosa e verso, como o "celeiro de craques" e também havia uma figura destacada na busca desses "novos valores", que era a do "olheiro". O olheiro tinha a incumbência de "olhar" os jogos nos campos de várzea e descobrir entre os milhares de jogadores alguns craques que faziam seus testes em grandes clubes e passavam a compor o "plantel" do Corinthians, São Paulo, Palmeiras, etc. Pois vi, desde que passei a residir em Pinheiros, a mudança da fisionomia do Bairro, mas também da cidade. Lugares diversos, dentro de Pinheiros, ainda eram ocupados por chácaras, pequenos pastos, onde se organizavam os campos e neles se reuniam excelentes grupos de futebolistas, em torno de sua agremiação preferida, fosse A.A. Serra Morena, o Estrela de Pari, o Vigor... na região do Pari. Ou ainda o Cruzeirinho da Penha, o Maria Zélia, entre outros da região da Penha e também o Marítimo, o Clube do Mé, o Canto do Rio, entre outros, que ocupam, ainda hoje, um espaço significativo como área de lazer, ainda mais importante para a sobrevivência do futebol amador/varzeano na sua expressão mais pura. Esse espaço é o chamado "Parque do Povo", onde todos os dias há "jogos de bola". Aos sábados e domingos, no entanto, essa área é um ponto de encontro de "craques" e torcedores, que para ali se dirigem com o objetivo principal de participar de uma partida amistosa de "football" ou de um torneio esportivo, quer como jogador quer como espectador. Esse "Parque do Povo" é, hoje, o local que materializa, nos clubes que nele mantêm suas sedes, aquilo que a História não pode reviver, o jogo puro do futebol "verdadeiro": o jogo jogado, não a disputa competitiva e organizada, que gera lucros e quase determina a caminhada de um jovem que chega a um grande clube. No "Parque do Povo" (como depoimentos e pesquisas realizadas poderão provar) o básico de tudo é o lúdico. A vitória de uma equipe é desejada e todos se empenham para consegui-la, porém terminado o jogo o conagraçamento entre os atletas continua a demonstrar que, numa disputa desportiva, os oponentes são adversários e não inimigos. Esse esporte amador, varzeano, na cidade de São Paulo, só poderá sobreviver enquanto espaços geográficos como esse continuarem a existir, sem excesso de regras ou intrincada burocracia, mas com uma ordenação espontânea dos próprios participantes dos encontros futebolísticos...

O futebol brasileiro deve muito de sua glória a essa prática natural e amadora de tantos campos que existiram, como tantos depoimentos irão demonstrar, e que foram sendo destruídos pelo avanço da técnicas de construção, e sua história encontra poucos vestígios que devem ser preservados para que não se perca a memória do que foi a cidade de São Paulo, a várzea e o futebol amador nelas praticado.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O DIREITO À CIDADE

Maria Lúcia Montes
Depart. de Antropologia
FFLCH - USP

Assim como a invenção do termo "política" se associa à polis grega, também para nós, desde a Renascença, é à preponderância das cidades como produtoras de um modo de vida específico que se associa uma das mais importantes invenções políticas da modernidade: a cidadania. Trata-se do direito, igualmente reconhecido a todos, de livremente participar da vida social e seus benefícios, de tomar parte nas decisões que dizem respeito à condução dos negócios da coletividade e de esperar do Estado a garantia desses direitos, bem como de ver por ele assegurado o fornecimento de equipamentos e serviços a que cada uma faz jus, pela sua contribuição à associação. Tais idéias, que hoje fazem parte do senso comum, pressupõem, no entanto, um longo e complexo processo histórico, ao longo do qual se redefiniram as relações entre "público" e "privado", que é necessário compreender, para se perceber o alcance e o significado profundo desta noção de "cidadania" que, num sentido específico, se confunde com o "direito à cidade" (1).

Na verdade, se buscarmos no pensamento político os vários "modelos" de compreensão da natureza da vida associada que servem de base ao direito de mando e à obrigação de obediência que, em diferentes momentos da História, alicerçam a atividade política, bem como a construção dos fundamentos jurídicos que a sustentam, não é difícil perceber que a grande ruptura pela qual esta História é marcada não se encontra na passagem entre o mundo da antiguidade clássica greco-romana e a Europa medieval, mas entre ambos e o mundo moderno. Esta ruptura se caracteriza essencialmente por um reordenamento específico das categorias que definem as relações dos homens entre si, com a natureza e com o universo sobrenatural, tarefa que toda comunidade humana necessariamente realiza, para definir-se a si mesma e situar-se na ordem do mundo, definindo ao mesmo tempo a identidade de seus membros, pela demarcação da diferença que os distancia dos demais homens ou de outros grupos sociais. É no interior desses distintos "arranjos" que se definem também de diferentes maneiras o "público" e o "privado".

De fato, tanto na antiguidade clássica quanto no mundo feudal, não há uma distinção nítida que separe a ordem natural da ordem social e política, sendo estas antes concebidas como uma extensão daquela. Nasce-se ateniense e não meteco, homem e não mulher, livre e não escravo, e são estas condições dadas "pela natureza" que asseguram ao indivíduo seu direito à palavra na ágora, caracterizando-o como integrante da comunidade da polis. O que garante o direito à participação na vida política, essencialmente pública, é, pois a capacidade, inerente à natureza de alguns homens, de se responsabilizar pela condução dos negócios da coletividade, incluindo-se nela também aqueles que, por natureza, são incapazes de participar dessa tarefa. De fato, mulheres e crianças, estrangeiros mercadores ou escravos presos ao trabalho, fechados sobre si mesmos na preocupação com seus próprios afazeres e interesses específicos - "idiossincráticos" (tà ídia), diriam os gregos, o que os caracteriza propriamente como "idiotes" - são incapazes de transcender a perspectiva "particularista" a que os condena sua situação e, assim, incapazes também de compreender os interesses do conjunto da sociedade ou zelar por eles, encargo

que, por esta razão, permanece como exclusivo dos "cidadãos". A esfera "privada" das atividades que dizem respeito apenas aos indivíduos é vista essencialmente como "privação", e o fato de viver em condições que impossibilitem escapar dessa perspectiva é o que exclui o indivíduo da participação na vida social e política e, por conseguinte, do universo da cidadania. O "direito à cidade" é, pois, aqui, também o pesado fardo que incumbe aos "cidadãos", como responsabilidade pela vida da coletividade em seu conjunto.

Concebendo-se a si própria em um universo mental análogo, a sociedade da Europa medieval será igualmente incapaz de definir de modo menos restritivo as condições que habilitam à participação na vida associada. Também aqui se nasce senhor ou servo da gleba, e o vínculo com a terra, parte da natureza, determina o lugar que cada um deve ocupar na imensa pirâmide que divide em estratos diferenciados - estados ou ordens - as posições definidas pela riqueza, o prestígio e o poder que organizam a hierarquia social e política característica do mundo feudal. No topo da pirâmide se reconhece o vínculo com a ordem sobrenatural - é o Papa, representante de Deus na terra, que sagra os reis, os quais, a seu turno, através da vassalagem, sagram os feudatários que, como eles, serão incumbidos de zelar pela coletividade dos que deles dependem. É nesse contexto que se redefinem de modo específico as fronteiras entre o "público" e o "privado". De fato, as tarefas da condução do que só metaforicamente se poderia ainda chamar, por analogia com o mundo grego, de "vida pública" - basicamente a distribuição da justiça, a organização da guerra e a cobrança de tributos - se fragmentam e se pulverizam, organizadas a partir de miríades de pequenos centros de poder que só de maneira frágil ainda se unem, através da extensa cadeia de reciprocidades que assim se instaura, para constituir o "reino" ou, mais longinquamente, o "Império", naturalmente cristão. É, pois, a partir do entrelaçamento dessas diferentes ordens privadas que se constitui propriamente a vida social e política, já que são elas que definem a complexa trama de direitos e deveres que incumbem a cada um, não enquanto indivíduo, mas enquanto membro de um estamento, no interior do qual se estabelecem as liberdades, franquias e privilégios de que todos os seus membros, a igual título, gozam em comum.

Entretanto, um novo sentido do "privado" se insinua também nesse mundo, construindo-se na relação dos homens com a ordem sobrenatural, que se expressa, na interioridade das "consciências" individuais, por uma idéia particular de igualdade - a de todos os homens enquanto filhos de Deus - e liberdade - o "livre arbítrio", que confere a cada um a possibilidade de conformar-se aos desígnios de Deus ou engajar-se pela própria vontade na senda da perdição eterna. Quando esses ideais de liberdade e igualdade tiverem deixado de ter uma referência religiosa para se traduzirem em condições sociais concretas que passam cada vez mais a organizar a vida coletiva, teremos então chegado ao horizonte da modernidade, para definir de outra forma as relações entre o "público" e o "privado" e, com elas, os direitos dos "cidadãos", em sociedades que assistiram ao surgimento do capitalismo, à consolidação de uma ordem social construída a partir da ascensão de uma nova classe, a burguesia, e à emergência do Estado moderno.

Também aqui o que está em jogo é uma certa maneira de se conceber a ordem do mundo e, nela, o lugar do homem, em suas relações com a natureza, com o mundo sobrenatural e com os outros homens, que sofre agora uma

de custos e benefícios que preside à aquisição da nova forma de riqueza representada pelo dinheiro aos poucos sai da esfera da economia para invadir o conjunto da vida social, transformando-se em novo parâmetro de conhecimento do mundo e valor que comanda a ação do homem. "Prever para prover" se converte em uma espécie de máxima, que regula tanto o ganho da riqueza quanto a nova ciência da natureza, destinada agora a permitir ao homem impor sobre ela o domínio de sua vontade transformadora. É ainda o mesmo espírito que comanda a reflexão de Maquiavel sobre a política, ao afirmar, contra os desígnios da fortuna, o valor da virtù do príncipe, demonstrada em sua ação que, tal como no universo da arte, traduz na criação da obra a grandeza do seu criador (2). Enfim, é essa mesma força de uma nova crença no poder da ação do homem sobre o mundo que levará a submeter ao escrutínio da razão o mundo sobrenatural, de onde se acreditava possível derivar o poder político dos soberanos, questionando-se agora os dogmas da fé, que postulavam uma ordem imutável, na natureza e na sociedade. É assim que se afirma esse novo espírito de liberdade que, da economia à política, anuncia o surgimento da modernidade.

Em outras palavras, este é um universo em que o indivíduo ganha plena autonomia, e seu isolamento no mundo dos próprios interesses, contrariamente ao pressuposto da antiguidade clássica, deixa de ser visto como característica do "idiotes", do indivíduo privado do direito ao exercício de funções públicas, para se converter em fonte de valor e princípio organizador de uma esfera distinta da vida social. Assim se configura, pela primeira vez na História, a afirmação, em contraposição à esfera pública do Estado, de uma esfera privada que constitui o que se chamará mais tarde de "sociedade civil". É nela que todos os homens são vistos, agora, como livres e iguais por natureza, devendo, pois, a liberdade e a igualdade, seus direitos naturais, constituir as únicas bases sobre as quais se poderá erguer o direito positivo, fundamentando ao mesmo tempo a legitimidade do poder do Estado e uma nova compreensão da cidadania.

É evidente, no entanto, nesse universo da modernidade, a existência de uma tensão constitutiva, que se revela na união das esferas, agora distintas, que o fundam: de fato, como será possível, num mundo de homens "iguais e livres por natureza", cujo interesse privado será considerado não apenas legítimo, mas também como fundamento da legitimidade do poder na própria esfera pública do Estado, conciliar seus objetivos particulares com a gestão dos negócios que dizem respeito à vida coletiva em seu conjunto? A tarefa essencial do direito e da política, no mundo moderno, tem consistido precisamente em acordar esses dois pontos de vista, muitas vezes antagônicos e não necessariamente convergentes, como já reconhecia Rousseau no século XVIII, ao afirmar que "o que o homem quer como cidadão dificilmente aceita conceder como súdito" (3). É por esta razão, e nesse sentido histórico específico, que se pode dizer que a questão da "cidadania" se identifica com o "direito à cidade", de que todos, em princípio, devem poder gozar a igual título, embora nem sempre seja simples reconhecer a muitos a legitimidade da sua reivindicação - direito que é antes uma conquista a ser realizada que um fato pacífico que caberia à lei apenas reconhecer.

Na verdade, a tensão constitutiva do mundo moderno se reproduz na experiência de vida na cidade e é a partir dela mais claramente evidenciada: é a dinâmica da vida urbana que, ao tratar a todos como indivíduos livres e iguais - vale dizer, indiferenciados - reconhece a todos os mesmos direitos, convertendo-os, no entanto, em parte de uma mesma massa homogênea, a população de um país ou o conjunto de seus cidadãos. em relação aos quais

874

todos os demais, dentro e fora dele, serão vistos como "outros", aos quais não são reconhecidos os mesmos direitos. Frente à lógica da vida pública, as fronteiras que nos separam desses "outros" se confundem, pois, com as do território da nação.

Entretanto, na experiência comum dos indivíduos, não é esta a vivência imediata de sua inserção na vida social, sempre marcada pela complexa trama de práticas sociais determinadas, teias de relações e laços de lealdades que identificam a cada um como pessoa, alguém que "pertence" à vida social de forma específica, caracterizando a peculiaridade de sua relação com um "território" que está longe de confundir-se com aquele demarcado pelas fronteiras do país. Tecidas de crenças comuns, hábitos compartilhados, formas semelhantes de ver, sentir e pensar o mundo, são essas teias e tramas de sociabilidade que marcam de modo particular a relação de um dado grupo com o espaço físico e social em que se insere, caracterizando-o propriamente como grupo frente ao qual todos os demais serão vistos como estranhos, longínquos e, no limite, hostis: "os outros" (4). Assim, por exemplo, a "vida urbana" só pode ser compreendida quanto vista em confronto com a "vida rural", tal como não se pode captar o significado da vida na "periferia" sem o contraponto do "centro" da cidade; os "centros de bairro" só revelam sua importância quando confrontados com a "vizinhança" sobre a qual estendem sua influência, e assim por diante, até o nível da unidade maior que engloba a cidade em seu conjunto, o "município", cuja feição característica, ou identidade, só adquire contornos definidos no contraste, finalmente, com a área maior em que se encontra inserido.

Assim, pois, paradoxalmente, é a impessoalidade mesma da lógica da vida urbana - condição do reconhecimento da igualdade de todos perante a lei, na esfera pública - que traz em seu bojo a necessidade de recriar, para além do indivíduo e da esfera privada restrita dos seus vínculos familiares, os contactos próximos, a solidariedade da vizinhança, os laços que se tecem a partir da experiência compartilhada no trabalho, na devoção, no lazer ou na atividade política, reduzindo, por assim dizer, a uma escala adequada à experiência humana, as dimensões em que as relações sociais podem adquirir significado e valor na vida de cada um. Assim, ao lado da "comunidade" da "nação", constitui-se, entre a "casa" - o mundo privado das relações pessoais - e a "rua" - a esfera pública propriamente dita (5) - uma outra "comunidade", nesse espaço intermediário, construído a partir de uma experiência coletiva e no entanto peculiar, que já foi definido como "o pedaço" (6). Este é um universo de vivências comuns, experiências partilhadas, relações primárias, contatos íntimos e, naturalmente, também conflitos, mas sua lógica própria só se torna compreensível quando vista contra o pano de fundo das múltiplas outras redes de sociabilidade que abrem para fora do "pedaço" a experiência daqueles que o integram, ligando-os, através de diferentes "trajetos", a outras atividades e dimensões da vida urbana que somente se definem pela sua integração a unidades mais amplas do espaço da cidade.

Percebe-se assim que é a prática social de seus habitantes que confere ao espaço urbano sentido e significado. Por sobre a urdidura física do espaço da cidade - aparentemente já dado, na fixidez de suas formas - na verdade se estende outra trama, tecida a partir dos mais variados laços sociais - relações de parentesco e vizinhança, lealdades políticas, práticas comuns de trabalho, vínculos religiosos, hábitos partilhados de lazer - para compor as extensas redes de sociabilidade que constituem, propriamente, a vida social. São experiências comuns, que conferem significado à existência tanto a partir da lógica do "pedaço" - as relações pessoais. a muda linguagem dos signos e

874

símbolos compartilhados, que permitem o reconhecimento e constroem uma identidade comum, a segurança de um mundo conhecido e próximo - quanto a partir da abertura para o espaço mais amplo da cidade que, através dos "trajetos", propicia o acesso ao novo e ao desconhecido, marcados pelo sinal de perigo da diferença que só o significado que a própria finalidade do percurso lhe confere permite neutralizar

Assim, a lógica do espaço urbano constitui, na realidade, o resultado de regras e práticas que regem o comportamento de seus habitantes, nos diferentes âmbitos da vida social em que são chamados a desenvolver suas atividades. A rua, a praça, o bar, o ponto de encontro, a igreja, o templo, a quadra de escola de samba, a festa de largo, o ritual religioso são apenas os suportes materiais que dão às práticas sociais de determinados segmentos da população urbana condições de realizar-se: eles constituem, na verdade, parte do seu patrimônio cultural. De fato é preciso lembrar que o que normalmente se considera como valor "histórico" de um bem não é compreensível senão em relação ao conjunto de práticas a ele associadas em determinado contexto: ao contrário do que supõe o senso comum, o que determina esse "valor" não é a "antiguidade" de um determinado monumento, objeto ou obra de arte, já que não são as simples marcas do tempo que nele estão em jogo, mas os significados a ele associados. Por outro lado, é preciso não esquecer também que determinadas edificações, equipamentos, objetos, que são vistos como parte integrante do "patrimônio histórico" de um povo, acreditando-se que seu valor tenha como referência a importância que lhe atribui a coletividade da "nação", muitas vezes adquiriram tal significado por terem sido privilegiados por determinados grupos, em geral detentores de riqueza, prestígio e poder na sociedade, os quais, em razão de seus interesses particulares, muitas vezes estritamente privados, acabam por erigir-se em guardiões da "memória nacional" e da "História oficial", confundida com a própria história de sua família ou seu grupo social.

Ao lado deles, outros espaços, edificações e equipamentos, significativos para outros grupos sociais, continuam a ser por eles valorizados, sendo facilmente reconhecidos e utilizados, embora aos olhos de outros grupos não tenham a dignidade de "patrimônio histórico" - ligados que estão a uma história puramente "local". Na verdade muitas vezes não lhes é sequer reconhecida a qualidade de bem que integra o patrimônio cultural desses grupos, parecendo antes "deslocados" no espaço urbano recentemente valorizado que continuam a ocupar. Entretanto, os habitantes da cidade têm o direito de descobrir, através desses testemunhos - todos eles, e não só os que fazem parte da "memória oficial" - o modo de vida de gerações passadas, cujo trabalho, tradições, crenças, formas de entretenimento e de luta deixaram marcas no espaço urbano. Enquanto parte do patrimônio cultural de grupos sociais diferenciados - seu suporte material - esses marcos não têm a fixidez das coisas da natureza, já que seu significado indefinidamente se renova, por um processo de seleção e combinação de características que incluem tanto referências congeladas na memória como traços culturais vinculados a práticas atuais: seus elementos físicos, que evocam a memória do passado, articulam-se no entanto à paisagem urbana atual e integram o cenário de práticas sociais contemporâneas.

Compreende-se, assim, que a lógica do espaço urbano não constitui uma álgebra fria, que apenas se limitaria a combinar entre si unidades fixas, já prontas e acabadas; o que a define é, antes, uma espécie de diálogo - muitas vezes conflitivo - entre pares de oposições - a casa e a rua, o centro e a periferia, o núcleo de bairro e a vizinhança etc. - cuja definição se alarga ou se

estreita, segundo o sistema de classificação daqueles que, ao utilizarem o espaço, lhe conferem sentido. Assim também, é a dupla determinação da experiência da vida urbana que alimenta sua dinâmica cultural: há, de um lado, a lógica do "pedaço", que favorece o convívio próximo, o fortalecimento da solidariedade e de laços pessoais; de outro, há a lógica ampliada da vida social que, definindo os habitantes como indivíduos, lhes atribui papéis e atividades diferenciadas - é graças a eles que, através dos "trajetos", os moradores da cidade esquadrihem em todas as direções o seu espaço, costurando em um mesmo todo seus diferentes "pedaços" e abrindo-se ao mesmo tempo ao contacto com novas experiências. A tensão entre esses dois polos é constitutiva da vida urbana e, entre os eixos que a organizam, não há escolhas a fazer: ambos integram a experiência dos habitantes da cidade.

É assim que a cidade reproduz a tensão entre o "público" e "privado" que, na vida social mais ampla, no plano do direito ou da política, ordena no mundo moderno o convívio associado. É a cidade que produz essas abstrações necessárias - a "população" dos estatísticos, o "usuário" de equipamentos e serviços dos planejadores urbanos - sobre as quais se definem e se elaboram políticas públicas de interesse para a coletividade em seu conjunto. Mas é também a cidade que produz o "morador", ligado à casa, a vizinhança e o centro de bairro, inserido na lógica do "pedaço", cujas reivindicações, por não serem absolutamente gerais, nem por isso são menos legítimas, já que, sendo coletivas, merecem ao menos ser levadas em conta por parte do poder público. Na realidade, em uma sociedade que pretendesse afirmar sua vocação liberal e democrática, todas as políticas públicas relativas à cidade, bem como os programas e projetos através dos quais se viabilizam, deveriam ter como perspectiva o esforço de compatibilizar as tensões que resultam da existência desses dois eixos característicos tanto da lógica do espaço quanto da dinâmica da cultura em meio urbano, no único plano em que tais tensões podem ser elaboradas, negociadas e, finalmente, conciliadas - o plano da política - já que disto resultam as condições que possibilitam a seus habitantes apreender o verdadeiro significado do direito à cidade como parte integrante da cidadania.

Resultando da conjunção dessas duas lógicas nem sempre compatíveis, o direito à cidade abre para cada um a possibilidade de usufruir, no espaço urbano, dos benefícios da vida associada, conciliando as exigências contraditórias do indivíduo e da pessoa, através da figura do cidadão. É a cidadania que permite a cada um apropriar-se, na primeira pessoa, da totalidade da cidade - meu bairro, minha vizinhança, mas também meu estado e meu país. Contrariando, à primeira vista, a lógica do espaço e a dinâmica da cultura no meio urbano, a cidadania acaba, enfim, por conciliá-las, restituindo a cada um, no plano político, o que a cidade lhe promete: o direito de usufruir de um modo de vida que, sem destruir as diferenças e os códigos de identificação específicos que constituem a vivência do espaço urbano, por isso mesmo garanta a todos - moradores, usuários, habitantes - as possibilidades de exercê-lo.

Cabe ao poder público criar as condições que tornem possível a conquista desse direito à cidade, como tarefa essencial de construção e exercício da cidadania.

Notas

1. Cf. Quirino, Célia Galvão e Montes, Maria Lucia, Constituições brasileiras e cidadania, Série Fundamentos, Ed. Atica, São Paulo, 1987.
2. Cf. Maquiavel, O Príncipe, Col. "Os Pensadores", Ed. Abril, São Paulo, 1973.
3. Cf. Rousseau, J.J., O Contrato Social, in Obras Escolhidas, 2 vol., Ed. Globo, São Paulo, 1960.
4. Retomo aqui algumas reflexões desenvolvidas por José Guilherme Magnani e por mim, ao longo de um trabalho de assessoria à Divisão de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Santo André, entre dezembro de 1990 e agosto de 1992. Cf. Subsídios ao Plano Diretor, Prefeitura Municipal de Santo André, mimeo, 1991.
5. Estas categorias, elaboradas por Roberto da Matta em outro contexto, visando explicar a dupla lógica que ordena a organização social no Brasil, criando o que chama de "o dilema brasileiro", são aqui utilizadas para dar conta, em um nível mais "microscópico", do sistema de classificação que ordena a percepção e a apropriação do espaço urbano pelo morador da cidade. Cf. Da Matta, Roberto, A casa e a rua, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.
6. Cf. Magnani, José Guilherme, "Da periferia ao centro: pedaços & trajetos", Revista de Antropologia, vol. 35, Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1992.

BIBLIOGRAFIA

- * Arendt, Hannah. A condição humana. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1983.
- * Cerroni, U. "Introdução ao pensamento político". O pensamento político - das origens aos nossos dias. Estampa, Lisboa, 1974.
- * Da Matta, R. - Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- * _____ - A casa e a rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- * Habermas, J. - Mudança estrutural da esfera pública. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
- * Magnani, J.G. - Festa no pedaço. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- * _____ - "Da periferia ao centro: pedaços & trajetos". Revista de Antropologia, vol. 35, Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1992.
- * Magnani, J. G. e Montes, M.L. - Subsídios ao Plano Diretor. Divisão de Planejamento Urbano, Prefeitura Municipal de Santo André, mimeo, 1991.
- * Martin, A. von. - Sociología del Renacimiento. Fondo de Cultura Económica, México, 1946.
- * Meyer, Marlyse & Montes, M.L. - Redescobrimo o Brasil - a festa na política. T.A. Queiroz, São Paulo, 1985.
- * Quirino, C. G. & Montes, M. L. - Constituição. Ática, Série Princípios, São Paulo, 1986.
- * _____ - Constituições brasileiras e cidadania. Ática, Série Fundamentos, São Paulo, 1987.
- * Quirino, C. G. & Sadek, M. T. (org.). - O pensamento político clássico. T. A. Queiroz, São Paulo, 1980.

Cap. 1 - DIAGNÓSTICO

1.1 - Diagnóstico Ambiental

A caracterização ambiental do Parque do Povo apresenta a situação atual da vegetação e de aspectos como escoamento superficial, tratamento de lixo e esgoto etc. No decorrer deste parecer, outras questões referentes ao tema também serão abordadas, tais como: a formação e caracterização geomorfológica das várzeas (cap. 3.1) e as relações entre as áreas verdes e o ambientes urbanos (cap. 4).

1.1.1 Cobertura Vegetal do Parque do Povo

De forma genérica, a vegetação encontrada atualmente na área do Parque do Povo compõe-se de espécies comuns e frequentes em arborização de ruas e em outros parques públicos da cidade. Predominam as espécies exóticas, ornamentais e frutíferas, tais como: os eucaliptos (*Eucaliptus*, sp), os alfeneiros (*Ligustrum japonicum*), as bisnagueiras (*Spatodea campanulata*), bananeiras, goiabeiras e outras, ao lado de uma variedade proporcionalmente menor de espécies típicas de ambientes florestais nativos, como o guapuruvú (*Schizolobium parahybum*), as quaresmeiras (*Tibouchina granulosa*) e o pau-ferro (*Caesalpinia peltophoroides*).

O conjunto das espécies presentes na área, bem como sua distribuição, podem ser observados no mapa de vegetação em anexo. Nota-se que a cobertura vegetal ocorre em um padrão de manchas de extensão e portes variados, com uma composição geralmente pouco diversificada, principalmente no que se refere às espécies arbóreas.

A distribuição e composição da vegetação refletem a ausência de um planejamento definido e uma forma gradativa de plantio, em épocas diferenciadas, de acordo com as necessidades e interesses momentâneos dos moradores e gerenciadores da área, com uso de mudas de espécies de fácil obtenção.

Os clubes de futebol em geral procuram manter suas áreas limítrofes com cercas vivas ou árvores de grande e médio porte, com densidades variadas, formando fileiras. Os cuidados e preocupações com a vegetação são observados em diferentes níveis, dependendo das circunstâncias de gerenciamento de cada time.

A área do teatro VentoForte exemplifica uma mancha de vegetação das mais diversificadas da área do parque. O local encontra-se densamente vegetado, com espécies arbóreas (tipuanas, jacarandás, bauhínias, eucaliptos, quaresmeiras, salgueiros, alfeneiros, ciprestes, abacateiros, goiabeiras, pitangueiras e amoreiras) e arbustivas (azaléia, acalija, caracasana, espirradeira, bambu, hibisco) constituindo, inclusive, cerca viva junto a todo o alambrado de divisa. Essa área é de fundamental relevância para a fauna do parque.

Já o circo apresenta em seu entorno áreas com solo exposto, as quais tem sua função de permeabilidade prejudicada, em virtude da intensa circulação de pessoal. A vegetação encontra-se esparsa e é composta por paineiras de pequeno porte, uma figueira e uma tipuana.

879

No contexto geral da área do parque merecem destaque as fileiras de eucaliptos que delimitam grande parte dos campos de futebol, as enormes figueiras-benjamim situadas no Marítimo Futebol Clube e os renques esparsos de tipuanas, bisnagueiras, alfeneiros, além de outros com ocorrência de sibipirunas e pau-ferros. Esses conjuntos têm particular importância, pois compõem uma massa vegetal arbórea que interfere de forma decisiva nos condicionantes ambientais locais.

Se, por um lado, a vegetação do parque é composta de espécies comuns e frequentes, por outro lado adquire grande relevância quando é analisado sob o enfoque funcional, conforme já foi mencionado no parecer de abertura do processo de tombamento. Esta questão será abordada com maior profundidade no capítulo 4.

Além de compor uma associação com os diferentes espaços de lazer do parque, enriquecendo-os do ponto de vista paisagístico e abrigo da fauna existente, a vegetação em questão cumpre funções ambientais significativas abrangendo desde o controle térmico local até a melhoria dos condicionantes atmosféricos (poluição) e de substrato (permeabilidade, fertilidade, evapotranspiração).

No que se refere a manutenção de seus componentes é recomendável que todos os conjunto arbóreos existentes sejam integralmente preservados.

A massa vegetal composta pelos eucaliptos e outros renques de indivíduos arbóreos de grande porte cumprem funções ambientais em uma magnitude dificilmente substituível a curto prazo. Para intensificar a ação funcional da biomassa vegetal é recomendável que a vegetação arbórea seja adensada, preferencialmente com eucaliptos, notadamente nas áreas limítrofes da área a ser tombada, no sentido de conferir uma proteção ambiental ao parque, bem como garantir um certo isolamento do contexto externo. Essa prática tornará as temperaturas dentro do parque mais agradáveis, os ventos e ruídos menos intensos, o ar menos poluído, além de criar um ambiente mais favorável para o lazer em geral.

1.1.2 - Questões Relativas à Melhoria da Qualidade Ambiental

Para viabilizar a melhoria da qualidade ambiental na área do Parque do Povo é necessário a adoção de certas medidas visando a resolução dos seguintes aspectos problemáticos:

- Lixo: O lixo não é coletado sistematicamente. Embora haja iniciativas dos clubes no sentido da manutenção geral de suas áreas, há ocorrência de depósitos espontâneos de acumulação de lixo e entulho em diferentes locais do parque, inclusive ao longo das vias de circulação, notadamente nos ambientes próximos às áreas utilizadas para moradias.

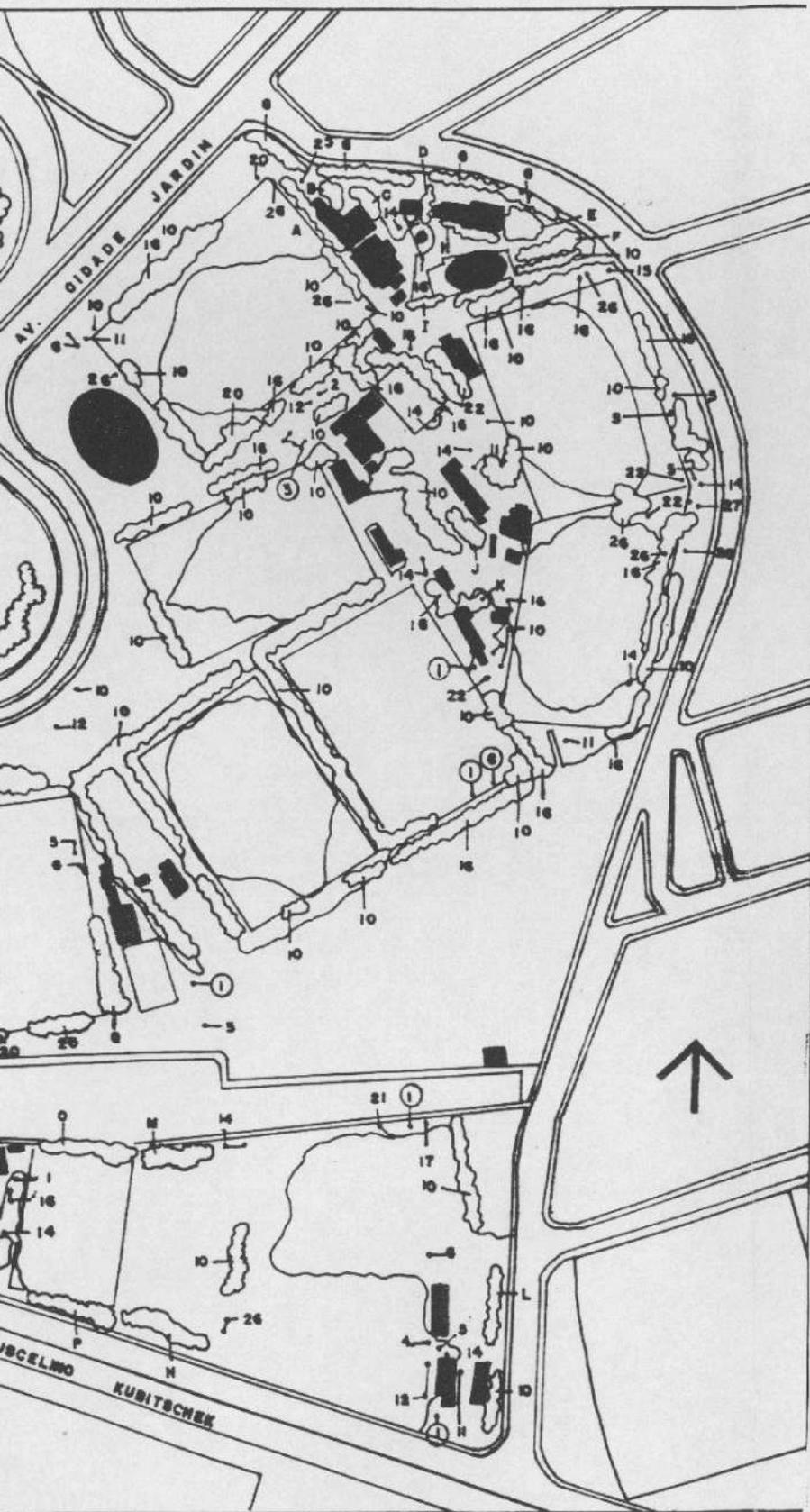
- Esgoto e água servida: Muitas das edificações existentes no parque lançam esgotos e água servidas a céu aberto.

- Drenagem das águas pluviais: Como a área do Parque do Povo apresenta um substrato de tipos (composição) e níveis variados, criados em função dos aterros e entulhamentos empreendidos ao longo do tempo, existem

áreas que, por permanecerem mais baixas, funcionam como captadores de água, provocando acúmulos e encharcamentos indesejáveis e frequentes. Destaca-se como exemplo desta situação, o campo do Grêmio Itororó que apresenta ainda, um terreno no nível originalmente existente no local. Além das águas das chuvas que acabam convergindo para o local, são despejados na área os efluentes produzidos pelo Clube do Mé.

- Áreas com solo exposto: Nas áreas limítrofes às instalações dos campos de futebol, do circo, da pista de bicicross e nas bordas do parque como um todo, ocorrem alguns setores onde existem pequenos taludes descobertos nos quais o solo é exposto a ação dos processos erosivos. Em vários destes locais, a ocorrência eventual de encanamentos improvisados para eliminação de efluentes de instalações e moradias, propicia o estabelecimento de pequenos sulcos com perda gradativa de solo.

NO PARQUE DO POVO



ÁRVORES

NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
1 ALBIZIA Sp	ACACIA
2 ARECASTRUM ROMANOFFIANUM	JERIVÁ
3 BAUHINIA Sp	PATA DE VACA
4 CAESALPINIA LEIOSTACHYA	PAU FERRO
5 CAESALPINIA PELTOPHOROIDES	SIBIPURUNA
6 CHORISIA SPECIOSA	PAINEIRA
7 CUPRESSUS Sp	CIPRESTE
8 ERYTHRINA VERA	MULUNGÚ
9 ERYTHRINA SPECIOSA	SUINÁ
10 EUCALYPTUS Spp	EUCALYPTUS
11 FICUS ELÁSTICA	SERINGUEIRA
12 FICUS MICROCARPA	FIGUEIRA
13 GREVILLEA ROBUSTA	GREVILHA
14 JACARANDA MIMOSAEOFOLIA	JACARANDÁ
15 LAGERSTROEMIA INDICA	RESEDÁ
15a LAGERSTROEMIA SPECIOSA	RESEDÁ GRANDE
16 LIGUSTRUM JAPONICUM	ALFENEIRO
17 MELIA AZEDARACH	SANTA BÁRBARA
18 PLUMERIA RUBRA	JASMIM MANGA
19 PINUS Sp	PINHEIRO
20 SALIX BABILONICA	SALGUEIRO
21 SCHIZOLOBIUM PARAYIBUM	GULPURUVÚ
22 SPATHODEA CAMPANULATA	BISHAGUEIRA
23 TABEBUIA Sp	IPÊ
24 TABEBUIA CHRYSOTRICA	IPÊ AMARELO
25 TIBOUCHINA GRANULOSA	QUARESMEIRA
26 TIPUANA TIPU	TIPUANA
27 TRIPLARIS SURINAMENSIS	TRIPLARIS
28 PHOENIX Sp	FALSA TAMA REIRA

FRUTÍFERAS

- ① ABACATEIRO
- ② AMOREIRA
- ③ BANANEIRA
- ④ GOMBEIRA
- ⑤ PITANGUEIRA
- ⑥ MANGUEIRO
- ⑦ MANGUEIRA

- COBERTURA HERBÁCEA
- RENQUE DE EUCALYPTUS (10)
- RENQUE DE LAGERSTROEMIA SPECIOSA (15a)
- RENQUE DE LIGUSTRUM JAPONICUM (16)
- RENQUE DE SALIX BABILONICA (20)
- RENQUE DE SPATHODEA CAMPANULATA (22)
- RENQUE DE TIPUANA TIPU (26)
- RENQUE MISTO (de a u), CONSTITUÍDO POR:

- A 10 - BAMBÚ - ARBUSTOS
- B ① - 26
- C ESPIRRADERA - MALVAISCO - 26
- D ARBUSTOS DIVERSOS
- E ACALIFA - 26 - 16 - 20 - ② - ④ - ⑤
- F 11 - 18 - 7
- G CERCAVIVA COM MALVAISCO - 3 - 10
- H 7
- I 10 - 20
- J 3
- K BAMBÚ E OUTROS ARBUSTOS
- L 5 - 20
- M 14 - 15 - 23 - 25 / MUDAS PEQUENAS DE 2 - 6 - 11 - 16 - 26
- N 6 - 9 - 14 - 16 - 22 - 23
- O 3 - 15 - 16 - 23
- P 16 - 22 - 26 - 4
- Q 2 - 9 - 12 - 20 / SOBRE CIMENTADO
- R 4 - 5 - 14 - 15 - 16 - 18 - 19 - 26 - ④
- S 14 - 16 - 25 - 26
- T 2 - 3 - 27
- U 5 - 11 - 16 - 20 / MUDAS PEQUENAS

- ARBORIZAÇÃO RUA HAROLDO VELOSO E AV. CIDADE JARDIM:
ALFENEIROS (16), A CADA 6m, COM PORTE ENTRE 1,5 A 3,0m.

1.2 - As Atividades do Parque do Povo

1.2.1 - Os Clubes de Futebol de Várzea

Os clubes de futebol do Parque do Povo representam o autêntico futebol de várzea paulistano. Caracterizados pela organização comunitária e intensa circulação na cidade, tais clubes sempre conviveram com a perda e conquista de novos campos em função de conflitos específicos de cada área.

No parque, muitos foram os clubes que ali se instalaram durante anos e depois se retiraram. É o caso do São Cristóvão, importante time do bairro, que hoje ainda mantém uma sede no Itaim-Bibi, onde os velhos amigos se reúnem para o jogo de carteadado ou de bocha.

Marechal Floriano, Araraquara, Cidade Jardim, Kopenhagen, América do Itaim, Grêmio Floriano, Ameriquinha, Cruz Vermelha e Esplanada, são outros clubes que já foram sediados no Parque do Povo. A maioria não existe mais.

A evolução destes clubes na área do parque nos últimos 30 anos pode ser constatada no mapeamento que segue em anexo. A ilustração demonstra a marcante reorganização espacial dos campos, que poderá ser melhor compreendida através da história dos clubes e da história geral do parque, no capítulo seguinte. Foram abordadas apenas aquelas equipes que atualmente mantêm sede e campo no local.

As informações referentes aos clubes foram obtidas através de entrevistas realizadas com os principais membros de cada agremiação, consulta a estatutos e outros documentos disponíveis. Os dados sobre os usuários dos campos são resultado da pesquisa realizada entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994.

- Marítimo Futebol Clube

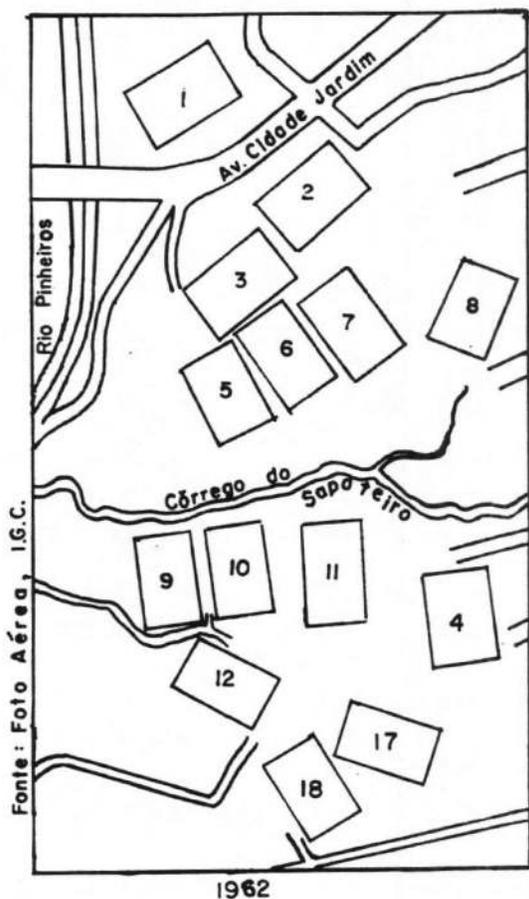
O Marítimo é o clube mais antigo e o primeiro a se instalar no Parque do Povo. Fundado em 13 de dezembro de 1928 por barqueiros portugueses que retiravam areia do leito do Rio Pinheiros, seu nome é uma homenagem ao Clube Marítimo da Ilha da Madeira, local de origem dos seus fundadores.

Localizava-se, inicialmente, na Rua Tabapuã próximo à Rua Cojuba, no Itaim-Bibi. Em 1934 mudou-se definitivamente para a atual sede a partir de uma autorização obtida junto ao IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensão de Comerciantes), então proprietário da área. Enquanto os demais clubes têm sua trajetória marcada pela "circulação" na cidade, através da conquista e respectiva perda de inúmeros campos de futebol, o Marítimo é um dos poucos a manter praça fixa durante 60 anos. Assim, o clube tornou-se uma referência na várzea paulistana, garantindo um vínculo histórico entre o Parque do Povo e o futebol.

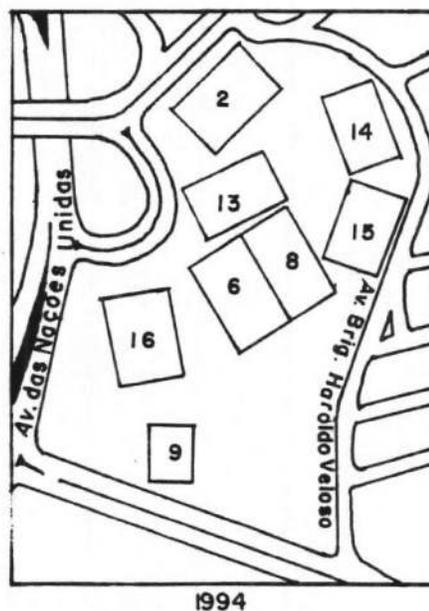
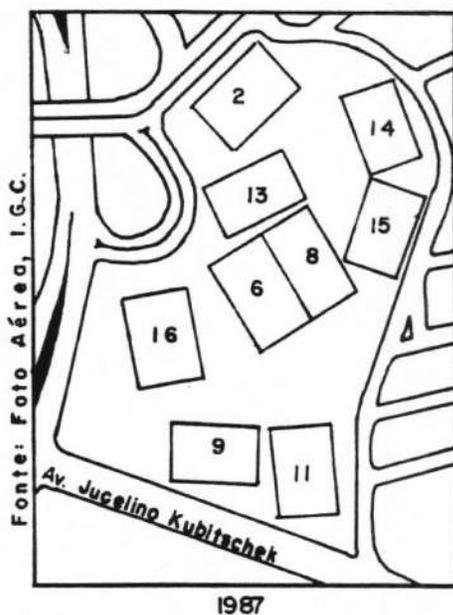
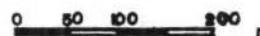
Licínio, que frequenta o Marítimo desde 1958, aponta para algumas árvores plantadas em torno do campo por membros do clube (principalmente eucaliptos), como símbolos da presença na área. "A figueira localizada em

8

Evolução dos Clubes no Parque do Povo



ESCALA APROX. 1:7000



CLUBES

frente à churrasqueira, não é nem centenária. Ela é duzentenária. É anterior à ocupação do terreno".

Anteriormente, a área total era superior à atual. O Marítimo cedeu espaços para outros clubes como o Mocidade e o Ciota.

No início da década de 70, com o caso Paranapanema/Urbatec, o clube sentiu a mais séria ameaça para deixar a área (vide cap. 2.2). Juntamente com o Marechal Floriano e o Grêmio Itororó, o Marítimo resistiu às pressões, chegou a ser desalojado e a interromper, ainda que temporariamente, suas atividades. O terreno foi invadido e uma máquina retro escavadeira desenhou um "x" unindo os quatro cantos do campo através de uma vala com cerca de um metro de profundidade.

Pedrinho relembra que quadras, play-ground e outros equipamentos foram destruídos. "Era época da ditadura e eles falavam que eram do exército. Depois que a negociata foi desfeita, descobrimos que não eram do exército coisa nenhuma". Pedrinho é um goleiro reconhecido no mundo do futebol varzeano. Jogou muitos anos pelo América do Itaim. Conta que chegou a ficar 142 jogos invictos, até que se transferiu para o Marítimo. No primeiro jogo enfrentando seu ex-club, defendeu três penaltis, ganhou o jogo por três a um e quebrou a velha invencibilidade antes por ele defendida. São estórias da várzea que ninguém duvida. Ainda hoje, é o goleiro do time de veteranos do Marítimo.

Outro personagem importante no clube é Oswaldo Marinho, o Vadinho. Nascido no Itaim, conta que frequentava a área desde menino quando saía para pescar com seu avô nas tardes de domingo nas margens do Rio Pinheiros. Jogou pelo São Cristóvão e chegou a atuar profissionalmente pelo Palmeiras durante 8 anos. Ele registra a luta dos clubes para evitar invasões. "As primeiras tentativas para construir barracos foram por volta de 1963. Se não fossem estes clubes, isto aqui seria hoje a maior favela do Brasil." Atualmente, Vadinho administra o bar do Marítimo.

O clube ainda desenvolve intensa atividade. Está estruturado com diretoria eleita bianualmente. Além do campo, possui quadra de futebol de salão, vestiários, sede administrativa, churrasqueira e bar.

Há aproximadamente 8 anos funciona uma escolinha de futebol coordenada pelo ex-jogador Bauer (do São Paulo e da Seleção Brasileira de 1950).

O uso do campo é contínuo. Por ser o único que dispõe de iluminação artificial, é muito utilizado à noite, principalmente durante a semana. Deve-se ressaltar os treinamentos realizados por uma equipe de rugby do Instituto Pasteur e o futebol feminino praticado por um grupo de modelos profissionais.

Os horários nos finais de semana são preenchidos por equipes fixas, a maioria tradicional na várzea paulistana e desprovida de campo próprio. Destacam-se o Columbia F.C. (do Ibirapuera), o Cruz Vermelha F.C. (que possuía campo no Parque do Povo até 1972) e o Paraíso F.C.

- Grêmio Itororó

O Grêmio Itororó nasceu de um grupo de amigos que praticavam o futebol na Bela Vista. O clube foi fundado em 28 de maio de 1948. Inicialmente não possuía campo, sendo obrigado a jogar sempre na casa dos adversários através do jornal "A Gazeta Esportiva". Dispunha de uma sede na Rua Martiniano de Carvalho onde promovia outras atividades como festas, peças de teatro, bingos etc.

A sede chegou a ser transferida para a Lapa, na casa do então presidente Pedro Todorovic. O primeiro e definitivo campo do Itororó foi instalado no Parque do Povo no final da década de 50.

Wilson Pinheiro de Castro, é um dos fundadores do clube e seu atual presidente. Entre as muitas histórias que conta dos tempos de glória da várzea, lembra com orgulho do craque Deco, um jogador franzino, com as pernas tortas, semelhantes às de Garrincha: "ele foi o primeiro jogador a sair da várzea direto para o futebol europeu". Um grupo de portugueses, em passeio pelo Brasil, levou Deco para jogar na Acadêmica de Viseu. "Como não podíamos cobrar nada, nos pagaram uma cervejada na padaria e ficou tudo acertado"

Em 1972, o Itororó não se intimidou com as pressões para deixar a área. O nível topográfico atual do terreno em relação aos demais, prova que não houve depósito de entulho como aconteceu na maior parte do parque. Isto provoca acúmulo de água nos períodos de chuva mais intensa.

Segundo o Sr. Wilson, o Itororó encaminhou denúncia ao Ministério Público sobre o negócio envolvendo o INPS e a Paranapanema/Urbatec, posteriormente desfeito.

Hoje o clube mantém, além do campo, uma quadra de futebol society, o bar e vestiários. São dois quadros, 1º e 2º, e um time de veteranos.

Dentre os clubes com horário fixo, o Lusitano da Bela Vista é o mais antigo. Joga nas tardes de sábado há 30 anos. Um time formado por ex-funcionários do jornal Diários Associados, frequenta a área há mais de 15 anos. O Pé de Balcão e o 11 Aranhas, ambos da Bela Vista, também não têm campo e jogam no Itororó.

- Associação Atlética Flor do Itaim

Fundada em 1922, a A.A. Flor do Itaim jogava no campo onde hoje está a fábrica de chocolates Kopenhagen. O "velho" Flor, como ressalta Antônio "Foca", um dos mais antigos do clube, se manteve organizado por alguns anos. O time se desfez, não se sabe ao certo o motivo.

"Na época o time já era respeitado. Em 1931 foi campeão varzeano jogando no campo do Vigor, no Pari"

Um grupo de garotos do bairro, formavam o "Flor do Bibi". Em 1937, um dos diretores do "velho" Flor ofereceu o material esportivo existente (camisas, bolas e até os troféus), em troca do compromisso dos meninos em manter o nome Associação Atlética Flor do Itaim. O acordo foi firmado e o uniforme mantido até hoje.

Entre os troféus, que foram reutilizados, sr. Antônio recorda-se de um osso, um fêmur humano, onde estava gravado: "Esse osso é duro de roer".

Na década de 40, alguns dos velhos fundariam o São Cristóvão, importante na história do futebol do bairro.

A instabilidade sempre caracterizou a vida do clube. O Flor teve que deixar o campo, transferindo-se para a Rua João Cachoeira, próximo à Rua Pedroso Alvarenga. Em 1942, este terreno foi vendido e o clube novamente desalojado. Muitos dos jogadores se transferiram para o São Cristóvão.

O time continuou jogando em campos adversários, participando de campeonatos organizados pelos jornais Gazeta Esportiva e Última Hora. A sede sempre se manteve na Rua Tabapuã, esquina com Bandeira Paulista onde ocorriam festas e reuniões.

Apenas no início da década de 50 o Flor do Itaim se instalou no Parque do Povo. Ocupava a área onde hoje está o União da Vila Olímpia.

Com o caso envolvendo a Paranapanema e o INPS, em 1972, o campo foi totalmente aterrado e descaracterizado. Durante dois anos, o time continuou jogando em casa adversária. Francisco, nome importante na história do clube lembra do esforço para conseguir nivelar o terreno novamente, quando a área foi liberada: "isso aqui foi muita luta. Tivemos que botar muito dinheiro do próprio bolso, organizar bingos. No final, a prefeitura emprestou um maquinário."

Chico é o atual presidente do clube. O Flor é hoje um dos campos mais utilizados e organizados do Parque. Durante a semana, é intensa a frequência de funcionários de restaurantes, principalmente garçons, que aproveitam a folga semanal para prática do futebol.

- Mocidade Futebol Clube

O Mocidade foi fundado em 1º de janeiro de 1947 por famílias moradoras do bairro de Pinheiros. A sede era na Rua Oscar Freire junto à Rua Galeano de Almeida. Durante mais de 20 anos não teve campo fixo, jogando sempre na casa dos adversários.

O primeiro campo era no Jardim das Bandeiras. Depois, o clube aprendeu a conviver com a perda frequente de terrenos. Mais tarde se transferiu para a Rua Capote Valente, depois Av. Sumaré e Av. Cerro Corá.

Em 1981 o Mocidade se instalou no Parque o Povo, depois de quase um ano de trabalho. O clube foi obrigado a se retirar da Av. Eusébio Matoso, para a construção do Shopping Eldorado. Nesta área já estavam há 17 anos. Eram quatro os campos existentes no local.

Dos antigos times da várzea que perderam seus campos, o 7 de Setembro de Pinheiros e o Ibirapuera F.C. ainda jogam no Mocidade. Guilherme, que dirige atualmente o clube, fala da solidariedade entre os varzeanos tradicionais: "Sempre foi assim, um cedendo pro outro, prá se unir. Quando nós não tínhamos campo, jogávamos muito na Vila Madalena, em

Pinheiros. Hoje, quem sobreviveu joga aqui. Alguns jogadores do Leão do Morro e do 1º de Maio, foram incorporados aos quadros do Mocidade"

Fordeco, um craque da sua época, não se transferiu para o profissional por opção pela várzea. Com mais de 50 anos, ainda joga no veteranos do Mocidade, mora na Penha e desloca-se todos os finais de semana com os filhos para o Itaim: "prá mim, se acabar o futebol de várzea é como acabar o prato de feijão do dia. Quem viu a várzea há 30, 40 anos atrás... Tudo o que resta é isto aqui".

- Grêmio Esportivo União da Vila Olímpia

A origem do União é um outro time, também da Vila Olímpia, chamado Botafogo. O campo do Botafogo era uma área brejosa aterrada, na Rua Raja Gabalha, próxima à Usina Elevatória de Traição. Fundado em 1954, por migrantes do Norte e Nordeste e um grupo de portugueses, o clube perdeu esse campo três anos depois.

Antônio dos Anjos Costa, o "Bacalhau", atual diretor do União, recorda que a Vila Olímpia era dividida por um córrego, hoje sob Av. dos Bandeirantes. "Quando o Botafogo ficou sem campo, praticamente acabou. Atravessamos o córrego em uma ponte de madeira improvisada e ocupamos um terreno litigioso de mata. Mudamos o nome para homenagear o bairro".

O clube tinha o costume de jogar fora de casa. Sempre que recebia uma visita era obrigado a retribuir. Os principais rivais eram o Comercial (do Brooklin), o Caramuru (de Moema), o Benfica (de Santo Amaro) e o Estrela do Norte (também de Santo Amaro).

Nessa área ficaram até 1967. Ao receber uma proposta de melhoria nas condições do terreno, a diretoria foi surpreendida, no dia seguinte, com o depósito de blocos de concreto, lixo e entulho.

Segundo "Bacalhau", o União resistiu a tantas mudanças justamente por ser uma entidade de bairro: "Quando não tínhamos campo, a nossa referência era um bar, na Rua Cardoso de Melo. No final do expediente, era obrigatório passar no bar, conferir a lousa, e saber onde o União iria jogar."

Alguns anos sem campo, começou a jogar no São Cristóvão, no Parque do Povo (onde hoje se localiza o Clube do Mé). Com o caso Paranapanema, o São Cristóvão deixou a área em 1971. O União teve que sair junto.

Apenas em 1975 ocupou definitivamente o terreno atual, quando o futebol já havia retomado suas atividades no Parque. Antes disso, ainda teve mais dois campos: um no Morumbi, próximo ao clube Paineiras e outro na Av. Luís Carlos Berrini.

O campo demorou cerca de dois anos para ficar pronto. "A topografia não animava ninguém" lembra o diretor. Nesse período, continuou jogando fora nos finais de semana.

Hoje o campo tem uso constante, principalmente nos sábados e domingos, quando só é possível jogar depois de entrar em fila de espera. Durante a semana, é frequente o uso por feirantes e funcionários de

restaurantes em folga. Uma entidade assistencial desenvolve atividades com crianças.

**- Clube do Movimento Esportivo do Itaim Bibi
(Clube do Mé)**

O Clube do Mé nasceu a partir de uma dissidência interna do Canto do Rio. Apesar de mais recente, é formado por pessoas que sempre praticaram o futebol de várzea em outros times do bairro.

O jogador Fubá, por exemplo, atuou pelo Canto do Rio, Flor do Itaim, Araraquara, Rebouças da Vila Sônia, e no Brasil de Pinheiros antes de vir para o Clube do Mé.

Em 1975, um grupo de cerca de 15 jogadores fundou o clube. J.A. Falanga, presidente atual, explica que "o nome inicial, Tomba Litro, teve que ser mudado devido ao seu aspecto pejorativo".

Jogavam no campo do Marechal Floriano, no próprio Parque do Povo. A partir de 1976 teve início a construção da atual sede, em forma de mutirão. Houve necessidade de nivelamento do terreno, até então coberto por entulho.

O Clube do Mé sempre teve três times: 1º e 2º quadros e veteranos. O campo é o único gramado do Parque do Povo. Mantém uma quadra de futebol de salão, outra de futebol society, play-ground, bar, vestiários, churrasqueira, salão de jogos e escritório. A diretoria é eleita a cada dois anos. É filiado à Federação Paulista de Futebol.

- Grêmio Esportivo Canto do Rio

O Canto do Rio foi fundado por um grupo de amigos do Itaim, numa festa comemorativa de ano novo em 1º de janeiro de 1941. No início, era formado apenas por jogadores negros. Os primeiros brancos ingressaram no clube somente dez anos depois.

O campo localizava-se onde está sendo construído um edifício da Eletropaulo, na Av. Juscelino Kubitschek. Mesmo sendo obrigado a deslocar seu campo por 5 ou 6 vezes, o Canto do Rio sempre se manteve na região. "A gente virava, esticava... Um time teimoso do Itaim foi o nosso. De vez em quando a draga da Light tirava barro do leito do rio, jogava no campo e estragava tudo. Tinha que arrumar outra vez. Não foi fácil não". Quem lembra é Milton Galvão, ex-diretor do clube.

No início não havia estrutura nenhuma. Os jogadores se trocavam debaixo de um pinheiro e alguém ficava tomando conta das roupas. A construção de um bar, com ajuda de diversos colaboradores, viabilizou o crescimento.

A disputa política interna sempre foi forte no clube. As eleições eram disputadíssimas. Dorival da Silva Santos, o Vavá, presidente entre 1958 e 1962, destaca com satisfação e orgulho: "a maior glória que tive na vida, em matéria de atividade em entidade, foi os três anos de presidência no clube. Apesar das oposições contra minha gestão".

No início da década de 70, o clube não sofreu pressões para sair, pois a área que ocupava não interessava ao projeto imobiliário. Em 1987, em ação desapropriatória promovida pela Telesp, perdeu definitivamente metade de seu campo. Hoje mantém apenas condições para o futebol society e de salão.

O Canto do Rio é o único que desenvolveu uma atividade paralela forte, independente do futebol. A bocha é um esporte já tradicional no clube, mobilizando grande quantidade de sócios, promovendo torneios e viajando para fora do país. Pertence à primeira divisão do campeonato paulista.

Além de duas quadras de bocha, o clube possui quadras de futebol de salão, bar, churrasqueiras, play-ground, vestiários e um salão de festas.

César, um dos sócios mais antigos, faz questão de registrar alguns aspectos importantes da vida do parque: "Essa é uma área muito festiva, onde todos vem participar, brincar, se divertir. O Canto do Rio, por exemplo, tem coisas que você nem acredita. Um amigo que não se vê há 20 anos, pode vir aqui que você encontra. É uma coisa tradicional em todos esses clubes".

- Tintas Ciota

O Tintas Ciota é originário de uma loja de tintas localizada na rua Sumidouro, no bairro de Pinheiros. Organizado por um grupo de amigos que praticavam futebol em campos diversos no início da década de 70, transferiu-se para o Parque do Povo posteriormente ao processo que envolveu a Paranapanema e o INPS.

Atualmente é no campo do Ciota onde se organizam diversos campeonatos e festivais de futebol de várzea. São torneios que mobilizam clubes de todas as regiões da cidade.

1.2.2 - O Circo Escola Picadeiro

O circo é uma forma tradicional e popular de entretenimento que se caracteriza pela apresentação, no palco ou picadeiro sob toldo de lona, de uma série de números que incluem, entre outros, exibição de destreza física (acrobacia, malabarismo, contorcionismo, etc.), animais amestrados, representações teatrais ("gags" a cargo da dupla palhaço e clown, dramas e comédias). Podem ser classificados em "de atrações" - são os maiores e mais bem equipados -, "de variedades" e "circos-teatro", conforme o elemento central de seu espetáculo.

Para os artistas que compõem a companhia, o circo representa tanto o local de trabalho como o espaço da vida. As constantes mudanças de cidade e a ausência de um lugar fixo de moradia acabam fortalecendo o vínculo entre os membros do grupo, não sendo raro estarem ligados por laços familiares.

Além de produzir os espetáculos, é no circo que se formam os seus profissionais, uma vez que a arte circense é transmitida como herança às gerações nascidas "sob a lona".

Essa forma de organização, familiar e itinerante, gera uma enorme

897

trapézio, acrobacias ou qualquer outra técnica apresentada nos espetáculos parece ficar condicionada à "hereditariedade" ou ao abandono da vida sedentária.

Foi pensando nessa questão que José Wilson Moura Leite, da terceira geração de artistas da "Família Moura", depois de acumular uma vasta experiência nos circos da família e nos Circos Garcia, Orlando Orfei, Real Madrid, entre outros famosos, decidiu fundar a primeira escola de circo do Estado de São Paulo.

O Circo Escola Picadeiro, foi montado pela primeira vez no ano de 1984 no Parque do Povo e o próprio José Wilson conta como aconteceu:

" Eu já tinha um circo que excursionava em 1977. Já tinha a intenção de formar a escola. Em 84, o circo já estava mais estruturado aí eu abri a escola. Eu nasci no circo, viajei o Mundo todo, eu vi no México as escolas do Governo... iam no circo ver os artistas treinando. Já abri no Parque do Povo. Eu fiquei procurando uma área e o circo tava montado em Pirajussara, eu passava por aqui, via esse terreno abandonado, cheio de entulho, era a gestão do Mário Covas. Na Administração Regional, tinha uma Seção Cultural. Ele liberou a área pra montar o circo aqui, eu fiz eventos para escolas da prefeitura e em troca eles aplainaram terrenos, construíram banheiros".

A proposta idealizada por José Wilson era formar uma nova geração de talentos a partir da experiência de profissionais antigos do circo. Convidou artistas idosos, que estavam desempregados para atuarem como professores da escola.

Estabeleceu que a duração do curso seria de dois anos, divididos entre o ciclo básico e o específico. No primeiro ciclo, o aluno entraria em contato com vinte e duas modalidades circenses, no segundo o aluno se aprofundaria nas técnicas da modalidade de seu interesse.

A Picadeiro, desde o início, teve a preocupação em atingir o maior número de pessoas possíveis e por essa razão o valor da mensalidade sempre foi pequeno. Para cobrir os gastos necessário à sua manutenção, José Wilson vende espetáculos e firma acordos de Merchandising com empresas privadas e cedia eventos como shows, mostras culturais e bazares beneficentes.

No campo assistencial, o circo já realizou inúmeras apresentações em escolas da periferia com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e contribuiu em campanhas arrecadando agasalhos e alimentos como forma de pagamento do ingresso dos espetáculos na própria escola.

No ano de 1987, a Secretaria de Estado do Menor, encomendou ao Diretor da Picadeiro um projeto visando o atendimento de crianças carentes. O trabalho proposto por José Wilson previa desde o ensino das modalidades circenses adequadas à faixa etária e à especificidade do público (excluindo números com facas e fogo, por exemplo) passando pelas técnicas de montagem da lona e do picadeiro, nos períodos da manhã e da tarde.

O projeto foi aprovado inaugurando o " Programa Enturmando" com a criação do primeiro circo escola do governo no bairro da Vila Brasilândia, ficando a orientação das crianças e o auxílio no aperfeiçoamento dos arte-educadores da Secretaria sob a responsabilidade do Circo-Escola

82

Os resultados obtidos com o projeto "Enturmando Vila Brasilândia" foram de tal forma satisfatórios no alcance dos objetivos (criar um espaço de sociabilidade e apoio às crianças e familiares), que em pouco tempo diversos circo-escolas foram montados por toda periferia de São Paulo e em outras capitais brasileiras.

Atualmente o circo e a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social (extinta Secretaria do Menor), firmaram um novo contrato estabelecendo a criação de um curso profissionalizante para os adolescentes que são automaticamente desligados do projeto "Enturmando", quando completam dezessete anos de idade.

As atividades do Circo-Escola Picadeiro, ao contrário dos clubes de futebol de várzea que concentra moradores da periferia de São Paulo no parque, se irradiam do circo para o resto da cidade e também no exterior, através da participação da escola em festivais internacionais de circo como aqueles realizados nas cidades do México, Nova York, Paris e Verona (Itália).

A relação entre o circo-escola, o teatro e os clubes, foi construída ao longo dos anos de convivência e hoje o circo representa um elemento importante na Associação dos Amigos do Parque do Povo. Maria Isabel de Assunção também diretora do circo, foi vice-presidente da entidade e participa ativamente em defesa da área. Sobre esse assunto, José Wilson deu o seguinte depoimento:

"No início era um terreno que eu ia montar o circo, não sabíamos se ia dar certo e que ficaríamos tanto tempo. Fomos tomando conhecimento do que era esse parque. Somos artistas, não temos espírito de destruição. Cheguei a conclusão que tinha que brigar por ele ... e não vamos abrir mão, não vamos parar de brigar por esse Parque!"

1.2.3 - O Teatro VentoForte

O VentoForte nasce em 1974, com a peça "História de Lenços e Ventos", estreando no Festival de Teatro Infantil de Curitiba.

Dirigido por Ilo Kruglin - argentino, radicado no Brasil desde 1961 - o grupo começa suas atividades no Rio de Janeiro. Marcado desde o início por uma perspectiva em arte-educação, atua no Centro de Arte e Criatividade Infanto-Juvenil, na periferia do Méier e em 1979 se transfere para São Paulo.

Em 1981 é inaugurada a Casa do VentoForte e do Teatro VentoForte, em um imóvel alugado, no Itaim Bibi. E, no ano seguinte tem início o curso de formação de atores.

A marca definidora do trabalho do VentoForte é a opção pelo coletivo e seu significado. O grupo se organiza através de uma cooperativa e vê o teatro primordialmente como uma forma de conhecimento: *"Nosso processo é de produção de teatro e de cultura; o teatro e as dimensões com a cultura, com a formação e a história das pessoas; com um processo de ação teatral tocando também em espaços de educação, de pesquisa, de linguagens, da cultura popular e da formação das identidades"*.

899

Existe também a preocupação constante em descobrir novas formas de utilização do espaço, quebrando a moldura cênica e envolvendo o público na representação. Outra preocupação é a abordagem temática: a busca das raízes históricas e de um saber fazer coletivo.

O VentoForte é um teatro de grupo e faz parte do Movimento Brasileiro de Teatro de Grupo. O Teatro de Grupo, diferentemente das companhias de teatro, supõe uma continuidade de trabalho, uma constante pesquisa de linguagem e um trabalho de palco e de rua; enfim, propostas bem diferentes daquelas do teatro comercial.

Tem sido este o caminho trilhado pelo VentoForte em seus vinte anos de história, construindo assim, uma linguagem teatral e um processo de trabalho próprios.

O reconhecimento dessa trajetória, que inclui apresentações em todo país além das Américas e da Europa, pode também ser expressa através das premiações do grupo: são mais de quarenta e cinco prêmios, entre eles dois prêmios "Moliere" e dezoito "Mambembe" (ver curriculum do grupo às páginas 58 a 72 do processo).

O caminho do VentoForte cruza com o do Parque do Povo em 1985 e a partir daí, definitivamente. Em 1984 o Grupo procura um novo espaço que pudesse se adequar melhor às necessidades de pesquisa e produção do teatro. Ocupam então uma área vazia do Parque do Povo na avenida Haroldo Veloso.

Era um terreno baldio ocupado apenas por lixo e por três árvores. Em junho de 84 fazem lá uma festa de São Pedro. Alguns meses mais tarde cercam a área. Em janeiro de 85 constroem os primeiros chalés para uso administrativo, com uma verba cedida pela Petrobrás para criar o espaço do Teatro VentoForte. Tinham a intenção de chegar a um acordo com o IAPAS e a Caixa Econômica Federal mas com a morte de Marcos Freire, então diretor da Caixa, este nunca chegou a se efetivar.

As relações entre o Vento, os clubes e o Circo foram sendo construídas pouco a pouco: *"a relação no começo foi difícil, nós éramos diferentes, era mais distanciados. O nosso projeto para o Parque é desenvolver um projeto social aqui, desenvolver um trabalho cultural que dê uma puxada para um espaço profissionalizante.... há muitas coisas que podem ser feitas aqui."*

O teatro participa da Associação Amigos do Parque e tem contribuído na luta pela sua preservação.

Do terreno baldio hoje não há mais nenhum vestígio. A área foi totalmente revegetada, inclusive com árvores frutíferas e ocupada pelas construções de madeira e caminhos de terra batida que levam de um espaço a outro: a sala dos olhos (onde são apresentados os espetáculos), a sala dos pés (onde acontecem os bailes) e sala das mãos (oficinas onde são confeccionados os cenários, os objetos de cena e os bonecos). Ilo define assim: *"A importância desse lugar está ... pode parecer subjetivo mas é real: a gente plantou aqui uma floresta e plantou de todas as formas, este espaço esta organizado de maneira a nos dar a liberdade que precisamos para criar ..."*

Mas a produção Teatro VentoForte não se encerra no Parque do Povo, ela se irradia em várias direções e percorre a cidade: são os cursos, os bailes e o trabalho nas periferias.

A Casa VentoForte oferece vários cursos e tem, em média, cem alunos. Há a Oficina para Crianças que engloba desenho, pintura, confecção de bonecos e encenação de pequenas peças. Para adolescentes há Curso Integrado de Teatro e Expressão e para adultos os cursos de Danças Populares e de Arte do Movimento. Para atores e profissionais em arte e em educação é oferecido o Curso de Teatro da Imaginação.

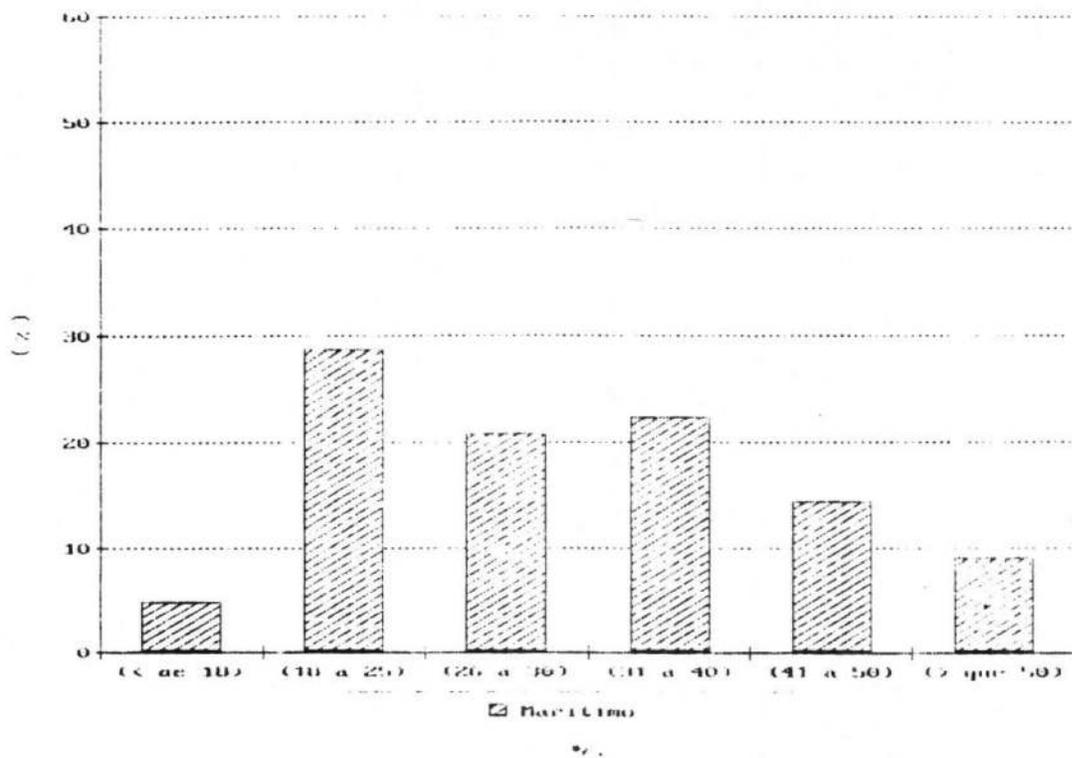
Além dos cursos acontece sexta e sábado o "Bailão do Vento". Na sexta, a noite, é música caribenha e aos sábados é o forró, desde Luís Gonzaga até Pixinguinha e Ernesto Nazaré. Os bailes reúnem cerca de mil pessoas por fim de semana, em sua maioria estudantes universitários e profissionais liberais.

E, finalmente, há toda uma linha de trabalho desenvolvida pelo Teatro VentoForte junto às comunidades carentes que vem desde a formação do grupo, como o trabalho anteriormente citado no Méier, R.J., passando pela favela JK na Vila Olímpia em 83/84, o trabalho no Mutirão São Francisco, na Zona Leste, em 91/92, entre outros (ver curriculum). Estes são projetos periódicos com a co-participação de instituições públicas ou de movimentos populares, onde o VentoForte desenvolve diversas atividades: debates, laboratórios, oficinas, espetáculos, nas linguagens do teatro, da música, da dança, da literatura e artes plásticas trabalhando com crianças, jovens e adultos. A proposta é de criar núcleos de expressão cultural em vários pontos do município sobretudo naquelas áreas mais carentes.

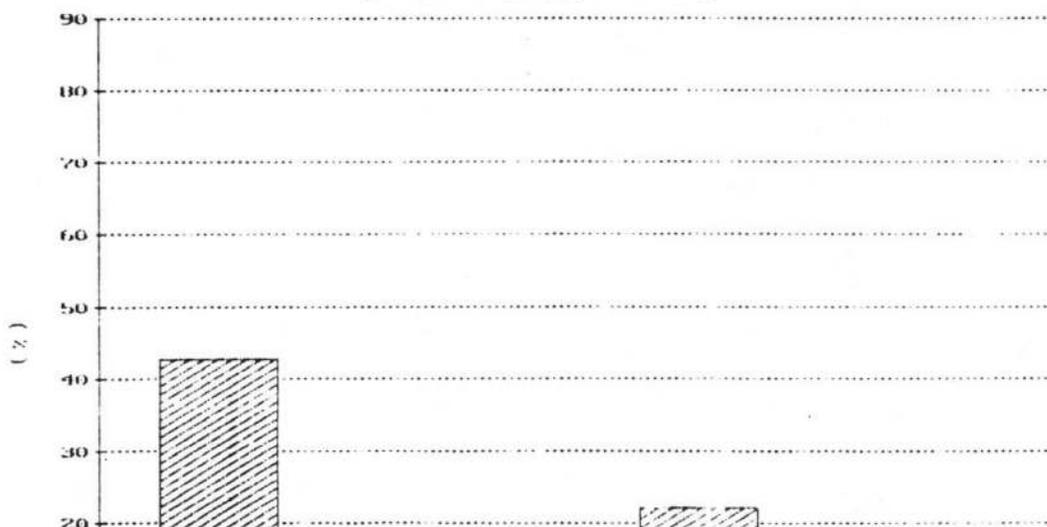
606

Marítimo

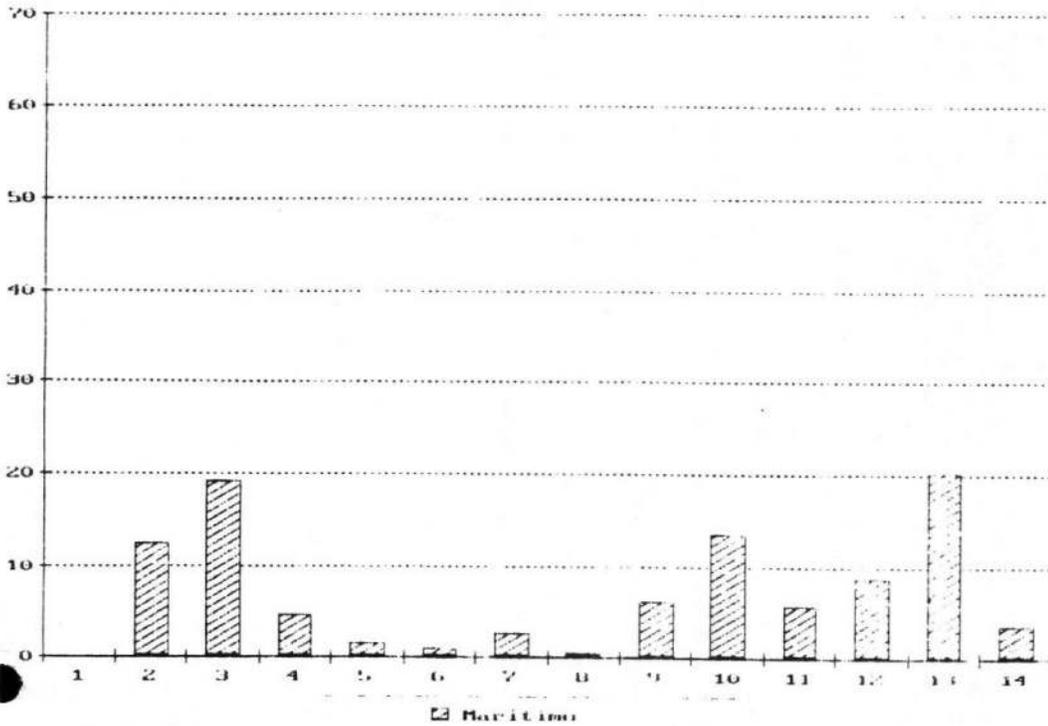
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo

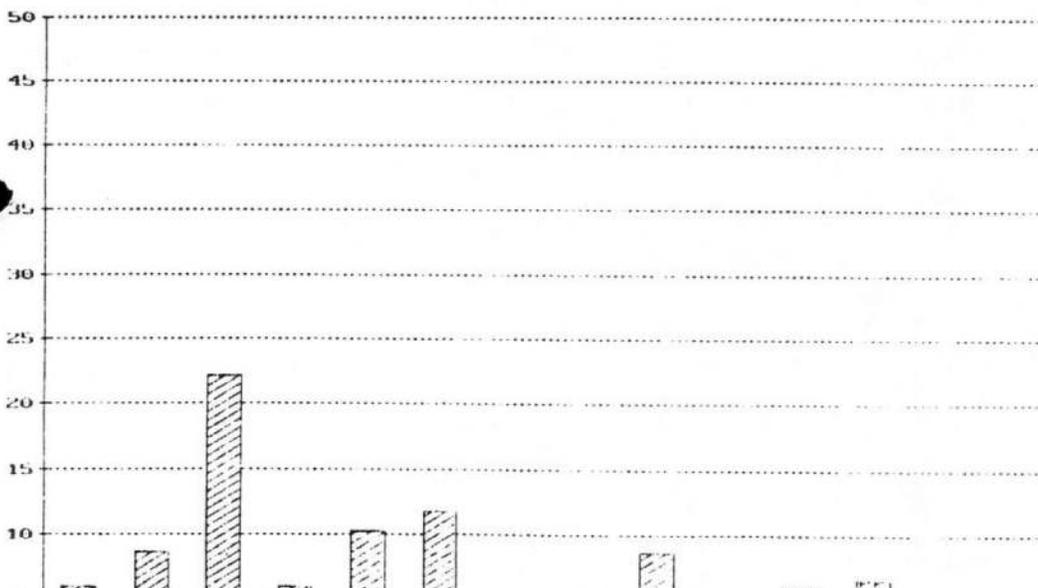


Bairros



- Regiões (conforme os Fóruns Regionais)
- (1) - Tucuruí, Vila Nova Conceição, Santana Verde, Vila Guilherme, Vila Barão;
 - (2) - Perus, Jaraguá, Brasília, Florbela, do Soterra do C. Limão, Jaguará, Lago;
 - (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
 - (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Maracanã, São Miguel, Paulista, Ipiranga;
 - (5) - Itaquera, Guaranas;
 - (6) - Faria, Boletim, Tupy, Boca, Alto da Vila Formosa, Vila Fluminense;
 - (7) - Barra Funda, Bom Jardim, Santa Cecilia, Penha;
 - (8) - Santa Efigênia, Brás, São Liberdade, Cantagalo;
 - (9) - Condição, Cerqueira César, Bela Vista;
 - (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
 - (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Itaquera;
 - (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
 - (13) - Santo Amaro, Capela de Socorro;
 - (14) - Outros (Grande São Paulo)

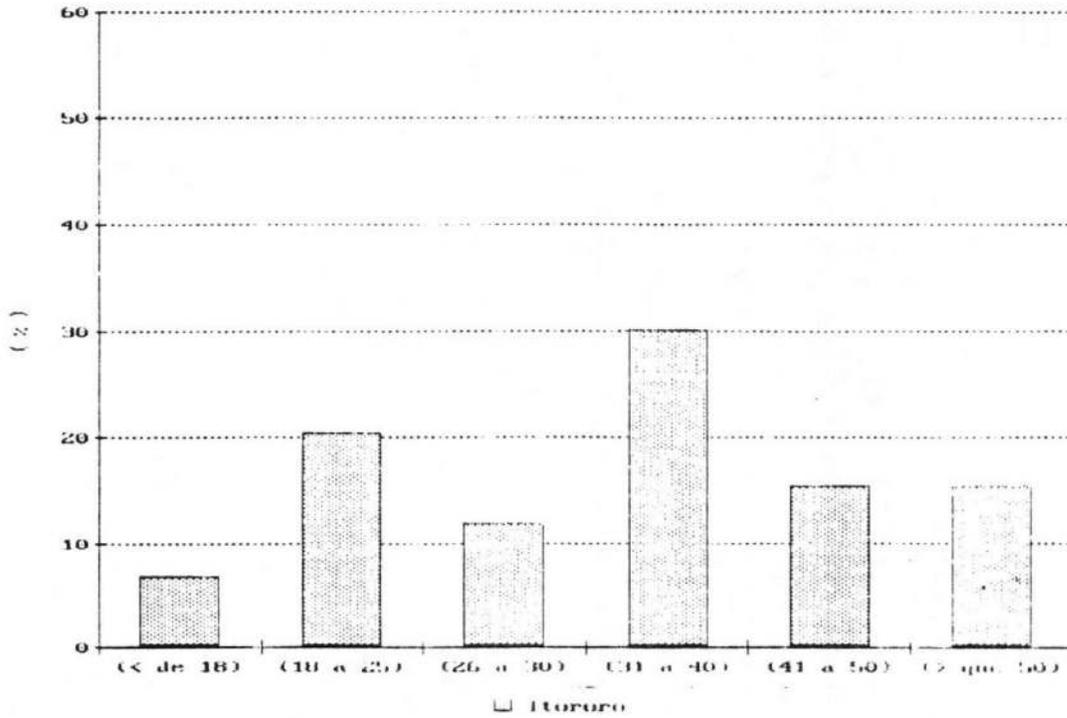
Profissões



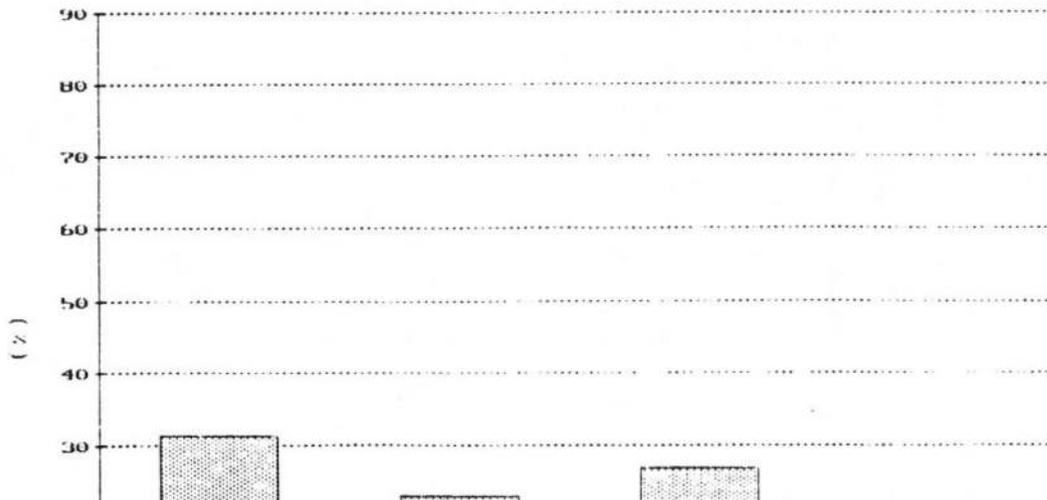
- Grupos de Profissões:
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
 - (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projet. Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico ...
 - (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
 - (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
 - (e) - Fedeiro, Aquilheiro, Sapateiro, Tatuador, Belezeiro, Borracheiro, Barbeiro, Carp. Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Barbeiro ...
 - (f) - Bancário, Secretário, Regredor, Auxiliar, Ajudante, Arcoquista, Office-boy ...
 - (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copista, Faxineiro, Condi, Camaradeiro ...
 - (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico ...
 - (i) - Zelador, Porteiro, Segurante, Jardineiro, Banqueiro, Doméstico, Passante, Vigia ...
 - (j) - Taxista, Condi, Motorista ...
 - (k) - Funtilheiro Público, Policial, Militar ...

Itororó

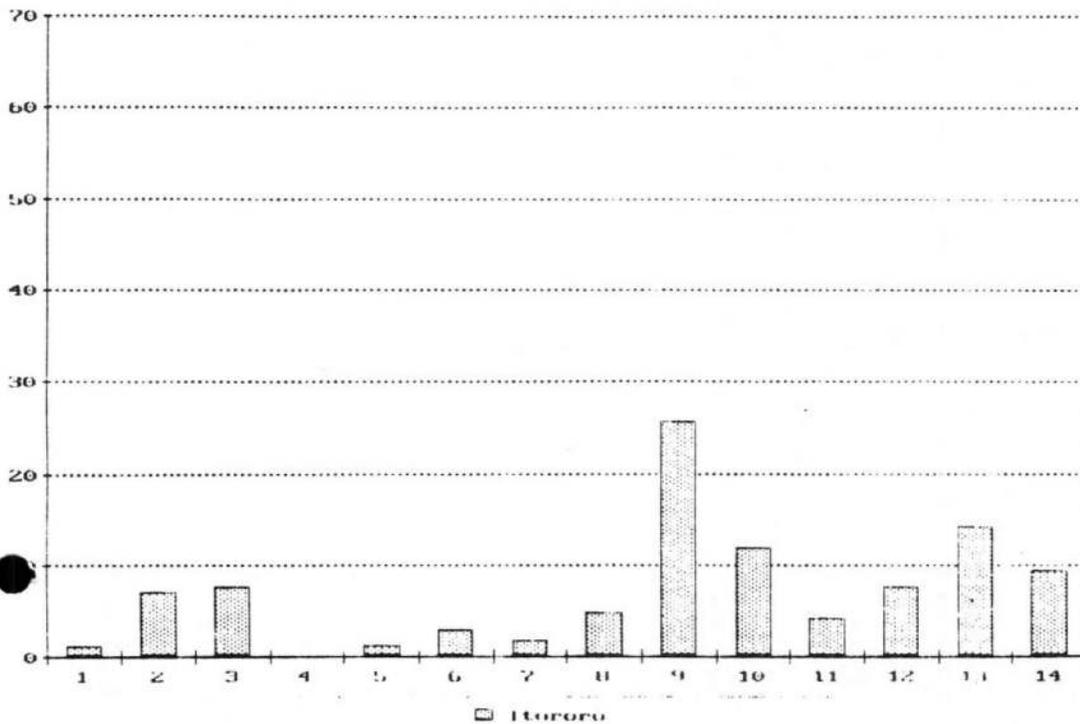
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo

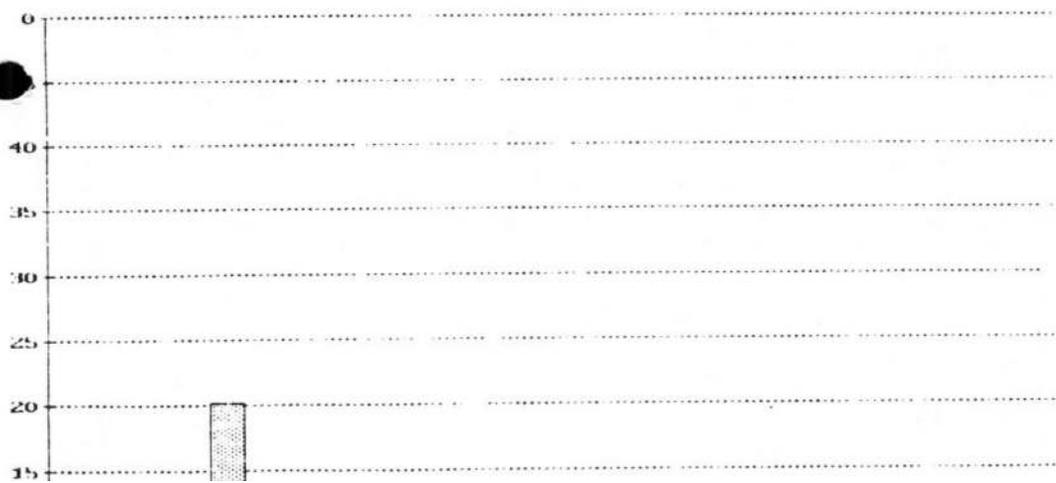


Bairros



- Regiões (com base nos bairros adjacentes)
- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Conceição, Santana, O Verde, Vila Guilhermina, Vila Maria;
 - (2) - Perus, Jareguá, Brasilândia, Hortolândia, Nossa Senhora do Carmo, Lapa, Jaqueira, Lapa;
 - (3) - Vila Matilde, Pinheiros, Butantã;
 - (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Im-Bataramã, São Miguel Paulista, Itaici Paulista;
 - (5) - Itaquera, Guaiçabras;
 - (6) - Pari, Belémzinho, Jaqueira, Morce, Alto da Moa, Vila Formosa, Vila Proibida;
 - (7) - Serra Funda, Bom Jardim, Santa Cecilia, Fátima;
 - (8) - Santa Rita, Bras. S. Liberdade, Cambui;
 - (9) - Consolação, Cercadão Cesar, Bela Vista;
 - (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
 - (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indaiatuba, Itaipu;
 - (12) - Ipiranga, Saúde, Jaqueira;
 - (13) - Santo Amaro, Capela de São Carlos;
 - (14) - Outros (Grande São Paulo)

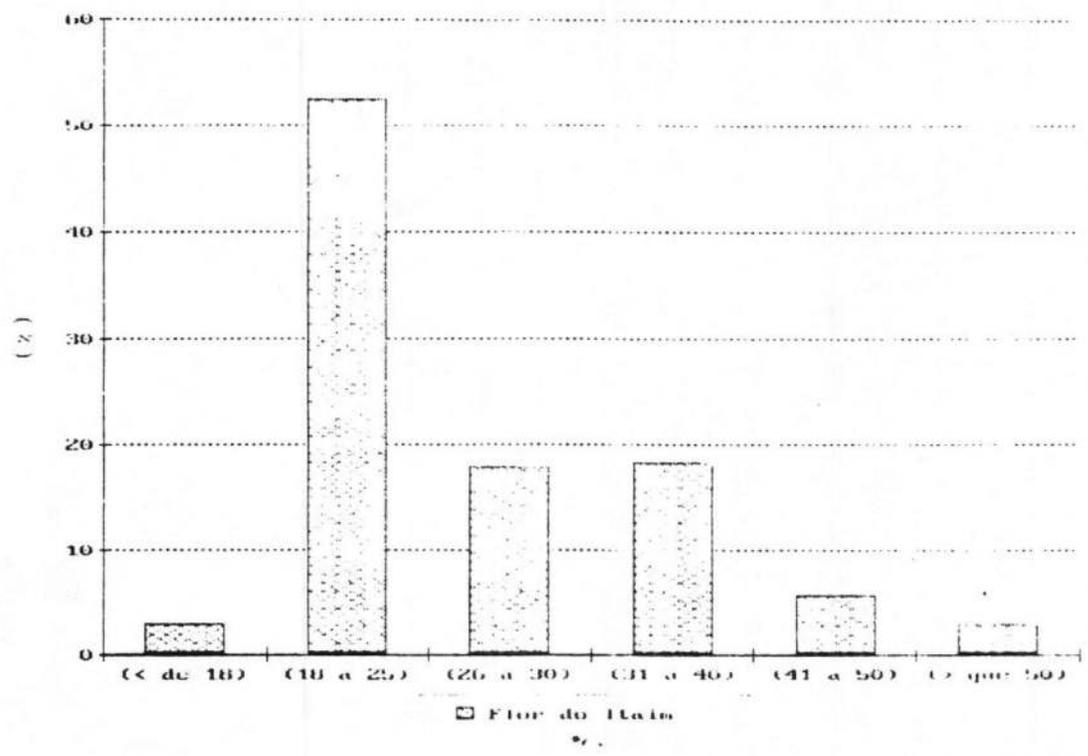
Profissões



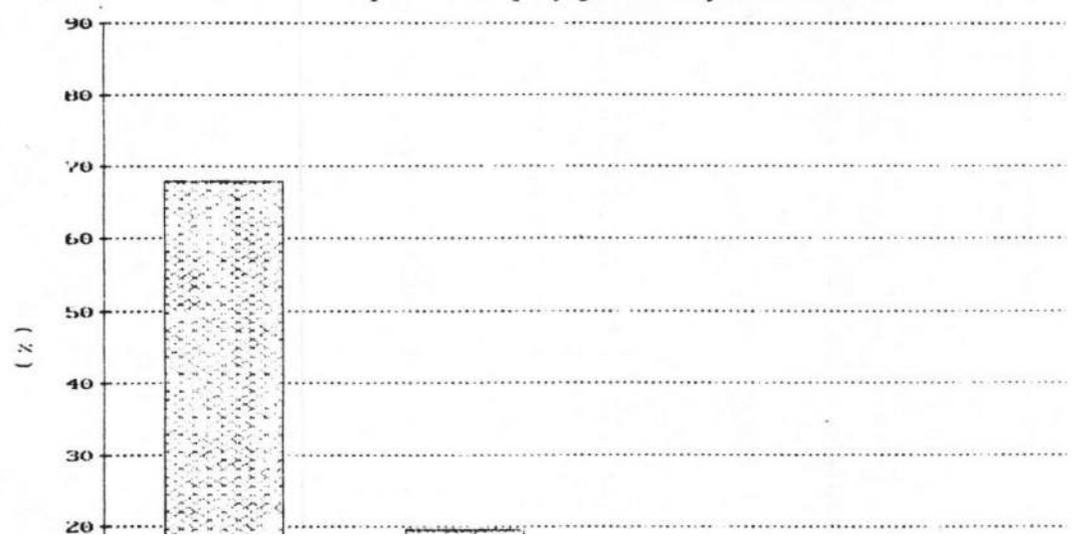
- Grupos de Profissões:
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
 - (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista Médico...
 - (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
 - (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
 - (e) - Faleiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
 - (f) - Bancário, Secretário, Integador, Auxiliar Ajudante, Estoquista, Office-boy ...
 - (g) - Garçons, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzaiolo, Comis, Churrasqueiro ...
 - (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...

Flor do Itaim

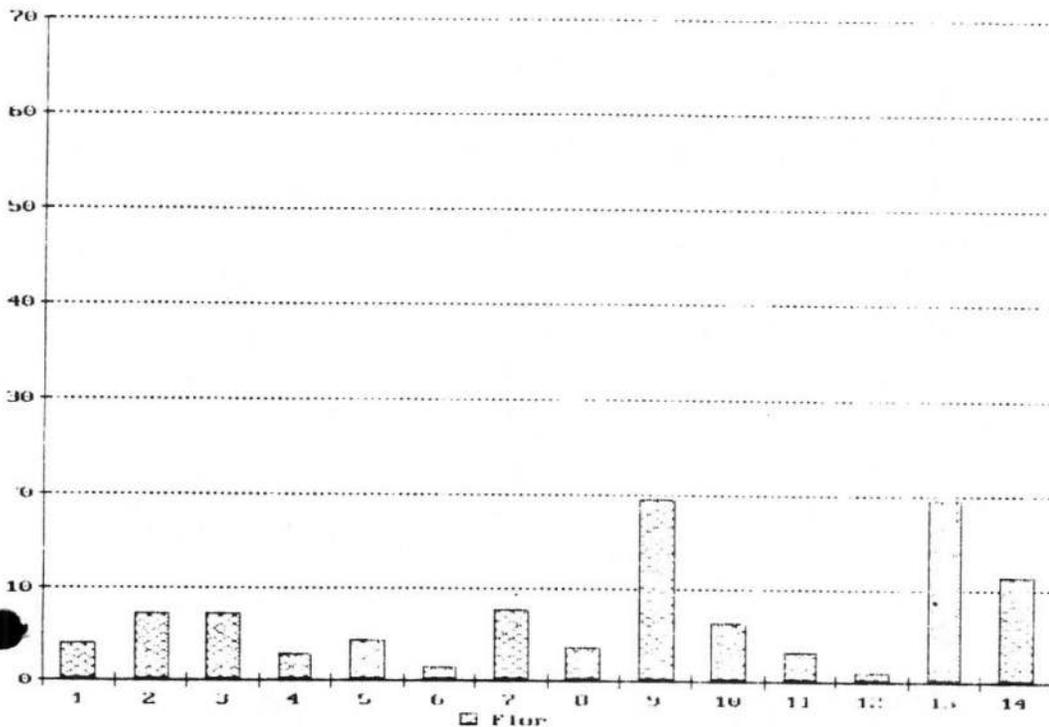
Idade



Ha quanto tempo joga no Parque do Povo



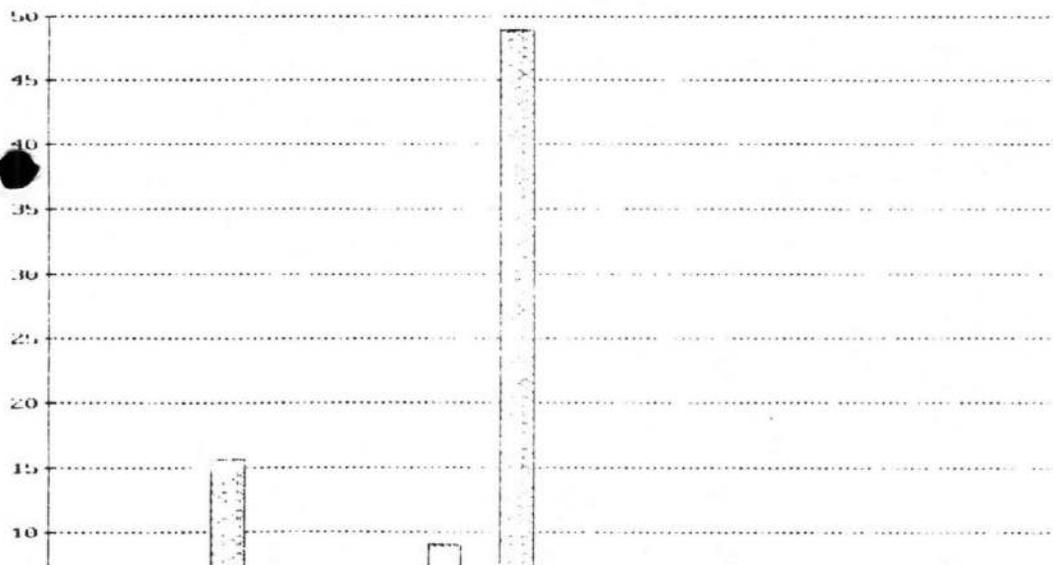
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, O Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do G. Lírio, Jaguara, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Fuzinari, Buzandá;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Irm. Marizano, São Miguel Paulista, Irmãs Paulistas;
- (5) - Itaquera, Guaianases;
- (6) - Pari, Belémzinho, Tatupé, Mooca, Alto da B. Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Jardim, Santa Cecília, Fátima;
- (8) - Santa Efigênia, Ipiranga, Sô. Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Gerquiza Cesar, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulistas;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ipiranga;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela de São Pedro;
- (14) - Outrem (Grande São Paulo)

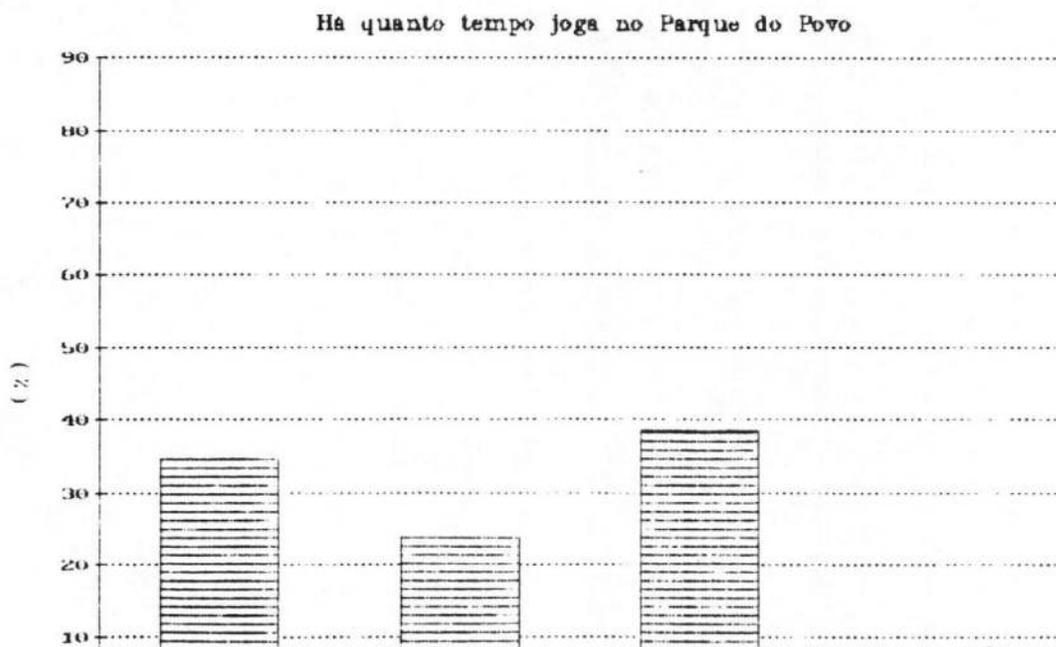
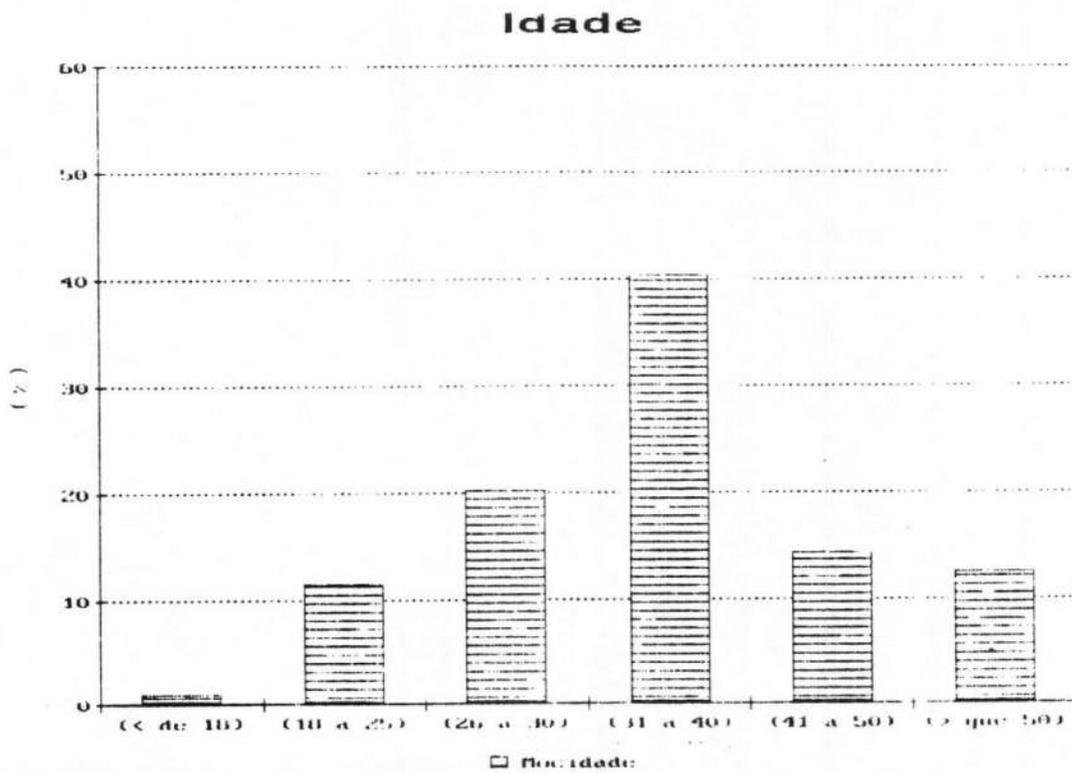
Profissões



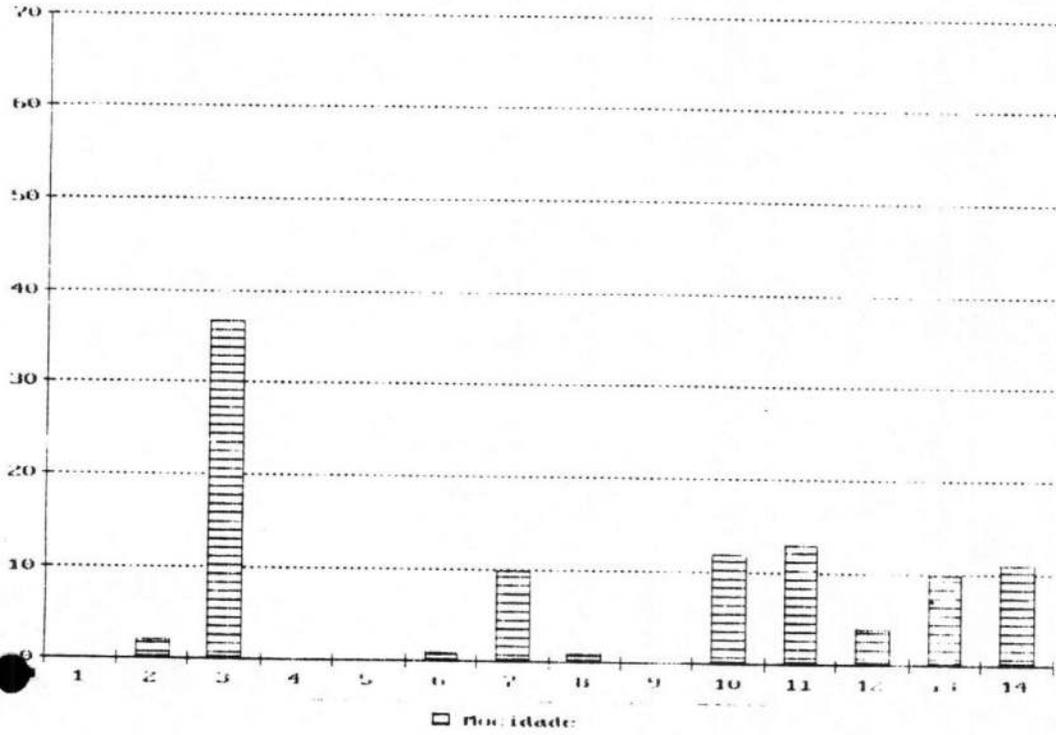
Grupos de Profissões:

- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico ...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Correio, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Pedreiro, Aguardante, Sapeiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Marceneiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Barbeiro ...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Analista, Almoço, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copista, Fumante, Contador, Garças ...
- (h) - Publicitário, Promotor, Musico, Fotografo, Ator, Artista Plastico ...
- (i) - Têxtil, Sapeiro, Segurador, Jardineiro, Bancarista, Doméstico, Farmacêutico, Vigia ...
- (j) - Taxista, Condutor, Motorista ...

Mocidade

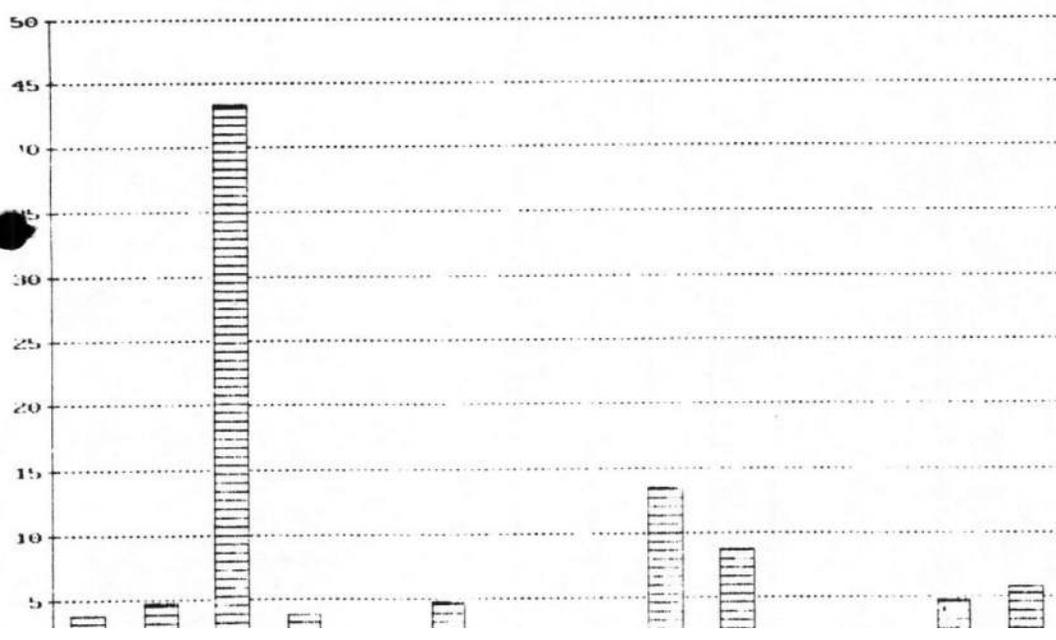


Bairros



- regiões (com base nos setores Regionais):
- (1) - Tucuruvi, Vila Azevedo, Santana, (Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
 - (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Linsão, Jaguará, Lapa;
 - (3) - Vila Matilde, Pinheiros, Butantã;
 - (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Iru, Nazarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
 - (5) - Itaquera, Guaiabazes;
 - (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Boa Vila Formosa, Vila Prudente;
 - (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdiz;
 - (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambuci;
 - (9) - Consolação, Torquato Uzeda, Bela Vista;
 - (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
 - (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirá;
 - (12) - Ipiranga, Sado, Jabaquara;
 - (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
 - (14) Outros (Grande São Paulo)

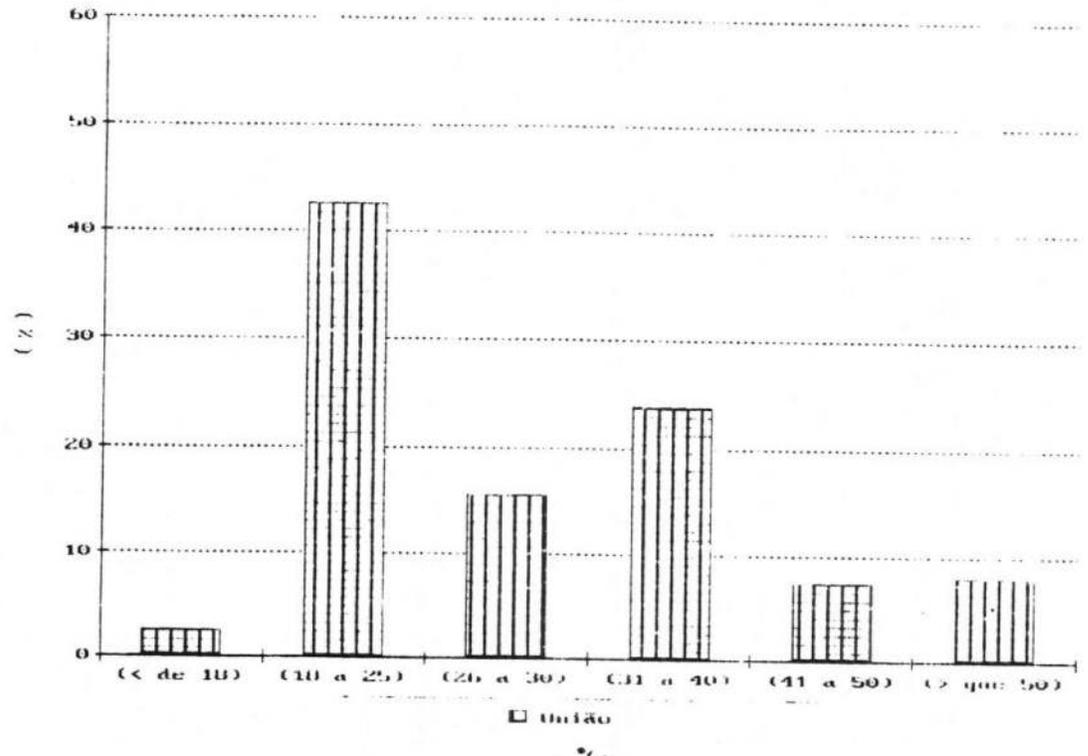
Profissões



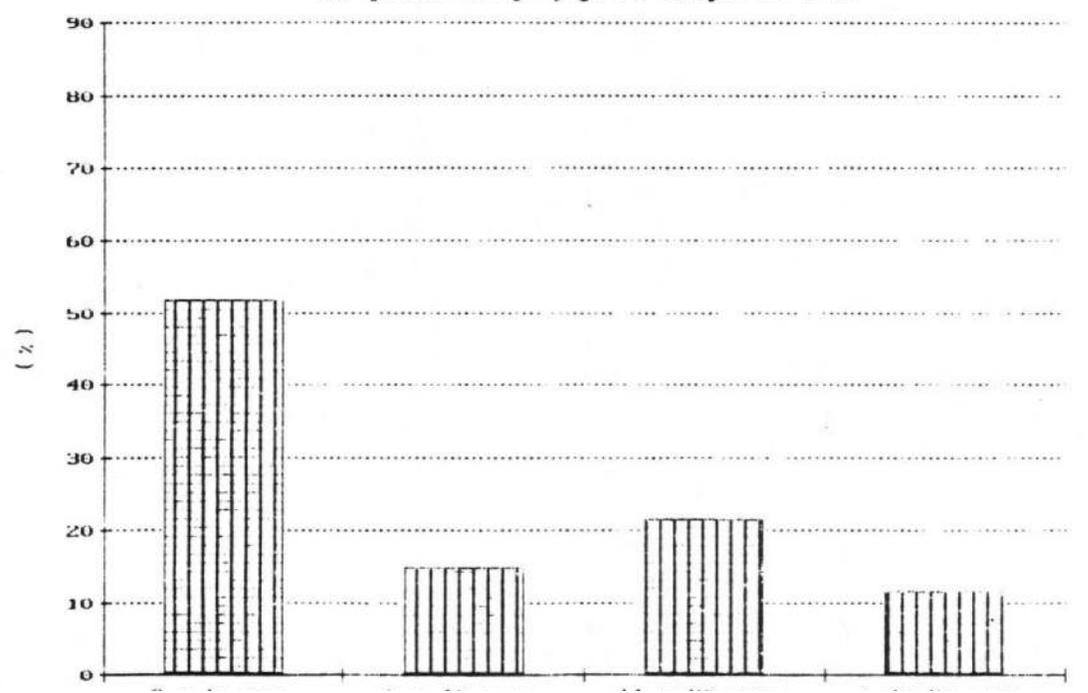
- Grupos de Profissões:
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
 - (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista Médico...
 - (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
 - (d) - Analista de Sistemas, Digitador, Técnico, Condutor, Despachante ...
 - (e) - Pedreiro, Agougueiro, Sapateiro, Costureiro, Barbeiro, Borracheiro, Barceneiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feiticeiro...
 - (f) - Garçom, Secretário, Entregador, Auxiliar, Almoço, Estoqueiro, Office-boy ...
 - (g) - Garçon, Costureiro, Servente, Copista, Funileiro, Costur, Ouriveseiro ...
 - (h) - Publicitário, Procurador, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
 - (i) - Têxtil, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Montador, Costureira, Paralela, Vague...
 - (j) - Taxista, Condição, Motorista ...
 - (k) - Funcionário Público, Polícia, Militar ...
 - (l) - Estudante

União da Vila Olímpia

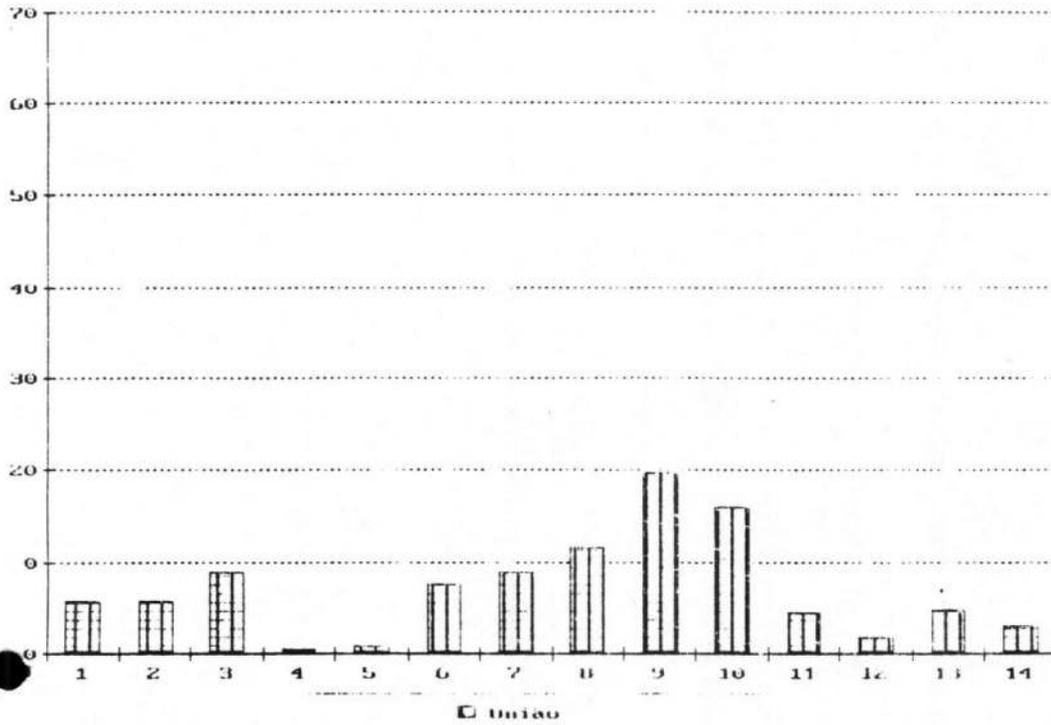
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo

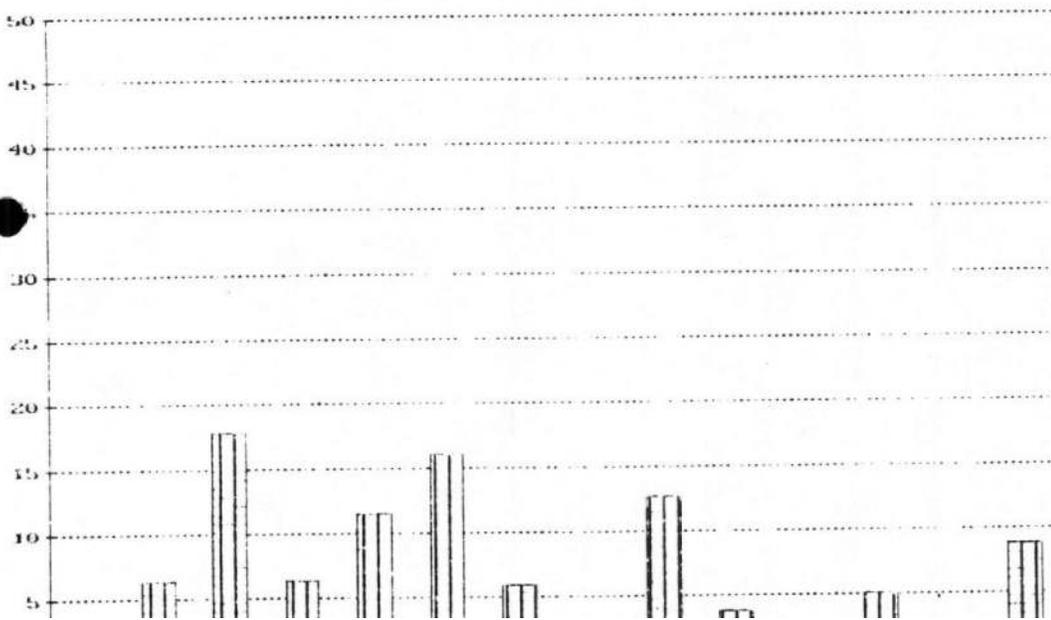


Bairros



- Regiões (com base nos Foros Regionais)
- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, (Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
 - (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do O, Linhão, Jaguará, Lapa;
 - (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
 - (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Batilde, Iru Batarazzo, São Miguel Paulista, Itaip Paulista;
 - (5) - Itaquera, Guaianazes;
 - (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Hóca, Alto da H, Vila Formosa, Vila Prudente;
 - (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perd;
 - (8) - Santa Efigênia, Brás, Sã, Liberdade, Cantoo;
 - (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
 - (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
 - (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibi;
 - (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
 - (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
 - (14) Outros (Grande São Paulo)

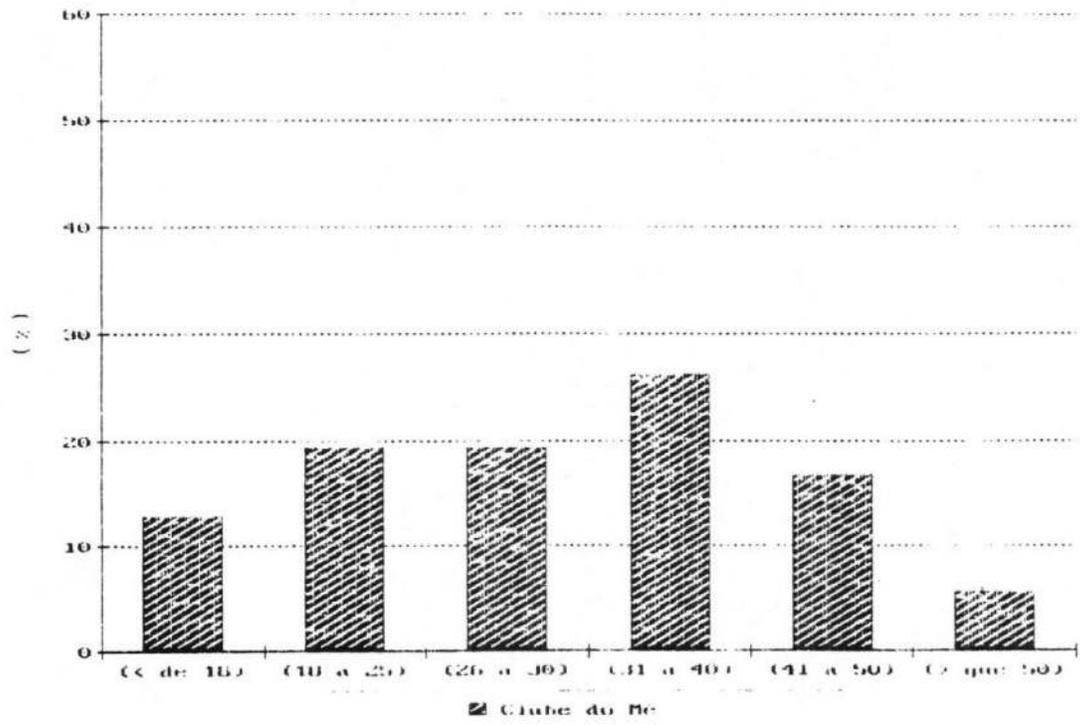
Profissões



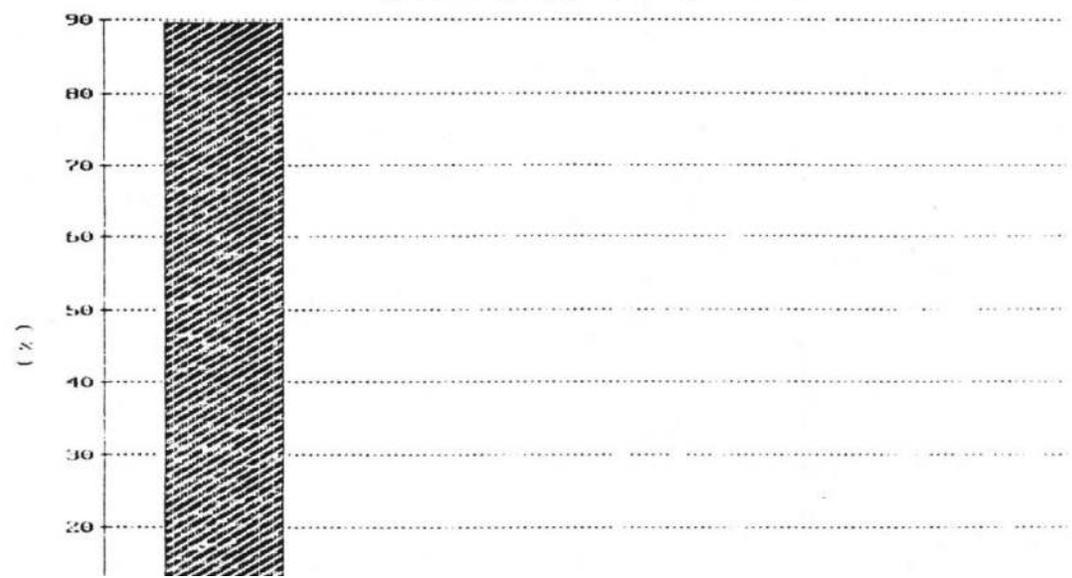
- Grupos de Profissões:
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
 - (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projeto Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista Médico...
 - (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
 - (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
 - (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
 - (f) - Bancário, Secretário, Inspetor, Auxiliar, Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
 - (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzaiolo, Coniz, Curreaqueiro ...
 - (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
 - (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Doméstica, Faxineiro, Vigia
 - (j) - Taxista, Cobrador, Motorista ...
 - (k) - Funcionário Público, Policial, Militar ...

Clube do Mé

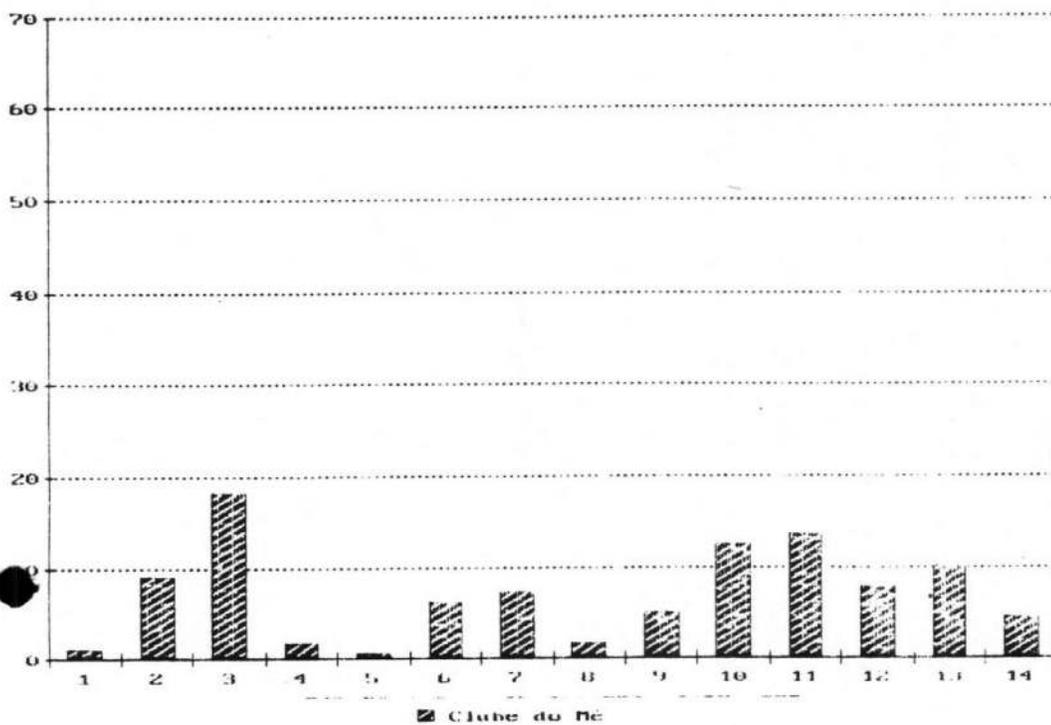
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo



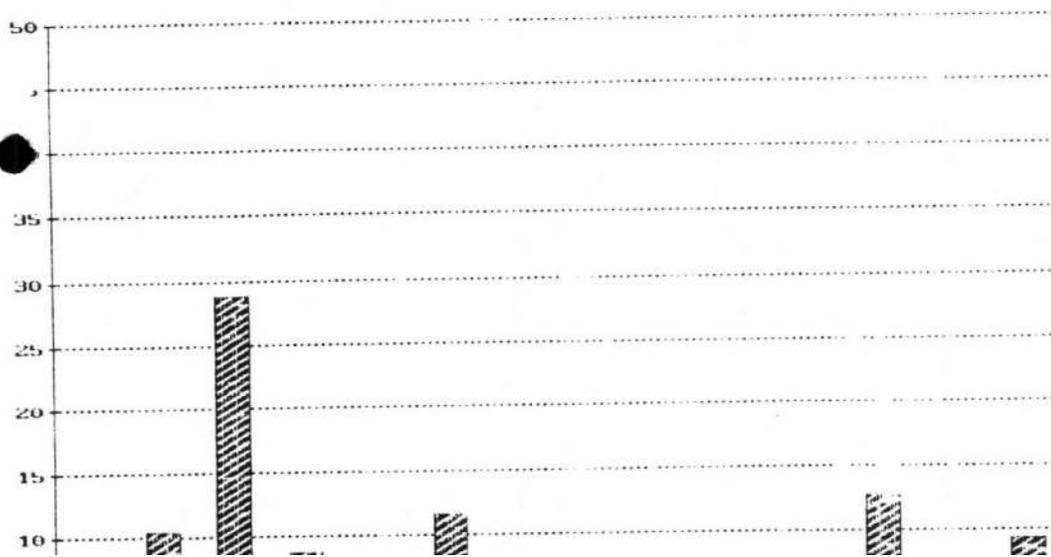
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Boss Senhora do Ó, Limão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ir Nazarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Belémzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da B Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perd;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambor;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibir;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela de Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

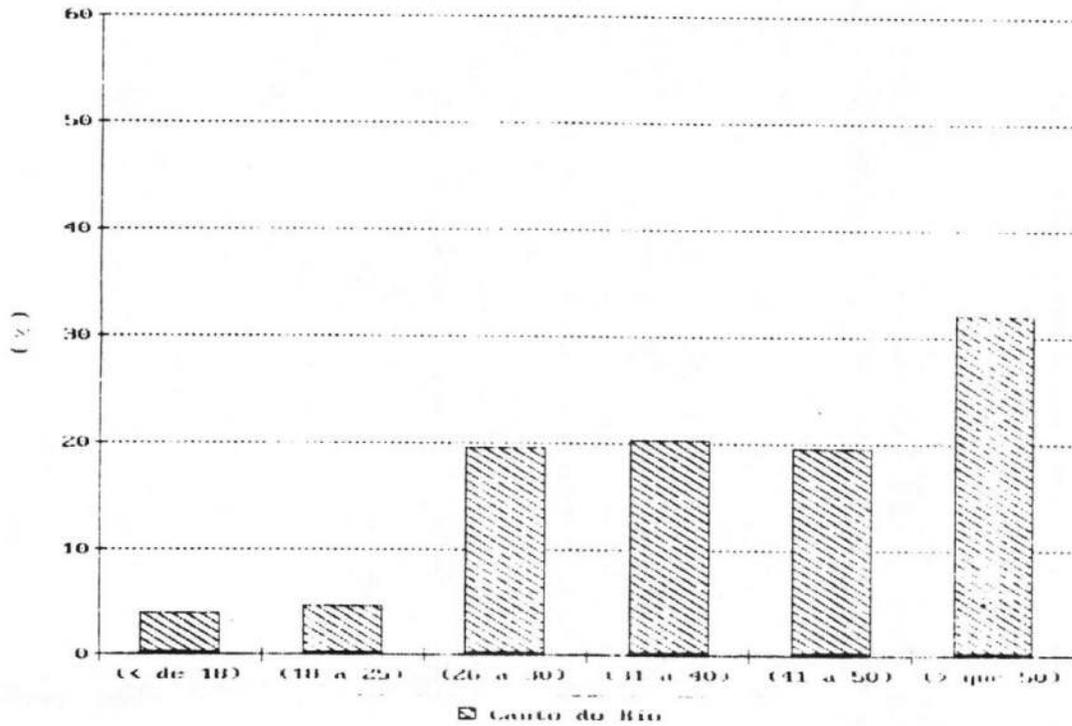


Grupos de Profissões:

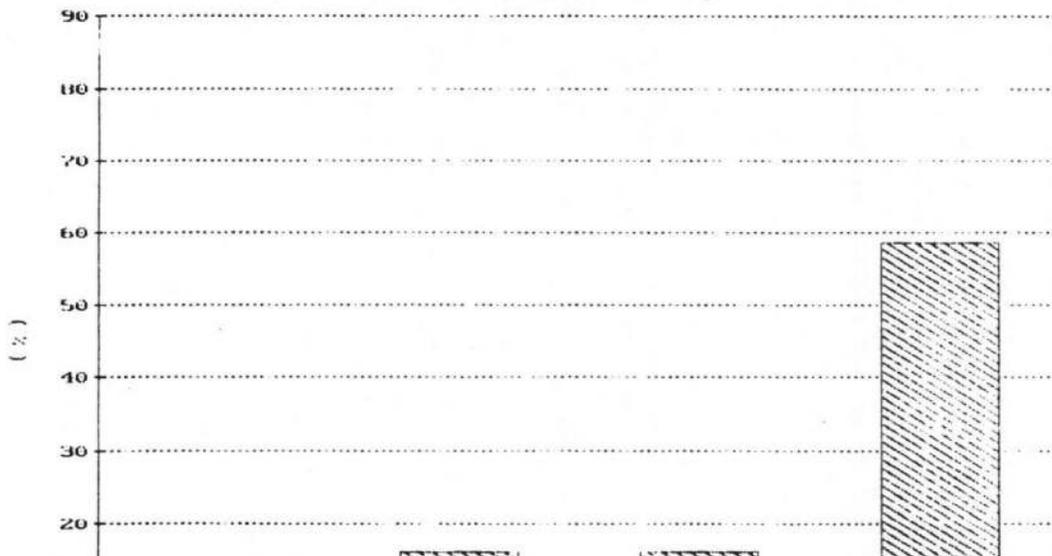
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projeto Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista Médico...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Pedreiro, Apoqueiro, Sapateiro, Tintureiro Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpin Fustor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxílio Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copista, Fixação, Cozinheiro, Carneiro...
- (h) - Publicitário, Produtor, Musico, Fotografo Ator, Artista Plastico...
- (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Domestica, Barbeiro, Vigia ...

Canto do Rio

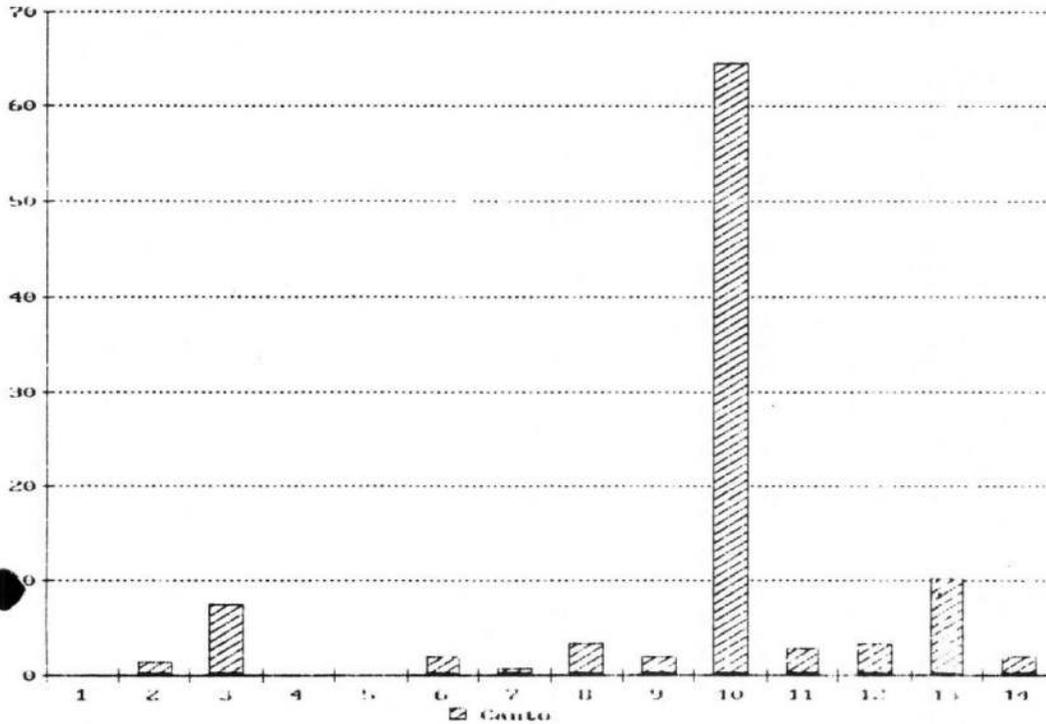
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo



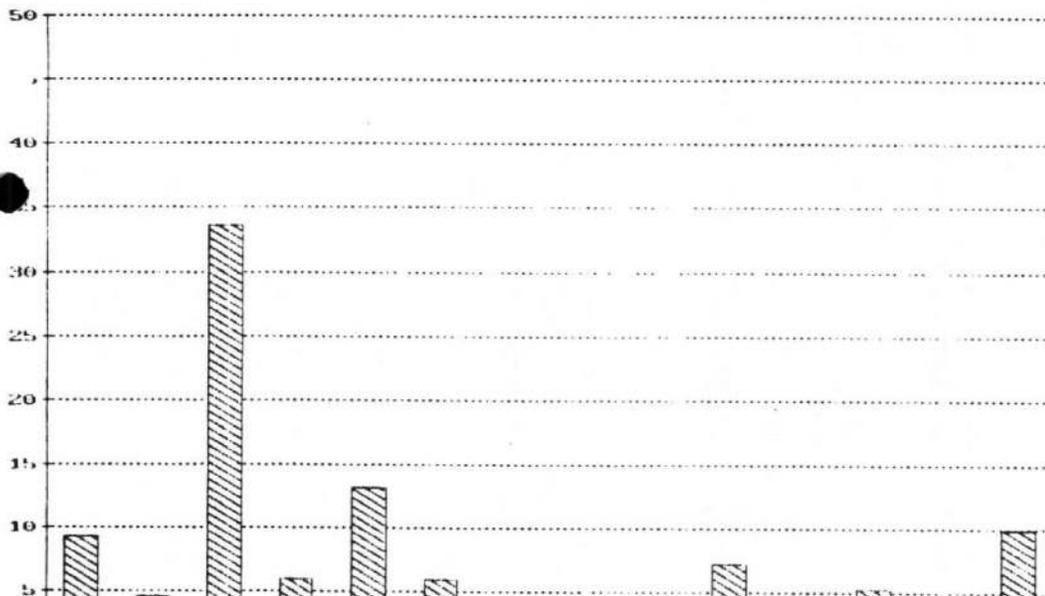
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Itacuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Bos. Senhora do Ó, Limão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, It. Hatarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Belémzinho, Yataápe, Múoca, Alto da P. Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Ferc;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Camb;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibi;
- (12) - Ipiranga, Sãos, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

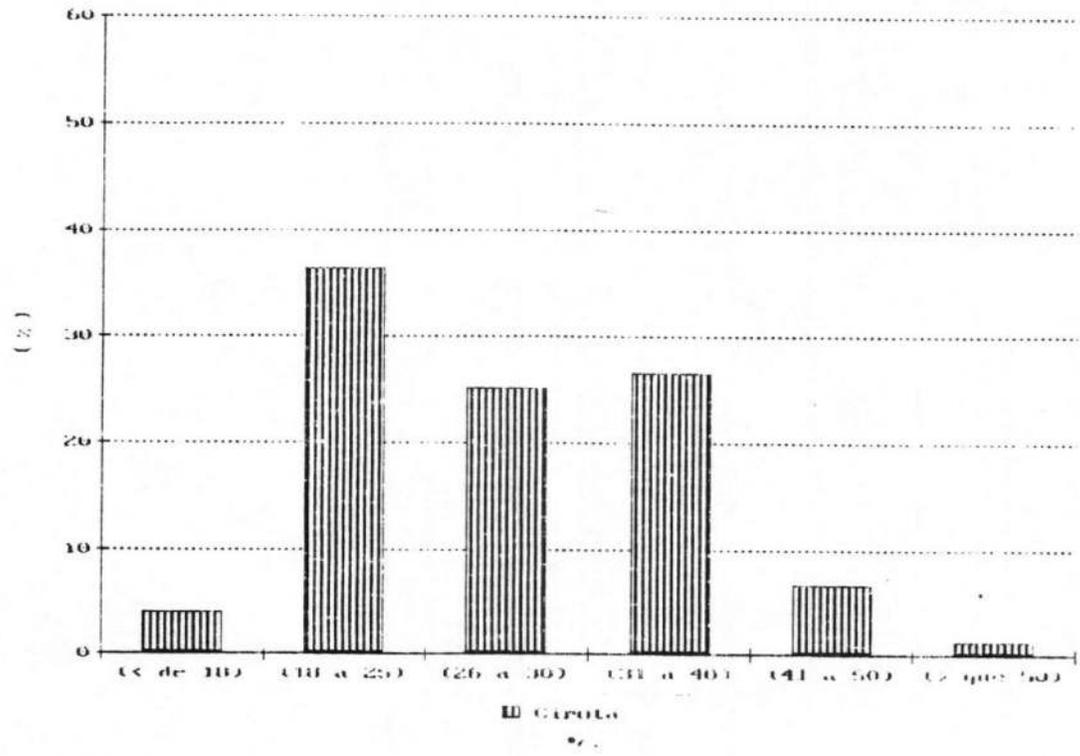


Grupos de Profissões:

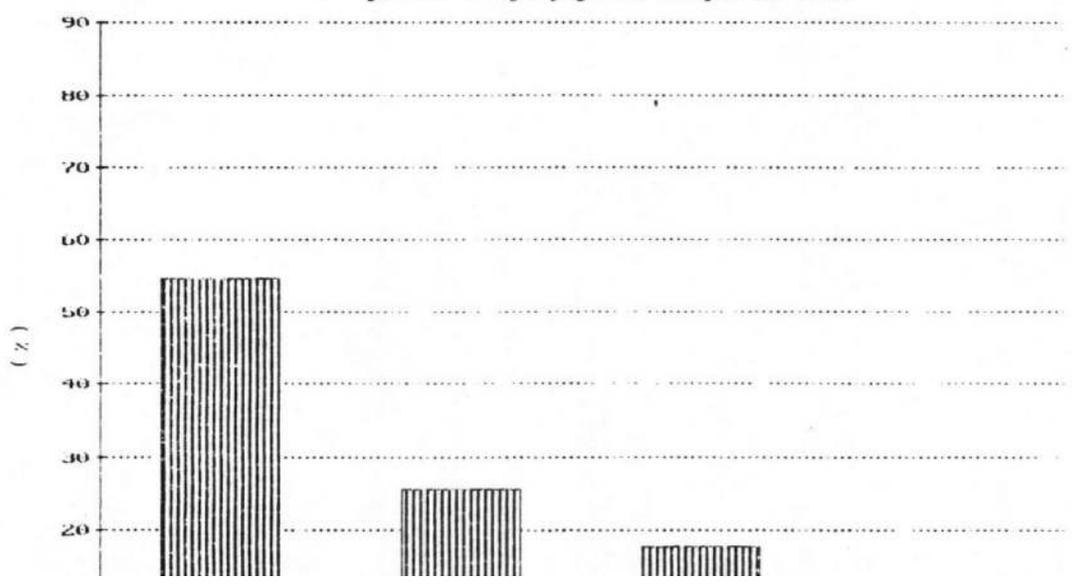
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico ...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Becânico, Borracheiro, Barceneiro, Carpin, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante ...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoquista, Office-boy ...
- (g) - Garçons, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Fixador, Comis, Carrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Music, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico ...
- (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Doméstico, Jazeiro, Vigia ...
- (j) - Taxista, Coibrador, Motorista ...
- (k) - Funcionário Público, Policial, Militar ...

Cirota

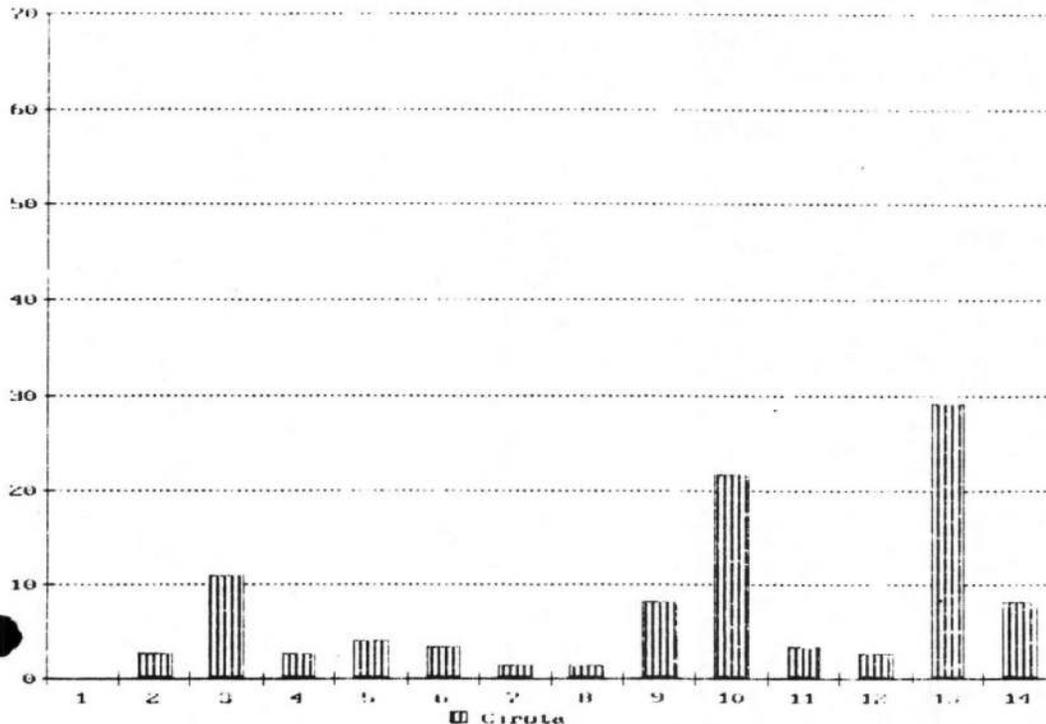
Idade



Ha quanto tempo joga no Parque do Povo

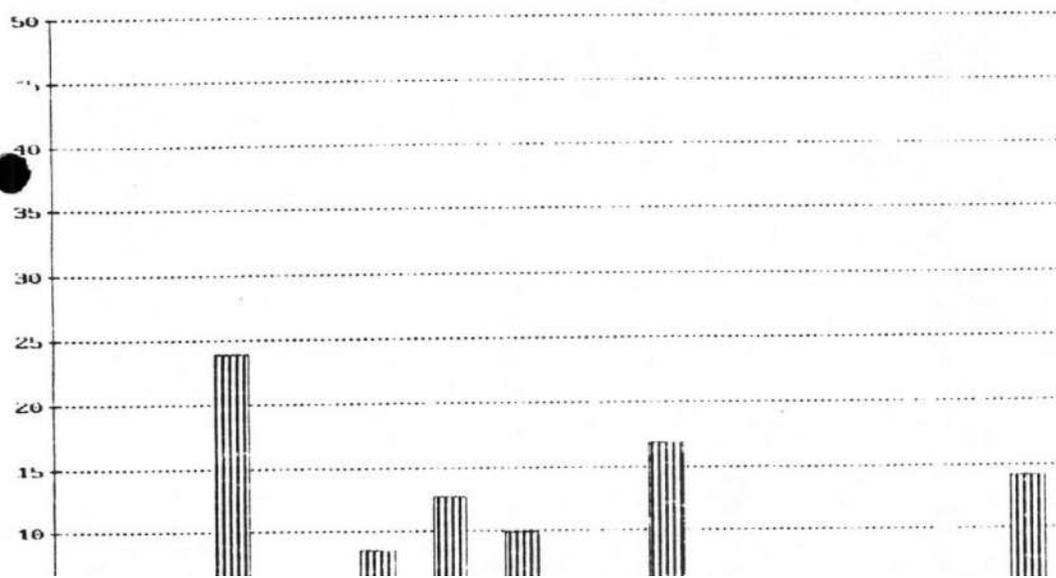


Bairros



- Regiões (com base nos Foros Regionais):
- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
 - (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Mossa Senhora do C, Limão, Jaguará, Lapa;
 - (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
 - (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ita Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
 - (5) - Itaquera, Guaianases;
 - (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da B Vila Formosa, Vila Prudente;
 - (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Ferc;
 - (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambor;
 - (9) - Consolação, Gurgueira Cesar, Bela Vista;
 - (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
 - (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibi;
 - (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
 - (13) - Santo Amaro, Capela de Socorro;
 - (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões



- Grupos de Profissões:
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
 - (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projeto Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista Médico...
 - (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
 - (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
 - (e) - Padeiro, Apotecário, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
 - (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
 - (g) - Garçon, Cozinha, Servente, Copeiro, Fixação, Cozinheiro, Camaradeiro ...
 - (h) - Publicitário, Produtor, Busico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
 - (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Doméstico, Jazeiro, Vigia ...
 - (j) - Taxista, Cotrador, Motorista ...

Idade (%)

	(< de 18)	(18 a 25)	(26 a 30)	(31 a 40)	(41 a 50)	(> que 50)
Canto do Rio	4	4,5	19,6	20,3	19,6	32
Cirota	4	36,4	25,1	26,5	6,7	1,3
Clube do Mé	12,8	19,4	19,4	26,1	16,7	5,6
Flor	2,9	52,5	17,8	18,2	5,7	2,9
Itoororó	6,8	20,5	11,9	30,1	15,3	15,3
Marítimo	4,8	28,7	20,7	22,3	14,4	9,1
Mocidade	1	11,5	20,2	40,4	14,4	12,5
União	2,4	42,6	15,6	24	7,4	8
Total	(4,7 %)	(31,1 %)	(18,3 %)	(24,8 %)	(11,5 %)	(9,8 %)

Há quanto tempo joga no Parque do Povo ? (%)

	0 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	mais de 20
Canto do Rio	9	16,2	16,2	58,4
Cirota	54,6	25,6	17,8	2
Clube do Mé	67,8	19,6	9,3	3,2
Flor do Itaim	31,4	22,9	26,9	18,9
Itoororó	42,8	16,5	22,2	18,5
Marítimo	89,7	3,3	3,8	3,3
Mocidade	34,6	23,8	38,6	3
União	51,8	15	21,4	11,7
Total	50,6 %	17,3 %	18,0 %	14,1 %

Bairros (%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Canto	0	1,4	7,5	0	0	2	0,7	3,4	2	64,6	2,8	3,4	10,2	2
Cirota	0	2,7	10,9	2,7	4,1	3,4	1,3	1,3	8,2	21,8	3,4	2,8	29,2	8,2
C. do Mé	1,1	9,1	18,2	1,7	0,6	6,3	7,4	1,7	5,1	12,5	13,6	8	10,2	4,5
Flor	4	7,3	7,3	3	4,4	1,5	7,7	3,7	19,5	6,3	3,3	1,1	19,5	11,4
Itoororó	1,2	7,1	7,7	0	1,2	3	1,8	4,7	25,6	11,9	4,2	7,8	14,3	9,5
Marítimo	0	12,4	19,2	4,7	1,6	1	2,6	0,5	6,2	13,6	5,7	8,8	20,2	3,6
Mocidade	0	2	36,6	0	0	1	9,9	1	0	11,9	12,9	3,9	9,9	10,9
União	5,8	5,8	8,9	0,5	0,9	7,6	8,9	11,6	19,7	16	4,5	1,8	4,9	3,1
Total	2,0%	6,5%	13,0%	1,8%	1,8%	3,4%	5,3%	3,9%	12,3%	18,2%	5,8%	4,5%	14,9%	6,7%

Profissões (%)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n
Canto	9,2	4,6	33,5	6	13,1	6	0	0,7	1,3	7,2	0,7	5,3	2,6	9,9
Cirota	2,1	2,1	24	1,4	8,4	12,7	9,8	1,4	16,9	5,6	0	1,4	0	14,1
C. do Mé	4,6	10,4	28,9	8,7	0,6	11,6	1,1	3,5	5,8	1,1	0	12,7	1,7	9,2
Flor	1,1	1,1	15,6	2,9	5,8	9	49	0,4	6,1	1,4	0,7	1,8	1,1	4

1.3 - A Dinâmica do Parque do Povo

Para aqueles que trafegam em alta velocidade pelas imediações da área, o Parque do Povo emerge na paisagem urbana, aparentemente, como um local desabitado, mesmo abandonado, destoando da intensa agitação que constitui o seu entorno. Todavia, ao caminhar pelo interior do parque, descobre-se outras modalidades de ocupação urbana, não menos ricas do ponto de vista de sua sociabilidade.

Escolhendo qualquer trajeto por dentro da área, imediatamente identificamos formas diversificadas de uso e ocupação do espaço: os jogos, os churrascos semanais com os amigos ou com a família, as apresentações e eventos no circo ou no teatro, os shows com artistas populares, a feira livre, o jogo de bocha no Canto do Rio, o bate-papo e a cerveja pelos bares de cada clube, enfim, consistem em práticas de encontro e sociabilidade aprendidos por quem circula no interior do parque.

Para compreender efetivamente a dinâmica de funcionamento do Parque do Povo, foi necessário conhecer os meandros das relações ali estabelecidas. Assim, a pesquisa realizada procurou identificar, inicialmente, o perfil do usuário do parque e das organizações sociais envolvidas.

Algumas questões, continuamente levantadas nas polêmicas discussões que envolvem esta área, procuraram ser investigadas: quem são seus frequentadores? De onde vêm? Por que vêm? Os clubes têm organização própria? Como funciona? O cidadão comum tem acesso? De que forma? Futebol, circo e teatro: como se relacionam?

1.3.1 - O Perfil dos Usuários dos Campos

Para conhecer os frequentadores dos campos de futebol, foi realizado um levantamento no período entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994, com mais de 1400 usuários. Os dados coletados referem-se a idade dos indivíduos, bairro de moradia, times a que pertencem, ocupação profissional e há quanto tempo frequentam o parque. Todos os dados estão representados em gráficos, no final deste capítulo.

Primeiramente, com relação à faixa etária, foram distintas seis categorias: menores de 18 anos, 18 a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 40 anos, 40 a 50 anos e acima de 50 anos.

De uma maneira geral, os campos são frequentados equilibradamente por indivíduos de todas as faixas etárias. A maior parte abrange uma faixa jovem, entre 18 e 25 anos (31,1%), seguido pela faixa entre 31 e 40 anos (24,6%). Cabe ressaltar o índice de quase 10% dos frequentadores acima de 50 anos de idade (em especial no Canto do Rio, onde este índice alcança 32% dos usuários).

Verifica-se porém, uma baixa frequência de indivíduos com idade inferior a 18 anos, representando apenas 4.7% do total. A circulação de crianças

por escolas para prática de educação física (além das escolinhas de futebol existentes).

Com relação há quanto tempo os usuários frequentam o Parque do Povo, foram distintas quatro categorias: até 5 anos, de 5 a 10 anos, de 11 a 20 anos e há mais de 20 anos.

Mais da metade dos usuários (50,6%), frequentam o parque há até 5 anos. As demais categorias aparecem quantitativamente equilibradas. Há, portanto, grande renovação e rotatividade dos usuários, convivendo com o forte caráter da continuidade, da tradição, com a longa permanência e frequência através dos anos.

A análise dos dados relativos à procedência dos usuários que praticam futebol no parque, indica que a área é um importante receptor deste tipo de demanda de lazer na cidade. Aqui foram distintas 14 categorias, 13 das quais dizem respeito aos bairros da cidade, subdivididos de acordo com base nos foros regionais. A outra categoria compreende os municípios da Grande São Paulo e interior.

A procedência dos usuários é distribuída de forma relativamente equilibrada entre todas as regiões da cidade. A categoria "10", que engloba os bairros do Jardim América e Jardim Paulista representa 18,2% do total de usuários. A categoria "13" (com 14,9%), abrange os bairros de Santo Amaro e Capela do Socorro uma das maiores e mais populosas regiões da cidade. A categoria "3" (com 13%), corresponde a Vila Madalena, Pinheiros e Butantã e a "9" (com 12,3), com Bela Vista, Consolação e Cerqueira César. Nestes bairros, onde tradicionalmente existiam diversos campos, originaram-se os times mais importantes do futebol varzeano.

As demais categorias aparecem bem distribuídas, comprovando a presença de usuários oriundos de todas as regiões da cidade, apesar das dificuldade de transporte coletivo no seu entorno imediato.

Com relação às atividades profissionais dos usuários, foram distintas 14 categorias. Tais categorias não têm o intuito de explicitar uma divisão sócio-econômica rígida, ou englobar a faixa salarial dos entrevistados. Representam uma tentativa de agrupamento das atividades por afinidade.

Nota-se um predomínio de trabalhadores em atividades ligadas ao comércio (23,7%). A segunda categoria mais numerosa corresponde aos funcionários de restaurantes (garçons, cozinheiros etc.) abarcando 12,8% dos usuários. Os trabalhadores em ocupações não manuais de rotina (bancários, auxiliares de escritório, etc.), representam 10,3% do total. Percebe-se ainda grande preponderância de ocupações manuais especializadas (padeiros, pintores, mecânicos etc.), com 8,2% dos usuários. Os demais grupos de profissões estão bem distribuídos, ainda que em proporções menores, demonstrando sobretudo uma grande diversidade de atividades profissionais dos usuários do Parque do Povo.

1.3.2 - As "Regras" Gerais de Convivência no Futebol

A pesquisa realizada, através das entrevistas com os dirigentes dos clubes, dos dados coletados sobre os usuários e da leitura da bibliografia, permitem afirmar que o futebol praticado pelos clubes do Parque do Povo

apresenta todos os ingredientes do mais tradicional futebol varzeano. Trata-se de uma organização historicamente consolidada, regulada por um conjunto de normas próprias, que disciplinam seu funcionamento cotidiano.

Embora cada clube apresente suas especificidades (conforme já destacado no item "3" deste capítulo), são as "regras" comuns que caracterizam o futebol do Parque do Povo.

O uso dos campos é muito intenso, particularmente nos finais de semana. Os horários, nesses dias, são extremamente concorridos. Os clubes, reponsáveis pelos campos, têm garantido seu espaço, geralmente no domingo pela manhã. É comum cada clube possuir dois quadros (1 e 2) e time de veteranos. Os demais horários são preenchidos por outros clubes, com destaque para as inúmeras agremiações representativas do futebol de várzea de outros bairros da cidade, que já perderam seus campos. Estes clubes contribuem na manutenção do campo e das instalações.

Quem tem horário fixo recebe semanalmente times visitantes. As partidas ainda são combinadas através dos tradicionais "marcadores de jogos", pessoas especializadas em unir os quatro cantos da cidade tendo o futebol como veículo. Os próprios clubes também organizam confrontos. Os horários vagos podem ser requisitados por qualquer pessoa.

Hoje, os clubes que possuem campo dificilmente jogam fora de casa, exceto em situações especiais como viagens e eventos. Mesmo por que são raros os campos sobreviventes na cidade.

Torneios e festivais frequentemente são promovidos pelos clubes, atraindo um enorme e diversificado contingente de jogadores. Esta é sempre uma oportunidade de outros atletas conhecerem o parque e se tornarem usuários regulares.

O bar funciona como importante elemento agregador dos frequentadores dos clubes. Muitas vezes, o jogo torna-se mero pretexto para o reencontro de antigas amizades. O churrasco, a mesa de sinuca e a cerveja, confraternizam adversários, atraem famílias de jogadores e até pessoas sem ligação direta com o esporte.

No Parque do Povo, o termo "clube" não representa o mesmo conceito dos clubes fechados de classes média e alta. Aqui a prática de atividades de lazer é intensa, porém, o acesso é livre. Não dispõe de rígido esquema de vigilância e controle através de carteirinhas e carnês. Quem joga, paga taxa de manutenção. Os dados coletados nesta pesquisa mostram que tal taxa não inibe o uso por pessoas das mais variadas atividades profissionais, oriundas de todos os bairros da cidade. Quem não joga, pode circular livremente pela área.

Os clubes são estruturados estatutariamente por uma diretoria eleita. A organização administrativa das entidades é variável. Entretanto, sempre apresentaram forte capacidade de resistência frente às inúmeras ameaças de destruição do parque.

1.3.3 - A interação entre as atividades que compõe o Parque do Povo

A constante necessidade de organização e articulação na luta por interesses comuns, culminou na fundação da Associação dos Amigos do Parque do Povo em 1988. Não apenas o futebol, mas também as demais atividades, como o circo e o teatro, participam da entidade, que representa importante elo de ligação entre elas.

O circo-escola Picadeiro e o Teatro Vento Forte, se comparados com o futebol, estabelecem outros vínculos entre o Parque do Povo e a cidade. Dada a diferenciada abrangência de atuação, ampliam o tipo de público que frequenta a área através das inúmeras atividades que promovem (ver itens 4 e 5).

Por outro lado, funcionam como "irradiadores" do Parque do Povo. Tanto o circo quanto o teatro deslocam-se constantemente pela cidade definindo novas redes de ligações. Da mesma forma, viajam pelo Brasil e outros países, com apresentações, cursos para formação de profissionais etc. O reconhecimento externo deste trabalho tem contribuído para identificar, no parque, uma área referencial na cidade no campo da cultura e do lazer popular.

Nestes últimos anos, a participação do circo e do teatro têm contribuído decisivamente nas mobilizações pela preservação do parque, particularmente através da Associação. Assim, futebol, circo e teatro estreitaram os laços de relacionamento, que já ultrapassa os vínculos formais da entidade. É comum a circulação dos seus frequentadores nas demais setores do Parque do Povo.

No mesmo espaço do parque outros usos puderam ser verificados. Um grupo de cerca de quinze famílias moram dentro do perímetro em estudo de tombamento. Tratam-se de antigos zeladores de clubes, cujas famílias se ampliaram, mantendo-se na área.

Algumas atividades possuem uso descontínuo, como a pista de bicicross, concedida pela Caixa Econômica Federal para exploração pela empresa Monark. Atualmente encontra-se sub-utilizada. Uma pista de kart para crianças (existente quando da abertura do processo), foi desativada e substituída por uma quadra de futebol.

O espaço da feira livre, que ocorre às quartas e sábados, é utilizado durante a semana como estacionamento e, eventualmente, para shows e atividades recreativas organizadas pela Associação.

Dentro do perímetro do parque percebe-se ainda a presença de um escritório da construtora Camargo Corrêa, que não mantém nenhuma relação com as demais atividades culturais e de lazer verificadas na área.

1.3.4 - O Parque do Povo: uma *Mancha* de Lazer e Entretenimento na Cidade

A heterogeneidade e complexidade das atividades desenvolvidas impõe ao local uma dinâmica própria e constante de ocupação, uso, fruição, desfrute e conformação de variadas formas de lazer e organização social.

Os clubes de futebol de várzea, o circo, o teatro e as demais atividades ali desenvolvidas possuem formas de organização, dinâmica, temporalidade e espacialidade próprias. Aglutinam particularidades que diferenciam este parque em relação à outras regiões ou parques existentes na cidade de São Paulo. É justamente na existência, ou melhor, na coexistência desta gama de manifestações que reside a importância de preservação da área.

Diariamente convergem para o local centenas de pessoas de variados pontos e **pedaços** (Magnani, 1994), a procura de área livre para prática de lazer e momentos lúdicos.

Todos os equipamentos e atividades ali instalados constituem um complexo que poderia ser definido como uma mancha de lazer e entretenimento importantes para a cidade.

Por **mancha** entende-se uma determinada "área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam - cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando - uma atividade ou prática predominante"; (...) sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável, tanto na passagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso - o que garante uma maior continuidade transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários". (Magnani, 1992, p. 191 e 196).

Algumas características devem ser salientadas nesta definição de **mancha**: primeiro, a continuidade que supõe uma noção de tempo das atividades exercidas no mesmo espaço; segundo o perfil heterogêneo do conjunto de usuários que pode ser traduzido nas variáveis idade, profissão, ou mesmo na diversidade dos locais de moradia, pois a categoria **mancha** tem como característica básica constituir-se num ponto de convergência e encontro de indivíduos de diversos locais (pedaços) da cidade.

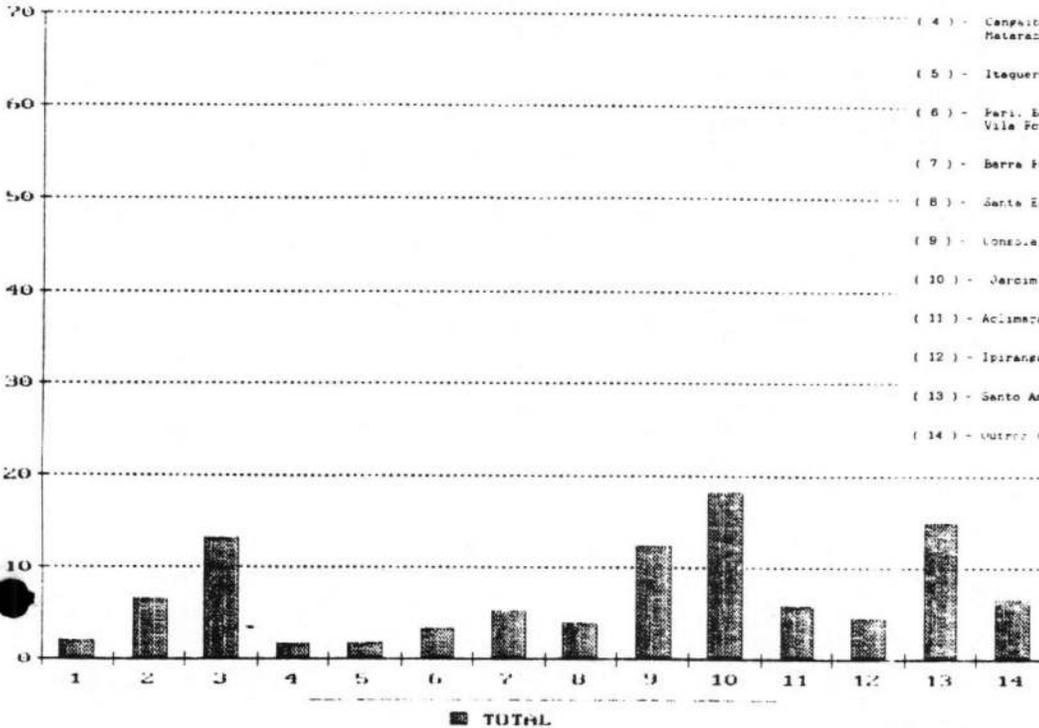
Diferentemente dos limites físicos ou simbólicos impostos pelo **pedaço** a que pertence cada indivíduo (o seu bairro, a sua "firma", a sua rua, a sua "turma"), o Parque do Povo, caracterizado como uma mancha, coloca em contato inúmeros bairros, variadas categorias profissionais, grupos de afinidades etc., estabelecendo redes maiores e estáveis de relações, dialogando com a dinâmica e a complexidade da vida da metrópole.

DADOS Totais

Bairros

região (com base nos bairros regionais)

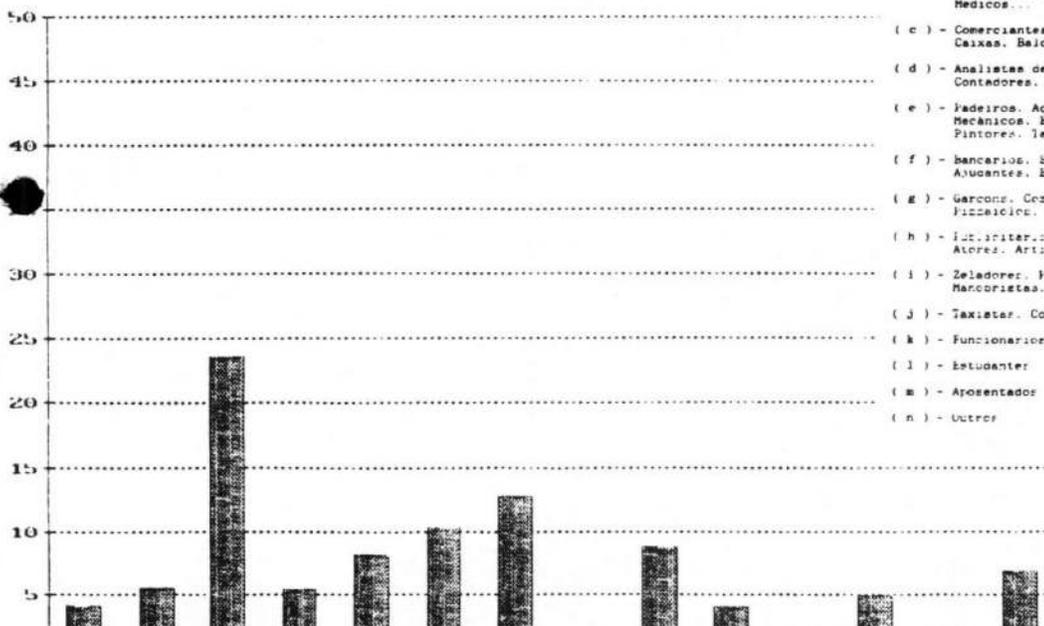
- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brásiliândia, Pirituba, Nossa Senhora do Socorro, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Finheiras, Butantã;
- (4) - Campaia, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Riquelme Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Esplanada, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
- (8) - Santa Efigênia, Braz. Esq., Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ipirapuera;
- (12) - Ipiranga, Sauber, Japão Square;
- (13) - Santo Amaro, Casela do Socorro;
- (14) - Outros (Grande São Paulo)



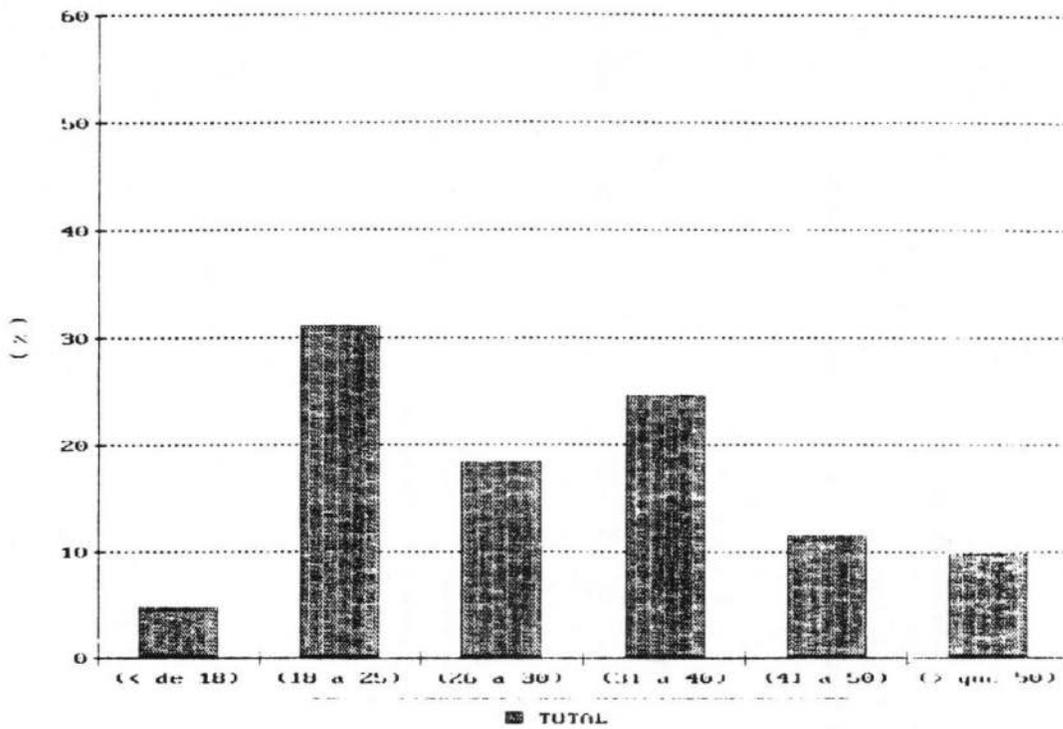
Profissões

Grupos de Profissões:

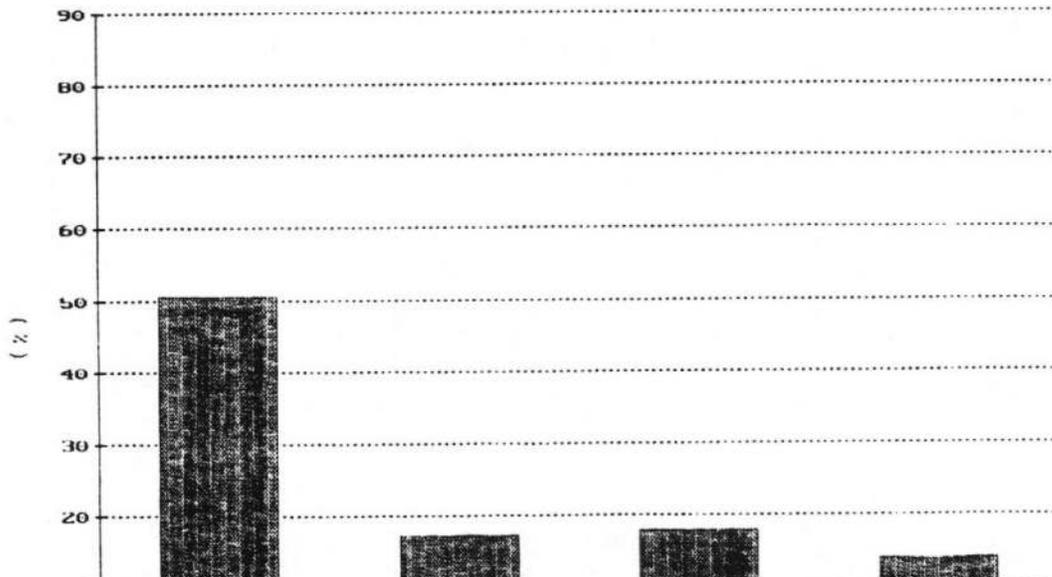
- (a) - Empresários, industriais, Administradores de Empresa, Economistas ...
- (b) - Arquitetos, Engenheiros, Professores, Proprietários, Decoradores, Cientistas, Advogados, Jornalistas, Médicos ...
- (c) - Comerciantes, Vendedores, Gerentes, Corretores, Caixa, Balconistas, Ambulantes ...
- (d) - Analistas de Sistemas, Digitadores, Técnicos, Contadores, Despachantes ...
- (e) - Fazedores, Acusadores, Sapateiros, Tintureiros, Mecânicos, Borracheiros, Marceneiros, Carpinteiros, Pintores, Tapeceiros, Pedreiros, Feirantes ...
- (f) - Bancários, Secretárias, Entregadores, Auxiliares, Ajudantes, Estoquistas, Office-boys ...
- (g) - Garçons, Cozinheiros, Serventes, Copistas, Fiscais, Lombr, Churrasqueiros ...
- (h) - Intérpretes, Produtores, Músicos, Fotógrafos, Atores, Artistas Plásticos ...
- (i) - Zeladores, Porteiros, Segurancas, Jardineiros, Manobristas, Domésticos, Faxineiros, Vigias ...
- (j) - Taxistas, Coordenadores, Motoristas ...
- (k) - Funcionários Públicos, Policiais, Militares ...
- (l) - Estudantes
- (m) - Aposentados
- (n) - Outros



Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo



Cap.2 - ASPECTOS HISTÓRICOS DO BAIRRO E DO PARQUE

2.1 - O Bairro do Itaim Bibi

2.1.1 - Ocupação e loteamento

A história da origem do Itaim esteve, como outros bairros paulistanos, associada à história da família que impulsionou seu loteamento e urbanização. Neste caso, o então Sítio Ithay vai receber seus primeiros traçados a partir de 1896, após ser adquirido pela família Couto Magalhães. Como registro dessa influência permanecem até os dias atuais nomes de ruas e avenidas que homenageiam membros e amigos desta família.

O primeiro a adquirir e ocupar as terras, General Couto de Magalhães, imprimiu seu estilo de vida e caráter pessoal na forma de uso e organização das atividades desenvolvidas na região seguidas por seus herdeiros e pelos moradores posteriormente.

Membro da Academia de São Paulo, turma de 1855/1859, o General soube compensar o nascimento numa família modesta dedicando-se aos estudos. Exerceu o cargo de Secretário da Província de Minas Gerais. Foi sucessivamente Presidente da Província de Goiás, do Pará, do Mato Grosso e de São Paulo por cinco meses, sendo interrompido seu exercício com a Proclamação da República em 1889, retirando-se definitivamente da política.

Embora afastado da vida pública, permaneceu em São Paulo investindo parte do capital na implantação de ferrovias e indústrias e parte nas compra de terras. Foram-lhe oferecidas na ocasião duas regiões distintas, a Chácara das Jabuticabeiras e o Sítio Ithay. Atraído pela existência do Rio Jerivatyva, hoje Pinheiros, com o propósito de entregar-se a atividades de lazer como pesca, mergulho e natação, e pelo fato pitoresco da área ter sido ocupado no passado pelos índios guaianás, optou pela segunda alternativa.

Faleceu após dois anos ficando a propriedade sob a responsabilidade de seu filho, posteriormente seu irmão e mais tarde, seu sobrinho Leopoldo Couto de Magalhães, conhecido em família pelo apelido "Bibi". Nesse momento o sítio já estava dividido em pequenas quadras que haviam sido vendidas a baixo custo. Os novos proprietários, chacareiros de origem portuguesa e italiana basicamente, faziam do rio e da várzea seu meio de vida. Trabalhavam com extração e comércio de areia, em olarias e abasteciam os bairros vizinhos com produtos de horticultura.

Motivado pelo crescimento dos Jardins América e Paulista, Leopoldo Bibi, por volta de 1914, realiza novos traçados do futuro bairro, que passou a ser chamado Itaim Bibi para distingui-lo do já existente Itaim Paulista. Abriu ruas e avenidas porém por tratar-se de uma região sujeita a inundações, o preço dos lotes permaneceu baixo. Dessa maneira, a faixa da população a adquirir esses terrenos não sofreu alterações e a implantação de residências e estabelecimentos comerciais seguiram um padrão simples de construção.

Ainda em 1951, ocasião da impressão do primeiro semanário do bairro, Folha do Itaim, podia-se ler reivindicações de melhoria na infra-estrutura como

925

calçamento de ruas e a ampliação das redes de água, esgoto e energia elétrica, revelando não estar completamente urbanizado.

2.1.2 - Retificação do Rio Pinheiros

As transformações ocorridas no Itaim responsáveis pela configuração atual do bairro, são fruto de um longo processo de intervenção nos rios e várzeas no intuito de aumentar a geração de energia hidroelétrica para o suprimento das indústrias e promover a ocupação de terrenos até então insólitos para grandes construções.

No ano de 1928 o poder público através do Decreto-Lei nº 2.249 concedeu o direito da execução das obras de canalização, retificação, drenagem e saneamento dos Rios Pinheiros, Grande e Guarapiranga à The São Paulo Trainway, Light and Power Company LTD. Em troca, os terrenos beneficiados, situados nas zonas inundáveis seriam declarados de utilização pública e a desapropriação destes, necessária a continuidade das obras, deveria passar pela aprovação do poder executivo.

A Light sabendo que com a realização das obras estaria produzindo novos espaços na cidade procurou apropriar-se das terras das várzeas através da compra e venda normal ou de acordos diretamente com os proprietários, evitando ceder ao Estado terrenos desapropriados contrariamente o previsto por lei.

No bairro da Vila Leopoldina a Light lidou com grandes proprietários basicamente. Nos bairros do Itaim, Vila Olímpia, Vila Funchal e Santo Amaro onde predominavam pequenas propriedades realizou desapropriações em bloco. Este procedimento despertou reações por parte dos proprietários que recorreram à Justiça e lutaram pela posse dos terrenos. Com exceção dos proprietários do Itaim, os demais nada conseguiram, pois as ações eram movidas individualmente.

No caso específico do Itaim, havia uma vinculação afetiva entre os moradores construída em várias gerações já que muitos deles descendiam dos antigos chacareiros. Quando a Light iniciou as desapropriações naquele bairro, por volta de 1940, os proprietários se mobilizaram criando uma organização contra a empresa. Esta pressão teve como resultado processos que a Cia. denominou "desapropriação amigável" permitindo que os proprietários pagassem pelo benefício por ela produzido em seus terrenos ao invés de vendê-los.

No entanto, esta solução não impediu a conquista de terras pela empresa, pois muitos dos moradores tinham-na como único bem e, por essa razão, cederam pequenas porções como forma de pagamento. O volume de terrenos acumulados ao longo dos anos, considerando todos os bairros atingidos, fez da Cia. proprietária de praticamente toda várzea no final dos anos 50.

Na década seguinte porém, em função da necessidade de ampliação do sistema viário, o Estado passou a exercer pressão para desapropriação das terras beneficiadas da Light objetivando a construção de trevos, viadutos e as vias marginais. Como saída a empresa propôs permutas ou, quando pôde, vendeu os lotes a grandes e pequenas construtoras que impuseram a lógica da especulação imobiliária aos empreendimentos que iria realizar posteriormente

Somente na década seguinte esta situação seria alterada. SEABRA (1987) expõe como se processou a perda da hegemonia da Cia:

"Mas nos anos 60 há uma enorme pressão pelo poder público para incorporar essas terras ao sistema viário em gestação. A História começaria a se inverter. Terras da Cia nas várzeas foram sendo desapropriadas para construção de trevos, passagens, alças, viadutos, conexões de todo tipo e para as vias marginais expressas. A estratégia da Cia foi de propor permutas de terra ao poder público e de vender rapidamente suas propriedades à grandes e pequenas construtoras... A investida do poder público sobre as propriedades e a resposta automática da Cia levou a notória ascensão econômica e política de empresas construtoras as quais impuseram sua lógica ao processo."

Neste contexto surgiram o Centro Empresarial, as Indústrias do Grupo Mofarrej e o processo de verticalização do Itaim que privilegiou a construção de edifícios nobres para o atendimento do público de alto poder aquisitivo, transformando definitivamente as características habitacionais e a população do bairro.

2.1.3 - Lazer no Itaim

Desde o tempo do General, a chácara do Itaim reunia funções distintas no mesmo complexo, representando simultaneamente, local de residência, de trabalho e de lazer.

Os festejos religiosos e as brincadeiras a beira do Rio Pinheiros, estimulavam o convívio entre os Couto de Magalhães e chacareiros da região. Esse ideal de confraternização dos moradores foi passado como tradição para as gerações seguintes.

Até aproximadamente 1950, a vida no antigo Itaim e a construção das relações sociais giravam em torno da existência do rio. Para a população ribeirinha, o universo por ele envolvido excedia o limite da sobrevivência para constituir-se numa dimensão da cultura. O ritmo das correntes marcava o cotidiano dos habitantes. Em períodos chuvosos, por exemplo, enquanto a fúria das inundações transpunha obstáculos, a solidariedade dos alagados unia vizinhos na busca de soluções emergenciais.

Com a introdução do futebol em São Paulo não tardou a formação dos primeiros times varzeanos do Itaim. Para instalação dos campos e sede dos clubes foram utilizados diversos terrenos ao longo da várzea pinheirense e terrenos ainda desocupados existentes no bairro.

Nos momentos de folga a comunidade do Itaim fazia dos clubes seu ponto de encontro e divertiam-se com campeonatos, piqueniques e bailes por eles promovidos. Por volta dos anos 40, os moradores do bairro podiam contar também com espetáculos de variedades encenados pelo ator e comediante Amácio Mazzaropi, vizinho e proprietário do circo "Pavilhão Mazzaropi", situado na rua Joaquim Floriano.

A relação estabelecida entre os antigos moradores e aquele espaço da cidade solidificou-se com o tempo superando adversidades e transformações. A valorização do bairro e o alto preço dos aluguéis, embora tenha motivado a transferência desses grupos para outros bairros, foi incapaz de romper os laços

no Parque do Povo. O depoimento do Sr. César, um dos componentes do Grêmio Esportivo Canto do Rio, expõe esse sentimento com clareza:

"...Amigos de 20/30 anos que não se vê, se encontram aqui. É uma área bem tratada e festiva... Festa tradicional do Canto do Rio é o Dia das Mães..."

Infelizmente não nos é possível precisar a data da fundação do primeiro time do Itaim, Centenário Futebol Clube, uma vez que o processo de urbanização impôs a este e outros times pioneiros como o A.A. Vasco da Gama, o Barqueiros e o Couto de Magalhães inúmeras mudanças resultando na extinção e perda da documentação a eles referentes, restando apenas a possibilidade de levantarmos hipóteses quanto à origem dos fundadores através do nome que lhes foi dado. Os dois primeiros provavelmente pelos portugueses da região e o último por membros ou amigos da família de Bibi.

2.2. Aspectos Históricos do Parque do Povo

2.2.1 - Ocupação pelo futebol

A área do Parque vem sendo utilizada para a prática do futebol varzeano há mais de sessenta anos e, se por um lado o avanço da cidade ocasionou a extinção de muitos times do Itaim, por outro times igualmente antigos não tiveram o mesmo destino, como no caso daqueles que se encontram no Parque do Povo. Hoje este Parque representa um pedaço do antigo Itaim, da memória do futebol e da cidade de São Paulo.

O histórico da ocupação do terreno pelo futebol é marcado pela rotatividade dos clubes e dos locais dos campos ou "praças". Muitos dos grêmios esportivos do Parque não tiveram sua primeira sede naquela área, no entanto, o processo de urbanização da cidade e do bairro impulsionou a transferência e reunião dos que sobreviveram naquele espaço comum.

Embora anterior, a prática do futebol no Parque foi oficializada no ano de 1954, através de uma autorização emitida pelo IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes), detentor de 30% da propriedade do imóvel, ao Marechal Floriano F.C.. Os demais proprietários, construtoras Paranapanema, Urbatec e Nossa Senhora do Bom Parto, que detinham os 70% restantes, não se opuseram ao acordo, uma vez que o documento estabelecia que em troca do direito de uso os clubes teriam que "colaborar contra quaisquer possíveis perturbações de posse, invasões no terreno, furtos de areia ou pedregulho", portanto também seriam beneficiados com ele.

A partir desta autorização outros clubes instalaram-se no Parque e assumiram, como o Marechal Floriano F.C., todo gasto com a manutenção e preservação dos limites da área. Por diversas vezes os clubes enfrentaram problemas dessa espécie, pois foram inúmeras as tentativas de favelamento na região, conforme depoimento do Sr. Antônio dos Anjos da Costa (Bacalhau) do G.E. União da Vila Olímpia:

... " Aqui era um tal de aparecer barraco da noite pro dia que você não acredita..."

Defender a área das invasões sempre era foi compromisso com o acordo firmado com o IAPC (hoje IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social). Diante das ameaças de invasão, as diferenças esportivas eram esquecidas e o esforço de todos convergia para o mesmo objetivo: impedir a construção de barracos.

Os conflitos de posse do terreno por terceiros sempre foram superados coletivamente. No entanto, por volta de 1972/74, os proprietários do imóvel fizeram um acordo entre si cujas consequências prejudicaram o funcionamento do Parque.

Neste acordo o IAPAS cedeu seus 30% do lote às construtoras que se comprometeram a entregar vários hospitais nesta e em outras capitais, novos ou reformados, dentro de um prazo determinado. Nesse período as construtoras passaram a investir contra a permanência dos clubes no Parque, uma vez que detinham a propriedade integral do terreno.

Para expulsar os clubes do local foram utilizadas estratégias diferenciadas, desde o pagamento de uma soma em dinheiro até ações violentas, conforme a resistência de cada um. No segundo caso, as empresas contrataram um grupo de seguranças para depredar as sedes e inutilizar a maioria dos campos com a colocação de lixo, entulho, enormes blocos de concreto ou com a escavação de grandes valas. Conseguiram apresentando-se como membros da "polícia do exército", aproveitando o regime ditatorial militar vigente. Sobreviveram no Parque apenas o Marítimo F.C., o Marechal Floriano e o G.E. Itororó, e em condições bastante precárias.

A partir de 1975 a situação foi normalizada e os clubes puderam retornar. As construtoras foram obrigadas a devolver os 30% ao Instituto, uma vez anulada judicialmente a permuta por não cumprirem sua parte no acordo.

Por outro lado, em função de uma dívida contraída pelas construtoras, os 70% restantes do terreno encontravam-se hipotecados em favor da Caixa Econômica federal. Como as empresas não puderam saldar tal dívida, entregaram o imóvel como forma de pagamento da hipoteca, e ainda hoje são proprietários do terreno do Parque o IAPAS e a CEF na proporção de 30% e 70% respectivamente.

A partir desse momento, ocorre novo processo de ocupação do Parque. Alguns clubes retornaram, outros não mais se reorganizaram e outros clubes que perderam seus campos na cidade instalaram-se na área (vide cap.I, item 3). E mais uma vez o esforço coletivo possibilitou o alcance do objetivo comum: a reconstrução do Parque e a preservação do futebol varzeano.

Os dirigentes dos clubes G.E. União da Vila Olímpia e Flor do Itaim Bibi nos contam as soluções para a reconstrução dos campos e sedes:

... " Muito caminhão de terra na base da vaquinha.... " (Bacalhau)

... "Foi dois dias de carregadeira aqui. Depois nós conseguimos com a Prefeitura aqui de Pinheiros maquinário pra acertar, liberar. Aqui foi muita luta, meu. Ô se foi luta... faz dentadura pra um, faz dentadura pro outro..." (Chico, auxiliar de protético e diretor de clube).

Em 1987, a Telesp -Telecomunicações de São Paulo S/A- desmembrou parte do terreno do Parque (cerca de 20 mil m2) com a construção de um muro baseada na autorização de utilização daquela área para instalação de um Centro Operacional emitida pelo Governo Federal. Paralelamente a Telesp movia uma ação de desapropriação contra a CEF e o IAPAS. Isto provocou o fim do Marechal Floriano e a diminuição do campo do Canto do Rio pela metade.

Esse fato motivou o pedido de abertura de tombamento do Parque encaminhado a este órgão em 23 de dezembro de 1987 por iniciativa do Deputado Federal Fábio Feldmann.

Entretanto, uma nova ameaça pôs em risco a existência do Parque. Em 1988 a CEF e o IAPAS decidiram leiloar o imóvel. A mobilização em favor de sua preservação foi ampliada.

A sustação imediata de qualquer transação envolvendo a área, assim

Maria Goffi Flaquer Scartezzini, da 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, que concedeu a liminar requerida pela Procuradora da República Cleide Previtalli Cais, possibilitando o prosseguimento do presente estudo, necessário à decisão final do processo de tombamento.

CAP.3 - O FUTEBOL DE VÁRZEA

O termo futebol de várzea foi generalizado para toda prática deste esporte com caráter não profissional. Entretanto, sua origem está vinculada ao futebol efetivamente jogado nos campos localizados nas várzeas dos principais rios de São Paulo.

Neste capítulo, procura-se compreender, inclusive do ponto de vista geomorfológico, o que vem a ser a várzea enquanto área de inundação periódica dos leitos dos rios. A seguir, aborda aspectos gerais da própria história do futebol e, finalmente, a situação dos campos de futebol através da evolução da expansão urbana em São Paulo e a representatividade do Parque do Povo neste contexto.

3.1 - Várzea: Da Gênese ao Desaparecimento

A sedimentação da Bacia de São Paulo ocorreu no Plioceno (há mais de 12 milhões de anos) com a deposição de materiais como argila, silte e areia sobre a superfície do cristalino. Após a consolidação dessa camada sedimentar (que chega a atingir a espessura de 200 metros), decorreu-se um longo período onde presenciou-se o entalhamento dessa bacia através da erosão fluvial, principalmente pelos rios Tietê e Pinheiros e seus principais afluentes, originando então as calhas desses rios. A contínua erosão e a sinuosidade dos rios, constituindo meandros, alargaram suas margens e depositaram ali cascalhos, areia e outros materiais formando os chamados terraços fluviais.

Após a formação dos terraços fluviais a bacia continuou a ser erodida retalhando os vales mais à margem direita do rio Tietê e a margem esquerda do rio Pinheiros, formando assim um novo rebaixamento de 10 a 20 metros abaixo dos anteriores. Houve mais tarde, a retomada da erosão lateral e a formação das planícies atuais. A plataforma interfluvial principal (espigão Central ou espigão da Paulista) sofreu uma redução chegando a atual formação de relevo e estrutural.

Vale lembrar que a alta pluviosidade da região (entre 1200 e 1800 mm.) contribuiu, e ainda contribui muito para o contínuo entalhamento da Bacia de São Paulo, esculpindo um mosaico de colinas, que é característico dessa região, e acentuando o poder de erosão e transporte de materiais dos rios.

A parte mais baixa entre o espigão Central e as calhas dos rios foi a última formação do processo de erosão da Bacia Sedimentar de São Paulo. Esta parte que fica logo após os terraços fluviais são as chamadas várzeas. As áreas de várzea são planícies de inundação sujeitas a enchentes periódicas, sendo zonas de banhados marginais, largos e contíguos. As várzeas dos rios Pinheiros e Tietê são formadas por aluviões (cascalho, areia e argila) recentes do Quaternário-Pleistoceno, cuja gênese está associada à origem desses rios. Suas planícies originalmente de curso meândrico, possuíam uma zona larga de inundação no nível de 718 a 722 metros, que lhe constituía o próprio leito e na qual, o serpentear das águas de ano para ano fazia e refazia os banhados marginais, deixando aqui e acolá meandros abandonados.

A extensão da várzea oscilava entre 1800 a 2000 metros de largura no caso do Tietê. A sinuosidade do leito original do rio Pinheiros chegava a 43

km. e as várzeas somavam dentro da cidade de São Paulo uma área de 56.120.500 metros quadrados. Como dito anteriormente, a várzea localizava-se entre as cotas 718 e 722 metros, mas seus meandros podiam chegar excepcionalmente nos períodos de cheia até a 724 metros, quando a superfície destes rios alcançavam praticamente o dobro em extensão.

Nos aluviões da várzea há um predomínio de sedimentos arenosos em detrimento das argilas que ocorrem esparsamente em forma de lente. Sua constituição levou muitas pessoas a extrair areia como fonte de renda. Também ao longo dos rios foram construídas inúmeras olarias que se utilizavam da argila da margem para fazer tijolos.

Ao longo do rio Pinheiros constatava-se que sua planície era mais estreita que a do rio Tietê, mas que ganhava amplitude nas confluências com os rios Grande, Jurubatuba e Guarapiranga. Assim as águas do Pinheiros escoavam num nível superior às do próprio Tietê, no ponto de confluência. O Pinheiros tinha uma declividade muito fraca para sua superfície que era relativamente extensa.

Na década de 20 as várzeas constituíam um espaço interno da cidade pois eram muito procuradas como áreas de lazer. Os espaços planos propiciavam locais ideais para praticar esportes, principalmente o futebol. Além disto, o fato da várzea ser submersa em determinados meses do ano repelia a urbanização oferecendo nas épocas de estiagem, extensas áreas livres e verdes ao longo dos rios. Suas margens também foram o sustento das pessoas que trabalhavam na extração de seus sedimentos ou que plantavam hortaliças nos seus terrenos alagadiços.

E é nessa década que a cidade começa avançar sobre a várzea. Implementaram-se alguns loteamentos estendendo-se sobre a várzea do rio Pinheiros, como por exemplo no bairro do Brooklin. Através das ferrovias que se instalavam nas planícies da cidade, houve a valorização das terras induzindo o estabelecimento de indústrias, armazéns e depósitos ao longo da linha férrea ou próximo de suas estações, levando também a formação de bairros operários. A várzea começou então a representar um limite à expansão da cidade. É quando decide-se retificar os rios Pinheiros e Tietê, para que estes assim como a várzea, assumissem uma forma funcional adequada à estrutura urbana de São Paulo daquela época.

O trabalho de retificação se estendeu pela décadas de 30, 40 e 50. Nos anos 60 os canais tiveram suas secções transversais produzidas integralmente. A várzea também precisava ser suprimida, e para que isso ocorresse de fato começou-se um trabalho de drenagem.

Com a retificação e as várzeas já enxutas liberou-se extensas áreas livres ao longo dos rios aonde foram implantadas vias de tráfego com até 40 metros de largura em cada margem. Edificações foram construídas transformando integralmente um espaço que um dia fora um banhado alagadiço. O fluxo das águas dos rios que antes circundavam a cidade preguiçosamente, tiveram sua velocidade aumentada e diminuíram sua capacidade de volume (o que não acabou com as enchentes nas margens mais baixas). No caso do rio Pinheiros, este ainda teve a sua direção revertida através de estações de níveis para suprir a represa Billings (viabilizando a produção de energia elétrica).

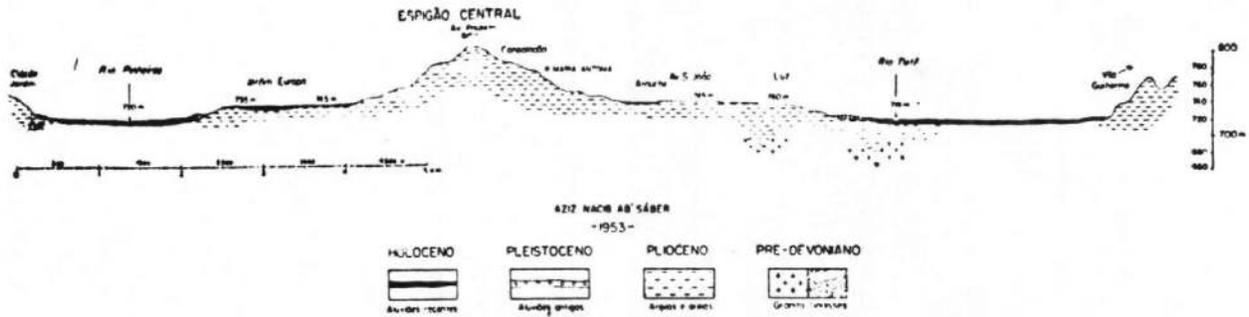
Da várzea do início do século, pouco ou nada restou. As terras além-Pinheiros e além-Tietê se transformaram em segmentos integrados da estrutura metropolitana após a retificação dos rios. Temos hoje alguns poucos campos de futebol que servem de testemunho que a várzea existiu, e que provam que as margens dos rios serviram como local de vivência da cidade.

SECÇÃO GEOLÓGICA NA PORÇÃO CENTRAL DA BACIA DE SÃO PAULO DO VALE DO TIETÊ AO DO PINHEIROS

SW

NE

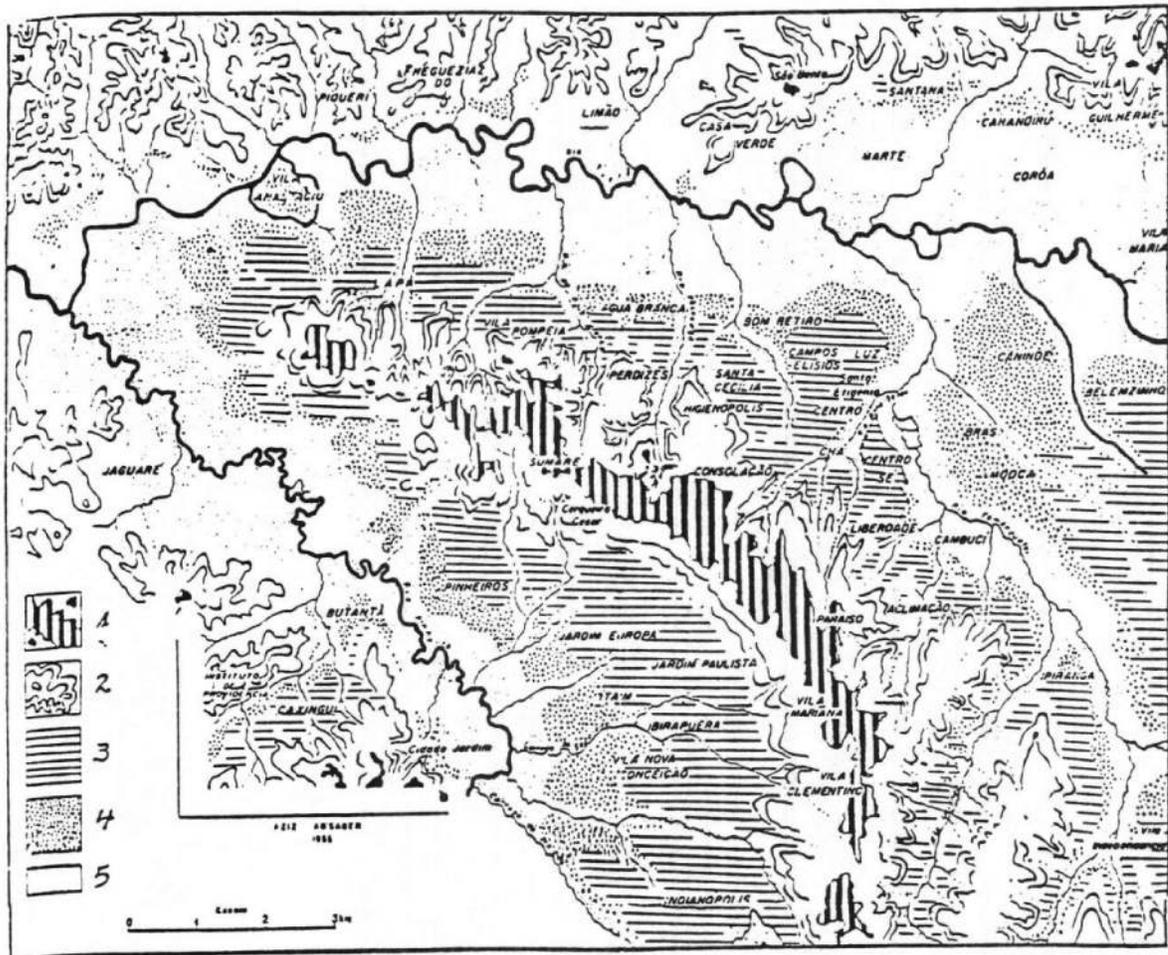
920



Note-se o perfil do Espigão Central (805-815 m), o nível intermediário esculpido em seus flancos (745-750 m) e os baixos terraços fluviais com cascalheiros (725-730 m).

Foto Ab'Sáber, 1950.

MAPA GEOMORFOLÓGICO ESQUEMÁTICO DO SÍTIO URBANO DE SÃO PAULO



1. O Espigão Central (800-820 m). Plataforma interfluvial Tietê-Pinheiros: principal remanescente de superfície de erosão de São Paulo, no interior da bacia sedimentar paulistana. Nas colinas de além-Tietê e além-Pinheiros as plataformas interfluviais análogas estão muito mais dissecadas.
2. Altas colinas e espigões secundários esculpido nas abas das primitivas plataformas interfluviais das colinas paulistanas (750-795 m).
3. Terraços fluviais de nível intermediário (745-750 m). Principal nível de strati-

3.2 - Aspectos Históricos do Futebol de Várzea

Para estudo do contexto histórico em que o futebol foi introduzido em São Paulo, convém caracterizar a organização do lazer dos paulistanos no período que antecede este evento, aproximadamente meados do século XIX, no intuito de identificar no desenrolar dos acontecimentos, transformações ou permanências com relação a alguns aspectos.

O lazer, visto como parte integrante da ação social e fruto da produção cultural situada num contexto histórico, reproduz nas suas atividades lúdicas as relações sociais entre os grupos que compõem uma determinada sociedade.

Partindo desse princípio, duas perspectivas de análise da organização do lazer no século XIX -a região de ocorrência e a classe social atingida- tomadas simultaneamente permitem visualizar as relações sociais dos paulistanos até pouco antes da introdução do futebol.

Na região central os estabelecimentos de diversão e clubes recreativos impediam o acesso de pessoas negras ou de baixa renda restringindo os jogos de bilhar, boliche e a disputa de florete aos membros da elite paulistana. Para as camadas populares os circos, o jogo de peteca nas praças, as Congadas e Moçambiques promovidas pela Irmandade dos Homens Pretos constituíam o espaço de sociabilidade na cidade.

Nos arredores de São Paulo os proprietários das chácaras organizavam festas religiosas como as Juninas e a Folias do Divino Espírito Santo nas quais a divisão sócio-econômica se diluía não sendo raro a participação dos chacareiros da região.

Também nos arredores, nas regiões varzeanas, se desenvolviam atividades de recreação e ocupação do tempo livre mais acessíveis e democráticas. Banhos de rio, natação, pesca e passeios de barco eram concorridos e praticados por toda população sem distinção de classe ou origem racial. Este uso indica que a caracterização das várzeas como espaços apropriados ao lazer popular tem suas raízes no tempo.

A introdução do futebol em São Paulo vem no bojo de uma série de transformações desencadeadas pela economia cafeeira do século XIX, responsável pela inserção do Brasil na modernidade. A produção do café e sua aceitação no mercado internacional criou as condições necessárias ao processo de industrialização e seus desdobramentos na forma de ferrovias, rede elétrica e serviços públicos promovendo a urbanização do "Burgo de Estudantes" e suas chácaras.

Entre meados do século XX e início deste, os imigrantes europeus vindos ao Brasil além de ideais liberais, anarquistas e socialistas trouxeram novas práticas esportivas associadas ao conceito de saúde, higiene e modernidade.

O futebol introduzido pelos ingleses por volta de 1894 foi, sem dúvida, o esporte que mais entusiasmou e difundiu-se entre nós atingindo tamanha repercussão que hoje representa um dos aspectos mais tradicionais da cultura brasileira.

Adotado nas sociedades recreativas e clubes aristocráticos o futebol foi concebido inicialmente como um jogo de elite. No entanto, escapando do controle deste grupo, cuja preocupação era estabelecer padrões de comportamento, vestimentas e divertimento bem definidos que o diferenciasse do restante da população, esse jogo foi apropriado pelas camadas populares visto ser, a grosso modo, um esporte barato necessitando apenas uma bola e um terreno vazio para a sua prática.

Em pouco tempo operários ingleses de companhia ferroviárias organizaram seus primeiros torneios e recebiam remuneração extra e promoções como forma de premiação. Este procedimento constitui a gênese do que se tornaria mais tarde o futebol profissional.

Simultaneamente, o novo esporte passou a ser praticado nas regiões varzeanas já ocupadas por atividades de entretenimento. Assim sendo, o resultado das restrições impostas aos "desclassificados" por parte dos clubes de elite, antes de representar impossibilidade, significou o estímulo ao desenvolvimento do futebol de várzea que reunia negros e brancos pertencentes a categorias profissionais igualmente discriminadas estabelecendo uma relação solidária entre esses jogadores.

Em função do elevado número de "jogadores de cor" nesses times, por algum tempo esse futebol ficou conhecido como "colored". A esse propósito, um aspecto peculiar da cultura negra acrescentou-lhe um tempero especial. A capoeira, antiga prática comum entre os negros, que tem como movimentação básica a ginga (dança corporal incessante e requebrada usada ora para avançar ora para esquivar do adversário) foi ainda que inconscientemente, transposta para o jogo de bola, imprimindo-lhe um caráter malicioso e criativo.

Com o desenvolvimento do futebol profissional e a possibilidade de ser descoberto pelo "olheiro", as partidas de várzea eram disputadas "com suor de camisa" por prazer e pelo sonho de ascensão social. Muitos craques famosos do futebol brasileiro puderam ingressar nos grandes times pela habilidade pessoal no domínio da bola e, nessas circunstâncias, etnia e nível sócio-econômico foram fatores desconsiderados.

A consagração máxima dos "colored" ocorreu na disputa do campeonato Sul Americano no ano de 1932. Entre os escalados da seleção brasileira estava Leônidas da Silva, o Diamante Negro. Na partida final contra a seleção uruguaia, o Brasil saiu vitorioso conquistando a Taça Rio Branco e a glória da criatividade do nosso futebol expressa no "gol de bicicleta" criado por ele no momento decisivo daquele jogo.

A discussão acerca da inferioridade biológica do negro permeou diversos momentos do futebol brasileiro. Porém, essa questão foi sendo superada gradativamente, ao menos no esporte, e hoje desperta comentários como o do Sr. Francisco, Presidente do A.A. Flor do Itaim: "Time que não tem crioulo, não é time".

Outros problemas incidiram sobre o futebol varzeano, no entanto por envolverem interesses de grupos economicamente mais fortes, as soluções encontradas desfavoreceram os varzeanos na maioria das vezes. No período que compreende as décadas de 30 a 50, o avanço da urbanização em São Paulo e o crescimento industrial criaram a necessidade da intervenção urbana nas áreas próximas e alagadiços das várzeas objetivando integrá-las ao espaço

da cidade. Este processo valorizou essas regiões levando à extinção da maioria dos campos nelas instalados.

Como testemunha de que as áreas varzeanas foram intensamente utilizadas para atividades recreativas, sobretudo o futebol, ainda hoje utilizamos a expressão "futebol de várzea" para definir todo futebol extra-oficial jogado predominantemente na periferia da cidade em locais que muitas vezes nada tem de varzeano quanto à característica do solo.

A valorização das várzeas provocou o deslocamento da população de baixa renda e da prática deste futebol informal para bairros periféricos.

3.3 - A Geografia do Futebol de Várzea em São Paulo

Para compreender a organização espacial do futebol de várzea em São Paulo foi necessário, inicialmente, resgatar como os campos ocuparam as áreas de inundação dos principais rios da cidade. Parece-nos oportuno, portanto, pensar a lógica de "circulação" dos campos no espaço urbano.

A estruturação do futebol como esporte popular e a consolidação das áreas de várzea na cidade para este fim corresponderam a um processo lento, que data do início deste século. Representa uma forma particular de organização social urbana, através das práticas de lazer.

Entretanto, as transformações ocorridas nos terrenos da várzea, particularmente as resultantes da fase de modernização que o país viveu a partir do Plano de Metas na década de 50 com a expansão de inúmeras atividades ditas modernas nas marginais, normalmente situadas próximo às auto-estradas nas regiões metropolitanas, redefiniu e destino dos campos de futebol de várzea.

A rápida valorização das terras e os processos de especulação imobiliária, condenaram as práticas de lazer que exigiam uma área significativa para se desenvolver. É o caso do futebol varzeano.

A vida dos clubes de várzea perde gradativamente as relações com os bairros, com a vizinhança. A necessidade de mudança dos campos, cada vez mais frequente, muitas vezes inviabilizada por falta de alternativas, caracteriza a "circulação" dos clubes pela cidade.

Os primeiros torneios de futebol em São Paulo, no início deste século, eram realizados no antigo velódromo, onde hoje está a Igreja da Consolação. Germânia, S.C. Internacional, Mackenzie e Paulistânia foram clubes pioneiros nestes campeonatos. Nesta época, os campos ainda eram escassos.

O depoimento de Amadeu (BOSI, 1979), que jogou na várzea nos anos trinta, indica 50 campos na Vila Maria, outros 50 no Glicério, no Canindé, na Penha, Ipiranga, Vila Prudente. Entre 20 e 25 na Lapa, na Barra Funda e na Vila Prudente.

No entorno do campo do Nacional, clube que disputa a 2ª divisão de profissionais, cerca de 20 campos lotavam aos finais de semana. Sua origem está ligada aos funcionários da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Hoje, dois campos no entorno do estádio mantêm um uso com perfil varzeano.

Terrenos onde seriam construídos os estádios do Pacaembú, Parque Antártica e do Corinthians também abrigaram muitos campos.

Nos anos de maior destaque do futebol varzeano, a partir da década de 30, os bairros da cidade se relacionavam através do futebol. Os campeões de cada bairro se enfrentavam e as decisões dos campeonatos eram geralmente no Pacaembú. A vizinhança organizava a torcida, que se deslocava, muitas vezes de caminhão, ao local das partidas. Os clubes efetivamente representavam seu bairro diante do restante da cidade.

A rivalidade esportiva articulava os bairros. No próprio Itaim-Bibi,

mil pessoas, aguardadas com ansiedade durante toda a semana. Muitas destas disputas decidiriam quem iria prosseguir no campeonato, para enfrentar outros clubes de bairros.

O levantamento realizado nesta pesquisa identificou algumas regiões da cidade como centralizadoras das práticas do futebol varzeano, referências históricas na cidade. Baseado em registro aerofotogramétrico de 1962, em checagem de campo e nas entrevistas realizadas com os membros dos clubes do Parque do Povo, o mapeamento indica uma sensível concentração dos campos nas várzeas propriamente ditas, muito embora, nesta época, o trabalho de retificação dos rios já causara profunda descaracterização do quadro.

Para viabilizar a elaboração do trabalho, foi delimitada uma área de estudo específica, compreendida, grosso modo, pela região central da cidade, expandida para as marginais dos rios Tietê e Pinheiros.

A retificação dos leitos dos rio transformou o uso e a ocupação das respectivas várzeas. *"A cidade crescia desde o começo do século para além Tietê embora crescesse mais modestamente na direção do Pinheiros, mas os baixos terraços e as várzeas somente poderiam ter usos urbanos após os trabalhos de drenagem, que se efetivaram na década de sessenta"* (SEABRA, 1987).

O mapeamento, portanto, registra um período importante de redefinição da urbanização das várzeas, onde o futebol de várzea ainda marcava um aspecto importante dos bairros.

Itaim e Vila Olímpia tradicionalmente possuíam muitos clubes e campos, como o Texas, Juventus, Benfica, Flamenguinho, Comercial, Elka, Universo, além de todos aqueles que passaram ou ainda resistem no Parque do Povo.

Em Pinheiros, os campos da Rua Mourato Coelho (atual conjunto residencial do BNH) eram muito conhecidos, particularmente o do Leão do Morro. Temido quando jogava em seu campo, não podia perder ou empatar, sob risco do adversário não retornar ileso. O "7 de Setembro" e o "1 de Maio" também possuíam campo nesta área.

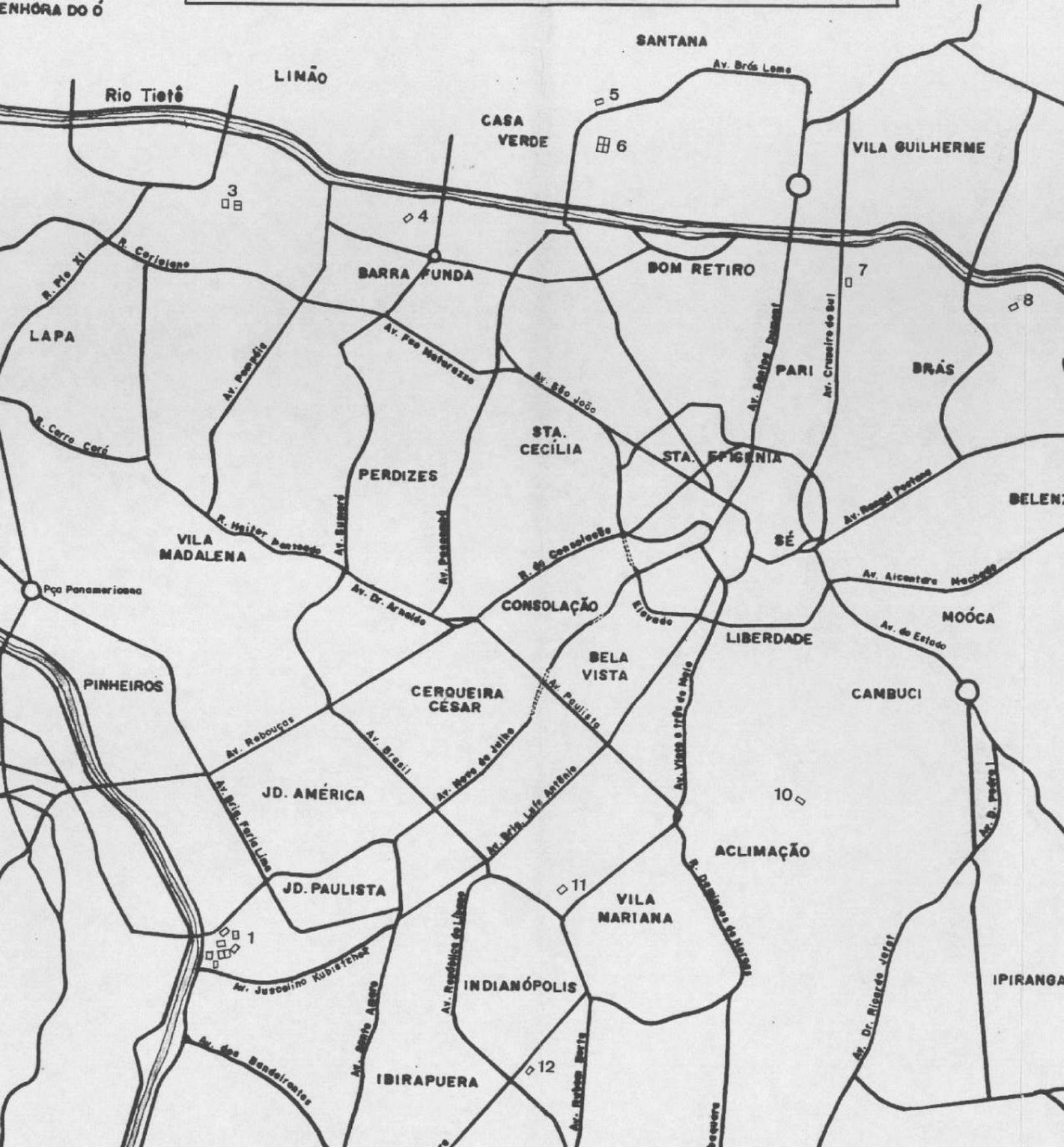
A várzea do areião, onde hoje encontra-se o Shopping Eldorado, abrigava quatro campos, entre eles o do Brasil de Pinheiros, principal rival do Leão do Morro. São inúmeras as estórias, casos e lendas envolvendo estas equipes. Ferroviária, América de Pinheiros e Mocidade também possuíam campo nesta área.

Inúmeros campos ainda puderam ser registrados em 1962 onde posteriormente seria instalado o Parque Anhembi. Clubes reconhecidos como o Corinthinha de Santana, o Baruel, Orion e o Fásca de Ouro mantinham sede ali.

A análise do quadro atual permite identificar conclusões significativas. Excluídos os grandes estádios e os campos localizados em clubes fechados, percebe-se a manutenção de alguns campos isolados de futebol de várzea como o do Vigor, do Nacional, do Benfica e do Esperança próximo ao Campo de Marte. Pode-se afirmar que o Parque do Povo representa a última área caracterizada como praça de campos de futebol varzeano. Além de manter um uso típico deste tipo de organização social, abriga inúmeros clubes tradicionais que perderam seus campos, mantendo a tradição da várzea.

Campos de Futebol de Várzea em São Paulo (1994)

ENHORA DO Ó



Cap. 4 - O PARQUE DO POVO E A CIDADE: EXPANSÃO URBANA E A QUESTÃO DAS ÁREAS VERDES E LIVRES

O intenso processo de metropolização ocorrido em São Paulo após a década de 40, foi responsável pela "explosão" da cidade que a transformou, em um curto espaço de tempo, em uma das mais importantes concentrações urbanas mundiais.

Esta intensa urbanização, induzida pelo surto industrial promovido através dos maciços investimentos estatais da década de 50, deu-se através de dois processos fundamentais. Em primeiro lugar, através da expansão da área edificada em direção aos subúrbios, o que provocou a sua anexação e conseqüente conurbação com diversos municípios limítrofes. Em outro sentido, através da acentuada compactação de sua porção urbanizada, seja pela intensificação da edificação nos loteamentos, seja pelo grande crescimento vertical em algumas partes da cidade.

Com uma população que praticamente quadruplicou de 1940 a 1966, a cidade "explodiu" não apenas no aspecto de extravasamento de seus limites físicos, mas também no que diz respeito a destruição de suas antigas expressões culturais e sociais.

A construção da metrópole fundamentada na ótica da economia de mercado desenhou um espaço homogêneo e rápido para a circulação, transformando assim, antigas formas de viver simples e diferenciadas, em um cotidiano uniforme e controlado. O resultado foi a liquidação das referências individuais e coletivas que constituíam a base da memória social.

"A cidade tinha um passado, uma história descentralizada, uma soma de experiências próprias, de práticas cotidianas. O bairro tinha ele próprio seus micro-lugares, suas aventuras, sua identidade. A cidade sabia igualmente marcar o tempo por ritos, signos periódicos de pertença ao grupo. Festas religiosas, políticas, privadas ou públicas se sucediam. Fanfarras, desfiles, procissões, bailes, quermesses, faziam da cidade um espaço coletivo apropriável, o bem de uma comunidade diversa." (MATTOS, p.47)

A valorização do solo nas regiões mais centrais da metrópole redefiniu os usos, expulsando os moradores dos bairros tradicionais para áreas cada vez mais distantes. Antigas porções residenciais tornam-se centros comerciais e de serviços. Com isto desagregam-se as relações de vizinhança, quase familiares, aproximadas pelos laços de apadrinhamento. Desaparecem aos poucos nestes locais as festas de rua, quermesses, que estendiam o mundo interno "da casa", para o mundo "da rua".

O urbano metropolizado privilegiou o espaço da circulação, as grandes avenidas facilitadoras dos fluxos. Por sua vez, o transporte coletivo, pouco valorizado pelo investimento público, perde lugar para o individual. *"O automóvel redimensionou não somente o espaço físico da cidade, mas também o espaço social"*.(SCARLATTO, 1987 - p.97)

Este fenômeno uniformizante, entretanto não se completa como um todo, pois permanecem "resíduos" no interior deste tecido homogêneo, que funcionam como aspectos de virtualidade. O resíduo é a negação da cidade controlada, ordenada. *é "o espaço amplo, cheio de possibilidades por suas*

intersecções, passagens, desvios, becos sem saída, ruas de mão única."
(MATTOS, 1985 - p.49)

No contexto deste urbano metropolizado, o Parque do Povo representa este espaço "resíduo", suporte de relações sociais fragmentadas pelo intenso crescimento da cidade.

"O Grêmio Esportivo União na verdade é uma família...Esta turma que está hoje aqui criou tudo junto no bairro da V.Olímpia. Hoje ainda continua se encontrando apesar de não morar mais ninguém na V.Olímpia. Porque a V.Olímpia cresceu, expandiu, isto agora é só prédio, e o pessoal hoje se dispersou. Nós temos gente aqui que mora em São Bernardo do Campo. Então no domingo é a forma de você tornar a encontrar a velha amizade. Se você pegar os integrantes do União que estão hoje com idade de 40-45 anos, você vai encontrar eles com 35-40 anos de amizade. Quer dizer, é uma família. Então aqui um batizou o filho do outro, o que mais tem aqui é compadre."
(depoimento de um diretor de clube)

O Parque do Povo é também um exemplo do diferente, que a produção do espaço metropolitano tratou de homogeneizar. Situado em uma das zonas mais nobres de São Paulo, ele diferencia-se, pelo seu uso e pela população que atende, de todo seu entorno.

"Na verdade 80% da população que frequenta aqui é uma população que não tem recursos. No sábado não, ainda tem um pessoal mais refinado, uma certa elite. mas no domingo...é um pedaço forte dentro dos Jardins."
(depoimento de um diretor de clube)

Essa discussão introdutória sobre os aspectos da produção do espaço metropolitano é fundamental para se entender hoje, a questão das áreas verdes em São Paulo. A análise da disponibilidade destes espaços não pode escapar deste contexto histórico-social de construção da cidade.

A necessidade de áreas verdes e livres no espaço urbano se fez surgir num determinado momento histórico, e em uma primeira perspectiva de "explosão" da cidade que afastou o seu morador, da natureza, expressa para ele através do ambiente rural. Na cidade tida como negação do campo, não havia espaço para o verde.

"O que pode parecer hoje uma atmosfera árida e causticante ao sol do meio-dia era então a expressão clara da vida não rural e muito menos sertaneja. As matas, os matos, os campos e as roças ficavam fora do perímetro urbano que guardava o chão limpo batido de terra. As plantas, as suas flores e frutos, fartos por toda a redondeza só entravam na cidade para satisfazer a necessidade ou o gosto do dono de alguma propriedade." (MARX, 1980 - p.67)

Surgiu ,também, em outra perspectiva, como necessidade de áreas de lazer e recreação, e deste ponto de vista a relação natureza e lazer, parece ser muito estreita.

Para ilustrar, dados da Pesquisa Sesc/Gallup realizada recentemente entre os paulistanos indicam, por exemplo, que mais da metade dos entrevistados (55%) praticam esportes e atividades físicas em áreas como Parques, praças ou ao ar livre. Esta porcentagem aumenta em relação as

camadas da população menos favorecidas, que não tem recursos para muitas alternativas de lazer e recreação.

Natureza e lazer aparecem como elementos interdependentes também nas várias definições do conceito de "áreas verdes".

Apesar de não encontrarmos na literatura específica, definição muito rígida para o termo, há um certo consenso de que são dois os atributos básicos para sua identificação: a existência de vegetação, independente da qualidade ou quantidade de espécies, e a função voltada para o lazer em seu sentido mais genérico, desde a recreação, até a simples contemplação.

A legislação urbanística leva em conta também estes atributos. A Lei municipal no 7.688/71 (Lei do Plano Diretor do Município de São Paulo), por exemplo, inclui como áreas verdes aqueles espaços ajardinados e arborizados, de uso público e privado. As áreas públicas são classificadas em parques (distrital e de vizinhança), praças, áreas de recreação infantil, campo esportivo, centro educacional e esportivo e reservas naturais. A classificação das áreas particulares inclui clubes esportivos-sociais, clubes de campo e áreas arborizadas.

No extremo, há ainda autores que consideram os cemitérios como áreas verdes, uma vez que estes cumprem função de arborização, além de papel importante de lazer para a terceira idade. (vide LIMA *et alii*, 1990 - p.184)

Pelas definições tanto conceituais, quanto de legislação e, fundamentados na existência de atributos caracterizados através dos itens anteriores, pode-se concluir que o Parque do Povo constitui um exemplo de área verde de caráter especial. A presença de vegetação, independente de sua quantidade; a função voltada ao lazer dos mais diversos tipos; pelo público que atende, vindo dos mais distantes bairros do município; e pelas suas dimensões, de acordo com os critérios da Lei 7.688/71; poderia ser considerado como um verdadeiro Parque Distrital, como o são os Parques da Aclimação, da Água Branca, do Morumbi, Guarapiranga e Siqueira Campos.

Dois outros aspectos da questão as áreas verdes urbanas ainda devem ser considerados.

O primeiro deles diz respeito ao índice quantidade de áreas verdes por habitante, necessário a garantia de boa qualidade de vida nas cidades.

Freqüentemente, quando se discute a problemática das áreas verdes em São Paulo, são utilizados como ilustrativos os dados do Relatório do Plano Diretor elaborado em 1984, o qual discrimina a existência de 3,88 m² por habitante, calculado incluindo os Parques, praças e canteiros de sistema viário. O índice é então considerado baixo, citando-se como contraponto a indicação pela Organização Mundial de Saúde da necessidade de 12 m²/hab.

É oportuno destacar que estes dados são extremamente defasados. Cavalheiro alerta para o fato de que a ONU não reconhece como sua a indicação deste índice. O autor conclui que os 12 m²/hab. necessários, referem-se somente as áreas de Parques excluindo os distritais ou setoriais, considerados com área superior a 100 ha (CAVALHEIRO, 1982 -p.1825).

Nesta perspectiva. se excluirmos daquele índice inicial de 3.88 m²/hab..

quo

Carmo, Parque do Estado, Jaraguá, Horto Florestal, Ecológico do Tietê e Anhanguera, e atualizarmos os dados de população, podemos concluir que a situação verificada em São Paulo, tendo como comparativo o discriminado pela OMS, é extremamente crítica. Isto reforça mais uma vez a necessidade não somente de ampliação urgente de espaços verdes, como também a preservação do pouco que existe.

O segundo aspecto, já discutido em vários estudos de tombamento de áreas verdes urbanas, diz respeito as funções que estas cumprem na dinâmica ambiental da cidade. Pode-se dizer que o Parque do Povo responde pelos seguintes papéis no ambiente urbano:

a) função paisagística, como elemento atenuador da monotonia do construído. Com sua vegetação predominantemente constituída de altos eucaliptos, os quais delimitam praticamente toda a área, e internamente os vários campos de futebol, o Parque constitui um importante referencial de verde que se destaca de seu entorno intensamente verticalizado. Apesar de adensamento vegetal não cobrir toda a área, estes altos eucaliptos formam uma massa vegetal significativa.

b) Função reguladora da composição atmosférica, uma vez que a vegetação cumpre ação purificadora do ar, tanto por fixação de poeira e gases tóxicos emitidos pelos veículos, como por depuração bacteriana.

"La elevada densidad de contrucción o predominio de las alturas y de los volúmenes edificados sobre los espacios libres, sin ser un agente directo polucionante sí puede ser considerada como un parámetro urbanístico favorecedor de la contaminación atmosférica. En este sentido puede decirse que los edificios de gran altura constituyen factores catalizantes de esta, pues dificultan la circulación del aire al obligarle a vencer la resistencia que aquéllos le oponen, favoreciendo así la formación de un manto contaminado, difícilmente atravesable para las corrientes atmosféricas, que incluso en casos de gran espesor se convierten en impenetrables para éstas. (RODRIGUES & LARDENT, p.63/64)

c) Função atenuadora da poluição sonora, correspondendo a uma barreira importante que minimiza o barulho do tráfego intenso das avenidas marginais.

d) Função microclimática como atenuadora do calor excessivo proporcionado pelas propriedades térmicas dos inúmeros edifícios do entorno, e pela energia antropogênica causada pelo intenso tráfego de veículos nas proximidades.

e) Função de abrigo, especialmente à avifauna urbana.

f) Função de manutenção das propriedades do solo como permeabilidade e umidade. Particularmente nas áreas de várzea, submetidas a constantes encharcamento do solo, a existência de eucaliptos é benéfica, uma vez que estas espécies cumprem importante papel de absorção da água excedente.

Há ainda que se acrescentar nesta discussão os aspectos positivos dos espaços verdes e livres nos planos psicológico e social.

941

massificado do tráfego intenso, do corre-corre das ruas, da poluição nos diversos sentidos, atmosférica, visual e sonora.

No plano social, as áreas verdes e livres desempenham hoje nas grandes cidades, papel importante como o local de reunião, dos encontros, da troca social que envolve pessoas dos mais diferentes "pedaços" e espaços da cidade. No Parque do Povo por exemplo, ... *"nós temos gente aqui que mora em São Bernardo do Campo. Então no domingo é a forma de você tornar a encontrar a velha amizade..."* (depoimento de um diretor de clube)

Cap. 5 - O PARQUE DO POVO E O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

5.1 - O Conceito de Patrimônio Cultural

Para a discussão deste capítulo faz-se necessária uma explanação, ainda que breve, do campo conceitual que dá suporte à categoria de patrimônio cultural.

Já há muitos anos abandonamos as noções de excepcionalidade e monumentalidade enquanto critérios absolutos para a eleição dos bens culturais. Trata-se agora de pensá-los em sua representatividade, como fatos sociais e produtos de cultura.

Isto significa, portanto, reconhecer que esses bens expressam valores e temporalidades distintas e estão inscritos no campo da cultura material, já que apenas objetos físicos, materiais, que são passíveis de tombamento. Não são, entretanto, coisas prontas, acabadas; são produtos de cultura, ou seja, aqueles procedimentos por meio dos quais o homem organiza sua prática social.

A cultura, por sua vez, está inscrita no cotidiano. É nesse território que se produzem as relações sociais, onde o sujeito organiza e negocia sua prática com a sociedade e com a cultura.

Então, temos aqui, no dizer de Ulpiano: *"(...) documentos cujo valor maior é serem modestos, banais, anônimos, sem relevância estética ou qualquer estigma de coisa única, incomparável, mas que por isso mesmo são capazes de revelar as tendências de certos processos históricos."* (MENEZES, 1985) Cultura é dessa maneira, uma noção útil para se pensar o patrimônio, na medida em que sua utilização leva em conta as relações entre o que permanece e o que muda.

Assim, se o patrimônio é fato de cultura temos que levar em conta, em nossas considerações, que não se trata apenas de uma herança recebida mas muito mais, de algo vivo e em constante reelaboração.

Por último, e não menos importante, temos que falar acerca das representações, do imaginário, dos significados que estão contidos nesses objetos. É essa rede simbólica que lhes dá sentido e um sentido temporal, diferenciado e múltiplo, de acordo com os diversos segmentos sociais que produzem e/ou se apropriam desses bens.

Portanto, não se pode falar na existência de um único patrimônio cultural; ele é múltiplo e diversificado na mesma medida em que a sociedade o é.

A abordagem do patrimônio nesses termos, se por um lado constitui um olhar mais abrangente, coloca de outro, problemas também mais complexos. Começemos por indagar de que maneira se opera a ação de preservação?

Fica claro, de imediato, que as ações de preservação não são, nunca trabalho neutro. Trata-se de uma seleção ditada por certos valores, de uma escolha que é feita no presente, nos termos que esse presente condiciona.

Elegem-se alguns objetos em detrimento de outros; preservam-se algumas memórias e relegam-se outras ao esquecimento.

Quais os possíveis critérios para tal operação? E aqui não se pode fugir do caráter político que permeia as ações de preservação. Seriam elas produto da mera contemplação tranqüila do passado, ou da inquietação onde se busca, criticamente, o fragmento do passado que se encontra com o presente?

Já dissemos que as definições de patrimônio cultural seriam tantas quantas fossem as segmentações existentes em uma sociedade complexa e hierarquizada como a nossa. Assim, nos parece que a tarefa principal a ser enfrentada em uma política de preservação seria a de levar em conta, com o devido peso, a questão dessa diversidade. Sabemos no entanto que não se trata de um objetivo fácil de ser alcançado.

E, isto se torna especialmente mais difícil quando se passa a discutir o patrimônio daqueles grupos que se encontram mais à margem da história oficial e da cultura dominante. Às vezes, como aponta Gilberto Velho "(...) as visões de mundo desses grupos são drasticamente distintas, em sua peculiaridade, do universo de valores e conhecimento em que nós, pesquisadores, nos movemos". (VELHO, 1984) E, ainda, estaremos levantando em alguns casos, memórias fragmentadas, locais e até mesmo familiares, com registros precários ou mesmo inexistentes, restando o recurso da tradição oral.

Mesmo assim, estamos convencidos de que, apesar da complexidade e dificuldades em que estão imersas, essas questões têm que ser enfrentadas se quisermos caminhar no sentido de implementar uma política de preservação que se pretenda mais democrática e plural.

5.2 - A Memória e o Direito à Cidade

É ainda no campo político que devemos examinar outra questão fundamental para o entendimento do objeto aqui em causa - o Parque do Povo. Trata-se da relação entre patrimônio cultural e o espaço urbano.

Na perspectiva aqui adotada não cabe a ótica racionalista, globalizante e pretensamente neutra do urbanismo. Nesses parâmetros, a cidade é pensada enquanto maximização de utilização e funcionalidade de seu espaço.

Temos que nos debruçar sobre uma "outra" cidade, sobre uma outra imagem: aquela dividida em territórios que são menos físicos e mais subjetivos, onde as múltiplas redes de sociabilidade são produzidas e reapropriadas de distintas maneiras. Aqui importa, como diz Stella Bresciani, "(...) seguir os traços daquilo que se diz sobre a vida na cidade, seus significados e seus mitos de origem. Nessa perspectiva privilegiam-se, portanto, as trocas simbólicas. A cidade é vivida, então, pelos homens através da simultaneidade de redes simbólicas diferentes relacionadas a discursos diversos. Pode-se dizer que os lugares da cidade são finamente estratificados por diferenciações temporais". (BRESCIANI, 1992)

Os homens não reconhecem a cidade como um espaço global único

simbólica sobre um fundo de memórias fragmentadas. São as memórias que compõem o tecido social de nossas relações com o espaço da cidade.

O senso comum vê a cidade de hoje como a própria negação da possibilidade de uma cultura urbana: não há mais sociabilidade e em seu lugar temos, como falência da ordem disciplinar, a violência.

Entretanto, é esse outro espaço, recortado em territórios bem diversos dos mapas administrativos, suporte de diferentes memórias e composto de cenários múltiplos que torna as cidade lugares onde se pode viver.

Fica claro, portanto, o papel fundamental que a política de preservação do patrimônio cultural pode e deve exercer no sentido de assegurar o direito ao passado. Ou seja, a ação de preservação tem em sua dimensão a possibilidade de garantir a permanência daqueles bens que permitem aos grupos construir suas identidades, resgatarem suas memórias e se colocarem mais ativamente na vida social.

Caberia perguntar agora, de que maneira se faz a gestão do espaço urbano?

Em uma perspectiva mais otimista teríamos, então, as regras colocadas pelo planejamento urbano, onde os pedaços da cidade tem que ser necessariamente unidos para formar um todo homogêneo, neutro, sobre o qual se possa dispor e manipular. E, conseqüentemente, onde os fragmentos, os distintos recortes da memória não são levados em consideração.

Pensando na gestão do espaço em São Paulo, o que temos é menos a lógica racional do urbanismo e mais a voracidade da especulação imobiliária. Aqui o espaço torna-se coisa, é reificado, mercadoria desprovida de qualquer acento humano.

Assim, é essa dinâmica a responsável pelas principais agressões aos atributos de uma cultura urbana e, conseqüentemente, de seu patrimônio. Ela leva ao empobrecimento do espaço urbano, tanto em relação a seus usos e funções quanto em relação aos seus significados. O espaço, contaminado pelo viés do consumo e não do uso, induz então ao apagamento da história, à progressiva marginalização, enfim, à impossibilidade de se pertencer a um lugar e de situar-se num tempo. Desse modo, a própria sociabilidade que se realiza no contexto da cidade vê-se desestimulada quando não impedida.

É nesse panorama que citando Ulpiano, *"a preservação surge, paradoxalmente, como a atividade progressista em relação à transformação da cidade. Preservar seria, portanto, uma forma de encaminhar a reapropriação do espaço urbano, de resistência à expulsão dos cidadãos para fora da cidade"*. (MENEZES, 1979)

5.3 - Porque Preservar o Parque do Povo

Vimos que o habitante da cidade apreende o espaço de maneira bem diversa, seja do urbanista ou da lógica do especulador. Recorta-o em praças, edifícios, ruas, trajetos, e territórios: são estes os pedacos da cidade que vão

Essas formas de apropriação, como oportunamente conclui Magnani, "não são o resultado de escolhas individuais, nem são aleatórias: são o resultado de rotinas cotidianas ditadas por injunções coletivas que regulam o trabalho, a devoção, a diversão, a convivência e que deixam suas marcas no mapa da cidade". (MAGNANI, 1994)

É com este olhar que devemos descobrir o Parque do Povo. Localizado no Itaim Bibi - bairro da classe média paulistana - ele se caracteriza muito diversamente. São os campos de futebol, a bocha, os bares, os caminhos sinuosos, o circo e o teatro que compõem um cenário de múltiplos usos, funções e significados para os diferentes grupos sociais que o freqüentam.

Não se trata, desse modo, de um espaço voltado para o consumo - o que praticamente já se tornou uma característica do lazer paulistano - mas sim de um espaço que preserva as qualidades vitais para a existência de uma cultura urbana. O parque está inserido no cotidiano de diversos grupos da população da cidade e ele é, ao mesmo tempo produto e produtor da sociabilidade. Reconhecê-lo é também ver e ouvir as marcas e os ecos de uma outra cidade e de um bairro mais antigo e suas histórias.

Podemos encontrar no Parque do Povo aquelas redes de significação simbólica das quais falávamos anteriormente e, que se expandem por vários caminhos: a do cotidiano, do lazer, de expressões diferenciadas da cultura e da apropriação da cidade por seus habitantes.

Aqui, deixamos o domínio da excepcionalidade e entramos no universo banal do cotidiano, em um espaço apenas aparentemente desordenado e sem regras visíveis. Citando Halbwachs: "O lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade (grupo)..." (HALBWACHS, 1990)

O Parque do Povo hoje, mais uma vez, luta por sua sobrevivência; esta resistência já se tornou uma constante na história de sua existência.

Como temos sugerido ao longo do texto, a preservação se apresenta como um instrumento muito positivo para que a transformação urbana seja feita nos moldes do interesse público. Não se trata de negar as mudanças - elas são constituintes da lógica desse sistema econômico - e nem de preservar por mero saudosismo. Trata-se de, efetivamente, indagar se o novo é socialmente responsável, como já vem nos alertando Ulpiano há muitos anos. Ou seja, primeiro é preciso saber se esgotaram-se as potencialidades funcionais do bem em questão, assim como a impossibilidade de maximizá-lo ou de simplesmente mantê-lo, antes de se decidir pela sua destruição.

Parece que, definitivamente, no caso do Parque do Povo a resposta é não. Lá teríamos sim, espaço para uma margem bastante ampla de potencialização de seus usos e funções, o que de maneira nenhuma torna legítima uma transformação drástica e irreversível como a que vem sendo proposta.

Magnani como uma mancha de lazer "... lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores. Sua base é mais ampla permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências" (MAGNANI, 1994)

Interessa também aludir aqui, a uma outra questão que se impõe após o tombamento: o que fazer com os bens culturais? Como utilizá-los? Tradicionalmente tem havido uma insistência frequente em usos "culturais": casas de cultura, museus, centros culturais, etc. Ou seja, os usos "nobres" são sugeridos por serem valorizados pela cultura dominante e, há que se pensar em novos usos já que muitas vezes esses bens foram arrancados do cotidiano, perdendo função e significado.

No caso do Parque do Povo, pelo contrário, temos um espaço cuja característica maior é ser justamente suporte de sociabilidade. Não há necessidade de se inventar usos. Ele está plenamente ocupado, física e simbolicamente.

Dessa maneira se compreende como, de maneira autônoma, os grupos que utilizam o Parque vêm se organizando e, de maneira eficaz, desde quando começam as primeiras querelas judiciais acerca de sua destruição. Citando novamente Halbwachs: "... as pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos dos seus antigos arranjos na qual vós esbarrareis". (HALBWACHS, 1990) A luta da Associação revela, sem dúvida, um exercício de cidadania, de luta por um espaço urbano que se reveste daquela qualidade essencial: o sentir-se pertencer a um lugar e se reconhecer em um tempo.

Assim é que nesses momentos de drásticas intervenções no tecido urbano que a distância entre as diferentes visões da cidade se amplia. E é também nessa hora que os grupos se posicionam da defesa de suas memórias dispersas, "(...) na defesa desses comportamentos temporais que fazem a singularidade do lugar". (BRESCIANI, 1992)

5.4 - Conclusão

O pedido de tombamento do Parque do Povo se inscreve nesse campo mais ampliado, e também mais complexo de definição de patrimônio cultural, assim como os tombamentos do Terreiro Aché Ilê-Obá e do Cafundó, citando alguns exemplos.

Trata-se portanto, de demandas crescentes da sociedade que vem indicando esses novos objetos e vê o tombamento como uma possibilidade de reconhecimento e de preservação desses espaços e memórias diferenciados em relação àqueles conteúdos tradicionalmente consagrados pela política cultural.

Assim, é preciso que nos aparelhemos teórica e institucionalmente para fazer frente à essas solicitações, no sentido de dar respostas satisfatórias à sociedade. E, são particularmente esses segmentos da população que reconhecem na ação da preservação um instrumento muito eficaz na luta pela defesa da cidade.

948

Enfim, torna-se necessário dar continuidade a essa linha de trabalho privilegiando, na política de preservação do patrimônio cultural, o espaço urbano também a partir das diferentes relações que os homens estabelecem nele e com ele. E, portanto, a cidade enquanto suporte de sociabilidade, vista aqui como fator determinante do exercício da cidadania e da essência do que se entende por cultura urbana.

248

CAP. 6 - CONCLUSÃO E PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO

Diante das considerações elencadas neste trabalho, o parecer desta equipe é favorável ao tombamento do Parque do Povo. A área a ser tombada incluirá o polígono compreendido entre as atuais Avenidas Cidade Jardim, Marginal do Rio Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brig. Haroldo Veloso.

O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realização das atividades culturais e de lazer detalhadamente caracterizadas neste estudo, assim como promover a manutenção e incentivar a melhoria da qualidade ambiental do parque.

São as seguintes as diretrizes de uso e ocupação do solo do bem a ser tombado:

1. Respeito à Paisagem

a. Toda ocupação deverá considerar a manutenção dos campos e do espaço utilizado pelo circo e pelo teatro na disposição em que estão estabelecidos atualmente. Os demais equipamentos de lazer e instalações poderão ser alterados, retirados ou substituídos, mediante consulta prévia ao Condephaat.

b. Novas edificações apenas poderão ser implantadas desde que de interesse do parque, resguardado o limite máximo de dois pavimentos (altura máxima de 7 metros).

c. Não serão admitidas obras de intervenção no sub-solo do parque, seja para a construção de garagens, túneis, ou projetos urbanísticos de qualquer natureza. Não se incluem neste caso obras de saneamento e retificação de drenagem.

d. Demais equipamentos de lazer como quadras de futebol e bocha, campo de futebol society, play-ground etc. deverão ser mantidos, mas poderão ser realocados mediante autorização prévia.

2. Quanto à Qualidade Ambiental

a. Toda a vegetação existente no Parque do Povo é de interesse para a preservação. A poda de árvores deverá ser acompanhada pelo órgão municipal competente, o DEPAVE. Idem quanto ao corte e transplante de árvores, nestes casos mediante consulta prévia ao Condephaat.

b. Deverá ser priorizado o desenvolvimento de projetos que prevejam a revegetação do parque, assim como a ampliação da área permeável.

c. Também deverá ser priorizada a implantação urgente de um sistema de coleta de esgotos, que será integrado ao serviço público estadual.

d. Da mesma forma, a coleta do lixo deverá ser organizada pelos usuários no interior do parque e será articulada com o serviço da municipalidade.

3. Quanto ao Uso do Parque do Povo

As entidades que tradicionalmente organizam as atividades esportivas e culturais poderão continuar a desenvolvê-las independente de consulta prévia. O Condephaat deverá ser consultado quando a realização de algum evento implicar em obras que representem modificação definitiva na paisagem do parque.

a. É recomendável a manutenção do perfil dos clubes de futebol de várzea diagnosticados no estudo de tombamento, essencialmente quanto aos seguintes aspectos:

- livre acesso aos campos e demais equipamentos de lazer para toda a população, não os configurando como clubes fechados.
- manutenção e ampliação das "escolinhas de futebol".

b. É recomendável a manutenção do perfil das atividades culturais e de lazer desenvolvidas pelo circo e pelo teatro, destacando os seguintes aspectos:

- trabalho educacional e de formação de profissionais nas respectivas áreas.
- desenvolvimento de projetos na periferia da cidade junto à população de baixa renda.

4. Sobre o Sistema Viário Local

Não serão permitidas obras de ampliação do sistema viário local que impliquem na segmentação do parque, nem tampouco comprometam os terrenos dos campos, do circo ou do teatro.

5. Outros

Deverá ser organizada uma comissão, formada por representantes do Condephaat, da Associação dos Amigos do Parque do Povo e da CEF/IAPAS, para estudar os casos porventura pendentes no tombamento.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib - Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo; S.N., 1957 (343 p.). Tese (Doutorado) - FFLCH-USP para cadeira de Geografia do Brasil.

AMERICANO, Jorge - São Paulo Atual: 1935-1962, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1963.

AZEVEDO, Aroldo - Cidade de São Paulo; in Estudos de Geografia Urbana. São Paulo; São Paulo Editora, 1958 (v.4).

BOSI, Ecléa - Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos; São Paulo, T. A. Queirós, 1979.

BRESCIANI, Maria Stella M. - Espaço e Memória; in O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania, Secret. Municipal da Cultura - Depart. do Patrimônio Histórico, 1992

BRUNO, Ernani Silva - História e Tradições da Cidade de São Paulo; Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1954.

CAVALHEIRO, F. - O Planejamento de Espaços Livres - O Caso de São Paulo; in Anais do Congresso Nacional sobre Essências Nativas. Rev. do Inst. Florestal, São Paulo, 1982

FARIAS, Agnaldo Aricê Caldas - A Urbanização de São Paulo no Período 20/45: Algumas Causas e Alguns Efeitos; São Paulo, FAU Brás Cubas, 1979.

HALBWACHS, Maurice - A Memória Coletiva; Editora Vértice, 1990.

LANGENBUCH, Juergen Richard - A Estruturação da Grande São Paulo; Rio de Janeiro, Fundação IBGE (Tese Doutorado), 1971.

LIMA, A. N. L. et allie - As Áreas Verdes de Piracicaba; in Anais do 3 Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, Paraná, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor - Da Periferia ao Centro: Pedacos e Trajetos, in Rev. de Antropologia. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 191-203.

MARX, M. - A Cidade Brasileira; Ed. Melhoramentos /EDUSP. São Paulo, 1980.

MATTOS, Olgária C. F. - A Cidade e o Tempo: Algumas Reflexões sobre a Função Social das Lembranças; in Espaço e Debates, n 7, São Paulo, 1985.

MAZZONI, Tomás - História do Futebol no Brasil: 1894-1950; São Paulo, Edições Leia, 1950.

- NOGUEIRA, Almeida - A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências; São Paulo, Saraiva, 1977.
- PMSP - Lei 7.688/71, Lei do Plano Diretor de São Paulo, cap.VIII - Sistema de Áreas Verdes.
- PMSP - Plano Diretor do Município de São Paulo. Série Documentos, São Paulo, 1985.
- PRADO JÚNIOR, Caio - A Cidade de São Paulo: Geografia e História; São Paulo, Brasiliense, 1983.
- RODRIGUES & LLARDENT, Zonas Verdes e Espacios libres en la Ciudad; Inst. Estudios de Administracion Local, 1982.
- SCARLATO, Francisco Capuano - Metropolização de São Paulo e o Terceiro Mundo; Ed. Iglu, São Paulo, 1987.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima - Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros - Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo. São Paulo, S.P. 1987. (323 p.) - Tese (Doutorado) FFLCH-USP.
- SOARES, Aloysio - O Bairro do Itaim ou Itaim Bibi; in XII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros, 1978.
- ULPIANO, T. Bezerra de Menezes. Cultura e Cidades; Revista Brasileira de História, 1985.
- ULPIANO, T. Bezerra de Menezes. Patrimônio Ambiental Urbano; in Comunidade em Debate, Emplasa, 1979.
- VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural; in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 20, 1984.

EQUIPE TÉCNICA

Geóg. Luís Paulo Marques Ferraz (Coordenador)

Geóg. Simone Scifone

Biól. Roberto Varjabedian

Hist. Luciana de Cerqueira Nunes Miguel

Sociól. Naira Iracema Morgado

Estagiários

Cíntia Nigro Rodrigues; Geografia

Fernando P. Laurentino; Geografia

Consultores Externos

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani (Orientador Geral)
- Coordenador da Pós Graduação do Departamento de Antropologia da
FFLCH-USP

Prof. Dr. José Sebastião Witter
- Diretor do Instituto de Estudos Avançados, USP
- Prof. do Depart. História - FFLCH - USP

Prof. Dr. Maria Lúcia Montes
- Prof. do Depart. Antropologia - FFLCH - USP

Antropólogo Luís Enrique Toledo,
- Mestrando em Antropologia - FFLCH - USP



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO SC	26513	88	

INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDMAN

ASS.: Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avenidas Jusceli
no Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo
Veloso, hoje denominado Parque do Povo - Capital.

Informação GP-009/95

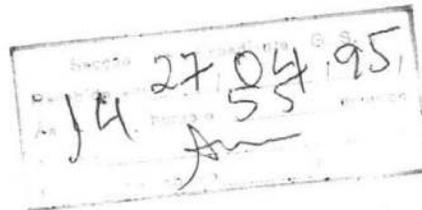
Senhor Secretário

Tendo o Egrégio Colegiado, em sua sessão ordinária de 04.07.94, Ata nº 1000, deliberado pelo tombamento do Parque do Povo, situado nesta Capital, preparou-se a Resolução de Tombamento que se encontra à contracapa dos autos, o que submeto à alta apreciação de Vossa Excelência, se assim o entender.

GP/CONDEPHAAT, 27 de abril de 1995.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

RCL/ens.



Sessão	3	de	09	de	1957
Realizada em	14	de	35	minutos	
Assinada por					
P					



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
Chefia de Gabinete

954

<i>INTERESSADO:</i>	<i>DOCUMENTO</i>	<i>NÚMERO</i>	<i>DATA</i>
Câmara dos Deputados - Fábio Feldmann	Processo	26513	1988

ASSUNTO : Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avs. Juscelino Kubtschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo - Capital.

À
ASSESSORIA TÉCNICA DO GABINETE
Sr.ª Neide Carvalho

Para encaminhamento ao CONDEPHAAT, atendendo à solicitação do mesmo.

SC/CG., em 30 de junho de 1.995.

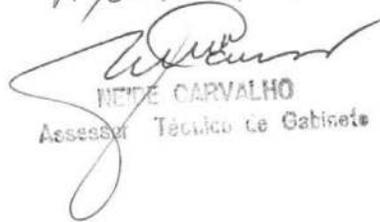

EDMUR MESQUITA
Chefe de Gabinete

NAS/rs

desp3018

À CONDEPHAAT, nos
termos do despacho retro.

AT/ES, 03/07/95


NEIDE CARVALHO
Assessor Técnico de Gabinete

CONDEPHAAT
Em 04 / 07 / 95
Recebido por: SELVANA
Horas: 15:00

Agum juntadas
nos nºs 955 a 986. 20
Em 25.07.95.



Do	Número	Ano	Rubrica
Ofício nº 069/95			<i>ca</i>

INT.: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASS.: Solicita homologação do tombamento do Parque do Povo.

1. À SA para juntar ao respectivo processo.

GP/CONDEPHAAT, 01 de junho de 1995.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

cp.-



956
Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 17 de maio de 1995

OFÍCIO Nº 069/ 50ºSSP/95

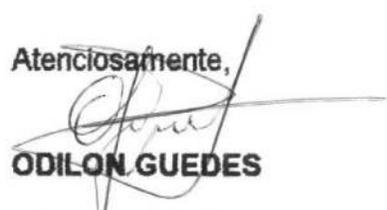
Exmo. Sr.

Fomos procurados pelo Presidente da Associação Amigos do Parque do Povo, Sr. José Wilson Leite - situada no Itaim Bibi, que solicita ao Sr. Secretário de Estado da Cultura a homologação do tombamento desta área realizado pelo Condephaat no ano passado.

O motivo de tal ofício é informar a V. Exa. que a Caixa Econômica Federal - CEF, proprietária desta área, a está doando para a Prefeitura implicando em graves problemas para seus usuários e porque não dizer para a nossa cidade.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição e subscrevemos,

Atenciosamente,


ODILON GUEDES

Vereador - PT

Exmo. Sr.
DR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO
D.D. Presidente do CONDEPHAAT
Av. Paulista, nº 2644 - 1º /2º andares
fone: 257-4467
SÃO PAULO - SP

ST/EAMS



Do	Número	Ano	Rubrica
			<i>957</i>

INT.: PARQUE DO POVO

ASS.: Secretário da Cultura Homologa Tombamento do Parque do Povo - CAPITAL.

1. À SA para juntar ao respectivo processo.

GP/CONDEPHAAT, 01 de junho de 1995.

José Carlos Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

cp.-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
30 DE MAIO DE 1995**

**SECRETÁRIO DA CULTURA HOMOLOGA
TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO**

O Secretário de Estado da Cultura, Marcos Mendonça, homologa, no próximo sábado, dia 03 de junho, às 11h30, o tombamento do Parque do Povo. A cerimônia contará com a presença do Governador do Estado, Mário Covas, secretário de Estado do Meio Ambiente, Fábio Feldmann, Presidente do Condephaat, José Carlos Ribeiro de Almeida e usuários dessa área de lazer. A assinatura do tombamento será precedida de apresentação de escola de samba, banda, grupos circenses, artistas de teatro e times de futebol, que se concentrarão a partir das 10h00, na av. Cidade Jardim, esquina com Av. Faria Lima. De lá, seguirão em passeata até o Circo Escola Picadeiro, para a oficialização do tombamento. As atrações prosseguem até às 16h.

O Parque do Povo tem significativa importância histórica para a comunidade paulistana, em função da manutenção das atividades de várzea lá desenvolvidas desde 1928, quando se instalou no local, o primeiro clube futebolístico, o Marítimo Futebol Clube. O futebol, até hoje praticado nos oito campos existentes no parque, foi responsável pela vitalidade desse espaço, destinado ao lazer e recreação, principalmente da população carente da região oeste da Capital.

O futebol de várzea não é a única opção de lazer no Parque do Povo. Vôlei, basquete, bocha, circo e até teatro têm espaço no local. Em 1984, foi fundado o Circo Escola Picadeiro, que oferece, dentro da área do

959

T 26 '84 03:57 AM

PAGE 3

Marcos Mendonça, como pelo tombamento, aberto no Condephaat em outubro de 1988, a pedido do deputado federal Fábio Feldmann. As normas de preservação garantem a integridade de toda área - cerca de 145 mil metros quadrados - incluindo a vegetação e especialmente a manutenção das práticas futebolísticas e atividades de circo-escola e teatro experimental.

Com o tombamento, o Parque do Povo fica sob tutela do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquelógico, Artístico e Turístico do Estado), que deverá aprovar previamente, qualquer projeto para intervenção no local.

Coordenadoria de Comunicação
Divisão de Imprensa
Telefones 258-7302/256-4812



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-1106/95
P.COND. 26513/88

960

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Secretário

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
FÁBIO JOSÉ FELDMAN
DD. Secretário de Estado
do Meio Ambiente
Rua Tabapuã, 81
CAPITAL
04533-010

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

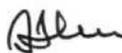
Ofício GP-1165/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Vereador

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar, a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Exmo. Senhor
VEREADOR DALMO PESSOA
Viaduto Jacareí, 100
CAPITAL
01319-020

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

902

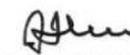
Ofício GP-1166/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Presidente

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, na cidade de São Paulo,

Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
SÉRGIO CUITO DOS SANTOS
MD. Presidente da Caixa Econômica Federal
Setor Bancário Sul - Quadra 04 - Lote 34 - 20º andar
BRASÍLIA - DF
70092-900

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

963

Ofício GP-1167/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Delegado

Estamos encaminhando, em anexo, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

atenciosamente,

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
DR. JOÃO LOPES FILHO
MD. Delegado Titular Regional
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 340
CAPITAL
04530-000

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

964

Ofício GP-1168/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Superintendente

Estamos encaminhando, em anexo, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital, Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, atenciosamente,

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
SÉRGIO BUENO
MD. Superintendente do INSS
Viaduto Santa Efigênia, 266
CAPITAL
01207-000

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

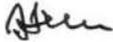
Ofício GP-1169/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Prefeito

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar, a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
DR. PAULO SALIM MALUF
DD. Prefeito Municipal de São Paulo
Palácio das Indústrias
CAPITAL
03003-000

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-1170/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Prezados Senhores

Estamos encaminhando, em anexo, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, nesta Capital.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

atenciosamente,

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

À
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
DO PARQUE DO POVO
Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, 520
CAPITAL
04533-080

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-1171/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Secretário

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar, a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Exmo. Senhor
ARTUR ALVES PINTO
MD. Secretário das Administrações Regionais
Avenida do Estado, 900
CAPITAL
01108-000

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício SP-1172/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Administrador

Estamos encaminhando, em anexo, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, atenciosamente,


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
LAURO ROLIM CORREA
MD. Administrador Regional de Pinheiros
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 199
CAPITAL
05459-010

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-1173/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Presidente

Tem o presente a finalidade de encaminhar, a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para aproveitar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
REYNALDO ENYGDIO DE BARROS
MD. Presidente da EMURB
Rua São Bento, 405 - 16º andar
CAPITAL
01011-001

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-1174/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Procurador-Chefe

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor

DR. JOSÉ LEÔNIDAS BELÉM DE LIMA
MD. Procurador-Chefe da República
no Estado de São Paulo
Rua Peixoto Gomide, 768
CAPITAL
01409-904

RCL/ens.-



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

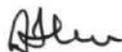
Ofício GP-1175/95
P.COND. 26513/88

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Secretário

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar à Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Ilmo. Senhor
WERNER EUGÊNIO ZULAUF
MD. Secretário do Verde e do
Meio Ambiente do Município
Avenida Paulista, 2073 - Cj. Comercial - 19 andar
CAPITAL
01311-940

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEP/HAAT

Ofício GP-1176/95
P.COND. 26513/88

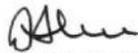
São Paulo, 25 de julho de 1995.

Prezados Senhores

Estamos encaminhando, em anexo, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, nesta Capital.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

atenciosamente,


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
A/C Gerência Geral
Avenida Paulista, 1842 - 13º andar
CAPITAL
01310-200

RCL/ens.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-1177/95
P.COND. 26513/88

973

São Paulo, 25 de julho de 1995.

Senhor Presidente

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução de Tombamento nº 24, de 03.06.95, publicada no Diário Oficial do Estado de 06.06.95, da área denominada Parque do Povo, localizada nesta Capital.

Aproveitamos o ensejo para apresentar, a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
WALDEMAR FERNANDES
MD. Presidente da TELESP
Rua Martiniano de Carvalho, 851
CAPITAL
01321-901

RCL/ens.



994

ESTADO DE SÃO PAULO
RESOLUÇÃO SC Nº 24 DE 03 DE JUNHO DE 1995 /

MARCOS RIBEIRO MENDONÇA, SECRETÁRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.426 de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 e 149 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto nº 20.955, de 01 de junho de 1983,

R E S O L V E

Artigo 1º - Fica tombado, como bem cultural de interesse antropológico (histórico, artístico, ambiental) e turístico, a área denominada Parque do Povo, localizada em São Paulo, Capital, conforme perímetro descrito em artigo subsequente e configurado em mapa anexo.

Artigo 2º - O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realização das atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, com destaque para a histórica prática do futebol de várzea e atividades culturais, assim como promover a manutenção do parque e incentivar a melhoria da qualidade ambiental de São Paulo.

Artigo 3º - Descrição do perímetro de tombamento:

Inicia-se na confluência da Av. Pres. Juscelino Kubitschek com Via Marginal Pinheiros (pista local). Segue por esta em direção norte, acompanhando a alça de acesso para a Ponte Cidade Jardim. Segue a leste pela Av. Cidade Jardim até a esquina com Rua Brigadeiro Haroldo Veloso. Segue por esta rumo sul até a esquina com Rua Napoleão Michel e posteriormente pelo alinhamento da Rua 3 (Projetada) até a confluência com Av. Pres. Juscelino Kubitschek. Segue por esta rumo oeste até fechar o perímetro (vide mapa anexo).

Artigo 4º - Tendo em vista conciliar esforços integrados para a preservação da área tombada, fica estabelecido o seguinte conjunto de diretrizes:

01. Respeito à paisagem:

a. Toda ocupação deverá se pautar pelas atividades historicamente desenvolvidas no local. Equipamentos ou instalações somente poderão ser construídos, alterados, retirados ou substituídos, mediante aprovação prévia do Conselho



275

ESTADO DE SÃO PAULO

b. Em nenhuma hipótese serão toleradas construções com mais de dois pavimentos ou 10,00 metros de altura.

02. Qualidade ambiental:

a. A vegetação existente no Parque do Povo é de interesse para preservação. O corte, transplante ou poda de árvores deverão ser acompanhados pelo Órgão Municipal competente e precedidas de autorização do CONDEPHAAT.

b. Deverá ser priorizado o desenvolvimento de projetos de paisagismo que prevejam a revegetação do parque assim como o ajardinamento das áreas comuns, sujeitos a prévia autorização do CONDEPHAAT.

c. Deverá ser implantado um sistema de coleta de esgotos, a ser integrado à rede pública.

d. A coleta do lixo deverá ser organizada no interior do parque e articulada com o serviço da Municipalidade.

03. Atividades compatíveis com o tombamento:

a. As entidades que tradicionalmente organizam as atividades esportivas e culturais deverão ser de natureza pública e poderão continuar a desenvolvê-las livremente, desde que não desvirtuem ou impliquem na degradação do conjunto do parque. Qualquer obra, edificação ou modificação na paisagem do parque necessária à realização de eventos ou atividades especiais, deverá ser precedida de autorização do CONDEPHAAT, bem como quaisquer alterações propostas para os limites físicos das atividades esportivas e culturais.

b. Está implícito no tombamento a manutenção do perfil dos clubes de futebol de várzea diagnosticados no seu estudo, essencialmente quanto aos seguintes aspectos:

- livre acesso aos campos e demais equipamentos de lazer para toda a população, sem que os configurem como clubes fechados;
- manutenção e ampliação das "escolinhas de futebol";

...



ESTADO DE SÃO PAULO

c. Está implícito no tombamento a manutenção do perfil das atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, destacando os seguintes aspectos:

- trabalho educacional e de formação de profissionais nas respectivas áreas;

- desenvolvimento de projetos de caráter social.

d. A manutenção das instalações e das condições de higiene e limpeza na área serão de responsabilidade concorrente das entidades de usuários conjuntamente com a Prefeitura Municipal.

e. O CONDEPHAAT regulamentará a instalação de painéis de publicidade na área do Parque, na conformidade do artigo 138 do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979.

04. Sobre o sistema viário local:

Como o Parque do Povo destaca-se pelo aspecto integrado das atividades nele desenvolvidas não serão permitidas obras de ampliação do sistema viário local, viadutos ou passarelas, túneis, construções subterrâneas ou não, que impliquem na sua segmentação, ou comprometam o espaço do Parque.

Artigo 5º - Serão tomadas medidas e elaborados projetos objetivos:

- a. a solução do problema social das famílias que moram na área

- b. remoção do canteiro de obras e escritórios da Construtora Margô Corrêa e da Prefeitura Municipal;

- c. remoção de todas as atividades estranhas ao objeto do tombamento, ou seja, aquelas não condizentes com os fins da preservação da atividade resurgente do futebol de várzea, das atividades culturais, do lazer público e da preservação ambiental;



U4
977

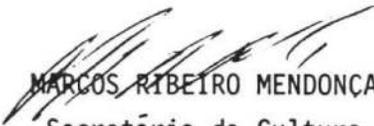
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 6º - Ficam isentas de restrições por parte do CONDEPHAAT, toda e qualquer obra situada na área envoltória de 300 metros, definida pelo artigo 137 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16 de março de 1979.

Artigo 7º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente, o objeto do tombamento em questão, para os devidos efeitos legais.

Artigo 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA CULTURA, aos 03 de julho de 1995.


MARCOS RIBEIRO MENDONÇA
Secretário da Cultura

979

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO-AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGENCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. <i>208 730 244</i>	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE <i>SR. WALDEMAR FERNANDES (P.COND. 26513/88)</i>		
	ENDEREÇO / ADRESSE <i>RUA MARTINIANO DE CARVALHO, 851</i>		
	CEP / CODE POSTAL <i>01321-901</i>	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS <i>SÃO PAULO - SP</i>	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR <i>SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT</i>		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <i>RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333</i>		
CEP / CODE POSTAL <i>01301-980</i>	CIDADE / LOCALITÉ <i>SÃO PAULO</i>	UF <i>SP</i>	BRASIL
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>Mauricio Katanaev</i>		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENTE <i>Edna</i>	
75170392-3		A6 - 105 x 148 mm	

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO-AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGENCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. <i>RR 208 730 200 BR</i>	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE <i>SR. REYNALDO EMYGDIO DE BARROS</i>		
	ENDEREÇO / ADRESSE <i>RUA SÃO BENTO, 405 - 16º ANDAR</i>		
	CEP / CODE POSTAL <i>01011-001</i>	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS <i>SÃO PAULO - SP</i>	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR <i>SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT</i>		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		

980

		AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>		Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 1 2 5 BR		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE VEREADOR DALMO PESSOA (PROCESSO CONDEPHAAT Nº 26513/88)				
	ENDEREÇO / ADRESSE VIADUTO JACAREÍ, 100				
	CEP / CODE POSTAL 01319-020	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP			
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT				
	ENDEREÇO PARA DEVOUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333				
CEP / CODE POSTAL 01301-980	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO		UF SP	BRASIL	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>Moisés David</i>			ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>[Signature]</i>		
75170392-3			A6 - 105 x 148 mm		

		AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>		Nº DO OBJETO / No. R 2 0 8 7 3 0 1 5 6 BR		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE SR. SÉRGIO BUENO (PROCESSO CONDEPHAAT Nº 26513/88)				
	ENDEREÇO / ADRESSE VIADUTO SANTA EFIGÊNIA, 266				
	CEP / CODE POSTAL 01207-000	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR					

981

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPTION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 2 3 5 BR
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PROCESSO CONDEPHAAT 26513/88)	
	ENDEREÇO / ADRESSE AVENIDA PAULISTA, 1842 - 13º ANDAR	
	CEP / CODE POSTAL 01310-200	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT	
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333	
	CEP / CODE POSTAL 01301-980	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>[Handwritten Signature]</i>
75170392-3		A6 = 105 x 148 mm

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPTION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 1 8 7 BR
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE DR. LAURO ROLIM CORREA	
	ENDEREÇO / ADRESSE AV. PROF. FREDERICO HERMANN JR., 199	
	CEP / CODE POSTAL 05459-010	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT	
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2333	
	CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ

982

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO-AR	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)	
	OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	<input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RÉCEPTION	<input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. <i>208730 213</i>	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
	DR. JOSÉ L.B. LIMA (PROCESSO CONDEPHAAT Nº 26513/88)=		
	ENDEREÇO / ADRESSE		
	RUA PEIXOTO GOMIDE, 768		
	CEP / CODE POSTAL 01409-904	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP	
PREENCHIDO PELO DESTINATÁRIO	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		
	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		
	RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333		
	CEP / CODE POSTAL 01301-980	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO	UF SP
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>Rafael D. Beato</i>		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>Valdir - 29022357</i>	
5170392-3		A6 - 105 x 148 mm	

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO-AR	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)	
	OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	<input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RÉCEPTION	<input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. RR <i>208730160</i> BR	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
	DR. PAULO SALIM MALUF (PROCESSO CONDEPHAAT 26513/88)		
	ENDEREÇO / ADRESSE		
	PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS		
	CEP / CODE POSTAL 03003-000	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP	
PREENCHIDO PELO DESTINATÁRIO	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		
	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		
	RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333		
	CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF

983

PREENCHIDO PELO REMETENTE	 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPTION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 1 1 1 BR	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE SR. FÁBIO JOSÉ FELDMAN (PROCESSO CONDEPHAAT Nº 26513/88)				
ENDEREÇO / ADRESSE RUA TABAPUÃ, 81				
CEP / CODE POSTAL 04533-010		CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333				
CEP / CODE POSTAL 01301-980		CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO		UF SP
ASSINATURA DO RECEPTOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>Marcio Batista</i>			ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENTE <i>ARMANDO B. SILVA</i> Mat. 2.850.879.8	
70392-3			A6 • 105 x 148 mm	

DO PELO REMETENTE	 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPTION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>	Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 1 7 3 BR	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PARQUE DO POVO (P.COND. 26513/88)				
ENDEREÇO / ADRESSE RUA BRIGADEIRO HAROLDO VELOSO, 520				
CEP / CODE POSTAL 04533-080		CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT				

984

	AVISO DE RECEBIMENTO - AR	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)	
	OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	<input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RÉCEPTION	<input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>		Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 1 4 2 BR	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE DR. JOÃO LOPES FILHO (PROCESSO CONDEPHAAT 26513/88)			
ENDEREÇO / ADRESSE RUA DR. RENATO PAES DE BARROS, 340			
CEP / CODE POSTAL 04530-000	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333			
CEP / CODE POSTAL 01301-980	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO	UF SP	BRASIL
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>Jose Eduardo Jorge</i>		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>[Signature]</i>	
75-3 92-3		A6 - 105 x 148 mm	

	AVISO DE RECEBIMENTO - AR	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)	
	OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	<input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RÉCEPTION	<input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>		Nº DO OBJETO / No. RR 2 0 8 7 3 0 1 3 9 BR	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE SR. SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS (PROCESSO CONDEPHAAT 26513/88)			
ENDEREÇO / ADRESSE SETOR BANCÁRIO SUL - QD. 04 - LT. 34 - 20º ANDAR			
CEP / CODE POSTAL 70092-900	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS BRASÍLIA - DF		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333			

ENCHIDO PELO REMETENTE

985

		AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>		Nº DO OBJETO / No. <i>2 0 8 7 3 0 2 2</i>		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT <i>7 BR</i>	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE SR. WERNER EUGÊNIO ZULAUF (P.COND. 26513/88)				
	ENDEREÇO / ADRESSE AV. PAULISTA, 2073 - CJ. COMERCIAL - 1º ANDAR				
	CEP / CODE POSTAL 01311-940	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP			
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333				
	CEP / CODE POSTAL 01301-980	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO			UF SP
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>[Signature]</i>			ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT LUIZ ANTONIO Mat.: 0891151-8		
75170392-3			A6 = 105 x 148 mm		

		AVISO DE RECEBIMENTO - AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES		AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Central</i>		Nº DO OBJETO / No. <i>RR 2 0 8 7 3 0 1 9 5 BR</i>		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE SR. ARTUR A. PINTO (PROCESSO CONDEPHAAT 26513/88)				
	ENDEREÇO / ADRESSE AVENIDA DO ESTADO, 900				
	CEP / CODE POSTAL 01108-000	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS SÃO PAULO - SP			
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/CONDEPHAAT				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO, 2.333				
	CEP / CODE POSTAL 01301-980	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO			UF SP



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT APENSO	26513 - II VOL 31527	88 94	

INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDMAN

ASS.: Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo - Capital.

À STA para inscrever
no Livro de Tombo competente.
CONDEPHAAT, 26 de julho de 1995.

VALQUÍRIA ABDO GANEU
Diretora Técnica

RCL/ens.



987

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

MINUTA DO PARQUE DO POVO

O Parque do Povo localiza-se em São Paulo, Capital, no bairro do Itaim Bibi. A área tombada é de 150.000 m² e configura um quadrilátero entre as avenidas Juscelino Kubistchek, Marginal do Rio Pinheiros, Cidade Jardim e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso.

A história do Parque do Povo está vinculada à trajetória do futebol de várzea em São Paulo. Ele vem sendo utilizado para a prática dessa modalidade esportiva há mais de sessenta anos.

O interesse despertado por esse tombamento é que ele acrescenta à história da preservação uma discussão política acerca do direito à cidade. Na intensa disputa entre os grupos que se colocavam a favor e contra o tombamento do Parque, revela-se a diversidade de posturas e visões em relação às concepções de lazer, de cultura urbana e seu lugar na cidade.

A área teve diversos proprietários (atualmente são proprietários a CEF e o IAPAS) e a sobrevivência do futebol e do Parque é resultado da defesa constante, nos últimos quarenta anos, realizada por seus ocupantes e usuários.

O Parque hoje é composto por 8 times de futebol de várzea com suas sedes sociais, o Circo Escola Picadeiro e o Teatro Vento Forte.

Essas modalidades de lazer e culturais são usufruídas por paulistanos de diversas classes sociais e dos mais variados bairros da cidade.

O tombamento do Parque do Povo significa - além de sua inegável importância para a qualidade ambiental da cidade - a valorização e o reconhecimento do espaço urbano enquanto suporte material para o lazer e a sociabilidade constitutivas da cultura urbana,



988

Do	Número	Ano	Rubrica

Situação: Av. Juscelino Kubistchek, Marginal do Rio Pinheiros, Cidade Jardim e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, 11

Proprietário (s) : Caixa Econômica Federal e IAPAS

Caráter do tombamento: antropológico
Resolução nº 24, de 03.06.95
Publicada no D.O.E de 06.06.95

Processo : nº 26.513/88 Volumes I e II
apenso nº 31.527/94

Inscrição: Livro de tomo etnográfico sob o nº 03, páginas 205 e 206. Inscrição feita em 29/08/95.

Wain S. Heller



CLUBE DO MÉ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO À F.P.F.
FUNDADO EM 24 / 07 / 1979

989
A

São Paulo, 24 de Abril de 1.996.-

Ao
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO
"CONDEPHAAT"
a/c. da SRA. VALQUIRIA ABDO GANEU

Pelo presente, estamos encaminhando à V.Sas.,
para fins de identificação e informação junto a CONDEPHAAT, có-
pias autenticadas de documentos pertencentes ao CLUBE DO MOVIMENTO
ESPORTIVO DO ITAIM-BIBI, êste localizado no no PARQUE DO POVO, à
saber:

- Ata do Conselho Deliberativo
- Ata da Diretoria Executiva
- Registro de filiação junto a:
 - a)- Federação Paulista de Futebol
 - b)- Federação Paulista de Atletismo
 - c)- Federação Paulista de Sinuca e Bilhar

Outrossim, e, por oportuno, esclarecemos que
na tentativa de unir os Clubes do Parque do Povo, encaminhamos -
folheto criado e produzido por nosso clube, por ocasião da funda-
ção da Associação Amigos Parque do Povo-A.A.P.P.-, o qual não a-
carretou nenhuma despesa para qualquer entidade vinculada à As-
sociação, bem como à própria, encargos êstes assumidos única e
exclusivamente pelo Clube do Mé.

Sem mais, colocamo-nos ao inteiro dispor.

Atenciosamente

JOSÉ ROBERTO MARTINS PARDAL-
Secretário Geral

CONDEPHAAT
Em: 26/04/96
Recebido por: SILVANA
Horas: 09:50

QUE DO POVO

PARQUE DO POVO

PREFERÊNCIA NACIONAL

SPORTIVO
a Olimpia
ARCTICA

GRÊMIO ESPORTIVO CIROTA
ANTARCTICA

CLUBE ESPORTIVO
"Mocidade"
ANTARCTICA

CLUBE DO MÊ
CLUBE DO MOV. ESP. DO ITAIM BIBI
FILIAÇÃO A F.P.F.
LAZER PARA TODOS

VENTO FORTE
TEATRO
ARTE
CULTURA

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DO POVO
PROTEJA ESTA AREA

PORTES
NTE
RÓVIC
RORO
15.48

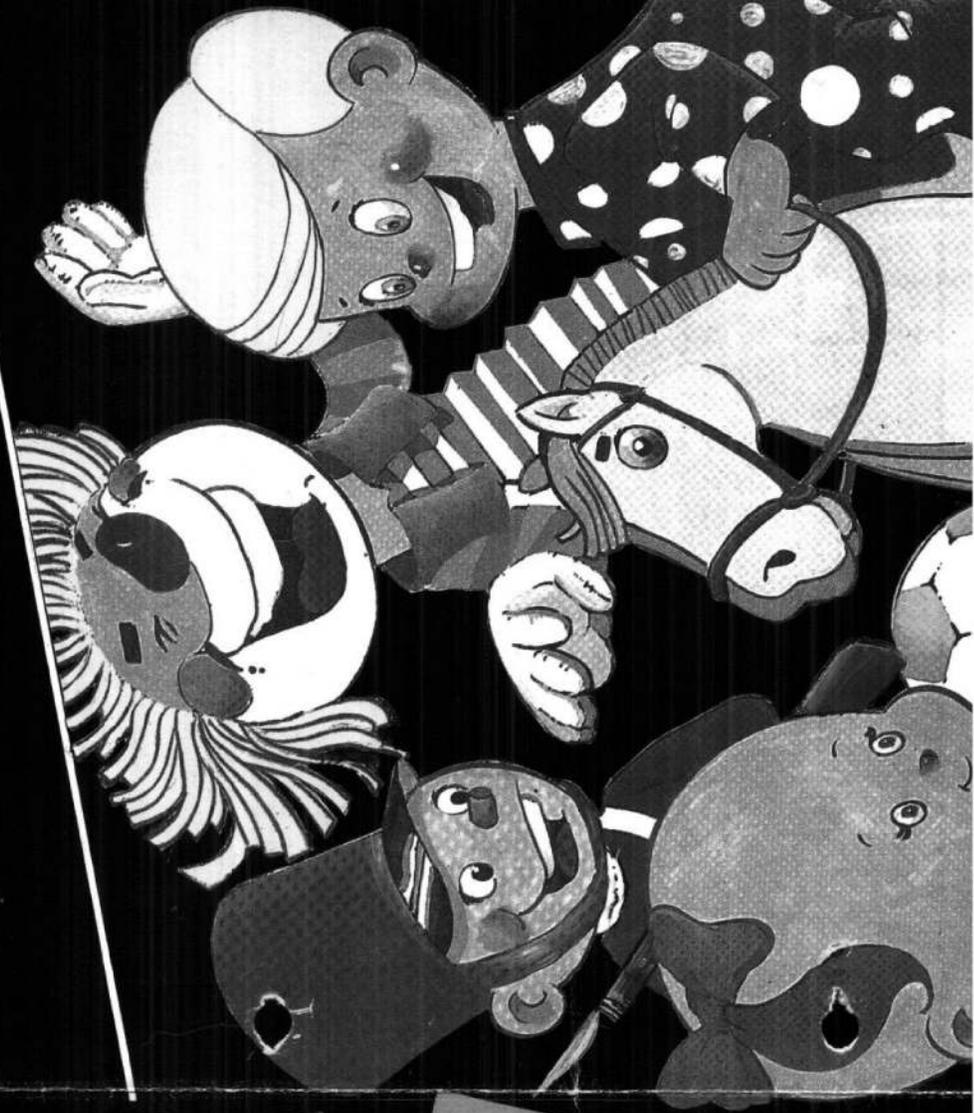
MARITIMO FUTEBOL CLUBE
FLUMINO FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL
Sede Social Av. Cidade Jardim, 1145 - São Paulo
ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO DO MARITIMO

CLUBE DO MÊ

DO MOV. ESPORT. DO ITAIM BIBI

ÇÃO DE VISITA DO PARQUE"

VOCÊ NÃO VAI
ACREDITAR ...



ESPIE PARQUE PERIENÇA A VOCE
AV. NAÇÕES UNIDAS • JUSCELINO KUBITSCHEK • CIDADE JARDIM • BRIG. HAROLDO VELOSO • ITAIM BI



Há 3 GERAÇÕES, este INVENTOU UM PARQUE: inventou a cidade, descobriu a fórmula de transformar uma comunidade em família evitando invasões e preservando o verde

ENTRE TANTO

992
A



FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL

Av. Brigadeiro Luis Antonio, 917

Tel.: (011) 607-7551

Fax (011) 606-8917

End. Teleg. "F U T E B O L"

Telex 32727 SP

- 1.995 - 2ª VIA

CERTIFICADO DE VINCULAÇÃO - 199 .

Certificamos que CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM BIBI

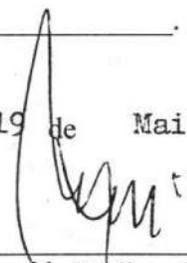
com sede à Rua Nações Unidas nº 10.417

cidade São Paulo - Capital

está devidamente vinculado(a) nesta entidade, sob o no. -037-

Recibo nº 9.005

São Paulo, 19 de Maio de 1.995.



Federação Paulista de Futebol
Fabio Lazzari

Mod.104
C d n .

EM BRANCO

AL. ...ÇÃO
... REGISTRO
... STA
... AL
... 70
... 8423
... está
... irent-
... qual a ...m apreen-
... de

Est
...
... São ...

24 ABR 1996

SELO ...
OFICIAL - DEL. ...

SUBSTITUTOS:
SERGIO NATAL DE BARROS
WILSON ROBERTO DAS NEVES
WALCYRIA DE C. GUIMARAES
ESCREVENTES AUTORIZADOS:
VERA STRINGLER
ZULMIRA AUDI

LEGAL COPY
880-0088



CLUBE DO MÊ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO A F.P.F.
FUNDADO EM 24/07/1979

S. Paulo, 19 de maio de 1995.-

A
FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL
CAPITAL

Prezados senhores:

Solicitamos à V.sas., o Certificado de de vinculação junto a esse órgão, em substituição ao recibo em nosso poder.

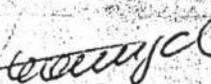
Enviamos um portador para retirar esse documento e nos disseram que já haviam retirado.

Informamos a V.sas., que não autorizamos nenhuma pessoa fazer esse trabalho em nosso nome, e vocês tiverem nos avisem por favor.

Esse certificado não está em nosso poder e solicitamos 2a. Via ou um recibo de anuidade em nome do CLUBE DO MOVIMENTO DO ITAIM-BIBI, ou documento provisório que represente isso.

Esperando que V.sas., entenda nosso apelo

atenciosamente


CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM - BIBI

F.B.E.



CLUBE DO MÊ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO À F.P.F.
FUNDADO EM 24/07/1979

994
A

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM BIBI - Aos vinte e sete dias do mês de julho de hum mil novecentos e noventa e cinco, na Sede Social do Clube do Movimento Esportivo do Itaim Bibi, C.G.C. 65.517.906/0001-23, realizou-se a presente reunião presidida pelo Sr. José Alfeu Falanga, presidente da Diretoria Executiva do Clube, para tratar dos seguintes assuntos: a) formação da Diretoria Executiva do Clube do MÊ, para o Quadriênio 1995/1998 (Hum mil novecentos e noventa e cinco a hum mil novecentos e noventa e oito). Esclarecemos que o então Presidente da Diretoria Executiva do Clube fora nomeado e aclamado por todo o Conselho Deliberativo, em reunião realizada em trinta e hum de maio de hum mil novecentos e noventa e cinco, o Sr. José Alfeu Falanga, que passa a compor a Diretoria Executiva do Clube do Movimento Esportivo do Itaim Bibi, Clube do MÊ, da seguinte forma: Presidente - José Alfeu Falanga, nascimento 27/07/42, natural de São Paulo; RG 1556593; CIC 326878268-04; Profissão Comerciante; Residente à Rua Conde de Porto Alegre 2.020 - Campo Belo; CEP.: 04608-003; TEL. 531.5434 5429229 CEL. 982.9777; 1º Vice-Presidente: Francisco Luiz Silva; nascimento 11/07/43; natural de Espírito Santo - Minas Gerais; RG 6045807; CIC 360343808-63; Profissão Comerciante; Residente à Rua Bosque da Saúde, 262, 759 Apto. 14; TEL. 275.5053 275.4133 (com.); 2º Vice-Presidente: Walter Piscoskis; nascimento 09/11/47; natural de São Paulo; RG 3982177; CIC 288587788/04; Profissão Comerciante; Residente à Rua José Felipe da Silva, 136 - Jd. Ester - São Paulo; TEL. 810.6245; 1º Secretário: José Martins, digo, José Roberto Martins Pardal; nascimento 20/09/48 natural de São Paulo; RG 3575166; CIC 636126318/53; Profissão Comerciante; Residente à Rua Pedroso Alvarenga, 599 - Apto. 82 - Itaim Bibi; 2º Secretário: Cláudio Roberto Santoro; nascimento 05/03/47; natural de São Paulo; RG 9049181; CIC 530206188/00? Profissão Mecânico; Residente à Rua Fausto Ferraz, 61 - 14º andar - Paraíso; 1º Tesoureiro: Carlos Roberto Braga; nascimento 04/03/49, natural de São Paulo; RG 4675837-9; CIC 065820778/48; Profissão Secretário; Residente à Rua Conselheiro Ramalho, 859 - Bela Vista/SP., CEP.: 01325-001; TEL. 287.0020 (res.) (0192) 35.9627 (Com.); 2º Tesoureiro: Francisco Braga; nascimento 04/10/51, natural

2º Ofício
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ANTONIO FERNANDES TAVERES - Oficial Interior
RUA 9 DE DEZEMBRO N.º 23
SÃO PAULO - SP
FOLHA N.º 1

25 JUL 1995

**AUTENTICADO
FRENTE E VERSO**
28º SUBDISTRITO DE REGISTRO
CIVIL, JARUÍ PAULISTA
COMUNIDADE DA CAPITAL
Em 24 de Abril de 1995, este
Escritor Público e Verso este
documento em sua íntima presença
de 1995

Est. de São Paulo, confor-
tado, de São Paulo, em
São Paulo, em 24 de Abril de 1995.

24 ABR 1995

DESCRIÇÃO: SERGIOS NATAL DE BARROS
WILSON ROBERTO DAS NEVES
WALCYRIA DE C. GUIMARÃES
ESCREVENTES AJUDADOS:
VERA STRINGLER
ZULMIRA AUDI

PAÇOS POR VENDA
SÃO PAULO - SP

LOCAL COPIADO

995
A

CLUBE DO MÊ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO À F.P.F.
FUNDADO EM 24/07/1979

Continuação da F. 01 - de São Paulo; R.G. 3669147-1; CIC 638514908-00; Profissão Comerciante; Residente à Rua Conselheiro Ramalho, 543 Apto. 52 - Bela Vista - São Paulo; CEP. 01318-000; TEL. 284.7524 (res.) 232.1166 (com.); Diretor de Patrimônio: Ubirajara de Oliveira nascimento 16/08/57; natural de Barretos; R.G. 9.763.047; CIC 864260608-87; Profissão Comerciante; Residente à R. João Alvares Soares, 1777; CEP.: 04609-000; Tel. 514.5655 (com.); 2º Diretor de Patrimônio: Alfredo Pedrosa Neto; nascimento 07/11/42, natural de São Paulo; R.G. 2849632-2; CIC 218586408-49; Profissão Representante Comercial; Residente à Rua Anhatomirim, 41 - V. Deodoro; CEP.: 01544-040; Diretor Social: Ubiracema Eugênia Schalch Sepera; R.G. 5366271 CIC 086110668-71; natural de Analândia - São Paulo; Profissão Esteticista; Residente à Rua Bissau, 122 - Itaim Bibi; TEL. 829.9153; CEP.: 04543-020; Eliane Sueli Falanga; nascimento 27/07/56; natural de São Paulo, R.G. 7728204; CIC 001343838-77; Profissão Comerciante; Residente à Rua Conde de Porto Alegre, 2.020 - Campo Belo; CEP 04608-003; TEL. 531.5434 542.9229; Diretor Geral de Esportes: Adilson Miranda Antonio; nascimento 06/08/62, natural de São Paulo; R.G. 12.113.375; CIC 125.609.008/58; Profissão Empresário; Residente à Rua Serafim Gonçalves Pereira, 203 - Pq. Novo Mundo; TEL. 954.2055 954.2019 (Com.) 564.8106 (res.); Diretor de Departamento Infantil: Jafet Henrique de Carvalho; R.G. 5.099.906; CIC 806292298/72; nascimento 18/01/51, natural de Ibitinga - São Paulo; Profissão Arquiteto; Residente à Rua Cel. Conrado Siqueira Campos, 47 - Brooklin; CEP.: 04704-140; TEL. 222.0041; Diretor de Departamento Infantil: Alfredo Pedrosa Neto; nascimento 07/11/42; natural de São Paulo; R.G. 2849632-2; CIC 218586408-49; Profissão Representante Comercial; Residente à Rua Anhatomirim, 41 - V. Deodoro; CEP.: 01544-040; Nada mais havendo a tratar, deu-se a palavra a quem dela quizesse fazer uso e não havendo quem se manifestasse, deu-se por encerrada a presente reunião, que vai assinada por todos os presentes. São Paulo, 27 de junho de 1995.

[Handwritten signature]

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA 3 DE DEZEMBRO - N.º 23
FOLHA N.º 2

25 JUL 1995

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REG. DE TÍT. E DOCS. DA CAPITAL
Total pago... R\$ 3,70
Este valor inclui 27% devidos
ao Estado e 20% a carteira
de Previdência do IPESP
RECIBO

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua 3 de Dezembro, 23 - Tel. PABX 605-1104
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGIS-
TRADO EM MICROFILME NO LIVRO "A" DO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS SOB
N.º 47342 AVERBADO A MARGEM
DO REGISTRO N.º 47294
São Paulo, 25 JUL 1995
ANTONIO FERNANDES LIMA - Oficial Interino - ANTONIO SILVEIRA
ALVES JOSÉ JEFERSON P. DOBRINHO - ROBERTO F. DE SOUZA -
ARNALDO PIMENTA - Escrevores Autorizados.
- SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR GUIA -

AUTENTICADO
FRENTE E VERSO
28.º EMPRETECADO DE REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL
C/ Rua Miguel Calafé, 70
Tel: 850-8424
Este documento frente e verso está
conferido e igual ao original apresentado
em 24 ABR 1996
SELOS PAGOS POR VERBA
SERGIO ROBERTO DOS REIS
WILSON ROBERTO DOS REIS
WALEYRIA DE C. GUIMARÃES
ESCREVORES AUTORIZADOS:
VERA STRINGEN
ZULMIRA AUDI



CLUBE DO MÊ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO À F.P.F.
FUNDADO EM 24/07/1979

996
A

ATA DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM BIBI - Aos vinte e oito de maio de hum mil novecentos e noventa e cinco, na Sede Social do Clube do Movimento Esportivo do Itaim Bibi, C.G.C 65.517.906/0001-23, conforme Edital de dezoito do mesmo mês e ano, e conforme preveem os artigos 7º (sétimo) alínea "a", 12º (décimo segundo) e 13º (décimo terceiro) do Estatuto do Clube, realizou-se a presente Assembléia Geral, para a Eleição do Conselho Deliberativo do Clube, mandato para o quadriênio 1995/1998 (Hum mil novecentos e noventa e cinco a hum mil novecentos e noventa e oito) conforme o artigo 16º (décimo sexto) deste mesmo Estatuto. A eleição transcorrer nas dependências do Clube, onde os associados presentes e com direito a voto, manifestaram-se através de escrutínio secreto, em cédula única e com assinatura de presença em livro próprio. As quinze horas, horário este de encerramento da referida eleição, fez-se a apuração de votos, onde constatou-se que o número de votantes presentes fora de 50 (cinquenta) associados e dois dos quais, dois votos foram anulados por não responderem ao critério de votação exigido pela cédula única. Dois, digo, Dos 48 (quarenta e oito) votos considerados válidos computou-se por unanimidade que a chapa vencedora foi "Tradição", a qual é composta pelos elementos que farão e que passam a fazer parte do Conselho Deliberativo do Clube do Movimento Esportivo do Itaim Bibi a partir desta data, e pelo período já citado anteriormente nesta ata. A seguir passou-se a relacionar o nome e a qualificação dos elementos do Conselho Deliberativo, do Clube, a saber: 1- José Martins; nascimento 01/01/40; Reside à Rua Tagua, 305 - Apto. 1708 - Liberdade - CEP.: 01508-010; Profissão Relojoeiro; R.G. 2946507; CIC 047574918/91; natural de São Paulo; 2- Nelson Martins; nascimento 01/01/41; natural de São Paulo; R.G. 3543901; CIC 107222708/87; Profissão Funcionário Público Estadual; Residente à Rua Grapecic, 38 - Brooklin CEP.: 04562-010; TEL. (55) 61.2368 (res.) 818.4605 818.4790 (com.); 3- Carlos Roberto Braga; nascimento 04/03/49; natural de São Paulo; R.G. 4675837-9; CIC 065820778/48; Profissão Secretário; Residente à Rua Conselheiro Ramalho, 859 - Bela Vista; CEP.: 01325-001; TEL. 287.0020 (res.)(0192) 35.9627 (com.); 4- Aparecida Makeia; nascimen

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ANTÔNIO FERNANDES TAVARES - Oficial Inteiro
RUA 3 DE DEZEMBRO N.º 23
FOLHA N.º 1

21 JUL 1995

**AUTENTICADO
FRENTE E VERSO**
28.º SUBDISTRITO DE REGISTRO
CIVIL JARDIM PAULISTA
COMARCA DA CAPITAL
R. Com. Miguel Calfat, 70
Fone: 870-8424

Esta xerocópia frente e verso está
conforme o original a mim apresen-
tado, em fé. de 1995

São Paulo, de 1995

SELOS PAGOS POR VERBA

OFICIAL - BEL. JOSÉ CARLOS TAVARES
SUBSTITUTO
SÉRGIO NATAL DE BARROS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ESCREVENHAS ADICIONAIS:
VERA STRINGER
ZULMIRA AUDI

24 ABR 1996



CLUBE DO MÊ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO À F.P.F.
FUNDADO EM 24/07/1979

99X
A

Continuação F. 01 - to 07/07/51; natural de São Paulo; R.G. 6.115.340; CIC 670898368/00; Residente à Rua Paraguai, 95 - Jd. das Nações - Diadema; CEP.: 09940-000; TEL. 745.2175 (res.) 563.7722 (com)

5- Wagner Silveira; nascimento 07/07/49; natural de São Paulo - Guaraci; R.G. 3.898487; CIC 533082588/53; Residente à Av. Professor João Batista Conti, 517 - Apto. 13A - Itaquera; CEP.: 08420-000; TEL recado 686.1227; 6- Maria Luiza Sepera; nascimento 09/11/49; natural de São Paulo; R.G. 4.290.340; CIC 608538678/87; Profissão Diretor de Escola, Aposentada; Residente à Rua Bissau, 128 - Itaim Bibi;

7- Carlos Roberto Bettinassi; nascimento 26/07/46; natural de São Paulo; R.G. 3269432-5; CIC 111880908/44; Profissão Despachante; Residente à Rua Clélia, 1441 - Lapa; CEP. 05042-000; 08- Walter Piscockis; nascimento 09/11/47; natural de São Paulo; R.G. 3.982177; CIC 288587788/04; Profissão Comerciante; Residente à Rua José Felipe da Silva, 136 - Jd. Ester - São Paulo; TEL. 810.6245; 9- Francisco Braga; nascimento 04/10/51; natural de São Paulo; R.G. 3669147-1; CIC 638514908-00; Profissão Comerciante; Residente à Rua Conselheiro Ramalho, 543 - Apto. 52 - Bela Vista; CEP.: 01318-000; TEL. 2847524 (res.) 232.1166 (com.); 10- Djalma Silva Santos; nascimento 16/06/41; natural de Itajubá - Minas Gerais; R.G. 4403376; CIC 031888768/15; Profissão aposentado; Residente à Rua Braz Melilo, 49A C/3 - Itaim Bibi; CEP.: 04537-100; TEL. 820.5108; 11- José Benedito Ikeda; nascimento 27/07/49; natural de São Paulo; R.G. 4677674; CIC 388267398/20; Profissão Corretor de Seguros; Residente à Rua Conde de Hahure, 94; TEL. 241.4970 - 533.7671 - Jd. Aeroporto; CEP.: 04357-010

12- Claudio Roberto Santoro; nascimento 05/03/47; natural de São Paulo; R.G. 9049181; CIC 530206188/00; Profissão Mecânico; Residente à Rua Fausto Ferraz, 61 - 14º Andar - Paraíso; 13- Ubiracema E. Schalch Sepera; nascimento 07/02/52; natural de Analândia - São Paulo; R.G. 5266271; CIC 086110668-71; Profissão Esteticista; Residente à Rua Bissau, 122 - Itaim Bibi; TEL. 829.9153; CEP.: 04543-020; 14 - Francisco Luiz Silva; nascimento 11/07/43; natural de Espírito Santo Minas Gerais; R.G. 6045807; CIC 360343808/63; Profissão Comerciante Residente à Av. Bosque da Saúde, 262-769 - Apto. 14; TEL. 275.5053 275.4133 (com.) 577.3020; 15- José Alfeu Falanga; nascimento 27/07/42; Natural de São Paulo; R.G. 1556593; CIC 326878268-04; Profissão

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ÁREA DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ANTONIO FERNANDES TAVARES - Oficial Interino
RUA 3 DE DEZEMBRO N.º 23
FOLHA N.º 2

21 JUL 1995

**AUTENTICADO
FRENTE E VERSO**
28º SUBDISTRITO DE REGISTRO
CIVIL JARDIM PAULISTA
COMARCA DA CAPITAL
R. Com. Miguel Couto, 70
Fones: 8 0-8-34

SELOS PAGOS POR VERBA

Esta xerocópia frente e verso está
conferida e o original a mim apresen-
tado, com fé.

24 ABR 1996

OFICIAL - BEL. JOQUIM CESAR MINHO
SUBSTITUÍDO:
SERGIO NATAL DE BARROS
WILSON ROBERTO DAS NEVES
WALCYRIA DE C. GUIMARAES
ESCREVENTES AUTORIZADOS:
VERA STRINGLER
ZULMIRA AUDI

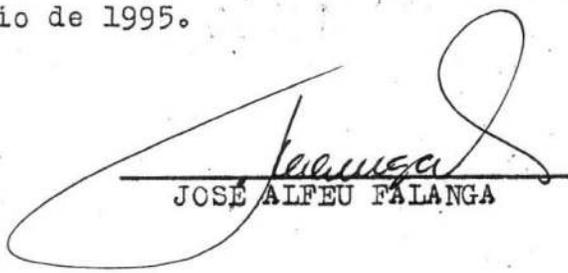


CLUBE DO MÊ

CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM - BIBI - FILIADO À F.P.F.
FUNDADO EM 24/07/1979

998
A

Continuação F. 02 - Comerciante; Residente à Rua Conde de Porto Alegre, 2.020 - Campo Belo; CEP.: 04608-003; TEL. 531.5434 - 542.9229 - CEL. 982.9777; 16- José Roberto Martins Pardal; nascimento 20/09/48 natural de São Paulo; R.G. 3575166; CIC 636126318/53; Profissão Comerciante; Residente à Rua Pedrosa Alvarenga, 599 - Apto. 82 - Itaim Bibi; 17- Alfredo Pedrosa Neto; nascimento 07/11/42, natural de São Paulo; R.G. 2849632-2; CIC 218586408-49; Profissão Representante Comercial; Residente à Rua Anhatomirim, 41 - V. Deodoro; CEP.: 01544-040; 18- Jafet Henrique de Carvalho; nascimento 18/01/51; natural de Ibitinga - São Paulo; R.G. 5.099.906; CIC 806292298/72; Profissão Arquiteto; Residente à Rua Cel. Conrado Siqueira Campos, 47 - Brooklin CEP.: 04704-140? TEL. 222.0041? 19- Nelson de Oliveira Guerra; nascimento 22/05/48; natural de Boa Vista - RO; R.G. 5065393; CIC 5929545 58/49; Profissão Secretário; Residente à Rua Dr. Nicolau de Souza Queiroz, 953 - Apto. 22 - Aclimação; CEP.: 01318-000 ; TEL. 270.1893 (res.) 251.1099; 20- Adilson Miranda Antonio; nascimento 06/08/62 ; natural de São Paulo; R.G. 12113375? CIC 125609008/58; Profissão Empresário; Residente à Rua Serafim Gonçalves Pereira, 203 - Pq. Novo Mundo; TEL. 954.2055 954.2019 (com.) 564.8106 (res.); SUPLENTEs: 1- José Gaspar Barbosa; 2- Alberto Passos Lima; Janos Ksudigo, Janos Gsukalas; 4- Caetano Aricó; 5- Ubirajara Oliveira; 6- Galdino José B. Pereira; 7- Márcio Valente; 8- Eliseu José Petronio; 9- Rubens Castilho; 10- Luiz Felipe Goulart de Andrade. A seguir, deve-se a palavra a quem dela quizesse fazer uso e não havendo quem se manifestasse, deu-se por encerrada a presente Assembléia Geral, que vai assinalada pelo Conselho Deliberativo ora eleito, haja nisto que a assinatura dos associados visitantes, consta em Lista de Assinatura próprio. São Paulo, 28 de maio de 1995.


JOSE ALFEU FALANGA



21 JUL 1995

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua 3 de Dezembro, 23 - Tel. PABX 605-1104
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGIS-
TRADO EM MICROFILME NO LIVRO "A" DO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS SOB
N.º 47294 AVENIDO A MARGEM
DO REGISTRO N.º 44705
SÃO PAULO, 21 JUL 1995

ANTONIO FERNANDES TAVARES - Oficial Interino - ANTONIO VIEIRA
ALVES - JOSÉ JEFERSON P. SOBRINHO - ROBERTO F. DE SOUZA
ARNALDO PIMENTA - Escrevente Autorizado

— SELOS E TAXAS RECONHECIDAS POR CUIA —

**AUTENTICADO
FRENTE E VERSO**
28º SUBDISTRITO DE REGISTRO
CIVIL JARDIM PAULISTA
COMARCA DA CAPITAL
R. Com. Miguel Calaf, 70
Fone: 820-8424

Esta xerocópia frente e verso está
conforme o original a mim apresen-
tado, dou fé.

São Paulo, 24 ABR 1995

SELOS PAGOS POR
OFICIAL - BEL. JOAQUIM CARLOS MACHO
SUBSTITUTOS:
SÉRGIO NATAL DE BARROS
WILSON ROBERTO DOS SANTOS
WALCYRIA DE C. GUIMARÃES
ESCREVENTES AUTORIZADOS:
VERA STRINGIER
ZULMIRA AUBI

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REG. DE TÍT. E DOCS. DA CAPITAL
Total pago... R\$ 4,70
Inclui 27% devidos

999
A

2^o

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Oficial Bel. Abílio Antonio Motta Filho

Oficial Maior Antonio Fernandes Tavares

AUTENTICAÇÃO
FRENTE E VERSO
28.º SUBDISTRITO DE RIBEIRÃO
CIVIL, JARDIM PAULISTA
COMARCA DA CAPITAL
R. Com. Miguel da Fátima, 70
Fone: 8 4 002
Este documento frente e verso está
conferido e registrado a mim apreen-
sionado em 24 de Abril de 1996
24 ABR 1996
CARLOS MINHOLO
AVTOS: DE BARROS
DE NEVES
COMARCAES
ADOS:
RIBOIR
AUDI

1.000
CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM-BIBI
CAMPUS SÃO PAULO - SÃO PAULO - SP
RUA DO COMÉRCIO, 100 - ITAIM-BIBI - SÃO PAULO - SP
CEP: 04538-000

ESTATUTO DO CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO
ITAIM-BIBI.

Rev. 12/13

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FUNDAÇÃO E FINS

ARTIGO 1º

O CLUBE DO MOVIMENTO ESPORTIVO DO ITAIM-BIBI, fundado em 24 de julho de 1979, com sede na cidade de São Paulo, sito a avenida das Nações Unidas nº 10.417, inscrito no C.G.C.M.F. nº 65.517.906/0001-23, com prazo de duração indeterminado e personalidade jurídica distinta da de seus associados, estes em número ilimitado, tem por fins:

- a) difundir a prática de esportes, especialmente o futebol de campo e quadra, entre os seus associados mantendo inclusive departamento feminino;
- b) proporcionar aos associados, dentro de suas possibilidades reuniões de carácter esportivo social e recreativo;
- c) filiar-se a Federação Paulista de Futebol e cumprir todas as suas determinações.

Parágrafo único:

As cores da associação são as seguintes: branco, vermelho e preto.

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ANEXO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ARILIO ANTONIO MOTTA FILHO - Oficial
ANTONIO FERNANDES LAYRES - Of. Maior
RUA 8 DE DEZEMBRO, N.º 28
FOLHA N.º

1

27 SET 1994

**AUTENTICADO
FRETE E VERSO**
28.º SUBDISTRITO DE REGISTRO
CIVIL JARDIM PAULISTA
COMUNDA DA CAPITAL
R. Eng. Oscar - Ed. 70
Cidade de São Paulo - SP
Est. aut. e verso está
conf. e aut. a mim apresen-
tação de 24 de 1995
24 ABR 1996
REGISTRAR - BEL. J. GUIM CARLOS MINHOTO
SUBSTITUTOS:
SERGIO NATAL DE BARROS
WILSON ROBERTO DAS NEVES
WALCYRIA DE C. GUIMARAES
ESCREVENTES AUTORIZADOS:
VERA STRINGLER
ZULMIRA AUDI